

Francisco António Grandão Gonçalves

**Cultura e Identidades Açorianas. As Palestras Radiofónicas de  
Francisco Carreiro da Costa  
(1945 – 1974)**



Universidade dos Açores  
Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais  
2008



Francisco António Grandão Gonçalves

**Cultura e Identidades Açorianas. As Palestras Radiofónicas de  
Francisco Carreiro da Costa  
(1945 – 1974)**

Dissertação para provas de Mestrado em Património,  
Museologia e Desenvolvimento, apresentada na  
Universidade dos Açores.

Orientador:  
Professor Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro



Universidade dos Açores  
Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais  
2008

## ÍNDICE

ÍNDICE.....	5
AGRADECIMENTOS .....	7
<b>I – NOTA INTRODUTÓRIA .....</b>	<b>9</b>
<b>II – REGIONALISMO, CULTURA E IDENTIDADES AÇORIANAS .....</b>	<b>12</b>
1 - Regionalismo .....	12
2 - Cultura e Identidades Açorianas.....	14
3 - O I Congresso Açoriano .....	21
<b>III – FRANCISCO CARREIRO DA COSTA .....</b>	<b>36</b>
1 - Esboço Biográfico .....	36
<b>IV– CONTRIBUTO DE FRANCISCO CARREIRO DA COSTA.....</b>	<b>49</b>
1 - Palestras Radiofónicas: <i>Tradições, Costumes e Turismo nos Açores</i> .....	53
1.1 - Introdução .....	53
1.2 - História dos Açores .....	56
1.3 Os Açores na História de Portugal.....	79
1.4 - Identidade e Insularidade Açorianas .....	96
1.4.1 - A Cultura Açoriana .....	96
1.4.2 - Valores Açorianos .....	105
1.4.3 - Alguns que Visitaram os Açores .....	120

1.4.4 - Insularidade e Catástrofes Naturais .....	132
1.4.5 - Comunicações .....	134
1.4.6 - Emigração Açoriana .....	141
1.4.7 - Turismo .....	144
1.4.8 - Administração .....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>162</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>171</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>190</b>
<b>ÍNDICE DAS PALESTRAS</b> .....	<b>191</b>

## **AGRADECIMENTOS**

Este estudo, apesar de individual, envolveu na sua realização, a colaboração de outras pessoas a quem não podemos deixar de agradecer.

O primeiro agradecimento é para a família, por todo o apoio e compreensão aquando da realização deste trabalho, por entre as dificuldades do dia-a-dia, e que permitiram a sua lenta, mas reflectida construção.

Prestamos um especial tributo, ao Senhor Professor Carlos Cordeiro, acima de tudo pelo seu saber e os seus ensinamentos, mas também pela sua disponibilidade, compreensão, e comentários críticos, pelo apoio e orientação constantes, prestados durante a realização do presente trabalho.

Consideraríamos injusto deixar de agradecer à Doutora Maria de Lurdes Rocha, técnica superior, responsável pelo Fundo Francisco Carreiro da Costa, pelo apoio dado durante o período de investigação para a dissertação de mestrado.

## **Abreviaturas utilizadas**

Serviços de Documentação da Universidade dos Açores – S. D. U. A.

Fundo Carreiro da Costa – F. C. C.

## I – NOTA INTRODUTÓRIA

O movimento regionalista açoriano, nos anos 20 e 30 do século XX, promoveu o debate sobre as realidades políticas, económicas, sociais e, de um modo muito especial, culturais insulares. Envolveu intelectuais, políticos, jornalistas, empresários, elementos do clero, entre outros, que almejavam a “construção” de uma verdadeira “consciência açoriana”, entendida, em linhas gerais, como a substituição dos interesses particularistas de cada uma das ilhas pelos valores da unidade e solidariedade açoriana. O recurso à História e o apelo ao regresso da tradição; as preocupações pela preservação do património etnográfico e artístico; a exaltação dos valores patrióticos integra esse discurso regionalista que, na sua vertente mais conservadora, invoca os valores da ordem e da disciplina sociais.

É nestas questões que se declara o interesse e dedicação de Francisco Carreiro da Costa, aos Açores. Desde cedo manifestou atenção pelas questões culturais do arquipélago, aquando da organização e realização do *I Congresso Açoriano*, de que foi seu secretário, o que lhe permitiu o contacto com a generalidade das questões açorianas de então.

Além das actividades de carácter oficial e associativo, foi à etnologia dos Açores, que se dedicou mais empenhadamente. Os vários cargos que ocupou permitiram que realizasse uma obra exaustiva de descoberta, recolha e coordenação dos valores da tradição regional, que executou com método, persistência e a divulgou amplamente. Personalidade marcante e influente na sociedade açoriana do seu tempo, foi considerado importante obreiro das Letras e possuidor de reconhecidas capacidades intelectuais. A sua vida foi um raro exemplo de trabalho e actividade, tendo compreendido muito de

perto a alma do povo, que tão empenhadamente observou em todas as suas manifestações, conforme testemunham aqueles com quem privou.

Foi interlocutor privilegiado de escritores, jornalistas, artistas, cientistas que visitaram São Miguel e viram nele colaborador incansável. Participou em diversas palestras e conferências no território nacional como no estrangeiro, contribuindo com os seus estudos para o enriquecimento do debate sobre a definição da identidade açoriana.

Salienta-se, igualmente, o valioso trabalho de compilação e divulgação do património histórico e etnográfico dos Açores, empreendido pelo Dr. Francisco Carreiro da Costa, bem como a sua colaboração na constituição de vários organismos culturais do arquipélago. A vasta e tão relevante obra congregada no Fundo Dr. Francisco Carreiro da Costa que se encontra à guarda dos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, é constituída pelas palestras, proferidas no Emissor Regional, correspondência diversa enviada pelo próprio a particulares e a entidades públicas, trabalhos de investigação, ficheiros sobre os temas de estudo, além de textos variados, que são importantes para quem se queira debruçar sobre a problemática da identidade cultural açoriana.

Acerca da realidade açoriana, Carreiro da Costa acentua a necessidade do apoio do poder central para a resolução dos problemas resultantes da insularidade, chamando a atenção para a sua compreensão, realidades diferenciadas relativamente ao resto do território português e que se caracterizam por várias carências resultantes dessa mesma insularidade, porque na opinião do autor, apesar de todas as manifestações de progresso, a insularidade continuava a impor limitações à maioria dos açorianos. Daí a necessidade do Poder Central continuar a reconhecer aos açorianos a capacidade de se administrarem de acordo com o sistema de descentralização, bem como na manutenção

dos auxílios prestados por este às autarquias e populações para que as ilhas açorianas pudessem acompanhar o ritmo do desenvolvimento social e económico de outras regiões portuguesas.

O trabalho que ora se apresenta desenvolve sobretudo as temáticas insertas nas palestras radiofónicas, com especial relevo para as que se referem à História dos Açores. Procura dar a conhecer as palestras proferidas de Abril de 1945 e Maio de 1974, que reflectem o interesse de Francisco Carreiro da Costa em relação a vários temas, sobretudo à história e à etnologia açorianas.

Durante a elaboração do presente trabalho, através do manuseamento das várias fontes utilizadas, ficamos impressionados não só com o Homem que foi o Dr. Francisco Carreiro da Costa, mas também com o seu vasto trabalho de investigação sobre os Açores: as suas gentes, os costumes e as tradições, passando pela política, pela economia, turismo, etc. O resultado deste seu trabalho de cinco décadas é imprescindível para o estudo da história e etnografia açorianas, e constitui um precioso legado para os investigadores destas temáticas:

“Porque sou português dos Açores – dos Açores de Portugal – orgulho-me de ser açoriano. É um orgulho que tem raízes fundas no Portugal de agora e de sempre porque os Açores, não obstante se situarem no meio do Atlântico, são raízes, ramos, flor e fruto de Portugal. Orgulho-me de ser açoriano porque os Açores, sendo obra de Deus, no mistério da sua formação, mostram ser, também, obra de Portugal, na dádiva da sua revelação geográfica, na epopeia do seu povoamento, no trabalho ingente do desbravamento e do aproveitamento das suas terras, na exploração dos seus mares, na vida cinco vezes secular que aqui se tem vivido.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Cf., *Orgulho de ser Açoriano*, palestra proferida em 25 de Agosto de 1967, Ponta Delgada, F. C.C., S. D. U. A., p. 1.

## II – REGIONALISMO, CULTURA E IDENTIDADES AÇORIANAS

### 1- Regionalismo

De forma a contextualizar a acção de Francisco Carreiro da Costa, importa fazer uma breve referência ao movimento regionalista açoriano que, nas primeiras décadas do século XX, promoveu o debate sobre as realidades políticas, económicas, sociais e, especialmente culturais insulares.

Tendo por base o trabalho de Carlos Cordeiro – *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República* – acerca da realidade açoriana, o regionalismo e a autonomia, o autor refere que, durante a segunda e terceiras décadas do século XX, nos Açores há um acréscimo do debate ideológico, tendo como ponto de partida a “problemática descentralizadora”, levado a cabo por intelectuais e políticos das diversas correntes conservadoras, bem como por progressistas e modernistas, embora em menor número.<sup>2</sup>

A respeito do regionalismo como ideologia, Carlos Cordeiro salienta a intervenção de Agnelo Casimiro<sup>3</sup>, que apresenta uma síntese do sentido do regionalismo, da sua difusão a nível europeu e em território português, e da necessidade do seu crescimento nos Açores. Considera, o referido autor, a modernidade como época de desilusão e de dúvida, herança das mudanças sociais e económicas do século

---

<sup>2</sup> CORDEIRO, Carlos, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1998, pp. 13 e 14.

<sup>3</sup> Lúcio Agnelo Casimiro [Vila Nova de Ourém – 1879; Ponta Delgada-1952]. Formado em Letras e Direito pela Universidade de Coimbra, foi professor do Liceu de Ponta Delgada de 1911 a 1948. Praticou advocacia, foi colaborador da imprensa regional e nacional, chegou a ser director do *Açoriano Oriental* e de *A Ilha*. Tendo aderido ao Estado Novo, exerceu, no distrito de Ponta Delgada, os cargos de Governador Civil Substituto e de Delegado dos Desportos. Foi sócio fundador do Instituto Cultural de Ponta Delgada e presidente da respectiva Assembleia-Geral e da Sociedade Terra Nostra – *Idem*, p.247.

anterior, devido a este ambiente de “instabilidade mental e afectiva”. Estes factores levaram ao renascer do gosto pela tradição, apelando ao “regresso à terra”. Assim, germinara o “regionalismo” inspirado na região, com as suas tradições e a evocação dos seus “grandes mortos”<sup>4</sup>.

Contudo, em relação aos Açores, Agnelo Casimiro acentua a falta da fase essencial do “regionalismo sentimental”:

“O movimento regionalista açoriano passara sobretudo pela construção puramente racionalista dos seus mentores na reivindicação de melhores condições de índole político-administrativa, não envolvendo nesse ‘movimento emancipador’ intelectuais que fizessem ouvir ‘a voz da terra e a voz do sangue’: pensou-se logo numa acção intelectual disciplinadora, antes de se despertar o impulso instintivo da Grei”<sup>5</sup>.

Explica Agnelo Casimiro que no arquipélago seria necessário um compromisso desinteressado, com o objectivo de constituir um forte sentimento de fraternidade entre as diversas ilhas. Ora, de acordo com o autor, isso só seria possível a partir do “reconhecimento da comunidade étnica e tradicional que a todas unia enquanto filhas da mesma pátria, por todas estremecida”<sup>6</sup>.

A partir do início do século XX, constata-se o crescimento das actividades regionalistas<sup>7</sup>, além dos congressos e conferências, a criação, sobretudo na Capital, de

---

<sup>4</sup> “À dúvida e à desilusão, substituíra-se um ideal assente na *alma provincial* cujo património moral urgia conservar e defender. Tradições, costumes, folclore, haviam de constituir fundamento de auto-consciencialização dos valores provinciais e ponto de partida para a reflexão sobre os destinos históricos de diversas províncias a ser debatidos nos congressos regionais”. *Idem*, p. 247-249.

<sup>5</sup> *Idem*, p.249.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 249.

<sup>7</sup> Carlos Cordeiro salienta um trabalho de Francisco Veloso (antigo deputado católico no Parlamento da I República) em que tece algumas considerações sobre o regionalismo em Portugal, numa conferência realizada em Guimarães, no ano de 1956. De acordo com Francisco Veloso, o regionalismo desenvolvera-

associações representativas das províncias, para a defesa dos respectivos interesses, as casas regionais, bem como a fundação de órgãos de imprensa regional. Progressivamente, a perspectiva regionalista foi abrangendo as questões económicas e expandiu-se à defesa e valorização do património artístico e cultural das diversas regiões, contribuindo para “o despertar da consciência das regiões”<sup>8</sup>.

## 2 - Cultura e Identidades Açorianas

Na segunda e terceira décadas do século XX, evidenciam-se, em diversos países europeus, mas também no continente português, as resistências, ao nível cultural, à acção uniformizadora do Estado. Também nos Açores se assiste à valorização, ao nível cultural, da originalidade da terra e do povo açoriano, ou seja, à fundamentação por essa via da identidade açoriana<sup>9</sup>. Armando Narciso<sup>10</sup>, em 1914, assumiu papel de

---

se de simples “expressão sentimental” para a reclamação dos direitos municipais e provinciais, bem como a crítica ao centralismo político e administrativo – VELOSO, Francisco, “Alguns aspectos do pensamento regionalista”, in *Sientia Iuridica*, t. XXIII, n.ºs.126-127, 1974, p.70, apud Carlos Cordeiro, *ob. cit.*, p. p.254. De acordo com Francisco Veloso, o regionalismo desenvolveu-se de simples “expressão sentimental” para a reclamação dos direitos municipais e provinciais, bem como a crítica ao centralismo político e administrativo.

<sup>8</sup> *Idem*, p.254-255.

<sup>9</sup> A respeito da “questão da literatura açoriana”, *Idem*, p.261.

<sup>10</sup> Armando da Cunha Narciso [Urzelina – 1890; Lisboa - 1948]. Frequentou o ensino secundário no Liceu de Angra do Heroísmo, seguiu para a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde se formou em 1917, obtendo, em 1919 o grau de doutor em Medicina Sanitária e Hidrologia Médica, em 1919. Foi médico hidrologista, investigador e escritor. Fixou-se em Lisboa onde abriu consultório. Foi também professor do Instituto de Hidrologia e Climatologia e assistente na Faculdade de Medicina de Lisboa. Defensor do regionalismo açoriano, para além dos seus trabalhos na área médica, dedicou-se ao estudo das questões açorianas, sendo em Lisboa uma das personalidades mais influentes no campo dito regionalista, a designação adoptada pelo Estado Novo para acomodar os antigos autonomistas, em particular os pertencentes ao campo mais conservador do Segundo Movimento Autonomista Açoriano. Foi presidente da direcção do Grémio dos Açores, em Lisboa, sendo nessas funções o principal promotor

proeminência no movimento cultural açoriano, destacando a necessidade da preservação do património artístico e etnográfico, e da publicação de uma História dos Açores, especialmente destinada à infância e juventude, de forma a desenvolver nas novas gerações o “espírito açoriano”<sup>11</sup>. Desta forma, refere-nos que, o folclore, a etnografia e a paisagem, deviam distinguir-se como autênticas “fontes inesgotáveis de inspiração” dos autores açorianos, contribuindo para a indispensável “individualização” da arte açoriana, nas suas diversas manifestações:

“A este processo de afirmação e ‘individualização’ dos valores açorianos, Armando Narciso designa por *açorianismo*, que, em arte, teria mais razão e facilidade de surgir do que em outras vertentes da realidade social”<sup>12</sup>.

Competiria, às elites intelectuais e políticas grandes responsabilidades na formação do “ideal açoriano”.

De acordo com os argumentos apresentados, a “identidade” ou a “individualidade” do povo açoriano integrava-se num processo global de natureza regionalista e justificava reivindicações de cariz político-administrativo. Políticos, intelectuais e outros grupos socioprofissionais deviam trabalhar imbuídos do “ideal regionalista”, pois desta forma se constituiria um futuro de progresso e desenvolvimento

---

do Primeiro Congresso Açoriano – AMARAL, Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e, *Biografias e outros escritos*, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 1989, pp. 217 - 220.

<sup>11</sup> Nessa data, Armando Narciso escreveu – “Literatura açoriana”, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1914, Setembro 24 – artigo onde defendia, entre outros aspectos, que os poetas deviam ter como inspiração as paisagens e os costumes açorianos. Carlos Cordeiro destaca-nos, igualmente, a perspectiva deste autor em relação à etnografia: “as ilhas açorianas exigiam empenhado estudo, já que, pelo seu ‘insulamento’, se mantinham ainda tradições pouco alteradas desde os tempos do povoamento que no Continente, haviam, há muito, desaparecido, o que transformava o arquipélago num dos ‘mais ricos centros etnológicos de Portugal’ – CORDEIRO, Carlos, *ob cit.*, p.282.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 283.

para os Açores. Contudo, haveria a necessidade de estimular o “sentimento açoriano”, despertando nas populações, através “do conhecimento mútuo, o espírito de fraternidade cimentado na noção de partilharem uma mesma terra e de terem origens e interesses comuns”.<sup>13</sup> Este seria um dos alicerces de um “ideal açoriano” que todos agregasse na defesa dos interesses açorianos. Porém, sobre a “apatia” açoriana em relação ao movimento regionalista, Carlos Cordeiro apresenta a ideia de Luís Ribeiro<sup>14</sup>, que justifica a desunião das ilhas motivada por diversos factores como o desconhecimento mútuo, a defesa egoísta dos interesses de cada uma, além de motivos históricos e estrutura administrativa. Assim, de acordo com Luís Ribeiro, o espírito regional, em vez de açoriano, concentrava-se em cada uma das ilhas, prejudicando a defesa dos interesses comuns a todo o arquipélago e, em consequência, o seu desenvolvimento geral.<sup>15</sup>

Desta forma, caberia aos intelectuais contribuir para o desenvolvimento da “consciência açoriana”, através da compreensão da realidade do arquipélago, não só como unidade geográfica, bem como a necessidade da defesa dos seus interesses

---

<sup>13</sup> *Idem*, p.284.

<sup>14</sup> Luís da Silva Ribeiro [Angra do Heroísmo – 1882; Angra do Heroísmo - 1955]. Foi jurista, intelectual e político açoriano que se distinguiu como etnógrafo e animador do movimento cultural que levou à criação do Instituto Histórico da Ilha Terceira e das instituições equivalentes nos restantes antigos distritos dos Açores. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra regressou a Angra do Heroísmo, cidade onde residiu toda a sua vida e onde exerceu diversas cargos administrativos e políticos. É autor de uma extensa obra publicada, compreendendo mais de 180 trabalhos, a maior parte no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, mas com muitos trabalhos dispersos por periódicos – ENES, Carlos, “Vida e obra de Luís Ribeiro - Biografia”, in *Obras, Escritos Politico-Administrativos*, vol. IV Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, pp. 15-31, 1996.

<sup>15</sup> “O espírito açoriano devia assentar numa consciente “solidariedade moral” que não afectasse a defesa dos interesses comuns ao arquipélago, o que só seria viável quando imperasse, não só o respeito, mas o próprio afecto entre os açorianos de todas as ilhas” – RIBEIRO, Luís, “O Espírito Açoriano”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1920, Novembro 11, apud. Carlos Cordeiro, *ob. cit.*, p. 287.

comuns<sup>16</sup>. Além disso, em relação à “consciência açoriana” e ao regionalismo como “elemento cimentador” do patriotismo havia a necessidade de despertar o “sentimento açoriano” através do trabalho empenhado no engrandecimento da pátria, na aproximação dos açorianos. Só assim seria possível combater a “onda desnacionalizadora” que afectava os Açores<sup>17</sup>.

Importa referir, a este respeito, as ideias defendidas por intelectuais açorianos, como Luís da Silva Ribeiro e Luís Bernardo Leite de Ataíde<sup>18</sup>, que realçam a

---

<sup>16</sup> Ao referir-se à “consciência açoriana”, Carlos Cordeiro refere-nos o aparecimento, em vários textos, sobretudo no discurso nacionalista, da crítica à “onda desnacionalizadora” que afectava os Açores, causada pelo “americanismo”: “Os Açores sofriam do mal do *americanismo* que grassara a partir da emigração para os Estados Unidos. O *americanismo* invadira aspectos essenciais da vida açoriana, descaracterizando-a na linguagem, no vestuário, na mobília e utensílios domésticos, na utilização de símbolos como a bandeira e, sobretudo, no próprio sentimento popular”. Esta situação, de acordo com o autor, tendo por base Armando Côrtes-Rodrigues, conduziria a profundas alterações do modo de vida das populações insulares: “À perda da tradição correspondia a perda da *personalidade*, ou seja, da *alma* do povo que, desenraizado, caminharia para o aniquilamento”, *Idem*, pp.290 e 291.

<sup>17</sup> Carlos Cordeiro, baseando-se no testemunho de Cortês-Rodrigues, refere a existência de diversos textos que abordavam o tema da “consciência açoriana”, em que sobressaia a ideologia nacionalista – “Para os nacionalistas mais radicais, as próprias realizações regionalistas serviriam tão-só para demonstrar ao povo do continente quão tenazmente se trabalhava nos Açores para o engrandecimento da Pátria.”, *Idem*, p. 292. Salienta-nos, a respeito desta visão nacionalista sobre o povo açoriano, os argumentos de Agnelo Casimiro – “quando caracteriza a “índole açoriana” como a mais genuína expressão do *ethos* português”. *Idem*, p.293.

<sup>18</sup> Luís Bernardo Leite de Ataíde [Ponta Delgada – 1883; Ponta Delgada - 1955]. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi um historiador de arte e etnógrafo açoriano, autor de um importante conjunto de obras sobre etnologia e cultura micalenses. Dedicou-se à advocacia, mas ocupou-se, especialmente, com a pintura e a escrita de arte. Publicou prosa e poesia e foi um assíduo colaborador da imprensa local. Foi fundador e director das Secções de Arte e de Etnografia do então Museu Municipal de Ponta Delgada, impulsionou a instalação definitiva do actual Museu Carlos Machado no Convento de Santo André. Participou na política activa, sobretudo durante a Segunda Campanha Autonomista Açoriana, sendo em 1921 eleito deputado liberal pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada, integrando a comissão encarregue de estudar a Reforma do Estatuto das Juntas Gerais Autónomas – “Ataíde, Luís Bernardo Leite de”, in *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores, Direcção Regional de Cultura, Governo regional, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=4838>.

importância das recolhas etnográficas e a fundação de museus regionais<sup>19</sup>. Uma das vertentes em que se desenvolve o movimento para a formação da “consciência açoriana” ficou conhecida por “açorianismo”, este apresenta-se, em termos restritos, como “exaltação dos valores açorianos e sua projecção quer no arquipélago, quer no exterior”<sup>20</sup>.

No entanto, outros autores como José Bruno<sup>21</sup>, chamam a atenção para o louvor exagerado às características açorianas, que iria levar ao surgimento de polémicas desencadeadas pelos críticos dos regionalistas, mas também por alguns dos mais empenhados defensores do movimento regionalista açoriano, salientavam a falta de espírito crítico e de objectividade perceptível em muitos textos produzidos<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> A este respeito, Carlos Cordeiro refere: “Artesanato, cozinha tradicional, teatro e literatura populares, instrumentos e alfaias, processos e técnicas de produção, lendas, provérbios e todos os aspectos da vivência tradicional do povo açoriano deviam ser motivo de recolha e estudo em todas as ilhas dos Açores, pois a agitação e a aceleração da vida moderna parecia não ser compatível com a manutenção dos hábitos tradicionais (...) Os museus etnográficos serviriam, ademais, como verdadeiras escolas de formação cívica, pelo seu contributo para despertar nas populações o culto das tradições.” - CORDEIRO, Carlos, *ob cit.*, p. 298 e 299.

<sup>20</sup> *Idem*, p.304.

<sup>21</sup> José Bruno Tavares Carreiro [Coimbra - 1880; Ponta Delgada - 1957]. Terminado o curso em Direito na Universidade de Coimbra, em 1904, regressou à ilha de São Miguel iniciando a sua actividade profissional como advogado, acumulando com o cargo de subdelegado do Procurador Régio na comarca de Ponta Delgada. Por esta altura aderiu ao Partido Regenerador, colaborando no seu órgão de imprensa distrital, o jornal *O Distrito*, nos anos de 1907 e 1908. Foi jurista, jornalista, escritor e político autonomista açoriano. Destacou-se como fundador e primeiro director do jornal *Correio dos Açores* e como o organizador da visita dos intelectuais de 1924 e defensor da unidade e autonomia açoriana na fase inicial do Estado Novo – ANDRADE, Manuel Jacinto de, *Políticos açorianos – Nótulas biográficas*, vol. I – *Vultos dos Açores*, Jornal de Cultura, Colecção Autonomia, Ponta Delgada, 1996, pp.84-87.

<sup>22</sup> Carlos Cordeiro realça o facto de os regionalistas começarem a temer o “excesso de açorianismo”, pondo em causa a propaganda que se fazia no exterior. A este respeito, apresenta a opinião de Agnelo Casimiro, director do *Açoriano Oriental*, referindo que, se por um lado concorda com o facto de a exagerada propaganda poder ser prejudicial à imagem dos Açores, por outro não encontra factos concretos desse exagero; além disso, insiste nas qualidades superiores dos Açores em relação ao resto do

Assim, a campanha pelo “renascimento regionalista” integrava o conjunto de actividades culturais e tinha como objectivo a afirmação da diferença, ou a originalidade da cultura e da sociedade açorianas. Mas, para os mais tradicionalistas, como Armando Côrtes-Rodrigues<sup>23</sup>,

“os Açores eram apresentados como depositários da verdadeira tradição nacional, os mais puros representantes da Raça, já que o isolamento dificultara a penetração da “onda desnacionalizadora” que se abatera sobre o continente”<sup>24</sup>.

Enfim, o “espírito açoriano, o “sentimento açoriano”, a “alma açoriana”, a “consciência açoriana”, assentavam numa representação, traçando assim, o “homem açoriano”, ou melhor, o “bom homem açoriano”<sup>25</sup>.

Na continuidade do movimento desencadeado nos Açores em torno da “fraternidade insular” ou “confraternização açoriana”, no início do século XX, as elites

---

país. Nesta perspectiva “ao invés de excessiva, enquadrava-se perfeitamente no valor da terra açoriana e do seu povo”<sup>22</sup> – *Idem*, p. 309.

<sup>23</sup> Armando César Côrtes-Rodrigues [Vila Franca do Campo – 1891; Ponta Delgada - 1971]. Licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa (1910-1915), tendo, nessa altura, conhecido Fernando Pessoa e feito parte do grupo do Orpheu. Colaborou nos dois primeiros números da *Revista Orpheu* com vários poemas, alguns dos quais assinados com o pseudónimo Violante de Cysneiros. Regressou aos Açores em 1917, trabalhou nos liceus de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Dedicou-se então ao estudo da etnografia açoriana, área em que se viria a destacar, e a uma poética de pendor religioso. Os seus estudos etnográficos, para os quais efectuou importantes recolhas, centraram-se na área literatura oral e popular açoriana, das cantigas populares e dos adágios. Foi um dos sócios fundadores do Instituto Cultural de Ponta Delgada, tendo dirigido a publicação da revista *Insulana*. Em suma, foi um escritor, poeta, dramaturgo, cronista e etnólogo açoriano que se distinguiu pelos seus estudos de etnografia e em particular pela publicação de um *Cancioneiro Geral dos Açores* e de um *Adagiário Popular Açoriano* – CORDEIRO, Carlos, *ob. cit.*, pp.122, 123.

<sup>24</sup> CÔRTEZ-RODRIGUES, Armando, “O Sentimento Açoriano”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1922, apud. Carlos Cordeiro, *ob. cit.*, p.310.

<sup>25</sup> RIBEIRO, Luís, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1921, Fevereiro, 22, apud. Carlos Cordeiro, *ob. cit.*, p.311.

do arquipélago procuraram criar o “espírito açoriano”, a “alma açoriana”, com o objectivo de congregar os cidadãos para a defesa de interesses comuns, nomeadamente a ampliação dos poderes da autonomia administrativa. Neste contexto, estruturou-se o conceito de “açorianismo” como um ideário de cariz político-ideológico que pugnava pela afirmação da “identidade açoriana” e pelo reforço da consciência das populações com vista a defender os interesses do arquipélago face ao poder central. Nesta perspectiva, desenvolveu-se a corrente defensora do regresso à tradição, combateu-se a descaracterização da sociedade açoriana e procurou-se “açorianizar” os Açores.

Luís da Silva Ribeiro foi um dos autores que mais contribuiu para a definição das linhas gerais do “açorianismo” nos anos 20 e as suas reflexões foram fundamentais para desenvolver o seu estudo sobre a “açorianidade” na década seguinte. A noção de “açorianidade”, apresentada por Luís Ribeiro, era um aprofundamento do conceito de “açorianismo”, na medida em que apontava as possíveis causas da diferença entre açorianos e continentais e enunciava os factores de identidade, que permitiram aos sectores mais empenhados na luta política reforçar e justificar as suas reivindicações face a Lisboa<sup>26</sup>. Assim, defendia que os açorianos descendiam dos portugueses da época mais gloriosa da história nacional. Essas qualidades herdadas dos portugueses do século XV haviam-se mantido puras: o açoriano era o “português puro”, “mais e melhor português” do que o povo continental. Esta argumentação está presente em muitas intervenções autonomistas nos finais do século XIX<sup>27</sup>. Nos anos vinte constitui:

---

<sup>26</sup> Ver a este respeito: ENES, Carlos, “A construção da unidade e identidade regional”, in Luís da Silva Ribeiro, *Obras, Escritos Político-Administrativos*, vol. IV, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1996.

<sup>27</sup> O povo açoriano, nesta perspectiva, era apontado como o mais genuíno representante da raça, embora se reconhecesse as particularidades do meio insular. Luís Ribeiro não tem dúvidas em concluir que o açoriano era o “português puro”, “mais e melhor português” do que o povo continental – “a

“uma espécie de ‘modelo’ do discurso a que regionalistas e autonomistas inúmeras vezes recorriam na crítica às tendências centralizadoras do Estado e na afirmação da identidade açoriana”<sup>28</sup>.

Em todo este movimento regionalista realça-se o interesse pelas questões culturais, enquanto elementos fundamentais de definição da “identidade açoriana”. É neste âmbito que se pode perceber a transição do discurso de exaltação das particularidades do povo açoriano, à defesa na urgência desse mesmo estudo e preservação dos traços fundamentais da cultura popular, de modo a permitir, definir e fundamentar a verdadeira “alma açoriana”, através da intensificação de estudos e sua divulgação, por parte de intelectuais açorianos, que procuravam a afirmação da “identidade açoriana”, contrapondo as ideias regionalistas e autonomistas às tendências centralistas.

### **3 - O I Congresso Açoriano**

Enquadram-se neste contexto as propostas em torno da realização do Congresso Açoriano, durante os anos 10 e 20 do século XX, embora a concretização só tenha tido lugar em 1938, na cidade de Lisboa. Nestes argumentos (exemplo dessa luta em busca do auto-conhecimento da sociedade insular, da construção da unidade e solidariedade açorianas), destaca-se: o recurso à História e a valorização da tradição; preocupações

---

essência profunda da identidade nacional se encontraria na cultura popular, e inserindo-se no contexto do desenvolvimento dos estudos etnográficos que se verificava a nível nacional, intelectuais, políticos e jornalistas açorianos sobrelevam a importância do isolamento insular como dique de contenção da “onda desnacionalizadora” que se estaria a verificar no País.” – RIBEIRO, Luís, “Os Açores de Portugal”, in *Obras, História*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira e Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983, p.3, apud. Carlos Cordeiro, “Identidade e Autonomia. O debate nos Açores”, in *Europa em Mutação: Cidadania. Identidades. Diversidade cultural.*, Actas do Curso Intensivo, 20 de Fevereiro a 2 de Março de 2003, Estudos sobre a Europa, nº4, Quarteto Editora, Coimbra, Setembro de 2003, p.90,

<sup>28</sup> CORDEIRO, Carlos, *ob cit.*, p.314.

pela preservação do património etnográfico e artístico, bem como a exaltação dos valores patrióticos.

Em síntese, a ideia de reunião dum Congresso Açoriano<sup>29</sup> foi sugerida pela primeira vez numa série de artigos publicados no *Correio Micaelense*, sob o título “Pelos Açores”, em Junho de 1908, da autoria de Luiz Bettencourt de Medeiros e Câmara<sup>30</sup>. A ideia foi retomada em 1912 no jornal *O Repórter*, dirigido por Alfredo da Câmara. A ideia inicial do jornal era a de incentivar a “confraternidade açoriana”, ou seja, as visitas de açorianos às diversas ilhas. O jornal *O Tempo*, de Angra do Heroísmo, considerava que, além destas visitas, deviam reunir-se congressos para se tratar de assuntos mais candentes da realidade açoriana. Para o efeito, constituiu-se uma comissão de que faziam parte quase todos os directores de jornais açorianos. Este movimento levou a que os Governadores Civis, as Juntas Gerais e as Câmaras Municipais se reunissem para considerarem a hipótese de promover a discussão dos assuntos relacionados com o turismo, obras públicas, comunicações, transportes marítimos e cabotagem. Assim, nos anos de 1912 e 1913, tiveram lugar diversas digressões entre as ilhas, a favor de um maior fortalecimento de relações entre os

---

<sup>29</sup> COSTA, Francisco Carreiro da, “Como nasceu o I Congresso Açoriano”, in, *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*, de 8 a 15 de Maio de 1938, Grémio do Açores, Lisboa, [1ª Edição da Casa dos Açores (1940)], 2ª Edição Jornal de Cultura, 1995, pp.17 a 27.

<sup>30</sup> Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara [Ponta Delgada - 1873; Ponta Delgada, 1939]. Conhecido por Conselheiro Luís Bettencourt. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, foi jurista, magistrado e político e, entre outras funções, exerceu os cargos de procurador régio junto do Tribunal da Relação dos Açores, notário, administrador do concelho de Ponta Delgada, governador civil e presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. Foi um dos maiores paladinos do Segundo Movimento Autonomista Açoriano (1922-1928), assumindo então a presidência da Junta Geral, durante cerca de seis anos – ANDRADE, José, *A Face Humana da Toponímia de Ponta Delgada*, Edição da Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2001.

açorianos<sup>31</sup>. Contudo, a Grande Guerra fez derivar as atenções para outros assuntos, refreando por completo os ânimos: o pouco que se tinha feito ficou provisoriamente esquecido.

Apenas em 1920, de acordo com Carreiro da Costa, se retomou a ideia inicial da realização de um Congresso Açoriano, cabendo essa intenção a José Bruno Tavares Carreiro e Francisco Luiz Tavares<sup>32</sup>, responsáveis pelo *Correio dos Açores*. Também Lúcio Agnelo Casimiro, em 1922, se refere à importância da reunião de um congresso açoriano, pelas vantagens que daí poderiam advir. No ano seguinte, João Cândido Teixeira, no *Correio dos Açores*, tornou a difundir a ideia, actualizando-a. No entanto, Carreiro da Costa salienta que, na década seguinte, acerca do assunto mais nada é referido nos jornais açorianos, ao contrário do que sucedia no continente, em que diversos periódicos abordaram o tema<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> Carreiro da Costa refere: “teve repercussão, ao tempo, por todos os jornais, tendo mesmo, a ideia do Congresso, passando por várias modalidades, no todo das suas intenções, entre as quais a dum “Congresso do Professorado Açoriano”, a de vários “Congressos municipais e distritais” e por último a dum Congresso de mais ampla finalidade – que se aproxima deste primeiro realizado em 1938 – pelo qual os açorianos haveriam de apresentar ao Governo da Nação, numa larga exposição, as aspirações de todos os Açores, naquilo que elas tivessem da justiça que cabia ao arquipélago” – *Idem*, p. 17 e 18.

<sup>32</sup> Francisco Luís Tavares [Ponta Delgada – 1886; Ponta Delgada - 1968]. Foi jurista, empresário, político e jornalista açoriano. Líder local da União Republicana e do Partido Republicano Liberal, governador civil do Distrito Autónomo de Ponta Delgada nos anos de 1910 a 1911, 1919, 1920 a 1921 e 1923 a 1924. Deputado na primeira legislatura republicana, autor do diploma que reconheceu a autonomia dos distritos insulares. Manteve as suas convicções democráticas e liberais durante o Estado Novo, do qual foi público opositor. Fundou ou dirigiu os jornais *A República*, *Correio dos Açores* e *A Terra*. É autor de diversos artigos e de alguns opúsculos e conferências sobre questões políticas, económicas e administrativas – ANDRADE, Manuel Jacinto de, *Autonomia – vultos e factos*, Pasta Pedagógica 1, Angra do Heroísmo, Direcção Regional da Educação, 1995, cap. II, p. 21.

<sup>33</sup> A este respeito, Carreiro da Costa informa que, em Lisboa, o *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias*, e no Porto, *O Primeiro de Janeiro* e o *Comércio do Porto*, escrevem acerca do benefício da realização dum Congresso Açoriano.

Ora, a ideia do congresso só teve oportunidade de realização graças ao Grémio dos Açores, fundado em Lisboa em Março de 1927,

“nesse tempo um movimento de açoreanismo bastante profícuo, pois reunindo numa casa, em Lisboa, todos os açorianos aqui residentes, esforços esplêndidos se conjugariam na intenção de se verificar uma oportuna interferência em todos os assuntos que sob múltiplos aspectos aos Açores dissessem respeito”.<sup>34</sup>

A história do Grémio Açoriano é anterior a 1908<sup>35</sup>, por essa razão, desde da sua fundação, a ideia de realização dum Congresso andou sempre no ânimo do Grémio. Contudo, face a diversas dificuldades, a questão foi posta de parte. Em relação à sua actividade, que se encontra documentada nos relatórios das direcções anualmente publicados, Carreiro da Costa refere: “o Grémio dos Açores não obstante a sua profícuo actividade, continuou circunscrito à resolução daquilo que de maior urgência se lhe apresentasse sobre as ilhas”<sup>36</sup>. O Grémio dos Açores tinha uma acção limitada,

---

<sup>34</sup> *Idem*, p.18.

<sup>35</sup> Tendo por base o texto de Carreiro da Costa sobre a criação do Grémio dos Açores, a ideia da sua constituição surge com a publicação, em Novembro de 1884, no *Diário de Notícias*, de uma notícia em que se convidavam todos os açorianos e madeirenses de Lisboa para uma Assembleia, na Sociedade de Geografia, com o objectivo de estudar e lançar as bases de uma Federação Insulana. Realizada a reunião, concluiu-se pela necessidade de criação de uma Liga Insulana. No entanto, a comissão encarregue da organização dessa Liga não prolongou por muito tempo os seus trabalhos. Só em 1907, novamente, se conjugam os esforços para o estabelecimento dum grémio regional, mas só açoriano. Em Novembro desse, mesmo ano são aprovados os estatutos da “Sociedade de Estudos Açorianos”. Apesar da intensa actividade desenvolvida, não foi avante a concretização de um congresso. No ano de 1925, surge a ideia da fundação de uma Agremiação Regional Açoriana, que volta a animar um conjunto de açorianos, efectuando-se a primeira reunião da Comissão Organizadora do Grémio dos Açores, em Novembro desse ano. Durante cerca de dois anos dedicou-se activamente à sua preparação. A 27 de Março de 1927, aprovaram os seus estatutos em Assembleia-Geral e elegerem os primeiros corpos gerentes, fundando o Grémio dos Açores, que desenvolvia diversas actividades relacionadas com os Açores (*Idem*, pp. 19-21).

<sup>36</sup> *Idem*, p. 21.

circunscrita a tratar de assuntos açorianos de resolução urgente, deixando de parte aqueles de maior complexidade. Na opinião de Carreiro da Costa:

”não deveria ser apenas o consulado das ilhas açorianas, a agência das mesmas para junto dos Poderes Centrais tratar das questões regionais para cuja resolução lhe fosse solicitada interferência; deveria, naquilo que de síntese dos Açores ele tem sido em Lisboa, ser o eco do arquipélago dando a saber da existência de tais ilhas dispersas em pleno Atlântico e chamando a atenção dos poderes constituídos para os magnos problemas das mesmas”<sup>37</sup>.

Por essa razão, salienta-nos que a Direcção do Grémio dos Açores, ao iniciar, a 4 de Abril de 1937, os seus trabalhos da gerência de 1937-38, sendo o seu presidente, Professor Armando Narciso, enunciou os objectivos do Grémio, lembrando a necessidade de um Congresso Açoriano cujo fim fosse o de realçar todas as questões que diziam respeito aos açorianos. Posteriormente, foram iniciados os trabalhos de organização do referido congresso, bem como a propaganda necessária face à necessidade de despertar interesse pela sua realização<sup>38</sup>.

Na preparação dos trabalhos, Carreiro da Costa refere que a Sede do Grémio tornou-se teatro de grande e complexa actividade, onde, por altura das reuniões semanais da Direcção, era assídua a presença de jornalistas e repórteres e dos membros das comissões do Congresso, cujos presidentes iam frequentemente ao Grémio tomar

---

<sup>37</sup> *Idem*, p. 21.

<sup>38</sup> Carreiro da Costa informa que o Professor Armando Narciso começou a publicar na imprensa regional diversos artigos acerca da difusão quer do Grémio, quer da urgência da realização de um Congresso. Essa campanha durou até à realização do Congresso, graças a ilustres açorianos como o Doutor Francisco Lourenço Valadão Jr., José Júlio da Rocha Abreu, Osório Goulart, Tenente Coronel José Agostinho, Ezequiel M. Silva, Doutor Cândido Teixeira e Diniz da Silva, pelos artigos que publicavam nos jornais açorianos. Para que os problemas açorianos fossem debatidos e estudados com ponderação, foram constituídas as comissões de honra com os especialistas dos vários domínios, e organizadas as Secções de Especialidade com as respectivas presidências. Em seguida, a Direcção do Grémio endereçou os convites envolvendo todos os membros que o constituíam (*Idem*, pp.23 - 24).

conhecimento sobre os assuntos que lhes diziam respeito. Entre outros, destacam-se os nomes do Engenheiro António Hintze Ribeiro<sup>39</sup>, Generais Lacerda Machado<sup>40</sup> e Fernando Borges<sup>41</sup>.

O Congresso Açoriano reuniu-se, finalmente de 8 a 15 de Maio de 1938 e procurou juntar à volta dos interesses do Arquipélago os açorianos que residiam no

---

<sup>39</sup> António Hintze Ribeiro [Ponta Delgada – 1875; Lisboa - 1944]. Após a implantação da República, mantendo-se monárquico, demitiu-se do Exército e passou à vida civil leccionando matemática e administrando as propriedades da mulher no Alentejo e em S. Miguel. Participou activamente na tentativa de restauração monárquica e por isso foi preso (1921-1922). Representante do distrito de Ponta Delgada no Conselho Superior da Causa Monárquica, em 1932, depois da morte de D. Manuel II e acatando o apelo de Salazar para que os monárquicos abandonassem as tentativas restauracionistas, aderiu à União Nacional e passou a ser o delegado da Comissão Distrital em Ponta Delgada (1935-1944). Foi também presidente da Assembleia-Geral da Casa dos Açores em Lisboa (1940-1944) – LEITE, José Guilherme Reis, *Política e administração nos Açores de 1890 a 1910 – o 1º Movimento autonomista*, Jornal de Cultura, Coleção Autonomia, 1995.

<sup>40</sup> Francisco Soares de Lacerda Machado [Lajes do Pico-1870; Lisboa - 1955]. Militar, historiador e etnógrafo. Concluído o curso da Escola do Exército, foi sucessivamente promovido na carreira militar, atingindo o posto de general (1932). Foi membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Presidiu à secção de História e tradição, etnografia e folclore, literatura e arte do Primeiro Congresso Açoriano (Lisboa, 1938) e à Casa dos Açores, em Lisboa (1939-40). Entre outras condecorações e louvores, a comenda da Ordem de Santiago de Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico e a grã-cruz das ordens de Cristo e de Avis – ÁVILA, Ermelindo, *Figuras & factos: notas históricas*, Lajes do Pico, Câmara Municipal, 1993, pp. 73 e 74.

<sup>41</sup> Fernando Augusto Borges [Santa Bárbara, ilha Terceira – 1880; Lisboa - 1949]. Militar, com profundas convicções religiosas e políticas, nacionalista e conservador, começou por se distinguir durante o governo de Sidónio Pais, exercendo a função de chefe de gabinete do Secretário de Estado da Guerra e director da censura militar à imprensa (1918). Em 1931, aquando da revolta democrática na Madeira e nos Açores, foi nomeado comandante em chefe das forças expedicionárias que abafaram aquele movimento de 6 de Abril e 24 de Junho desse ano. Também foi nomeado delegado especial do governo nas ilhas adjacentes. Na legislatura de 1934, a primeira do Estado Novo, foi eleito deputado pelo seu distrito natal e novamente na 3ª legislatura (1942-1946). Distinguiu-se ainda como jornalista, mantendo colunas em *A União*, a partir de 1904, e em jornais do continente, como o *Comércio do Porto* e em defesa das ilhas dos Açores, no *Diário de Notícias*, com uma página quinzenal denominada “Notícias Insulares” e no *Portugal Madeira e Açores*, além do micalense *Correio dos Açores*. Colaborou, também, na *Revista de Infantaria* – AMARAL, Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e, *Biografias e Outros Escritos*. Angra do Heroísmo, Câmara Municipal, pp. 107-112.

Continente com os que viviam nas Ilhas. Em síntese, no Congresso foram debatidos vários assuntos. A geologia açoriana, não só pela importância científica, mas também pela sua utilidade, foi objecto de estudo, pois, era preciso conhecer bem o terreno para bem o poder aproveitar. Esse saber seria aplicado à arquitectura para que as edificações melhor resistissem aos sismos, além disso, permitiria o conhecimento das matérias-primas existentes no subsolo (como as pozolanas vulcânicas e basalto, e as águas minerais)<sup>42</sup>. Em relação ao clima foi exposta a necessidade de apetrechamento dos observatórios meteorológicos dos Açores, para melhor aproveitamento em benefício local<sup>43</sup>. Abordou-se, igualmente, a necessidade do estudo das condições geográficas e o da geografia humana, por serem fundamentais ao conhecimento do arquipélago, pois, até então, os investigadores não tinham o auxílio oficial necessário, para que os seus trabalhos surtiram o efeito desejado<sup>44</sup>. Destacou-se a necessidade de divulgar os trabalhos inéditos da historiografia insular, pois, a história dos Açores ligava-se à história dos descobrimentos e à evolução política de Portugal. Tal importância reflectia-se, também, em relação aos documentos arqueológicos (obras de arte e monumentos), que necessitavam de conservação adequada, devido ao seu valor artístico e histórico.

---

<sup>42</sup> Tendo sido proferidas as seguintes comunicações: *Manifestações geofísicas de carácter vulcânico*, Coronel Roma Machado; *Estudos Geofísicos nos Açores, Necessidades dum serviço geológico no Arquipélago*, Tenente-coronel José Agostinho; *Projecção geofísica nos Açores*, Dr. Mendonça Dias; *Paleontologia açoriana*, Manuel Dionísio – GRÉMIO DOS AÇORES, *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*, de 8 a 15 de Maio de 1938, Grémio do Açores, Lisboa, [1ª Edição da Casa dos Açores (1940)], 2ª Edição Jornal de Cultura, 1995, pp.84-111.

<sup>43</sup> As seguintes comunicações: *Considerações sobre o clima dos Açores, Características da paisagem açoriana*, Prof. Armando Narciso; *Clima nos Açores*, Tenente-coronel José Agostinho; *Dados climáticos de Ponta Delgada*, Teixeira de Miranda; *Estação meteorológica de marinha no Atlântico*, 1º Tenente Soares Perdigão – *Idem*, pp.112-130.

<sup>44</sup> A este respeito, foram proferidas as seguintes comunicações: *Flora açoriana*, Prof. Teles Palhinhas; *Fauna açoriana*, Prof. Fernando Frade; *Geografia humana nos Açores*, Prof. Armando Narciso; *Necessidade do estudo da biologia nos Açores*, Tenente-coronel José Agostinho – *Idem*, pp. 130-143.

Sobretudo o abundante património de arte popular e motivos folclóricos, que existia nos Açores, face à importância das investigações históricas para o conhecimento e estudo das populações, mencionou-se a necessidade de essas investigações merecerem a atenção dos organismos oficiais. Para salvaguardar esse património cultural, tornar-se-ia necessário apoiar e criar mais museus etnográficos<sup>45</sup>. Em relação à imprensa açoriana aludiu-se à necessidade de um regime fiscal diferente do continente, pois, devido ao seu isolamento, os Açores tinham uma imprensa regional bem diferente da do Continente, porque os diários de grande formato, como os de Ponta Delgada, tinham grandes despesas e tiragens limitadas, acontecendo o mesmo com os restantes<sup>46</sup>. Referiu-se que o atraso dos Açores também se devia à falta de propaganda das ilhas no Continente<sup>47</sup>,

---

<sup>45</sup> A este respeito, salienta-se as seguintes comunicações: *A revelação Geográfica do arquipélago*, General Lacerda Machado; *A prioridade portuguesa dos descobrimentos atlânticos, As doações das Ilhas do Faial e Pico, Origem do nome da cidade da Horta, Uma grande figura portuguesa*, Dr. António Ferreira de Serpa; *A fundação da cidade de Angra*, Dr. Joaquim Corte Real Amaral; *Origem do nome da cidade da Horta, Chateaubriand na Ilha do Faial, O Castelo de Santa Cruz, Os Arriagas na Ilha do Faial*, Osório Goulart; *Um historiador inédito*, Dr. Oliveira San-Bento; *A mulher açoriana*, Padre Ernesto Ferreira; *Os Açores na história da cultura*, Dr.ª Maria dos Santos; *O Panteão Açoriano*, Padre António da Costa Ferreira; *Uma velha igreja gótica*, Dr. Garcia da Rosa; *O castelo de S. João Batista*, Miguel Forjaz Borges; *Estudos etnográficos nos Açores, Necessidade do estudo etnográfico e linguístico nos Açores, O ensino da música nos Açores*, Dr. Luiz da Silva Ribeiro; *Colheita do folclore açoriano*, Prof. Armando Narciso; *Folclore micaelense*, Dr. Armando Côrtes Rodrigues; *Idiosincrasia açoriana*, Manuel Dionísio; *Folclore e museus etnográficos açorianos*, Capitão Frederico Lopes; *Literatura regional açoriana, Música regional açoriana*, Dr. Carreiro da Costa; *A alma açoriana na poesia popular*, Manuel Ferreira; *Museu de Ponta Delgada secção de arte*, Dr. Luiz Bernardo Leite Ataíde; *Música regional açoriana*, Maestro Manuel Maria de Melo – *Idem*, pp.145-216.

<sup>46</sup> Relativamente a este tema, foram proferidas as seguintes comunicações: *Valor da Imprensa açoriana*, Dr. San-Bento; *A missão da Imprensa açoriana*, Prof. Armando Narciso; *Necessidade da criação dum órgão da imprensa para a defesa e propaganda dos Açores na Capital*, Armando Ávila – *Idem*, pp. 247-254.

<sup>47</sup> Carreiro da Costa refere o facto de as comunicações com o Continente serem rudimentares, raras e caras, e constituíam a principal dificuldade dos continentais virem aos Açores e os açorianos irem ao Continente. Os jornais do Continente só por excepção falavam no arquipélago, exageradamente, pode dizer-se, que os Açores eram mais conhecidos no estrangeiro do que em Portugal Continental.

havendo a necessidade de os Açores se tornarem conhecidos no Continente e no estrangeiro<sup>48</sup>.

Ao nível da justiça, a nomeação de magistrados para os tribunais das ilhas teria de merecer uma atenção especial dos responsáveis do poder central, de forma a evitar que os crimes ficassem por julgar<sup>49</sup>. A religiosidade do povo açoriano era uma das suas características. A assistência religiosa era necessária em todos os núcleos de açorianos que viviam não só no território nacional como também no estrangeiro; não devia, por isso, ser esquecida pelos poderes públicos<sup>50</sup>. A descentralização administrativa, concedida às Juntas Gerais de Ponta Delgada, Angra e mais tarde à da Horta, destinava-se a facilitar a administração local de forma a compensar o isolamento do arquipélago<sup>51</sup>. Sugeriu-se, face aos obstáculos, a constituição de novas entidades de representação

---

<sup>48</sup> Foram proferidas as seguintes comunicações: *Propaganda insular pelo folclore*, *Propaganda insular pela literatura*, Dr. Carreiro da Costa; *Bares de reclame no estrangeiro*, Francisco Álvares Cabral; *Os correios na propaganda insular*, Silva Júnior; *Selos nos Açores*, Ezequiel Moreira da Silva – *Idem*, pp. 254-264.

<sup>49</sup> Acerca deste tema a seguinte comunicação: *A nomeação de magistrados judiciais para os Açores*, Dr. San-Bento – *Idem*, pp. 264-266.

<sup>50</sup> A este respeito, temos as várias comunicações: *Religiosidade do povo açoriano*, Dr. José Bernardo de Almada; *Religiosidade do povo micalense*, Padre José Gomes; *Aspecto religioso-social do povo faialense*, Padre Pereira da Silva; *Açorianos que foram bispos*, Cónego J. Augusto Pereira; *O seminário de Angra*, Dr. José Vieira Alvernar; *Tesouro de arte sacra da Sé de Angra*, Padre Costa Ferreira; *A espiritualização das associações profissionais*, Dr. José Bernardo de Almeida; *O clero açoriano no Extremo-Oriente*; Padre José Machado Lourenço; *Necessidades do culto na Graciosa*, Padre A. Da Silva Bettencourt; *Projecto dum templo*, Manuel de Almeida Chaves; *Os padres açorianos na América do Norte*, Prof. Armando Narciso – *Idem*, pp. 266-287.

<sup>51</sup> Carreiro da Costa salienta que a acção das Juntas tinha sido dificultada pela excessiva legislação, devido a diminuição de receitas e aumento de encargos. Igualmente, por esta altura eram recusadas às câmaras municipais receitas a que tinham direito, além de outros organismos regionais serem discriminados em relação aos do continente. O isolamento do arquipélago dos Açores, fazia com que fosse problemático levar, de forma oportuna, as dificuldades que assolavam as ilhas à ponderação do poder central. Esta carência era perceptível nas deslocações dos governadores civis dos três distritos açorianos à capital para tratar de diversos aspectos relacionados com a sua funcionalidade.

junto do governo, pois, era necessário assegurar, de maneira mais sistematizada e eficiente, as relações entre as autoridades administrativas açorianas e o poder central.

Os açorianos reclamavam, também, a adjudicação de grande obras, como a reconstrução de portos, estradas e conservação de monumentos nacionais, semelhantes às que eram feitas no continente<sup>52</sup>. Como os açorianos viviam da emigração e da agricultura, travada a emigração e a agricultura estando pouco desenvolvida, e o comércio dos seus produtos pouco rentável, havia a necessidade de se fazer uma cultura intensiva, mas para isso, teria de se estudar os solos e as condições climáticas<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> Acerca destes temas, temos as seguintes comunicações: *Necessidade duma agência oficial dos Açores*, Tenente Aniceto dos Santos; *Secretariado das Ilhas junto do Poder Central*, Armando Ávila; *Os Açores e o Poder Central*, Botelho de Paiva; *Relatório da Junta Geral de Ponta Delgada*; *Pavimentação das estradas de S. Miguel*, Dr. Francisco Faria e Maia; *Pavimentação das estradas de turismo, Túnel de nivelção da Lagoa das sete Cidades*, Eng. Francisco Pacheco de Castro; *Necessidades do Concelho de Ponta Delgada*, *Necessidades do Concelho da Ribeira Grande*, *Necessidade dum bairro económico na Vila da Lagoa*, *O porto de pesca da Vila da Lagoa*, Dr. Carreiro da Costa; *Relatório Câmara Municipal da Povoação*; *Necessidades e aspirações de Santa Maria*, Vítor Gago da Câmara Leandres; *Portos do Distrito de Angra*, *As estradas do Distrito de Angra*, Eng. Silva Real; *Relatório da Câmara Municipal de Angra*, Dr. Rocha Alves; *Necessidades do Concelho da Praia da Vitória*; *Necessidades do Concelho de Santa Cruz da Graciosa*; *Necessidades dos Concelhos das Vilas e Calheta de S. Jorge*; *Litoral da cidade da Horta em perigo*, Domingos Garcia; *Necessidades do Concelho das Lages do Pico*, General Lacerda Machado; *Relatório da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores*, Arms de Mendonça; *Necessidades da Ilha do Corvo*, Manuel Hilário – *Idem*, pp. 289-349.

<sup>53</sup> De acordo com Carreiro da Costa, as culturas intensivas que existiam necessitavam, a vários níveis, de apoio oficial para se desenvolver. A este respeito, podemos consultar as seguintes comunicações: *A cultura intensiva nos Açores, O futuro matadouro industrial da Horta*, Dr. M. F. Neves Júnior; *Cultura e comércio do ananás de S. Miguel*, Sindicato dos cultivadores de ananases; *Chá dos Açores*, Eng. António Hintze Ribeiro; *A sericicultura dos Açores*, Jaime Hintze; *Problemas agrícolas do Distrito de Angra*, Eng. Ornelas Bruges; *Comunicação do Sindicato Agrícola de Angra*; *O problema dos lacticínios nos Açores*, Dr. Coelho de Paiva; *Especialização da indústria dos lacticínios*, Prof. Armando Narciso; *Problema vinícola na Ilha Graciosa*, José Vieira; *Defesa do comércio do vinho da Graciosa*, João da Cunha Vasconcelos; *Pecuária açoriana*, Dr. Sampaio Andrade; *Defesa da lavoura açoriana no comércio de gados*, Dr. Nicolau Pereira; *Moção do Sr. Furtado Leite*; *O futuro matadouro de Lisboa e a pecuária açoriana*, Dr. Joaquim Tiago Ferreira; *Moção do Sr. Furtado Leite*; *A pecuária do Distrito de Angra*, Dr. António de Melo Correia; *Baldios na Ilha de S. Miguel*, Dr. Urbano de Mendonça Dias; *Baldios na Ilha*

Intimamente ligados aos aspectos da agricultura, da emigração, do turismo e das comunicações, o comércio e a indústria mereciam, igualmente, especial atenção.<sup>54</sup>

O turismo era outra actividade importante no arquipélago; podia alcançar grande progresso, devido a vários factores: ao clima suave; constituir local de passagem de cruzeiros; possuir águas medicinais abundantes e variadas; as paisagens soberbas; o povo acolhedor e com tradições de grande valor folclórico. Mas, para que essa indústria se criasse e desenvolvesse, era imperativo o empenho do poder central, através da assistência especializada nessa matéria e na divulgação dos Açores<sup>55</sup>. O problema dos transportes marítimos era o mais importante e mais grave da vida açoriana, por isso,

---

*Terceira*, Dr. Luiz da Silva Ribeiro; *Baldios na Terceira*, Dr. José Vieira Alvernaz; *Arborização de Santa Maria*, Dr. Soares de Figueiredo – *Idem*, pp. 358-438.

<sup>54</sup> Sobre este assunto, foram proferidas as seguintes comunicações: *Economia açoriana*, Furtado Leite; *Produtos açorianos na economia nacional*, Gonçalves Monteiro; *Crise financeira e económica dos Açores*, Eng. Borges Carneiro; *Necessidade da organização e publicação de estatísticas do comércio com as ilhas*, Dr. Couto Santos; *Recursos económicos de S. Miguel*; Associação Comercial de Ponta Delgada; *Memorial da Associação Industrial de Ponta Delgada*; *O cimento armado nos Açores*, Rego Lima; *Vida económica do Distrito de Angra*, Dr. Teotónio Machado Pires; *Reforma do crédito na Ilha Terceira*, Dr. Henrique Braz; *Indústria insular de tabaco*, Braz e Filhos; *A indústria dos bordados açorianos*, Associação Comercial de Angra; *Crise da indústria de bordados na Terceira*, Mariano de Freitas; *Indústrias caseiras*, Maria de Ascensão Carvalho; *A economia do Distrito da Horta*, Associação Comercial da Horta; *Imposto de trânsito*, Torres Goulart – *Idem*, pp. 444-494.

<sup>55</sup> Acerca deste tema, as seguintes comunicações: *A indústria do turismo*, Capitão Ávila de Madruga; *A indústria do turismo nos Açores*, *Águas minerais do Arquipélago dos Açores*, *Uma viagem ao Vale das Furnas*, Prof. Armando Narciso; *Ambiência açoriana e turismo*, *Importância turística e agrícola duma estrada até à Serra de Água de Pau*, Dr. Carreiro da Costa; *O turismo nos Açores*, *Embelezamento do Monte Brasil*, Coronel Gomes da Silva; *O turismo em S. Miguel*, Coelho Borges; *Futuro turístico de S. Miguel*, Dr. Rebelo Arruda; *Turismo e regionalismo micalense*, Sociedade Terra Nostra; *A arquitectura das caldeiras das Furnas*, Read Teixeira; *O Faial belo centro do turismo*, Ana da Costa Nunes; *O turismo e o porto da Horta*, Magno do Amaral; *Faial e Pico, ilhas gémeas*, Marcelino de Lima – *Idem*, pp. 495-542.

necessitava de resolução mais urgente<sup>56</sup>. Tornava-se necessário que o Governo estudasse o assunto, resolvendo este problema de modo a assegurar comunicações mais perfeitas, suficientes, rápidas e mais baratas, entre o arquipélago e o continente e entre as várias ilhas, porque sem transportes eficientes, não era possível o desenvolvimento do comércio e do turismo nos Açores<sup>57</sup>.

O ensino nos Açores tinha aspectos particulares, alguns devidos ao isolamento insular e outros devido à crise que assolava o arquipélago<sup>58</sup>. Era urgente aumentar o número de escolas dispersas pelas várias ilhas, bem como prestar maior assistência às crianças para as frequentarem. Em relação ao ensino secundário, a situação também não era melhor, devido à falta de recursos da população açoriana, que levava a que poucos

---

<sup>56</sup> Na opinião de Carreiro da Costa, o comércio, a indústria, o turismo ficariam sempre rudimentares se os transportes marítimos continuassem os mesmos, pois deles dependia toda a economia insular. Eram deficientes em tonelagem, em frequência e em acomodação e proibitivos nos preços. A prioridade de qualquer governo deveria ser o de garantir comunicações fáceis e eficazes com todos os territórios que dirigem.

<sup>57</sup> A este respeito temos as seguintes comunicações: *Os Açores nas comunicações aéreas, Possibilidades e dificuldades das comunicações marítimas entre o continente e os Açores*, Almirante Botelho de Sousa; *O monopólio da navegação para os Açores*, Dr. António Ferreira de Serpa; *Comunicações marítimas entre os Açores e o Continente*, Dr. Martins Ferreira; *Transportes e comunicações*, Batista da Conceição; *Transportes marítimos para as Ilhas*, Francisco Álvares Cabral; *Os Açores no tráfico internacional*, Dr. Brandão Pereira; *As comunicações marítimas para Santa Maria*, Morais Cordeiro; *Elementos elucidativos sobre a acção da Empresa Insulana de Navegação*, Vasco Bensaúde; *A cabotagem nos Açores*, Sociedade de Navegação Santamarense; *Os fretes proibitivos da Empresa Insulana de Navegação*, Associação Comercial de Angra; *A cabotagem nas Ilhas dos Açores*, Dr. Bettencourt da Silva e Dr. Soares de Figueiredo; *As comunicações com o Corvo*, Emílio Pombo; *Os transportes marítimos, problema vital da economia açoriana*, Prof. Armando Narciso; *A pesca no Distrito de Angra*, Comandante Morais Serrão; *A caça da baleia no Distrito da Horta*, Moniz Madruga; *Situação económica dos pescadores açorianos*, Padre Ernesto Ferreira - *Idem*, pp. 544-587.

<sup>58</sup> Carreiro da Costa refere que o aumento acelerado da população fazia com que o número de escolas primárias fosse insuficiente, além disso, a miséria também levava à falta de condições para que as crianças frequentassem a escola.

prosseguissem os estudos e daí a necessidade de se criar e desenvolver o ensino profissional para preparar os jovens para a vida activa<sup>59</sup>.

Porque é reconhecida a importância estratégica do arquipélago, havia urgência em defender e valorizar as ilhas dos Açores<sup>60</sup>. Além das condições de vida e necessidades dos habitantes dos Açores, havia, também, que ter em conta as necessidades daqueles que viviam fora dos Açores, propondo a sua assistência e acompanhamento aos emigrantes por parte dos organismos do poder central<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> Sobre este tema, as comunicações: *Duas questões escolares de ensino primário*, Dr. Francisco Faria e Maia; *Fiscalização e orientação pedagógica em Ponta Delgada*, Afonso da Cunha; *Ensino doméstico nos Açores*, João Francisco de Ávila; *Questões de ensino primário*, Moniz Morgado; *A instrução primária profissional*, Soares de Figueiredo; *O problema da assistência aos estudantes açorianos*, Dr. Álvaro Sampaio; *Da educação pública nos Açores*, Dr. Riley da Mota; *O ensino profissional em Ponta Delgada*, Manuel Barros; *A Escola Comercial e Industrial Dr. Oliveira Salazar na Ilha Terceira*, Coronel Gomes da Silva; *Necessidade da criação de um curso de mestre de obras na Escola Dr. Salazar*, Dr. Teotónio Machado Pires; *Artes e ensino técnico nos Açores*, Dr. Castro Meneses; *A instrução pública na Graciosa*, Maria das Mercês Bettencourt - *Idem*, pp. 588-616.

<sup>60</sup> Sobre este tema, as seguintes comunicações: *Importância estratégica dos Açores e a sua defesa*, Coronel Sotto-Maior; *Defesa da população açoriana contra a guerra química*, Dr. Marques da Mata; *O porto militar da Horta*, Dr. António Ferreira da Serpa - *Idem*, pp. 616-626.

<sup>61</sup> Acerca destes assuntos, foram proferidas as seguintes comunicações: sobre a assistência corporativa e medicina social - *A assistência maternal nos Açores*, Prof. Augusto Monjardino; *Assistência aos açorianos residentes em Lisboa*, Dr.<sup>a</sup> Evangelina Pinto; *Assistência em Ponta Delgada*, Dr. José Maria de Medeiros; *Assistência à pobreza em Ponta Delgada*, Diniz da Silva; *Assistência à tuberculose em S. Miguel*, Dr. Vaz de Medeiros; *Necessidade dum dispensário anti-leproso em Santa Maria*, Dr. Velho Arruda; *Assistência aos alienados em Angra*, Dr. Bartolomeu Flores; *Conferência de S. Vicente de Paula em Angra*, Dr. Vieira Alvernar; *Utilidade das nascentes minero-medicinais da Graciosa, na assistência pública*, Dr. João Maria Jardim; *As águas termais do Varadouro na assistência pública*, Moniz Madruga; *A assistência na Ilha do Corvo*, Manuel Hilário; *A assistência hospital e as condições açorianas*, Prof. Armando Narciso; sobre trabalho e higiene - *O trabalho e a higiene nos Açores*, Dr. Arruda Furtado; *O desemprego em S. Miguel*, Sindicato dos Empregados do Comércio de Ponta Delgada; *As condições de trabalho na Horta*, Sociedade Cooperativa de Previdência Operária e Sindicato da Construção Civil da Horta; *Casas do Povo dos Açores*, Dr. Martim Faria e Maia Júnior; *Mutualismo, previdência social e caixas sindicais*, Diocleciano da Silva; *Os abalos de terra e as casas económicas nos Açores*, Dr. Botelho de Paiva; *Reminiscências do corporativismo na Ilha de S. Miguel*, Dr. Armando Cândido; *Necessidade*

Concluindo, em relação ao Congresso Açoriano, em 1908, defendeu-se a sua realização nos Açores, mas não foi possível criar condições para a sua efectivação. Na década de 20, quando se desenrolava no continente o movimento regionalista, várias províncias promoveram os respectivos congressos o que deu novo impulso aos açorianos. O objectivo era juntar os açorianos de todas as ilhas para discutirem os problemas comuns e apresentarem propostas para a resolução junto do Poder Central. Apesar do discurso e da propaganda na imprensa em volta da unidade açoriana, os individualismos e desconfianças funcionaram sempre como um obstáculo ao diálogo conjunto.

Em 1938, graças ao esforço da direcção do Grémio dos Açores, em Lisboa, conseguem-se ultrapassar as várias dificuldades e alcançar os apoios necessários para a concretização de um congresso<sup>62</sup>. A sua realização, revelou um espírito de união mais

---

*duma casa de pescadores na Lagoa*, Dr. Carreiro da Costa; *O problema da água no Corvo*, Manuel Hilário; sobre a emigração açoriana – *Açorianos emigrados na América*, Prof. Jorge Monjardino; *A emigração no Distrito de Angra*, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; *Emigração da gente de S. Jorge*, Dr. Martins Ferreira; *Os Açores e as Colónias*, Coelho Borges; *Expansão insular*, Dr. Celestino Soares; *Problemas da colonização*, Capitão Henrique Galvão; *Colonização e emigração*, Prof. Armando Narciso - *Idem*, pp. 627-697.

<sup>62</sup> José Medeiros Ferreira salienta, entre outros aspectos, o fraco entusiasmo por parte dos açorianos nos Açores em comparação ao entusiasmo dos açorianos residentes em Lisboa (notado por Carreiro da Costa), acerca da realização do Congresso. Segundo Medeiros Ferreira, Carreiro da Costa declara não saber “a que atribuir isso, se a uma falta de afecto pela sua terra açoriana se a um cepticismo peculiar a todos aqueles que se amedrontam com tudo o que sai fora da rotina”. Na opinião de Medeiros Ferreira não terão sido essas as razões, mas talvez a ausência de liberdade política fosse mais sentida nos Açores do que em Lisboa. Isto porque a realização do *I Congresso Açoriano* aconteceu num dos períodos mais duros da ditadura salazarista, reforçada por vários acontecimentos que ocorriam em outros países europeus (guerra civil em Espanha e pela afirmação das ideologias autoritárias, centralistas e imperiais). Além disso, em 1938 todos se preparavam para a guerra, daí que Medeiros Ferreira considere uma ilusão a “possibilidade da defesa dos interesses insulares sem se ter em conta o tipo de regime político vigente em Portugal ...” – FERREIRA, José Medeiros, “Prefácio”, in *Livro do I Congresso Açoriano*, que se

fácil de obter longe da terra natal e reflecte a activa intervenção do Grémio dos Açores, pois o facto de os Açores estarem longe do Poder Central e de serem difíceis as deslocações das autoridades regionais ao continente levaram a que os açorianos residentes em Lisboa, assumissem o papel de interlocutores frequentes, com os diversos ministérios, na defesa dos interesses das ilhas. Procurou desta forma, agregar à volta dos interesses do Arquipélago, os açorianos que, por diversas razões, se encontravam no Continente com os que tinham a sua vida estabelecida nos Açores. Tratou-se, no fundo, de um projecto que incidiu sobre a necessidade de promover a reflexão e o estudo sobre o ambiente de crise económica e social que assolava a sociedade açoriana. Nas numerosas comunicações que, apesar de os organizadores estarem em perfeita sintonia com o Estado Novo, compreenderam aspectos da vida económica, social, política, cultural e religiosa, foi feito o levantamento dos problemas insulares mais urgentes e apresentadas propostas de resolução aos poderes públicos<sup>63</sup>.

---

reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938, 2ªed., *Jornal de Cultura* (1ª Edição da Casa dos Açores, 1940), 1995, p. IX.

<sup>63</sup> Medeiros Ferreira salienta que a “plena consciência, revelada pelos organizadores do Congresso e pelos seus participantes, da falta de liberdade para o tratamento das questões políticas e institucionais e da escassa influência que teriam os trabalhos neste campo, deslocou o centro de gravidade das comunicações e dos debates para o estudo da situação económica e social do arquipélago dos Açores assim encarado como entidade concreta” – *Idem*, p. XII.

### III – FRANCISCO CARREIRO DA COSTA

#### 1 - Esboço Biográfico<sup>64</sup>

Nascido a 6 de Março de 1913, na vila da Lagoa, Francisco Carreiro da Costa faleceu em Ponta Delgada a 29 de Junho de 1981<sup>65</sup>. Frequentou nessa vila micaelense a escola, e continuou os estudos no Liceu Nacional de Ponta Delgada, nos anos compreendidos entre 1923 a 1932, concluindo o Curso Complementar de Letras. Desde cedo, ainda estudante liceal, colaborou nos jornais micaelenses, especialmente no *Correio dos Açores* e no *Diário dos Açores*, actividade que continuou enquanto estudante universitário. Posteriormente, ingressou, em Outubro de 1932, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e, passados dois anos, transferiu-se para a Faculdade de Letras, da mesma Universidade, aí obtendo, em 1940, a Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, com a dissertação *O descobrimento e o reconhecimento dos Açores*.

Além de colaborar na imprensa regional açoriana, durante a sua permanência em Lisboa, também foi secretário da direcção do Grémio dos Açores em Lisboa, (mais tarde chamada Casa dos Açores) de 1936 a 1940, onde em 1938, trabalhou activamente, juntamente com Armando Narciso, na organização e realização do *I Congresso Açoriano*, do qual foi secretário. Tendo aderido à ideologia do Estado Novo e sido relevante o seu contacto com a intelectualidade e com os políticos açorianos, durante o referido congresso, logo que terminou o curso de imediato surgiram múltiplas

---

<sup>64</sup> COSTA, Francisco Carreiro da, *Dados Biográficos do Dr. Francisco Carreiro da Costa*, F. C.C., S. D. U. A., texto manuscrito, [s. d.].

<sup>65</sup> Em Setembro de 1938, casou-se com Alzira Martins Botelho Carreiro da Costa, de quem teve duas filhas, Margarida Botelho Carreiro da Costa e Maria Clara Botelho Carreiro da Costa. A morte da esposa, a 25 de Maio de 1975, deixou-o mergulhado na solidão e na tristeza.

oportunidades de ingresso na estrutura administrativa açoriana. Assim, em meados de 1940, regressou a São Miguel para desenvolver intensa actividade política-administrativa, científica, educativa e jornalística em prol dos Açores:

- Logo nesse mesmo ano foi nomeado secretário particular do capitão Rafael Sérgio Vieira, que naquele ano tinha assumido o cargo de Governador Civil do Distrito Autónomo de Ponta Delgada;
- Pertenceu à Comissão de Distrito da União Nacional, mais tarde conhecida por Acção Nacional Popular e nesta qualidade participou, em Maio de 1944, no *Congresso da União Nacional* com a comunicação *Autarquias insulares e suas relações com o poder central*.
- Foi vogal da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada (1940-41);
- Presidente da Câmara Municipal da Lagoa (1942-43);
- Procurador eleito da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, integrando a respectiva Comissão Executiva (1943);
- Vice-Presidente da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, desde 1944 até ao fim da instituição;
- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada (1952-1955).
- Em 1959, foi nomeado, pelo Secretário Nacional da Informação, presidente da Comissão Regional de Turismo das ilhas de S. Miguel e Santa Maria, função que desempenhou durante dez anos, ocupando-se,

principalmente, da propaganda e do apetrechamento turístico das duas ilhas;

- Entre 1941 e 1952, foi professor provisório na Escola Industrial e Comercial Velho Cabral, chegando a ser seu director, por um ano.

Além destas funções de carácter oficial, desempenhou outras de carácter cultural, jornalístico e associativo:

- Foi membro fundador do Instituto Cultural de Ponta Delgada (1944), tendo pertencido à sua direcção até à sua morte;
- Foi membro fundador do Instituto Açoriano de Cultura (1956);
- Integrou a Sociedade de Estudos Açorianos Afonso Chaves (desde 1941);
- Integrou, igualmente, o Núcleo Cultural da Horta (desde 1956);
- Presidiu à delegação em Ponta Delgada da Sociedade Histórica da Independência de Portugal;
- Foi sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira;
- Em 1945, presidiu à direcção da Acção Católica de Ponta Delgada;
- Foi co-director e editor do semanário *A Ilha* (Ponta Delgada), entre 1940-41;
- Director do diário *Correio dos Açores* (Ponta Delgada) em 1941;
- Colaborou intensamente nas revistas *Açoreana* e *Instituto*.

- Colaborou, também, no *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, de que foi redactor principal e editor, desde 1945, e onde publicou os seus trabalhos mais importantes;
- Entre Abril de 1945 e Maio de 1974, divulgou, semanalmente, no Emissor Regional dos Açores, 1528 palestras subordinadas ao tema geral *Tradições, Costumes e Turismo nos Açores*<sup>66</sup>.
- Participou nas primeiras, terceira e quarta Semanas de Estudos dos Açores, em 1961, 1964 e 1965, com as comunicações: *Religiosidade do povo açoriano através do seu folclore*, *Potencialidades turísticas dos Açores* e *Breve história das manifestações culturais dos Açores*, respectivamente.
- Colaborou no *Dicionário de História de Portugal* e na *Enciclopédia Luso-Brasileira*.
- Ainda viria a leccionar a disciplina *Sociedade e Cultura Açorianas* no Instituto Universitário dos Açores, desde a sua instalação em 1976, que foram, posteriormente, editadas com o título *Esboço Histórico dos Açores*, em 1978.

Todavia, além destas actividades de carácter oficial e associativo, foi à etnologia dos Açores, que se dedicou mais empenhadamente. Os vários cargos que ocupou permitiram que realizasse uma obra exaustiva de descoberta, recolha e coordenação dos valores da tradição regional, que executou com método e persistência, e divulgou amplamente.

---

<sup>66</sup> Iniciadas no âmbito das suas funções como presidente da Comissão Regional de Turismo.

Personalidade marcante e influente na sociedade açoriana do seu tempo. Considerado importante obreiro das letras e possuidor de reconhecidas capacidades intelectuais, a sua vida foi um raro exemplo de trabalho e actividade. Compreendeu muito de perto a alma do povo, que tão empenhadamente observou em todas as suas manifestações, conforme testemunham aqueles que com quem privou. Por essas razões, em 1973, foi condecorado com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, como reconhecimento público pelos seus trabalhos de história e etnologia dos Açores. No ano de 1979, agravou-se o seu estado de saúde, devido à esclerose que o paralisa progressivamente, falecendo dois anos depois, vítima de uma hemorragia interna, na Clínica do Bom Jesus em Ponta Delgada.

Aquando do seu falecimento, muitos que com ele privaram prestaram-lhe homenagem, através dos artigos que publicaram – entre eles, João Bernardo de Oliveira Rodrigues, João Silva Júnior, José de Almeida Pavão, Luciano de Resende Mota Vieira, Ruy Galvão de Carvalho, Frederico Machado, Rui de Sousa Martins, José Enes Pereira – em que, além dos rasgados elogios, destacam-lhe as qualidades, a maneira de ser e a obra por ele deixada.

Assim, no *Diário dos Açores* foi publicado o artigo “*Uma vida devotada à cultura açoriana*”<sup>67</sup>, de Frederico Machado,<sup>68</sup> salienta entre outros aspectos, a valiosa cooperação que Carreiro da Costa dedicou à *Sociedade Afonso Chaves*.

João Bernardo de Oliveira Rodrigues, no dia 29 de Julho de 1981, no artigo publicado no diário *Correio dos Açores*, “Relembrando o Dr. Carreiro da Costa”, expõe que tendo sido seu aluno, desde cedo, manifestou especial interesse pela disciplina de

---

<sup>67</sup> *Diário dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p. 2.

<sup>68</sup> À data Presidente da Sociedade de Estudos Açorianos Afonso Chaves.

História. Contudo, entre outros aspectos, salienta o facto de não ter sido ao ensino a que se dedicou, mas à difusão dos seus conhecimentos históricos e etnográficos respeitantes aos Açores:

“numa infinidade de escritos, em que avultam palestras no Emissor Regional dos Açores, artigos nos jornais e revistas, conferências em associações e em sociedades doutas, não só entre nós, mas também em Lisboa e nos Estados Unidos”<sup>69</sup>.

Refere, igualmente, o facto de Carreiro da Costa ser:

“sobretudo um estudioso de rara actividade em matéria de Etnografia Açoriana, em que o seu trabalho de investigação foi de facto exaustivo. Para tal, seguiu um método impecável, obedecendo a um espírito de organização verdadeiramente exemplar com base em ficheiros e notas biográficas de assombrosa variedade, fruto de muita consulta e bem escolhida leitura”<sup>70</sup>.

Salienta, em relação a esse espírito de organização, tê-lo manifestado sempre, em todas as iniciativas culturais para que foi chamado, entre outras, destaca o *I Congresso Açoriano* em Lisboa, e mais tarde as célebres *Semanas de Estudos* realizadas nas capitais de distrito dos Açores, em que foi um dos mais activos agentes da sua problemática e exaustiva preparação.

Importa referir a este respeito, o artigo publicado no mesmo dia e no mesmo periódico cuja autoria é do professor Luciano Mota Vieira, intitulado “Um açoriano que

---

<sup>69</sup> *Correio dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p. 4: “e aqui é de citar a sua participação no ‘Simpósio sobre tradições orais luso-espanholas’, a convite da Universidade de Los Angeles, onde se impôs como notável açorianista, aliás, já conhecido nesse país através da sua convivência nesta ilha com a professora americana Dr.<sup>a</sup> Joana Purcell, que no nosso arquipélago se demorou em investigações aturadas acerca do romancelheiro açoriano e de quem ele foi precioso auxiliar.”

<sup>70</sup> *Idem*, p. 4.

efectivou o seu projecto de vida”<sup>71</sup>, onde realça as virtudes do homem que “soube levar a cabo, com indeformável tenacidade, o projecto de vida concebido na juventude”<sup>72</sup>.

Destacando, além do seu percurso profissional e intelectual, o facto de nos ter deixado a sua livraria, o grande ficheiro que elaborou durante toda a vida, e que foram adquiridos pela Biblioteca da Universidade dos Açores. Por último, refere que esse trabalho de compilação e divulgação permitiu que, após o vinte e cinco de Abril de 1974, grande parte da população açoriana tomasse consciência da identidade dos Açores<sup>73</sup>.

No *Diário dos Açores* de 29 de Julho de 1981, no artigo intitulado “Na morte do dr. Carreiro da Costa”<sup>74</sup>, da autoria de J. Silva Júnior, é traçada a sua extensa biografia, refere o autor não tratar-se apenas de um notável micaelense que desaparecera, mas sim de um emérito e incansável trabalhador, de intensa e viva curiosidade acerca de tudo que dissesse respeito aos Açores. Ainda Silva Júnior, noutro artigo publicado, no mesmo *Diário dos Açores*<sup>75</sup>, “Dez anos na presidência da Comissão Regional de Turismo das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria”, expõe outros aspectos da actuação de Carreiro da Costa, caracterizando a sua participação na vida pública açoriana de devotada e brilhante, como foi a função de presidente da Comissão Regional de Turismo das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, de 1959 a 1969, sem auferir qualquer remuneração.

---

<sup>71</sup> *Correio dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p.5.

<sup>72</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>73</sup> Embora saliente que, posteriormente à Revolução de 25 de Abril de 1974, tenha havido quem entendesse cessar a sua participação no Emissor Regional dos Açores, e que do mesmo modo procedessem em relação a Vitorino Nemésio, na altura Emissora Nacional.

<sup>74</sup> *Diário dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p.2 e 3.

<sup>75</sup> *Diário dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p.2 e 3.

Além da incansável actividade de investigador histórico e de etnógrafo do Dr. Carreiro da Costa, importa ainda salientar a literária. Ruy Galvão de Carvalho, no artigo intitulado “Francisco Carreiro da Costa Poeta”<sup>76</sup>, refere que enquanto poeta se nota que “ele é cultor da poesia subjectiva, intimista, de lirismo confidencial, à moda de Paul Géraudy (*Toi et Moi*) e de António Botto (*Canções*), bem como, num ou noutro poema, ao gosto dos poetas bucólicos quinhentistas e seiscentistas”<sup>77</sup>. No *Diário dos Açores*, o mesmo autor publica um artigo com o título “Subsídios para a história da poesia açoriana”, e com o subtítulo “As primícias poéticas e outros poemas de Francisco Carreiro da Costa”<sup>78</sup>, onde selecciona alguns poemas de Carreiro da Costa.

Rui de Sousa Martins<sup>79</sup> escreve um artigo, intitulado “Carreiro da Costa uma lição de Antropologia”<sup>80</sup>, em que narra os contactos que teve com Carreiro da Costa, as solicitações que o ajudaram “nos complexos caminhos da antropologia cultural açoriana”. Além de outros aspectos, anteriormente referidos, Sousa Martins especifica o facto de Carreiro da Costa:

“ter assumido uma posição clara face à ciência etnológica que permite situá-lo na já ensaiada periodização da Antropologia Cultural Portuguesa. (...). O investigador açoriano adopta os ensinamentos de Jorge Dias, cuja a obra teórica era do seu convívio. (...). Carreiro da Costa participou conscientemente no actual período da Antropologia Cultural Portuguesa, liderado por Jorge Dias, e ao qual deu um importante contributo recolhendo, sistematizando e comparando elementos culturais dos Açores”<sup>81</sup>.

---

<sup>76</sup> *Correio dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p.5.

<sup>77</sup> *Idem*, p. 5

<sup>78</sup> *Correio dos Açores*, 30 de Julho de 1981, p.2.

<sup>79</sup> Professor da Universidade dos Açores.

<sup>80</sup> *Diário dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p.2 e 3.

<sup>81</sup> *Idem*, p.2 e 3.

Destaca-lhe, ainda, as funções que desempenhou na Universidade dos Açores, como pioneiro da investigação e do ensino da ciência etnológica.

O Padre Dinis da Luz, no artigo “Outro açorianíssimo e doutor de açorianidade”<sup>82</sup>, publicado no *Diário dos Açores*, enaltece-lhe a obra:

“Após Vitorino Nemésio, o açorianíssimo nº1 do nosso tempo, apaga-se a figura do açorianíssimo nº2, o dr. F. Carreiro da Costa, verdadeiro Pico Mirandulano de «ómni re súbili» açoriana, como repetidas vezes proclamei, o letrado insular que tudo sabia ou quase tudo sabia acerca da ilha e do arquipélago, história em grande ou «petite histoire» sobretudo em etnografia e folclore açórico (no mais vasto sentido)”<sup>83</sup>.

Como os aspectos já referidos por outros intelectuais e jornalistas, destaca-lhe, também, a disponibilidade manifestada sempre que era solicitada.

Num artigo publicado no *Diário dos Açores*, intitulado “Um açoriano que soube conhecer e servir os Açores”<sup>84</sup>, José Enes Pereira Cardoso<sup>85</sup>, referindo-se à obra de Carreiro da Costa, afirma:

“Os Açores foram o tema dominante dos seus estudos, publicações, conferências, palestras radiofónicas, comunicações em congressos e alocuções de ocasião. (...). Os escritos do Dr. Carreiro da Costa caracterizam-se, cada um de por si e no seu conjunto, por aquelas duas maneiras de pensar os Açores: a variedade temática do erudito e a emoção encantada do poeta”<sup>86</sup>.

Contudo, reforça que estas duas características só se compreendem se forem enquadradas no perfil da sua personalidade:

---

<sup>82</sup> *Diário dos Açores*, 31 de Julho de 1981, p. 1 e 4.

<sup>83</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>84</sup> *Diário dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p.2 e 3.

<sup>85</sup> Por esta altura, Reitor da Universidade dos Açores.

<sup>86</sup> *Idem*, p. 2.

“ele não foi um erudito de estudo e muito menos um poeta de versos. Ele foi sobretudo, um homem de acção, dedicado a conhecer e a dar a conhecer a sua terra, para através desse conhecimento, a tornar mais humana e menos pobre”<sup>87</sup>.

Em relação à sua personalidade refere ter sido:

“Metódico, organizador, eficiente, activo, dotado de rara energia, afável e bondoso e convincente, possuía o perfil do animador social”<sup>88</sup>.

A sua natural modéstia e permanente disponibilidade, por um lado, dispersaram as actividades com prejuízo da especialização, por outro, ampliaram o campo de actuação.

Pelo Padre Júlio da Rosa<sup>89</sup>, noutro artigo, “O Dr. Francisco Carreiro da Costa – lídimo açoriano<sup>90</sup>”, são enumeradas as virtudes que demonstrou ao longo de quase meio século ao serviço da sua Terra, entregando-se “à recolha e divulgação do património histórico, etnográfico e folclórico dos Açores.”<sup>91</sup>

Com a maior isenção e afecto para com todas as nove ilhas.

Num artigo de sentida homenagem, intitulado “Saudosa homenagem”<sup>92</sup>, Almeida Pavão, destaca-lhe o método que regulava a sua vida:

“Como é próprio das pessoas metódicas, Carreiro da Costa dispunha de tempo para tudo: para as obrigações do seu munus profissional, para as suas colaborações aprazadas para a Imprensa e para a Rádio, para os seus estudos etnográficos, que constituíam objecto de paixão e de devoção de toda a sua

---

<sup>87</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>88</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>89</sup> À data Presidente do Núcleo Cultural da Horta.

<sup>90</sup> *Diário dos Açores*, 30 de Julho de 1981, p. 12.

<sup>91</sup> *Idem*, p. 1

<sup>92</sup> *Correio dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p.4.

existência, para o desempenho de cargos na administração pública e ainda para o cumprimento dos seus deveres sociais, cultivando e mantendo uma forte seara de amizades”<sup>93</sup>.

Desta forma, Almeida Pavão salienta que a informação recolhida nos livros completava-se com os contactos humanos. Conta-nos os últimos anos da sua existência, vivendo-os num drama, cujas proporções cresciam assustadoramente. Por esse motivo, a morte não o surpreendeu, dado que há muito era aguardada como a única solução para o alívio dos seus padecimentos.

Terá sido doloroso o seu final de vida devido à doença que lhe ia agravando a qualidade de vida, bem como a saudade da sua falecida esposa que o consumia<sup>94</sup>. Numa carta autobiográfica enviada a Ruy Galvão de Carvalho, o Dr. Carreiro da Costa escreve sobre a sua incapacidade e a falta de vontade de viver, retratada na seguinte transcrição: “Agora vivo para a minha tragédia. Sou náufrago no meio da tempestade. Deus sabe com que dificuldade escrevo”.<sup>95</sup>

Em conclusão, usando como referência um artigo de J. Silva Júnior, intitulado “Reflexões e recordações dum grande amigo e dum grande açoriano”<sup>96</sup>, publicado na revista *Insulana*, este autor realça o facto de, apesar de ninguém ser insubstituível, o desaparecimento de Carreiro da Costa:

“foi uma porta que se cerrou na cultura açoriana, deixando desapoitados quantos se socorriam do seu saber, para se orientarem nos caminhos da

---

<sup>93</sup> *Idem*, p.4.

<sup>94</sup> No comovente artigo, “Finalmente juntos”, de Silva Júnior, é retratado o princípio do fim de vida de Carreiro da Costa – in., *Correio dos Açores*, 29 de Julho de 1981, p.4.

<sup>95</sup> CARVALHO, Ruy Galvão de, “Carta autobiográfica do Dr. Francisco Carreiro da Costa”, in *Insulana*, Ponta Delgada, 36-37, 1981-1982, pp.13, 14.

<sup>96</sup> JÚNIOR, J. Silva, in, *Insulana*, Ponta Delgada, 36-37, 1981-1982, pp.25-29.

etnografia, das tradições, das velhas usanças e da história destas terras cujo conhecimento nunca se cansava de acrescentar”<sup>97</sup>.

Investigador escrupuloso, desenvolveu durante a sua vida um longo e exaustivo trabalho nos campos da História e Etnografia Açorianas, pugnando sempre, como testemunharam outros seus contemporâneos, pelos valores mais autênticos dos Açores:

“O conjunto dos trabalhos de cariz regionalista que Carreiro da Costa publicou na imprensa local, tocados da subtil graça que lhe era peculiar, as palestras que proferiu no Emissor Regional dos Açores, verdadeira cátedra de açorianidade, onde todas as nossas ilhas figuravam (ele era um «açoriano integral»), os discursos que proferiu na Universidade dos Açores, louvavelmente reunidas em livro (...), tudo isso distingue uma personalidade e marca uma linha de rumo na sua predilecção intelectual. E não só, pois que esse denominador comum que ressalta de toda a sua operosa actividade não era mais do que o reflexo da sua paixão pela terra que serviu devotada e desinteressadamente.”<sup>98</sup>

São admiráveis os seus escritos pela maneira acessível como expressava os assuntos e as ideias, pela riqueza linguística e estilística da sua prosa e pelas esclarecedoras análises. Por último, Silva Júnior tece algumas considerações acerca da dedicação de Carreiro da Costa:

“Correspondendo-se com os maiores valores das ciências por que se apaixonava, particularmente no mundo luso-brasileiro e no seu prolongamento luso-americano, ia sempre adquirindo tudo quanto surgia na bibliografia nacional sobre o nosso Arquipélago ou sobre etnografia, folclore, etc., como o comprova a sua valiosa biblioteca, em boa hora e inteligentemente adquirida pela Universidade dos Açores, esse estabelecimento de ensino a cujo corpo docente pertenceu”<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup> *Idem*, p. 25 e 26.

<sup>98</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>99</sup> *Idem*, p. 26. Salienta, ainda que a “sua participação em diversíssimas comissões e cargos públicos – Junta Geral, Câmaras Municipais de Lagoa e de Ponta Delgada, Comissão Reguladora dos Cereais,

Pelas razões apontadas anteriormente, toda a sua bibliografia é valiosa e importante legado para todos aqueles que se interessam pelo estudo da história e tradições açorianas. Além disso, a sua vasta obra merece de todos o maior respeito pelo elevado benefício que no campo cultural representa. Carreiro da Costa prestou um incalculável serviço à Etnografia e à Historiografia açorianas, sendo as suas obras um valioso instrumento de estudo.

---

Comissão Regional de Turismo, etc., comprovam a dedicação com que serviu a sua terra”. *Idem*, pp. 26-27.

#### IV – CONTRIBUTO DE FRANCISCO CARREIRO DA COSTA

De forma a contextualizar a acção de Francisco Carreiro da Costa, importa recapitular a ideia desenvolvida por Carlos Cordeiro<sup>100</sup>. Segundo este, o regionalismo procurou desenvolver na sociedade açoriana um tipo de comportamento, uma espécie de “visão do mundo”, tendo por base a “região em primeiro lugar”. Desta forma, o regionalismo pretendeu abarcar todas as vertentes da vivência açoriana, ao nível social, etnocultural, económico, político, propondo a “introspecção” como condição essencial tendo em vista a “regeneração” da sociedade açoriana. A segunda e terceiras décadas do século XX marcam um período de reflexão acerca da problemática da identidade do povo açoriano, levada a cabo por distintos intelectuais<sup>101</sup>.

Ao longo das várias palestras, Carreiro da Costa, revela o seu carácter regionalista e simultaneamente nacionalista. As questões do “espírito açoriano” e “consciência açoriana” já eram, por esta altura, anos 20 e 30, de acordo com Carlos Cordeiro, “correntemente utilizados na imprensa e integravam invariavelmente as ideias de unidade e solidariedade do povo açoriano e também a de “individualidade” no conjunto nacional”<sup>102</sup>. A este respeito Carlos Cordeiro nomeia Manuel Caetano Pereira que destaca “como elemento primeiro da “consciência açoriana” o patriotismo: como

---

<sup>100</sup> Ver sobre este assunto: CORDEIRO, Carlos Alberto da Costa, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1998, p.282.

<sup>101</sup> Entre outros, destaca o trabalho de Armando Narciso, referindo que – “a partir de 1914, Armando Narciso assumiria especial relevo no movimento cultural açoriano, a que já nos referimos. A pintura, a preservação do património artístico e etnográfico, a necessidade da publicação de uma História dos Açores, especialmente destinada à infância e juventude, constituiriam outras tantas áreas de investigação e divulgação tendo em vista desenvolver nas novas gerações o “espírito açoriano” (...). A este processo de afirmação e “individualização” dos valores açorianos, Armando Narciso designa por *açorianismo* que, em arte, teria mais razão e facilidade de surgir do que em outras vertentes da realidade social” – *Idem*, p.282.

<sup>102</sup> *Idem*, p.288.

parte do todo nacional, os Açores encontravam-se indissolúvelmente ligados aos destinos da Pátria e, portanto, da sua prosperidade ou decadência”<sup>103</sup>. Desta forma os açorianos “teriam, pois, que se empenhar, em primeiro lugar, na defesa dos interesses nacionais. Mas, como “família de certo modo distinta” da “grande família portuguesa””.<sup>104</sup>

Embora o seu trabalho seja posterior, é nesta atmosfera de sublimação do ideal regionalista a nível cultural, de busca da clareza das singularidades dos açorianos e da afirmação da sua identidade, bem como do constante apelo à nacionalidade que se insere o interesse e dedicação de Francisco Carreiro da Costa aos Açores.

Como verificámos anteriormente, desde cedo manifestou atenção pelas questões culturais do arquipélago, quando trabalhou activamente na organização e realização do I Congresso Açoriano, de que foi seu secretário de 1936 a 1940. O empenho, por ele manifestado, na realização do evento permitiu-lhe o contacto com a generalidade das questões açorianas, tornando-se, mais tarde, interlocutor privilegiado de escritores, jornalistas, artistas, cientistas que visitaram São Miguel e que encontraram nele um colaborador incansável. Além disso, participou em palestras e conferências, quer em território nacional como estrangeiro o que lhe terá permitido alargar os seus contactos culturais e científicos.

Além desse empenhado interesse, exerceu simultaneamente diversos cargos após a conclusão dos seus estudos. Quando, em 1940, regressou a São Miguel iniciou desde logo uma intensa carreira político-administrativa, científica e educativa<sup>105</sup>. Por ser

---

<sup>103</sup> *Idem*, p.288.

<sup>104</sup> *Idem*, p.288.

<sup>105</sup> Como já foi referido no capítulo anterior.

apoio do regime político em vigor, por várias vezes terá procurado obter benefícios para os Açores, na defesa dos interesses do arquipélago, como podemos constatar em algumas comunicações existentes em arquivo. Exemplo disso, salientamos o discurso proferido, na qualidade de subdirector do jornal *A Ilha*, dirigido ao Governador Civil, onde faz referência, não só à promessa, por parte do governo central, da atribuição de um subsídio a conceder à imprensa, além da intenção do Governador em criar um Gabinete de Imprensa, que permitiria valorizar a imprensa local, de acordo com a sua missão:

“para que os nossos jornais, não esquecendo a sua função nacionalista, derivassem a sua conduta para um sentido regionalista, em que as questões locais fossem sugeridas, ventiladas e discutidas com a máxima assiduidade e em que as informações vindas do continente aqui fossem publicadas de harmonia com a cultura do nosso povo, de molde a integrá-lo no índice já enorme das realizações do Estado Novo e o despertar-lhe o verdadeiro sentimento nacionalista”<sup>106</sup>.

No presente estudo, importa destacar o considerável trabalho de compilação e divulgação do património histórico e etnográfico dos Açores, empreendido pelo Dr. Francisco Carreiro da Costa. Comprovado nos trabalhos que realizou, dedicados especialmente à História Geral, História Económica, Etnografia e Folclore dos Açores, além de outros temas, (como os problemas insulares, correspondência enviada pelo próprio a particulares e a entidades públicas, trabalhos de investigação, ficheiros sobre diversos assuntos, tão importantes para o estudo da identidade cultural açoriana); bem como a sua influente colaboração na constituição de vários organismos culturais do arquipélago.

---

<sup>106</sup> Cf., COSTA, Francisco Carreiro da, *Discurso VII – Gabinete de Imprensa*, F. C.C., S. D. U. A., texto manuscrito, [s.d.].

Através destes trabalhos e cargos que desempenhou, procurou a defesa dos interesses das ilhas dos Açores e dos açorianos, incondicionalmente, em diversos momentos, como no I Congresso da Acção Nacional Popular em Tomar, no ano de 1973:

“Assim, e uma vez definidos os Açores e os seus povos, haverá, finalmente, que procurar esboçar na presente conjuntura, a fórmula de uma chamada política açoriana, política pela qual os açorianos – e não açorianos – se deveriam empenhar. Em três linhas convergentes de força, poderemos representar essa fórmula: na primeira dessas linhas, estará o indiscutível portuguesismo deles próprios, ilhéus dos Açores, e a sua reconhecida capacidade de trabalho. Na segunda, estará a necessidade de os Açores se comportarem, para a realização dos seus anseios não como nove ilhas separadas, mas como um Arquipélago idêntico e uno entre si, e sem prejuízo das instituições existentes e das actuais zonas de acção e de influência. Na terceira linha, estará o imprescindível apoio do Poder Central, em ordem a colmatar as falhas resultantes das insuficiências do meio mas, em todo o caso, apto para novos cometimentos”<sup>107</sup>.

Sem a aspiração a benefícios próprios, foi sem dúvida um comunicador privilegiado, em diversas manifestações, das dificuldades e dos anseios em prol dos Açores, como o podem testemunhar os registos deixados por quem com ele privou.

---

<sup>107</sup> Cf., COSTA, Francisco Carreiro da, “Comunicação Problemas açorianos no plano da insularidade”, in *I Congresso da Acção Nacional Popular*, Comissão de Distrito da A.N.P. de Ponta Delgada, Tomar, Maio de 1973, pp.15-16, F.C.C., S.D.U.A, texto manuscrito.

## 1. Palestras Radiofónicas: *Tradições, Costumes e Turismo nos Açores*

### 1.1 - Introdução

Francisco Carreiro da Costa proferiu, ao longo de 29 anos, 1528 palestras radiofónicas, no Emissor Regional dos Açores, em Ponta Delgada, de Abril de 1945 a Maio de 1974<sup>108</sup>. Ora, este período coincide com o Estado Novo daí que destaquemos nas suas comunicações um alargado sentido moral e patriótico, visto ser um apoiante confesso do regime<sup>109</sup>. As palestras encontram-se registadas e arquivadas à guarda dos Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, constituindo parte do Fundo Francisco Carreiro da Costa e estão devidamente dactilografadas, com o título de *Tradições, Costumes e Turismo nos Açores*, conforme registo efectuado pelo próprio<sup>110</sup>. Destas palestras existem no Arquivo Audiovisual da Rádio e Televisão Portuguesa/Açores, em Ponta Delgada, os exemplares dactilografados das palestras, e três registos gravados em áudio, dois acerca de contos de Natal e outro acerca da História dos Açores, com a duração de 16 minutos<sup>111</sup>. No seu conjunto, as palestras, reflectem o interesse de Francisco Carreiro da Costa em relação a vários temas, sobretudo os que dizem respeito à história e etnologia açoriana.

Importa, antes de mais, salientar que todos estes assuntos são abordados no *Esboço Histórico dos Açores*, obra da autoria de Carreiro da Costa, editada em 1978,

---

<sup>108</sup> Como podemos constatar da sua biografia. Embora do seu registo constem 1596 palestras, pois o seu arquivo prolonga-se até 1 de Outubro de 1975, ainda que não tenham sido proferidas na totalidade.

<sup>109</sup> Pertenceu à Comissão de Distrito da União Nacional (já no tempo do “marcelismo” transformada em Acção Nacional Popular), além de outros cargos político-administrativos.

<sup>110</sup> Conforme consta do anexo do presente trabalho: Índice das Palestras.

<sup>111</sup> Este último proferido por Carreiro da Costa, enquanto os outros dois por locutores da Rádio; todas estas intervenções radiofónicas são conduzidas por uma música de fundo de cariz regional (de que faz parte a viola da terra).

que teve por base as lições proferidas pelo autor, no Instituto Universitário dos Açores, na disciplina de Sociedade e Cultura Açorianas. Embora Carreiro da Costa aborde os mesmos assuntos em ambos os trabalhos, não podemos afirmar tratar-se de duplicação, pois, como tinham intenções comunicativas diferentes, são complementares. Assim, nas palestras, os registos, além de serem educativos/informativos, são também evocativos dos valores defendidos pelo poder político em vigor na altura, como a nação e a religião, enquanto o *Esboço Histórico dos Açores* se enquadra num trabalho essencialmente educativo/científico, visto tratar-se da compilação das lições por ele proferidas na referida instituição universitária, além de constarem as fontes consultadas para o efeito.

Assim, relacionadas directamente com a etnologia açoriana apurámos 1014 palestras; as que se referem à história dos Açores são 473 e as expostas sobre o turismo 109 palestras<sup>112</sup>. Nas que se referem à etnologia, temos os assuntos relacionados com as tradições e costumes populares dos açorianos, como, por exemplo, os trajes típicos, as actividades artesanais e agrícolas, as habitações, as expressões populares, as lendas e outros, que procuram salientar as vivências do povo açoriano; outros dizem respeito às tradições e costumes religiosos nos Açores, como as festas do Espírito Santo e os outros cultos sagrados nas diversas ilhas<sup>113</sup>.

---

<sup>112</sup> Estes três géneros podemos subdividi-los, embora estejam todos intimamente ligados aos costumes, tradições e características naturais das ilhas açorianas, porque, além da sua actividade cultural, desempenhou durante dez anos o cargo de presidente da Comissão Regional de Turismo das ilhas de S. Miguel e Santa Maria, embora o seu estudo não se cinja, unicamente, a estas duas, mas ao conjunto do arquipélago.

<sup>113</sup> Assuntos, por ele, igualmente, tratados no *Esboço Histórico dos Açores*, Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1978 – onde podemos consultar os seguintes subtítulos, relacionados com estes temas: Vida material. Construções e habitações. Tipos de povoamento. Iluminação. Alfaias agrícolas. Transportes. Vestuário e alimentação populares. Algumas aptidões artísticas. Actividades agrícolas e

As que narram a História dos Açores retratam o arquipélago desde o seu descobrimento, passando pelo povoamento, as suas características essenciais e exploração económica, bem como a sua administração. Além destas podemos, ainda diferenciar as que se referem à insularidade e identidade do povo açoriano, através da explanação das dificuldades sentidas pelos naturais do arquipélago, pelos factos daqueles que, nascidos no arquipélago, desempenharam papel de grande relevo, bem como os estrangeiros que visitaram os Açores.

As relacionadas com o turismo descrevem pormenorizadamente as visitas feitas às ilhas dos Açores, por individualidades nacionais e estrangeiros, produzindo, posteriormente, interessantes trabalhos.

Num conjunto tão vasto, procuraremos de seguida retratar estas palestras, limitando o nosso estudo, sobretudo, às relacionadas com a história do arquipélago, enquadradas de acordo com os vários temas reflectidos, condensando o conjunto das palestras, nos seus temas gerais: História dos Açores (descoberta, povoamento e características essenciais dos Açores); os Açores na História de Portugal (participação açoriana nos acontecimentos relevantes para a História de Portugal); Identidade e Insularidade Açorianas (cultura açoriana, valores açorianos, alguns que visitaram os Açores, insularidade e catástrofes naturais, comunicações, emigração açoriana, turismo e administração).

---

industriais. Pesca, caça e pastoreio. Comunitarismo. Vindicta e direito populares. Festas anuais, ritos de passagem e de religiosidade. Superstições. Cancioneiro e romanceiro populares. Contos, lendas, adivinhas, e adágios. Literatura de cordel. Linguagem. Toponímia e onomástico. Música popular. Teatro. Jogos. Medicina (pp.252-284).

## 1.2– História dos Açores

A este respeito, Francisco Carreiro da Costa informa-nos, no conjunto das palestras que a seguir se apresentam, que os Açores, no século XV, não foram propriamente colonizados mas sim povoados, devido ao facto de todas as ilhas se encontrarem desertas:

“ porque a colonização se observa apenas onde existe uma população indígena em maior número, o que se verificou quanto às ilhas açorianas foi povoamento. No século XV, quando para cá vieram os portugueses, tudo estava deserto, num matagal bravio que tiveram de destruir para se poderem estabelecer”.<sup>114</sup>

Carreiro da Costa destaca-nos ainda o facto de Portugal garantir uma importante recompensa pelos esforços dispendidos neste feito<sup>115</sup>, salientando, também, a imprescindível coragem e esforço daqueles que, vindos do Continente, se fixaram nestas ilhas, patente no trabalho intenso e difícil de adaptação e de isolamento. Assim:

“Os povoadores, mal asseguraram o seu abrigo, em gruta que encontravam ou em cabana que souberam levantar, quiseram ensaiar os seus primeiros passos para o interior, no intento de bem conhecer a ilha que iam habitar. Nas suas idas e vindas de reconhecimento, fizeram eles próprios, com os seus próprios pés, a vereda tortuosa e hesitante – ou à beira das rochas donde melhor avaliavam da extensão da ilha, ou por onde o matagal era menos denso para de perto se aperceberem das possibilidades do terreno”<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> Cf., *A respeito do povoamento do arquipélago açoriano*, palestra proferida a 2 de Julho de 1954, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>115</sup> Ver a este respeito: *O reconhecimento*, palestra proferida a 10 de Maio de 1945, F.C.C., S.D.U.A.

<sup>116</sup> Cf., *O povo*, palestra proferida a 24 de Maio de 1945, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

Para levar a cabo tal tarefa, de acordo com o autor, vieram portugueses de todas as províncias do Continente para os Açores. No entanto, destaca que não foram só portugueses a participar nesse povoamento. Para algumas ilhas dos Açores foram estrangeiros (particularmente da Flandres) que, pela mesma razão, se esforçaram na adaptação ao meio. Como podemos verificar na seguinte transcrição:

“os Açores tornaram-se de ilha para ilha, algum tanto diferentes no que toca à origem dos seus elementos populacionais, mas nem por isso a característica nacional deixou de predominar”<sup>117</sup>.

Em relação aos estrangeiros, o autor refere que estes, porém, não impuseram a sua cultura de origem: mesmo nas ilhas onde, a princípio, terão prevalecido, cedo foram absorvidos, sob todos os aspectos, pelos agentes nacionais.

Estes assuntos foram abordados por Carreiro da Costa em várias palestras, como no ano de 1945, data do início da sua produção radiofónica, onde nos divulga os antecedentes da descoberta oficial, bem como o povoamento e posterior aproveitamento dos Açores: *A lenda*, proferida a 26 de Abril de 1945; *O descobrimento*, proferida a 3 de Maio de 1945; *O reconhecimento*, proferida a 10 de Maio de 1945; *A terra*, proferida a 17 de Maio de 1945; *Os Açores e a Atlântida*, proferida a 15 de Junho de 1951.

Começa por distinguir o facto de nada se saber sobre a existência dos Açores e esse desconhecimento levava a que se considerassem verdadeiras as lendas que se conheciam. Conforme nos diz o autor: “Nada se sabia sobre a sua existência, porque a lenda apenas povoava os mares de legendas que entre si se contradiziam”<sup>118</sup>.

---

<sup>117</sup> Cf., *A terra*, palestra proferida a 17 de Maio de 1945, F.C.C., S.D.U.A., p. 2.

<sup>118</sup> Cf., *O descobrimento*, palestra proferida a 3 de Maio de 1945, F.C.C., S.D.U.A., p. 1.

No entanto, Carreiro da Costa refere que, apesar dos perigos, o “mar largo”, foi sempre motivo de atracção: “Assim, o mar seria o índice para onde se avaliaria, mais tarde, grande parte do heroísmo português”<sup>119</sup>.

Além disso, informa-nos, também, acerca dos antecedentes da descoberta dos arquipélagos atlânticos e dos seus protagonistas. Em todas, além da informação histórica, o autor destaca-nos três aspectos comuns: a importância da acção portuguesa, o desígnio religioso e a exaltação nacional.

O engrandecimento nacional é uma característica que Carreiro da Costa exalta em todas as palestras, como podemos comprovar, por exemplo, na seguinte passagem:

“O conceito de Humanidade desde há séculos que se definia dum modo demasiado restrito. Os gregos circunscreviam-no à cidade, os romanos ao império romano e os povos medievais ao Mediterrâneo. Coube aos portugueses o alargamento desse conceito: em primeiro lugar com a conquista de Ceuta limpando Gibraltar da pirataria e com os nossos descobrimentos iniciais revelando o Atlântico; mais tarde, com a viagem de Magalhães provando por factos a esfericidade da Terra”<sup>120</sup>.

Acerca do descobrimento dos Açores, Carreiro da Costa apresenta-nos novas informações numa sequência de três palestras, no ano de 1956. Nestas suscita algumas dúvidas em relação ao autor da descoberta do arquipélago dos Açores: *O descobrimento dos Açores e a tese gonçalista*, proferida a 19 de Outubro; *O descobrimento dos Açores no século XIV*, proferida a 26 de Outubro; *O descobrimento dos Açores e algumas teses ecléticas*, proferida a 2 de Novembro:

---

<sup>119</sup> *Idem*, p.2.

<sup>120</sup> Cf., *O reconhecimento*, palestra proferida a 10 de Maio de 1945, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

“Daqui duas faces distintas do problema em questão: a das teses que afirmam ser o descobrimento dos Açores obra dos marinheiros do Infante D. Henrique e, portanto, no século XV, e a daquelas que o defendendo como tendo ocorrido no século XIV, divergem, no entanto, entre si, acerca dos marinheiros que o efectuaram”<sup>121</sup>.

Assim, comparando os dados existentes acerca do obreiro desse facto, desenvolve os argumentos das várias teses, os seus autores e as fontes consultadas. Embora considere a tese, que se tornou clássica, de ter sido Gonçalo Velho Cabral o descobridor dos Açores, por muito tempo aceite sem qualquer discussão, baseada numa referência de Diogo Gomes na sua obra *De Inventionem insularum de Açores*, explica-nos, contudo, que Diogo Gomes apenas aponta Gonçalo Velho como povoador e não como descobridor: “lançador de gados nestas ilhas, pois não fala dele nem como descobridor nem tão pouco como chefe da expedição que haveria de proceder ao reconhecimento dos Açores”<sup>122</sup>.

Na opinião de Carreiro da Costa, foi Gaspar Frutuoso o primeiro cronista que atribuiu Gonçalo Velho Cabral como descobridor e povoador dos Açores, “nada se sabendo, porém, da fonte aonde fora beber tal notícia, porquanto a tradição oral de que servira poderia encontrar-se já deturpada por duas gerações”<sup>123</sup>.

Além disso, destaca-nos que o Padre António Cordeiro, na sua *História Insulana*, considera, também como descobridor dos Açores Gonçalo Velho, tendo utilizado como fonte Gaspar Frutuoso. Por esta razão conclui:

---

<sup>121</sup> Cf., *O descobrimento dos Açores e a tese gonçalista*, palestra proferida a 19 de Outubro de 1956, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>122</sup> *Idem*, p.2.

<sup>123</sup> *Idem*, p.3.

“O Pe. Cordeiro enferma dos mesmos erros contidos em Frutuoso: fixa a data de 1431 para o início das explorações atlânticas para os Açores, quando é certo que a legenda de Martim Behaim, vinda no seu “Globo”, carece de confirmação; dá a ilha de S. Miguel como descoberta e 1444 quando a carta de 2 de Julho de 1439 o desmente em absoluto e, por seu turno, os autores que o seguem, julgam ver Gonçalo Velho em Diogo de Sunis (ou de Silves) quando ambos devem ser duas pessoas distintas e lêem, na inscrição de Valsequa a data de 1432 quando o que lá está, segundo as leituras mais recentes, (Raparaz Júnior, Rúbió, Ferreira Serpa, Jordão de Freitas, etc.) é 1427”<sup>124</sup>.

Ainda relativamente ao descobrimento do arquipélago açoriano, Carreiro da Costa, apresenta-nos outras teses, que defendem o descobrimento do arquipélago dos Açores anteriormente a Diogo de Silves, ou seja, em meados do século XIV, como:

- Sofus Laren na sua *História da Época dos Descobrimentos*, que vê o descobrimento dos Açores como tarefa de italianos, embora careça de fundamento, porque os barcos eram portugueses;

- NordensKjold, apoiado no mapa de Angelino Dulcert (1339) defende ser obra de catalães, falta-lhe consistência;

- Henry Major, com base na *Carta Laurenciana* de 1351, e Charles de La Roncière, servindo-se da *Carta de D. Afonso IV ao Papa Clemente VI*, defendem o descobrimento feito por portugueses, comandados por genoveses. Assim, sugerem que o descobrimento dos Açores se deveu à expedição de Angelino Corbizzi e Nocoloso de Recco, em 1341, pilotos genoveses ao serviço de Portugal, em barcos portugueses, daí o facto de as ilhas aparecerem representadas na *Carta Larenciana* de 1351.

---

<sup>124</sup> *Idem*, p, 3.

Com base neste estudo das fontes, Carreiro da Costa conclui:

“A tese, porém, que supomos mais coerente, em face da documentação a que se arrima, é a que defende o descobrimento dos Açores como feito por portugueses, comandados por genoveses, como querem Henry Major e Charles de La Roncière”<sup>125</sup>.

Posteriormente, informa-nos acerca do trabalho de alguns investigadores açorianos, como António Ferreira de Serpa, na sua obra *O descobrimento dos Açores*, em que, apoiado nos testemunhos de Azurara e Diogo Gomes, critica Gaspar Frutuoso e Cordeiro e advoga que os Açores foram descobertos no século XIV, desconhecendo-se o descobridor; o General Lacerda Machado, na *História do Concelho das Lages*, servindo-se dos dados cartográficos simultaneamente com o *Libro del Conoscimento*, argumenta a inconsistência das opiniões de Frutuoso e de Cordeiro; Jordão de Freitas, em *As ilhas do Arquipélago dos Açores na História da Expansão Portuguesa*, defende igualmente os argumentos de Lacerda Machado; ou o historiógrafo mariense Manuel Monteiro Velho Arruda, na *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, refere, acerca desta questão, o facto de:

“a ciência com que desvendámos o mundo, já a recebêramos de outros povos que nos precederam nas navegações, sendo certo que do nosso esforço na era henriquina é que resultou o conhecimento útil destas ilhas e a sua verdadeira integração na geografia moderna.”<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> Cf., *O descobrimento dos Açores no século XIV*, palestra proferida a 26 de Outubro de 1956, F.C.C., S.D.U.A., p.3.

<sup>126</sup> Cf., *O descobrimento dos Açores e algumas teses ecléticas*, palestra proferida a 2 de Novembro de 1956, F.C.C., S.D.U.A., p. 3.

Ao longo desta argumentação, Carreiro da Costa sustenta:

“Na verdade, todos os dados, que hoje se conhecem, concorrem para aquilo que imediatamente conjecturamos, de que tanto os Açores como a Madeira foram descobertos no século XIV, apenas procedendo-se à colonização na época do Infante por frequentes concessões destas ilhas perdidas e que de novo foram achadas – *insule de nuovo reperte* – segundo a legenda do mapa de Beccario, do ano de 1435”<sup>127</sup>.

Ora esta problemática, embora bastante tratada, produz diferentes versões, quanto à data e ao autor do descobrimento do arquipélago açoriano. Conhecida a opinião de Carreiro da Costa<sup>128</sup>, importa, ainda referir outros que, na actualidade, se destacaram pelos seus estudos, acerca destes assuntos.

Imprescindível referência no estudo da História dos Açores, Avelino de Meneses reconhece a dúvida em relação ao descobrimento do arquipélago açoriano, apesar de aceitar como verdadeiras as fontes do século XIV que incluem, com exactidão, as ilhas de Porto Santo e Madeira; contudo, relativamente aos Açores, considera que a cartografia não é suficientemente clara, provocando a dúvida acerca da identificação das ilhas figuradas:

“De facto, estas cartas povoam o mar de ilhas, nomeadamente nas cercanias da região açoriana, mas a incorrecta orientação e o defeituoso desenho contraditam o rigoroso conhecimento. (...) Com efeito, o verídico esboço cartográfico dos Açores surge já no século XV. Neste particular, ressalta em 1435 o mapa do genovês Battista Beccario, com alusão a ilhas de novo achadas, e sobretudo a carta de 1439 do maiorquino Gabriel Valseca,

---

<sup>127</sup> *Idem*, p.3.

<sup>128</sup> Através da consulta da sua obra – *Esboço Histórico dos Açores* – podemos constatar as várias fontes, por ele consultadas, relacionadas com esta problemática, além da cuidada argumentação (p. 25-52); embora, siga a mesma opinião, mostra-a de forma mais exaustiva e fundamentada.

que confere o descobrimento do arquipélago a Diogo de Silves no ano de 1427. Esta revelação refuta a tradicional atribuição da descoberta dos Açores a Gonçalo Velho Cabral em 1432, que se firma em testemunhos quatrocentistas, inquestionavelmente admitidos no século XVI pelo fiável Gaspar Frutuoso<sup>129</sup>.

Desta forma Avelino Meneses não apresenta as mesmas certezas de Carreiro da Costa quanto à data e descobridor dos Açores, pois embora veja como verdadeiras as fontes do século XIV, que incluem as ilhas do arquipélago da Madeira, não as considera exactas para os Açores.

Em relação ao desconhecimento das ilhas, Carreiro da Costa aborda, no ano de 1958, as palestras: *As ilhas encantadas*, proferida a 7 de Novembro; *Ainda as ilhas encantadas*, proferida a 14 de Novembro. Esclarece-nos acerca do registo de algumas ilhas na antiga cartografia, referentes aos Açores: “a verdade, porém é que muitas dessas ilhas em cuja existência se acreditava (porque muitos, afinal, as avistavam ao longe, no horizonte) jamais foram descobertas”.<sup>130</sup>

Assunto que volta a abordar em três palestras no ano de 1959, onde nos revela acerca das primeiras referências ao arquipélago dos Açores: *Do antigo silêncio acerca das ilhas açorianas*, proferida a 13 de Fevereiro; *E o silêncio começou a quebrar-se*, proferida a 27 de Fevereiro; *Os Açores em alguns portulanos*, proferida a 13 de Março.

Em relação ao seu conteúdo, na primeira destaca que se devem aos povos mediterrânicos as primeiras notícias cartográficas dos Açores, pois até ao século XIV, só se podiam observar vestígios em alguns mapas, porque até então eram muito elementares os dados adquiridos para os seus desenhos face aos instrumentos de que

---

<sup>129</sup> MENESES, Avelino de Freitas de, *Estudos de História dos Açores: I. As ilhas no conhecimento do Mundo*, Coleção História, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1994, p.80.

<sup>130</sup> Cf., *As ilhas encantadas*, palestra proferida a 7 de Novembro de 1958, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

dispunham. Contudo, Carreiro da Costa, salienta a existência de alguns autores que defendem a existência de viagens feitas por navegadores antigos, baseando-se em moedas fenícias encontradas na ilha do Corvo, ou a estátua equestre na mesma ilha, advertindo que tudo não passava de lendas e que foram formuladas após o período do reconhecimento e do início do povoamento dos Açores. Na segunda, conclui que só na primeira metade do século XIV é que as ilhas dos Açores apareceram, embora através de notícias vagas, como terras espalhadas no meio do mar, a que chamavam de “Tenebroso”. Na terceira, faz uma análise à cartografia, acerca deste arquipélago, concluindo que nenhum indício aparece nos mapas do começo do século XIV. São exceções a Carta genovesa de 1325 (Angelino Dalorto) que traz desenhada a “ilha do Brasil”, a oeste da Irlanda; e a *Carta Maiorquina* de 1339 (Angelino Dulcert) onde as ilhas, designadas por “Insule capraria” ou “capracia” e “canaria”, se encontram deslocadas do lugar dos Açores e na localização do Arquipélago da Madeira. Isto, de acordo com o autor, apesar da sua colocação geográfica não ser exacta, revela um conhecimento casual das ilhas dos Açores<sup>131</sup>.

Em conclusão, Carreiro da Costa menciona:

“o que se sabe é que até aos princípios do século XIV, as ilhas dos Açores não eram mais conhecidas do que na Antiguidade. Não há documento que nos diga o contrário, nem espécies cartográficas que no-lo

---

<sup>131</sup> Ainda a este respeito, apresenta-nos diversos registos cartográficos, como o *Atlas de Mediceu* de 1351; *Atlas Catalão*, datado de 1375-77; *Atlas Pinelli Walckaener*, genovês de 1384; *Portulano do fim do século XIV* de Soleri de 1385 e 1390; mapa de Maciá de Viladestes, de 1413; portulano de Giacomo Giraldi de 1426; Cartas genovesas de Batista Bechario de 1426 e de 1435; carta de André Bianco, de 1436 e um mapa-mundi de 1448; carta de Valsequea de 1439; Carta Catalã de 1450; Bartolomeu Pareto de 1455; Cristóvão Soligo de 1455 ou 1460; Gracioso Benineasa de 1467, 1468, 1471, 1482, 1490 e um sem data por volta de 1489; Piero Roseli sem data; Yuan Napoli sem data; Francesco Beccaro, sem data; Freducci de 1497 e 1539; Giorgio Calapordo de 1552. Para aprofundar este tema, consultar: *Os Açores em alguns portulanos*, palestra proferida a 13 de Março de 1959, F.C.C., S.D.U.A..

contestem. Estas só se poderiam executar com o auxílio de certos e determinados conhecimentos, porque antes disso os navegadores utilizavam apenas os périplos que eram mais notas escritas do que gráficos desenhados.»<sup>132</sup>

Daí nos apontar a sorte do acaso de terem sido os portugueses a encontrar e mais tarde possuir as ilhas açorianas que não eram conhecidas e o oceano Atlântico constituía uma barreira difícil de ultrapassar. Por esse motivo, terá sido o interesse dos marinheiros portugueses em conhecer melhor o oceano e por conseguinte as ilhas ocidentais, que permitiu que tal acontecesse, no século XIV<sup>133</sup>.

Avelino de Meneses, sobre o “(re)descobrimento” do arquipélago açoriano, em especial sobre a cartografia conhecida, salienta o mapa genovês de Battista Beccario, de 1435, “com alusão a ilhas de novo achadas” e a carta do maiorquino Gabriel de Valseca, de 1439, que atribui o descobrimento do arquipélago a Diogo de Silves, no ano de 1427.

Carreiro da Costa refere ambos:

“de Batista Bechario, há as cartas genovesas de 1426 e 1435, esta última existente na Biblioteca de Parma com uma legenda: - «ilhas de novo achadas» – a indicar algumas ilhas colocadas a oeste das que supomos açorianas. (...). O registo posterior é a carta de Valsequa, feita em Maiorca, em 1439, onde junto das ilhas que, se encontram numa posição bastante próxima da real, contém uma legenda ilegível, a letras vermelhas, onde consta o seguinte: «AQUESTES ILLES FORAM TRO BADES P. DIEGO DE SUNIS PELOT DEL REY DE PORTOGALL NA LANY MCCCCXXVIJ»»<sup>134</sup>.

---

<sup>132</sup> Cf., *Do antigo silêncio acerca das ilhas açorianas*, palestra proferida a 13 de Fevereiro de 1959, F.C.C., S.D.U.A., pp. 3-4.

<sup>133</sup> Ver a este respeito: *O descobrimento*, palestra proferida a 3 de Maio de 1945, F.C.C., S.D.U.A.

<sup>134</sup> Cf., *Os Açores nalguns portulanos*, palestra proferida a 13 de Março de 1959, F.C.C., S.D.U.A., p.3.

Ainda relacionado com a descoberta do arquipélago açoriano, Carreiro da Costa distingue a acção do Infante D. Henrique como principal impulsionador das primeiras viagens marítimas, assunto que tratará noutras palestras. A cartografia da época foi por ele estudada, permitindo-lhe estabelecer algumas conclusões e meditar acerca da execução do plano do Infante de conquistar o Atlântico<sup>135</sup>.

Torna a abordar esta problemática, no ano de 1951, com as palestras – *O primeiro donatário dos Açores*, proferida a 2 de Março; *Os Açores nas primeiras explorações do ocidente*, proferida a 13 de Abril. Estas não trazem excepcional informação, pois uma refere-se à acção do infante D. Henrique e ao facto de ter sido ele quem as dividiu em capitánias, pondo à frente de cada uma delas um delegado seu com os direitos e deveres próprios de tal cargo; a outra, às viagens de exploração do oceano Atlântico, justificadas pelo encanto que o oceano Atlântico representava para os açorianos.

Relacionado com o povoamento do arquipélago, Francisco Carreiro da Costa profere, no ano de 1954, uma palestra onde aborda esse tema: *A respeito do povoamento do arquipélago açoriano* – proferida a 2 de Julho, por altura dos 515 anos sobre a Carta Régia de 2 de Julho de 1439, passada pelo Infante D. Pedro, então regente do reino, durante a menoridade de D. Afonso V, concedia licença ao Infante D. Henrique para levar a cabo o povoamento das ilhas. Na ocasião, salientava o facto de, no referido documento, estar empregada a expressão “*probar*”, ou seja, povoar. Por essa razão elucida-nos acerca da diferença entre “povoamento” e “colonização”, explicitando ambos os conceitos:

---

<sup>135</sup> Ver a este respeito: *O reconhecimento*, palestra proferida a 10 de Maio de 1945, F.C.C., S.D.U.A.

“Assim, os portugueses que vivem nos Açores não são os indígenas nem os nativos que muitos visitantes levianamente supõem. Eles são os portugueses, filhos e descendentes dos portugueses de quatrocentos, filhos e descendentes dos portugueses que seguindo o exemplo dos seus maiores, daqui mesmo chegaram a partir para novos empreendimentos marítimos, representando, por isso, os Açores, não apenas uma continuação de Portugal mas também um verdadeiro reflexo da vida portuguesa continental”<sup>136</sup>.

Carreiro da Costa conclui defendendo a ideia de que os Açores não podiam ser considerados como:

“possessão ultramarina, mas sim o próprio Portugal que se continuou num rosário de ilhas, em pleno Atlântico, a uma mesma latitude Norte. Uma prova de que assim é, poderemos ir buscar ao número de navegadores, de guerreiros, de exploradores e de missionários que as ilhas dos Açores deram à Pátria-Mãe, para efeitos de uma maior expansão ultramarina, de uma mais eficiente consolidação do nosso império, de um mais amplo conhecimento das terras e dos povos longínquos, de uma mais profícua evangelização cristã”<sup>137</sup>.

Avelino Menezes, no estudo anteriormente referido, salienta o facto de o ritmo do povoamento ter sido condicionado pelas “datas do achamento, da valorização dos arquipélagos na empresa ultramarina e da contingente situação do Reino”<sup>138</sup>.

Estes factores levaram, de acordo com o autor citado, a que o povoamento do arquipélago da Madeira fosse eficiente, enquanto em relação aos Açores fosse demorado. Além disso, expõe o seguinte:

“Nos alvares da empresa quatrocentista, a questão insular ainda não desperta o preciso desvelo da coroa. No entanto, as ilhas facultam, pela primeira vez, a progressiva concretização dos complexos estímulos da

---

<sup>136</sup> Cf., *A respeito do povoamento do arquipélago açoriano*, palestra proferida a 2 de Julho de 1954, F.C.C., S.D.U.A., pp.1-2.

<sup>137</sup> *Idem*, p.2.

<sup>138</sup> MENESES, Avelino de Freitas de, *ob. cit.*, p.82.

expansão. Assim, contribuem para a superação de tradicionais e nascentes carências económicas e promovem, com maior segurança, a aproximação da velha Europa aos novos mundos”<sup>139</sup>.

Assim, de acordo com o autor, a ocupação dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, nos séculos XV e XVI, comprova a intenção de Portugal se integrar num projecto de expansão marítima europeia.

Em 1960, Carreiro da Costa relembra estes temas, nas seguintes palestras – *Do povoamento das ilhas*, proferida a 1 de Julho e *Os Açores e o Infante*, proferida a 15 de Julho. Na primeira, torna a destacar o documento que determina o povoamento das ilhas açorianas, contestando, a partir da interpretação da carta régia, a opinião de Frutuoso, segundo a qual a Ilha de São Miguel teria sido descoberta apenas em 1444. Além disso, refere-se novamente ao conceito de povoamento, concluindo que “povoamento e colonização são dois fenómenos antropogeográficos inteiramente diferentes”<sup>140</sup>. Na outra palestra acima identificada, Carreiro da Costa, refere que foi com os descobrimentos marítimos que se obteve verdadeiramente um “ideal nacional”, que, por sua vez, facultou a concretização de duas bases indispensáveis para o ressurgimento do país: a “unidade nacional” e o “revigoramento do poder real”. Descreve-nos, ainda, as características naturais das ilhas aquando do seu povoamento, bem como os elementos populacionais que o compuseram, mas mantendo, igualmente, a característica nacional das suas regiões de origem.

Sobre este tema, apresentamos o importante estudo de Rute Gregório<sup>141</sup>, onde tece algumas considerações acerca do processo de povoamento do arquipélago. Assim,

---

<sup>139</sup> *Idem*, p.107.

<sup>140</sup> Cf., *Do povoamento das ilhas*, palestra proferida a 1 de Julho de 1960, F.C.C., S.D.U.A., p.4.

<sup>141</sup> Embora diga respeito, sobretudo, à Ilha Terceira, faz uma abordagem geral ao arquipélago açoriano.

reconhecendo o mérito da extensa bibliografia existente para o estudo dessa temática, esclarece que, ao longo dos tempos foram-se “alterando as abordagens, os pressupostos, as metodologias, as problemáticas e até as fontes, à medida da própria consolidação da investigação histórica, etnológica, geográfica e linguística”<sup>142</sup>, embora realce a escassez de fontes, face ao limitativo uso da escrita. Além disso, chama a atenção para a incipiente investigação arqueológica na região, destacando, porém, algumas iniciativas, como:

“o levantamento etnográfico levado a cabo por Rui Martins, na Universidade dos Açores, os projectos do Instituto Açoriano de Cultura que, entre o mais, resultaram nos já publicados volumes do *Inventário do Património Imóvel dos Açores* e, antes de todos estes, os levados a efeito por Luís Ribeiro e Carreiro da Costa. Graças a eles, muitas das possíveis fontes materiais aparecem descritas, caracterizadas e algumas até estudadas com maior desenvolvimento”<sup>143</sup>.

A propósito do povoamento açoriano, Carreiro da Costa, noutra palestra – *A terra*, proferida a 17 de Maio de 1945 – diferencia, de ilha para ilha, a origem dos seus grupos populacionais. Assim, para Santa Maria e São Miguel foram pessoas da Estremadura, do Alentejo e do Algarve; para a Terceira foi o povo do norte, bem como os elementos estrangeiros que se fixaram com Jácome de Bruges; para São Jorge foram homens da Flandres com Guilherme Van Haagen; para o Faial foram famílias flamengas que acompanharam Jos de Huerter; para o Pico foram famílias terceirenses; para a Graciosa, Flores e Corvo, deslocou-se o povo de várias regiões. Destaca-nos, ainda que “era, toda ela, gente desembarcada essa que trocava a terra que lhes fora berço pelos Açores, gente de todas as classes sociais na mira de um melhor rendimento,

---

<sup>142</sup> GREGÓRIO, Rute, *Terra e Fortuna nos primórdios da Ilha Terceira /1450-1550) I*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2005, p. 23.

<sup>143</sup> *Idem*, p.25.

embora reconhecendo o sacrifício a que se sujeitava”<sup>144</sup>. De entre os estrangeiros, salienta a vinda de mouros vindos de África e do Algarve que desembarcavam nas ilhas e eram vendidos como escravos, além de judeus fugidos de Portugal. Contudo, de acordo com o autor, o elemento externo que mais predominou foram os flamengos.

No que concerne aos indivíduos que participaram no povoamento do arquipélago açoriano, Avelino Meneses não nos apresenta as mesmas certezas que Carreiro da Costa, pois, salienta: “A escassez de fontes estorva a completa elucidação da origem e do perfil dos povoadores dos arquipélagos da Madeira e dos Açores”<sup>145</sup>.

Embora haja muitas dúvidas, segundo o autor, tendo por base a tradição, o povoamento açoriano caracteriza-se por portugueses do Sul, sobretudo do Algarve, do Alentejo e da Estremadura, no que se refere, sobretudo, às ilhas do grupo oriental, devido ao facto de estas populações se encontrarem mais próximas dos portos atlânticos. No entanto, ainda de acordo com Avelino Meneses, as provas documentais e a configuração do Portugal quatrocentista contradizem a primitiva influência do Sul. Por essa razão, face às incertezas, refere:

“o estado actual da investigação reconhece apenas a determinante prevalência de metropolitanos no povoamento insular. Além disso, o cruzamento das referências documentais com a comedida interpretação ainda admite a primitiva concorrência de gente do Sul, depressa superada pela vinda dos contingentes do Norte”<sup>146</sup>.

Além disso, destaca o facto de, na sua fase inicial, o povoamento das ilhas ter sido liderado por capitães-donatários da casa do Infante D. Henrique:

---

<sup>144</sup> Cf., *A terra*, palestra proferida a 17 de Maio de 1945, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

<sup>145</sup> MENESES, Avelino de Freitas de, *ob. cit.*, p.85.

<sup>146</sup> *Idem*, pp.86-87.

“Nos Açores, assinala-se a meritória acção de Gonçalo Velho nas ilhas de Santa Maria e S. Miguel. Na Terceira, ressalta a personalidade de Jácome de Burges, também servidor do infante D. Henrique, mas de naturalidade flamenga e, por conseguinte, pioneiro da influência que a Flandres exercera no povoamento insular. (...) De facto, ao invés do que acontece em Santa Maria e S. Miguel, nas ilhas do grupo central, cessa o discutível predomínio de povoadores do Algarve, Alentejo e Estremadura, geograficamente muito próximos dos principais portos de apoio à navegação atlântica. Na Terceira, por exemplo encontra-se muita gente do Norte de Portugal, pois a transformação da expansão ultramarina em verdadeira empresa nacional reclama o empenho de todas as províncias, nomeadamente as mais povoadas. Ademais, fomenta-se a cooperação de diferentes minorias, concretamente judeus, mouriscos, de degredados, e de estrangeiros, ressaltando a importante colónia de flamengos”<sup>147</sup>.

Relativamente aos elementos que participaram no povoamento e possíveis razões da sua vinda para o arquipélago açoriano, Carreiro da Costa, no *Esboço Histórico dos Açores*, salienta, entre outros, as recolhas de Frutuoso, as investigações de Rodrigo Rodrigues, Marcelino Lima, Hugo Moreira, Velho Arruda, Luís Ribeiro. Ribeiro, aliás, merece destaque de citação:

“A grande maioria dos povoadores foi constituída por portugueses e no povoamento colaboraram, mais ou menos, todas as províncias de Portugal. Sem dúvida que em cada ilha predominaram os indivíduos de uma ou outra província, e a isso se deve atribuir, pelo menos em parte, certa diversidade de tipos e costumes, que se nota entre as ilhas; mas, qual a província que deu maior contingente de povoadores é o que se ignora”<sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup> *Idem*, pp.110-112.

<sup>148</sup> RIBEIRO, Luís, “Formação Histórica do Povo dos Açores”, in, *Açoriana*, II, p.195, apud., Carlos Cordeiro, *ob. cit.* pp.58-59.

Mas, de acordo com Carreiro da Costa, face aos documentos existentes, a tradição, os caracteres antropológicos, a antroponímia e a toponímia e as características das habitações, é possível reconhecer os participantes no povoamento dos Açores<sup>149</sup>.

Sobre o povoamento temos, ainda, várias palestras<sup>150</sup> – *O povo*, proferida a 24 de Maio de 1945; *Gente algarvia em São Miguel*, proferida a 1 de Maio de 1953; *Portugal Multiplicado*, proferida a 6 de Julho de 1962. Em todas, Carreiro da Costa destaca as virtudes da terra açoriana e o trabalho daqueles que as povoaram; “os Açores representam através da conquista e do domínio da Terra, uma das mais expressivas demonstrações da luta durante quinhentos anos travada entre o homem e o meio”<sup>151</sup>.

Relativamente ao aproveitamento económico do arquipélago açoriano, Carreiro da Costa, refere que, por altura do seu descobrimento em pleno século XIV:

“a Terra Açoriana era um prodígio de beleza, de frescura e de harmonias, no manto verde da vegetação crescendo ao-Deus-dará, no sombreado dos bosques e transparência dos regatos, nos murmúrios das frondes e estreitando-se muito e na reza do mar curvando-se nas areias(...)”<sup>152</sup>

Acentuando, pois, em termos mais ou menos “românticos” que, antes da sua descoberta ou reconhecimento, as ilhas do arquipélago dos Açores estavam despovoadas e cobertas unicamente por uma exagerada vegetação. Uma realidade que o

---

<sup>149</sup> Podemos, acerca de este assunto, concluir que Carreiro da Costa estava bem informado, não estando ultrapassadas, em diversos aspectos, muitas das suas conclusões.

<sup>150</sup> Tema que aborda, igualmente, de forma mais exaustiva e fundamentada, no *Esboço Histórico dos Açores*, pp.53 a 84.

<sup>151</sup> Cf., *Portugal multiplicado*, palestra proferida a 6 de Julho de 1962, F.C.C., S.D.U.A., p.1. Palestra proferida por altura da visita do Presidente da República, o Almirante Américo Tomás, ao arquipélago e, que segundo Carreiro da Costa, vinha com o objectivo de conviver com as populações locais, conhecer a obra do seu trabalho, os seus anseios e garantir a pertença portuguesa das ilhas.

<sup>152</sup> *Idem*, p.1.

labor das populações iria alterar profundamente, passando a terra açoriana a “fertilíssima e quase inteiramente conquistada pelo labor ingente e pela persistência dos que [nela] se foram fixando ao longo dos séculos”, ainda que nem sempre tivesse sido “favorável ao Homem”<sup>153</sup>. Além disso, descreve-nos, também, todas as ilhas do Arquipélago, salientando que, por vezes, as suas paisagens se afiguram cheias de contrastes, porque, se por um lado existem terrenos férteis para boas culturas, por outro há largas parcelas de biscoito constituídas pelas lavas vulcânica. Estas diferenças verificam-se também em relação ao interior das mesmas ilhas que difere, por sua vez, do litoral. Conclui o autor:

“Dos matos frondosos por onde os homens chegaram a perder-se, das encostas alterosas e hostis em que foi mister abrir veredas para se poderem vencer distâncias e atingir vales e montanhas, conseguiram os açorianos o milagre que, presentemente, se contempla no trato amoroso das várias culturas, mais no aproveitamento integral de quase todos os terrenos”<sup>154</sup>.

Sobre este assunto, Avelino Meneses realça o facto de, por altura do descobrimento dos Açores, a coroa portuguesa apoiar o povoamento e a exploração do arquipélago, de forma a evitar gastos; por isso, doou as primeiras ilhas conhecidas ao infante D. Henrique, que ficou encarregue do seu povoamento e exploração, em troca de muitos privilégios. No entanto, salienta:

“Os donatários, pertencentes à mais alta nobreza, não trocam entretanto a vida da corte nem os vastos domínios que possuem no Reino pelas dificuldades do povoamento insular. (...) Assim, ainda no tempo de D. Henrique, procedeu-se à divisão do arquipélago em capitánias, cuja

---

<sup>153</sup> *Idem*, p.1.

<sup>154</sup> *Idem*, p.1.

administração se confere a agentes nomeados pelos donatários e que passam a designar-se capitães dos donatários”<sup>155</sup>.

Caberia, desta forma, a estes agentes promoverem o respectivo povoamento e aproveitamento económico das ilhas.

Em relação às características naturais das ilhas açorianas, e de acordo com o seu aproveitamento económico, Francisco Carreiro da Costa descreve-nos cada uma das ilhas do arquipélago:

“Em Santa Maria, se ficou o Portugal antigo, de quatrocentos (...). Na Ilha de S. Miguel está o Portugal lavrador e peregrino (...). Na Ilha Terceira se condensa, no melhor esmalte, o Portugal heróico (...). Pela Ilha Graciosa se estendeu o Portugal vinhateiro (...). Na Ilha de São Jorge se reproduziu o Portugal pastor de montes e de serras (...). Mais além na Ilha do Faial se ficou o Portugal menino e moço (...). Na Ilha do Pico se concretizou o Portugal missionário e marinheiro (...). Na Ilha das Flores se desdobrou o Portugal jardim (...). Finalmente, na Ilha do Corvo se estabeleceu o Portugal família (...)”<sup>156</sup>.

De acordo com o autor, Portugal reproduziu-se assumindo várias características nas ilhas que constituem este Arquipélago.

Ainda a este respeito, noutra palestra, *O Povo*, proferida a 24 de Maio de 1945, Francisco Carreiro da Costa salienta-nos que esse aproveitamento foi lento e tardio, representando um esforço considerável por parte daqueles que a ele se dedicaram. Assim,

“entregues ao seu destino, a sua primeira preocupação foi decerto o levantamento de suas habitações, frágeis tectos feitos com as ramarias das

---

<sup>155</sup> MENENES, Avelino de, *Estudos de História dos Açores*, vol. I, Jornal de Cultura, Coleção História, Ponta Delgada, 1994, p.110.

<sup>156</sup> Cf., *Portugal multiplicado*, palestra proferida a 6 de Julho de 1962, ..., pp.2-4.

árvores gigantescas, para sob eles se resguardarem dos caprichos dum clima que não entendiam, tão inconstante e agressivo se lhes mostrava”<sup>157</sup>.

Elucida-nos, ainda, acerca das diferenças que se encontram entre os portugueses do Continente e os portugueses dos Açores. Estas diferenças não se verificavam no sentimento patriótico, mas nos usos e nos costumes, no modo de ser e na linguagem, causadas exclusivamente por factores geográficos, como o isolamento originado pela sua condição de ilhéus:

“A larga extensão de mar, que os separava de Portugal, nem por isso lhes abrandou os propósitos; apenas a saudade se impunha como lembrança saborosa da Pátria, quando as ondas uma a uma, dolentes e rumorosas desmaiavam na praia, ou fortes e alterosas pareciam açoitar as falésias negras da costa penhasco”<sup>158</sup>.

Acerca do modo de vida dos açorianos e do aproveitamento económico das ilhas do arquipélago, Francisco Carreiro da Costa produz, em 1957, duas palestras intituladas: *Trabalho Açoriano*, proferida a 7 de Julho, e *A compra da Ilha de São Miguel*, proferida a 2 de Agosto. Na primeira descreve-nos a indumentária que se resumia ao indispensável, sendo o supérfluo desaprovado, o mobiliário era reduzido ao imprescindível, a alimentação tinha por base o trigo conservado nas covas, a carne dos bovinos, as salgas dos suínos bravos que se caçavam, a pesca reduzida e a fruta do mato. Na iluminação usavam o azeite obtido dos fígados de alguns palmípedes que se apanhavam, e nos óleos vegetais que se extraíam das bagas de loureiro. A vida espiritual e intelectual era da responsabilidade dos primeiros padres, especialmente franciscanos. Na segunda informa-nos que, com a compra da Capitania da ilha de São Miguel, na

---

<sup>157</sup> Cf., *O Povo*, palestra proferida a 24 de Maio de 1945, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>158</sup> *Idem*, p.1.

transição do terceiro para o último quartel do século XV, se inicia uma época de grande desenvolvimento social e económico, devido ao facto de se começarem a produzir os primeiros géneros comerciáveis: o trigo, algum pastel (introduzido e divulgado pelos flamengos do Faial) e grandes quantidades de madeira. Segundo Carreiro da Costa, com a compra da ilha de São Miguel, esta passou a ter o seu terceiro Capitão-do-Donatário, Rui Gonçalves da Câmara. Nessa altura, a população é “refrescada” com novos elementos, os arroteamentos alargam a sua área, as searas desenvolvem-se, os pisões de pastel aumentam de número, os canaviais de açúcar cobrem apreciáveis extensões, os engenhos surgem em vários locais, as edificações intensificam-se e as primeiras paróquias constroem-se.

A este respeito, Fátima Sequeira Dias, no estudo que publicou relativamente à economia e sociedade açorianas nos séculos XIX e XX, diferencia os seus “ciclos” produtivos, destacando o caso de apenas a produção agrícola ter dominado a economia açoriana:

“Apesar da constatação do “atraso” insular pela *intelligentzia* oitocentista, a historiografia tradicional insiste em apresentar os «ciclos» agrícolas do arquipélago como responsáveis por períodos de grande prosperidade. Assim, ao “ciclo” do trigo nos séculos XV e XVI, seguiu-se o do pastel no século XVII, o do trigo, novamente, no século XVIII, depois, o do milho e o da laranja, no século XIX, e o do ananás e do gado bovino, no século XX. Durante esses ciclos, a sociedade micaelense terá vivido sob o signo da riqueza e do cosmopolitismo”<sup>159</sup>.

Contudo, de acordo com a autora, “esses ciclos de prosperidade, assentes na vitalidade do sector agro-exportador, não conseguiram acabar, por isso, com os

---

<sup>159</sup> DIAS, Fátima Sequeira, *Os Açores na História de Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, p.13.

fenómenos de *dualismo* que caracterizam todas as sociedades não desenvolvidas.”<sup>160</sup>  
Desta forma, a referida prosperidade nunca se terá generalizado à população<sup>161</sup>.

Por último, salientamos a palestra proferida a 10 de Setembro de 1965, onde Carreiro da Costa torna a abordar a questão do aproveitamento económico das ilhas com a palestra: *Dos primeiros tempos nos Açores Orientais*. Reportando-se ao caso especial de Santa Maria e de S. Miguel, começa por explicar que o povoamento foi feito em meados do século XV e, com ele, se pôs em prática um sistema administrativo social e económico, sendo as primeiras duas ou três décadas, em Santa Maria e São Miguel, de preparação para o trabalho que iria desenvolver-se. Durante esse tempo, acrescenta que foram levados para as duas ilhas, trazidos do Reino, os materiais essenciais: inicialmente, o material de apoio, como as várias espécies animais, com o fim de se adaptarem ao meio e de se multiplicarem livremente; depois, o material humano representado nas primeiras famílias que se fixaram; a seguir, o material agrícola e marítimo, materializado em sementes e alfaías, em embarcações e ferramentas; por último, executaram-se os primeiros arroteamentos, cortaram-se apreciáveis extensões de matas e ergueram-se rudimentares habitações. Por último, refere-nos o resultado desse trabalho<sup>162</sup>.

---

<sup>160</sup> *Idem*, p.14.

<sup>161</sup> Outro aspecto é salientado por Fátima Sequeira Dias: “Segundo a tradição histórica, o arquipélago dos Açores terá conhecido um forte desenvolvimento do sector transformador desde o seu povoamento” – ora, na sua perspectiva, “apenas a produção agrícola parece ter dominado a economia do arquipélago, visto não se registarem quaisquer outras exportações significativas para além dos cereais, leguminosas e citrinos, ao longo das primeiras décadas do século XIX.” - *Idem*, p. 89.

<sup>162</sup> Relacionado com os temas da geografia humana e exploração económica, preenche dois capítulos na sua obra *Esboço Histórico dos Açores* – Capítulo VII e Capítulo VIII, pp.157-243 – onde, além dos aspectos gerais da ocupação humana do arquipélago, aponta os necessários trabalhos de adaptação e as principais culturas, indústrias e instituições criadas para promoverem o desenvolvimento económico do arquipélago.

Em conclusão, e de acordo com a leitura das diversas palestras, Francisco Carreiro da Costa explica, de uma forma pedagógica, as várias etapas da história dos Açores, desde as referências antigas acerca destas ilhas até ao seu aproveitamento económico. Entre outros aspectos, Carreiro da Costa salienta-nos, ainda, em todas elas, o providencialismo divino do achado, bem como a acção e heroísmo dos portugueses na sua ocupação. Acentua, igualmente, o esforço empregado no desbravamento das ilhas, por modo a torná-las “competentes” nos domínios do social e do político, além de produtivas nos domínios do económico, apesar dos revezes sofridos pelo clima irregular e dos desmandos e arbitrariedades por parte de alguns responsáveis pela sua administração. Além disso, podemos considerar algumas palestras relacionadas com este tema como complementares: se nas primeiras nos introduziu o objecto de estudo, nas seguintes especifica-nos alguns aspectos.

Além disso, neste conjunto de palestras está bem presente a sua perspectiva profundamente nacionalista, como podemos comprovar na seguinte passagem:

“Porque sou português dos Açores – dos Açores de Portugal – orgulho-me de ser açoriano. É um orgulho que tem raízes fundas no Portugal de agora e de sempre porque os Açores, não obstante se situarem no meio do Atlântico são raízes, ramos, flor e fruto de Portugal. Orgulho-me de ser açoriano porque os Açores, sendo obra de Deus, no mistério da sua formação, mostram ser, também, obra de Portugal, na dádiva da sua revelação geográfica, na epopeia do seu povoamento, no trabalho ingente do desbravamento e do aproveitamento das suas terras, na exploração dos seus mares, na vida cinco vezes secular que aqui se tem vivido.”<sup>163</sup>

---

<sup>163</sup> Cf., *Orgulho de ser Açoriano*, palestra proferida a 25 de Agosto de 1967, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

### **1.3 - Os Açores na História de Portugal**

Seguidamente, ainda relacionadas com a História dos Açores, Carreiro da Costa salienta-nos, em várias palestras, o envolvimento dos açorianos em diversos acontecimentos políticos que marcaram a história de Portugal e consequentemente a dos Açores.

Assim, iremos verificar que, segundo Carreiro da Costa, em quase todas as crises nacionais, registadas a partir do século XV, os Açores estiveram sempre presentes. A princípio, foram as madeiras para a construção naval, os trigos para a resolução do défice cerealífero do Reino, o pastel canalizando apreciáveis rendimentos para o erário régio. Depois, a posição estratégica das suas ilhas, em relação às viagens de retorno das Índias. Mais, ainda, as resistências observadas, aquando da crise de 1580 e, em seguida, o entusiasmo manifestado por ocasião do movimento restaurador e mais tarde, a sua contribuição nas lutas liberais.

Todos estes temas são expostos com uma descrição pormenorizada dos vários acontecimentos. Entre outros, destaca-se a acção de algumas personalidades, quer na resistência filipina, quer no movimento Restaurador, sobretudo nas ilhas da Terceira, de São Miguel e do Faial, nomeadamente a primeira que teve um papel muito activo nesse período, enquanto em relação à ilha de São Miguel nos destaca a Batalha de Vila Franca do Campo, pois, como refere o autor:

“São em apreciável número os acontecimentos que enriquecem a história açoriana, e, sobretudo, a história da Ilha Terceira. Principalmente os factos decorridos no final do século XVI, por ocasião da invasão e da implantação do domínio filipino, naquela ilha, são dos que enobrecem

sobremaneira os anais da respectiva história, sabida a resistência verdadeiramente heróica ali oferecida pelos partidários do Prior do Crato”<sup>164</sup>.

No que diz respeito às lutas liberais, refere os acontecimentos ocorridos em São Miguel, sobretudo a propósito do descontentamento dos micalenses em relação à dependência administrativa da ilha Terceira<sup>165</sup>.

Entretanto, e durante todo esse tempo, a língua portuguesa manteve-se, os costumes, embora adaptados às conveniências do meio, continuaram a identificar-se com os do Continente; as instituições sociais, administrativas e jurídicas prosseguiram segundo modelos nacionais. Na opinião de Carreiro da Costa, constituem uma série considerável de provas em como o açoriano tem sabido resistir a tudo quanto se não mostra genuinamente português.

Situando-se nos tempos dramáticos em que a independência nacional, com o governo de Filipe II, Portugal entrava numa crise que duraria 60 anos, na década de 1950 Carreiro da Costa produz uma série de palestras que abordam o tema: *A Batalha Naval de Vila Franca do Campo e seus Antecedentes*, proferida a 28 de Julho de 1950; *A Batalha de Vila Franca do Campo*, proferida a 4 de Agosto de 1950; *O 1º de Dezembro de 1640 e a Ilha de São Miguel*, proferida a 1 de Dezembro de 1950; *A Ilha Terceira e a Restauração de 1640*, proferida a 8 de Dezembro de 1950; *Uma faialense, heroína da Restauração*, proferida a 15 de Dezembro de 1950; *A Batalha da Salga*, proferida em 20 de Julho de 1951; *O Prior do Crato na Ilha Terceira*, proferida em 25

---

<sup>164</sup> Cf., *A Batalha da Salga*, palestra proferida a 20 de Julho de 1951, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>165</sup> Em 1820, Francisco Borja Garção Stokler foi nomeado Capitão-General dos Açores. Se no início os açorianos punham grandes esperanças no seu governo, o certo é que, durante a sua governação, desenvolveu uma política que muito contribuiu para a desavença entre micalenses e terceirenses; para aprofundar esta ideia, ver as palestras - *Uma revolução sem sangue*, proferida a 7 de Março de 1958 e *Um incidente histórico na Ilha de S. Miguel*, proferida a 19 de Abril de 1974, F.C.C., S.D.U.A.

de Julho de 1952; *Um Mártir Terceirense*, proferida a 29 de Maio de 1953; *Casas da moeda, na cidade de Angra*, proferida a 19 de Fevereiro de 1954; *Um açoriano ao serviço da Restauração de Portugal*, proferida a 30 de Novembro de 1956; *Uma terceirense ilustre*, proferida a 16 de Agosto de 1957; *Um manuscrito do século XVII*, proferida a 1 de Agosto de 1958; *Ainda um manuscrito do século XVII*, proferida a 8 de Agosto de 1958; *Um grande animador do Movimento da Restauração nos Açores*, proferida a 3 de Dezembro de 1971.

Todas elas pretendem assinalar a comemoração de factos ocorridos nas ilhas açorianas: a Batalha da Salga, ocorrida em 25 de Julho de 1581, na ilha Terceira, e a resistência dos defensores do Prior do Crato naquela ilha; a Batalha naval de Vila Franca do Campo, ocorrida a 26 de Julho de 1582, em que uma enorme esquadra, comandada pelo Marquês de Santa Cruz derrota a esquadra francesa, comandada por Filipe Strozzi, apoiante de Prior do Crato; ou a chegada à Ilha Terceira de D. António, Prior do Crato, no dia 26 de Julho de 1582, onde em Angra cunhou moeda e preparou a sua partida para França; ou o 1º de Dezembro de 1640, onde distingue o heroísmo dos açorianos no apoio à causa de D. António Prior do Crato e depois ao movimento emancipador da Restauração, como o caso dos terceirenses Frei Diogo das Chagas e Francisco Ornelas da Câmara, da faialense Margarida da Silveira que nunca perdera a esperança de um rei português, ou a terceirense Violante do Canto que ofereceu os seus préstimos à causa do Prior do Crato. Em todas apresenta-nos os factos de forma bastante pormenorizada.

Carreiro da Costa, refere, ainda, as muitas e variadas fontes existentes para o estudo do movimento da Restauração nos Açores, sublinha o facto de serem de extrema importância devido à circunstância de os seus autores terem sido, não só testemunhas

oculares dos vários acontecimentos, como ainda participantes dos mesmos episódios, como o franciscano açoriano Frei Diogo das Chagas, notável cronista da história do nosso Arquipélago e autor da obra *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*<sup>166</sup>. Na opinião de Carreiro da Costa, esta obra, com as *Saudades da Terra* de Fructuoso, a *História Insulana*, do Padre Cordeiro e a *Crónica da Província de S. João Evangelista*, de Frei Agostinho de Mont'Alverne constituem as principais referências da historiografia açoriana<sup>167</sup>.

Em todas destaca o profundo portuguesismo dos intervenientes açorianos envolvidos no movimento restaurador. Destaca a personalidade de Frei Diogo das Chagas, descrevendo os pormenores da sua acção durante o movimento restaurador:

“Foi, sem dúvida, a primeira dentre as primeiras que mais se destacaram nesse grande acontecimento nacional. Servindo-se de uma posição de padre franciscano e de personalidade de prestígio na Ilha Terceira, Frei Diogo das Chagas pode dizer-se que arriscou a vida por vezes na defesa do ideal pátrio que o animava”<sup>168</sup>.

Quer nas palestras, quer no *Esboço Histórico dos Açores*, Carreiro da Costa descreve, os factos ocorridos nesse período da história nacional, salientando que os Açores participaram activamente nesse processo e exaltando o heroísmo dos açorianos.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> Ver, ainda, a este respeito as palestras - *Um manuscrito do século XVII*, proferida a 1 de Agosto de 1958; *Ainda um manuscrito do século XVII*, palestra proferida a 8 de Agosto de 1958, F.C.C., S.D.U.A. – em ambas, é explicitado o conteúdo de *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, obra de Frei Diogo das Chagas.

<sup>167</sup> Assunto que tornaremos a abordar no capítulo respeitante à cultura açoriana.

<sup>168</sup> Cf., *Um açoriano ao serviço da restauração de Portugal*, palestra proferida a 30 de Novembro de 1956, F.C.C., S.D.U.A., p. 2.

<sup>169</sup> Tanto no *Esboço Histórico dos Açores* (pp.129 a 156), como nas palestras acerca deste assunto, Carreiro da Costa assinala alguns factos passados nas ilhas açorianas, que se integram na História de

Avelino Meneses menciona, igualmente, o patriotismo dos açorianos, ainda que o relativize no contexto da política internacional:

“Na problemática hispano-portuguesa de 1580, a rebeldia dos Açores assume particular relevo e reclama uma atenta análise. No passado, os intentos historiográficos de glorificação identificam sempre a resistência insular com a manifestação do supremo patriotismo dos açorianos e particularmente dos terceirenses. Não contestamos esta visão, porque o adiamento da previsível conquista espanhola até ao ano de 1583 deriva, em primeiro lugar, do sacrifício da anónima população da ilha Terceira. Todavia, na actualidade, as previdentes interrogações da historiografia sugerem a busca de diferentes motivações”<sup>170</sup>.

De acordo, pois, com Avelino Meneses, a importância geoeconómica insular motivou o inevitável envolvimento dos Açores no conflito que dividia as várias potências europeias, Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda.

Seguidamente, iremos referir outro conjunto de palestras, em que Carreiro da Costa expõe alguns eventos ocorridos no período das lutas entre liberais e miguelistas ocorridas nos Açores, em que pretende aferir até que ponto os açorianos, nas várias ilhas, desejavam que fosse mantido em Portugal o regime tradicional de governo ou fossem introduzidas as “tendências francesas” na política e na administração: *A Batalha da Ladeira Velha*, proferida a 3 de Agosto de 1951<sup>171</sup>; *Ponta Delgada e alguns*

---

Portugal: *Os Açores nos reinados de D. Afonso V a D. Sebastião, O Prior do Crato nos Açores, Período Filipino, A Restauração nos Açores e O Liberalismo nos Açores.*

<sup>170</sup> MENESES, Avelino de Freitas de, *ob. cit.*, p.125; Para um melhor aprofundamento da problemática do domínio filipino no arquipélago açoriano, a obra de referência: MENESES, Avelino de Freitas, *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590), I - A Resistência Terceirense e as implicações da Conquista Espanhola*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1987.

<sup>171</sup> Carreiro da Costa refere o acontecimento ocorrido nos primeiros dias do mês de Agosto de 1831, em S. Miguel, relacionado com a luta entre liberais e miguelistas travada no norte da ilha e que ficou conhecida pelo nome de Batalha da Ladeira da Velha. Esta batalha opôs as tropas do Capitão-General, Vice-Almirante Henrique Sousa Prego, ao Conde de Vila Flor, Capitão-General em nome dos liberais e

*acontecimentos do princípio do século XIX*, proferida a 31 de Agosto de 1951<sup>172</sup>; *A Revolta dos Calcetas*, proferida a 24 de Abril de 1953<sup>173</sup>; *Um incidente histórico*, proferida a 22 de Abril de 1955; *Outro incidente histórico*, proferida a 29 de Abril de 1955; *Três documentos – três histórias*, proferida a 9 de Março de 1956; *Uma revolução sem sangue*, proferida a 7 de Março de 1958<sup>174</sup>; *Um incidente histórico na Ilha de São Miguel*, proferida a 19 de Abril de 1974.

Destaca, nestas palestras, os factos ocorridos na Ilha de São Miguel, provocados pelo descontentamento dos micalenses por se sentirem dependentes da ilha Terceira:

“Ora, se muitos capitães-generais houve que distribuíram as suas atenções por todas as ilhas, procurando, por igual, resolver os seus respectivos problemas, a verdade é que alguns existiram e que concentraram os programas das suas administrações na ilha Terceira do que resultaram muitos descontentamentos e, por consequência, muitos desejos, sobretudo da parte dos micalenses, de se emanciparem da influência directa do capitão-general.”<sup>175</sup>

---

com autoridade na Terceira, que terminou no dia 3 de Agosto desse ano de 1831, com o triunfo do Conde de Vila Flor.

<sup>172</sup> Carreiro da Costa conta-nos alguns acontecimentos ocorridos em Ponta Delgada, no século XIX.

<sup>173</sup> Ocorrida nos dias 23 e 24 de Abril do ano de 1835, integrada nas tentativas contra-revolucionárias, após a implantação do sistema liberal em Portugal. A cidade de Ponta Delgada foi palco de uma revolta, que teve o seu início e o seu fim no Castelo de São Braz, onde na altura se encontravam presos diversos adeptos da causa absolutista. Terminou com a morte dos revoltosos.

<sup>174</sup> Destaca o caso do movimento de 1 de Março de 1821 verificado em Ponta Delgada. Francisco de Borja Garção Stokler, nomeado pela Regência Capitão-General dos Açores, em 1820, veio para a Terceira, aí começou a proceder de tal forma que deixou alarmados os poucos liberais que havia na ilha e estendeu essa acção às outras ilhas. Por esta razão, não tardou a que se formasse um grupo de destacadas figuras micalenses que prontamente procuraram converter os seus habitantes para o caminho da emancipação dos micalenses em relação à Capitania-Geral e adesão ao governo liberal.

<sup>175</sup> Cf., *Uma revolução sem sangue*, palestra proferida a 7 de Março de 1958, F.C.C., S.D.U.A., pp.1-2.

Pois, de acordo com a organização administrativa de 2 de Agosto de 1766 decretada pelo Marquês de Pombal, o arquipélago dos Açores passou a ser administrado por um Capitão-General que tinha sede do seu Governo em Angra.

Em relação ao acontecimento ocorrido em Ponta Delgada a 1 de Março de 1820, o autor das palestras justifica-o como um movimento libertador dos micalenses em relação ao governo de Angra, que terá, de acordo com o autor, levado à:

“formação de um numeroso grupo de destacadas figuras micalenses que cedo começou a fazer crer aos demais habitantes de S. Miguel quanto de nocivo era o governo da Capitania-General, pelo que só um caminho havia para a emancipação dos micalenses – a adesão ao governo liberal. Este seria, portanto, um meio e não um fim”<sup>176</sup>.

A este respeito, Carreiro da Costa, noutra palestra, afirma que no dia 1 de Março de 1821 se deu em Ponta Delgada um acontecimento político que teve grandes repercussões nas outras ilhas: “foi o da revolução e tomada do Castelo de S. Braz e proclamação da Constituição”<sup>177</sup>. Citando Gervásio Lima, Carreiro da Costa resume-o desta forma:

“O movimento revolucionário de 1820, em Lisboa e Porto, encontrou aplauso nos micalenses que viram ensejo para a sua emancipação política e social com a queda dos capitães-generais e, conseqüentemente, a sua independência do governo central de Angra; aspiração natural e legítima”<sup>178</sup>.

Maria Fernanda Enes, sobre este assunto, salienta:

“O entendimento do liberalismo não é unívoco nem social nem ideologicamente. A ausência de sintonia não radica somente nos

---

<sup>176</sup> *Idem*, p.3.

<sup>177</sup> Cf., *Ponta Delgada e alguns acontecimentos do princípio do século XIX*, palestra proferida a 31 de Agosto de 1951, F.C.C., S.D.U.A., p. 2.

<sup>178</sup> *Idem*, p.2.

pressupostos de natureza ideológica, social, económica e política [...], mas nas características concretas em que se encontravam os Açores. A administração insular, centralizada na Terceira; a maior ou menor influência exercida pelos deportados da *Setembrisada* que aí residiram; as estreitas ligações comerciais que a burguesia mantinha com a Inglaterra; bem ainda o diverso peso da instrução, diverso nas diferentes ilhas, condicionou aquela adesão”<sup>179</sup>.

De acordo com a autora, em cada ilha, a noção de liberdade, transmitida como valor principal do liberalismo, foi compreendida de acordo com a sua própria situação, no âmbito do governo imposto pela Capitania Geral com sede em Angra, e sustentada ou recusada pelas aristocracias locais. Assim, os defensores do novo sistema político variaram de acordo com os seus interesses na mudança ou manutenção do modelo administrativo.

Sobre o caso micaelense da adesão ao liberalismo, Maria Fernanda Enes refere:

“Convocadas que foram todas as autoridades militares e civis, nobreza, clero e povo para a Câmara de Ponta Delgada, o novo governo aí mesmo eleito entre os principais membros que deram corpo à revolta, prestou juramento (...). Em finais do mês de Maio voltou a reunir-se o senado da cidade e demais autoridades eclesiásticas e militares para prestarem juramento às *Bases da Constituição* (...). Este solene juramento realizou-se na igreja Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada. (...) Satisfazia-se ao mesmo tempo o sentimento de uma população fortemente caracterizada pelo arreigamento da religião. Acalmava-se, por outro lado, as dúvidas dos mais timoratos relativamente à natureza da conspiração (...)”<sup>180</sup>.

---

<sup>179</sup> ENES, Maria Fernanda Dinis Teixeira, *O Liberalismo nos Açores: religião e política (1800-1832)*, vol. I, Universidade Nova de Lisboa, 1994, pp. 355-356.

<sup>180</sup> *Idem*, pp. 365 a 372.

Além da descrição dos factos ocorridos<sup>181</sup>, conclui:

“De resto, o senado de Ponta Delgada participou activamente na revolta o que marcou o envolvimento daqueles líderes locais no processo de adesão ao liberalismo. Por seu turno a sua manutenção nos órgãos de poder local, reforçado agora com a separação efectiva da capitania geral, garantia a implementação do novo sistema”<sup>182</sup>.

Carreiro da Costa narra outro importante acontecimento ocorrido, anos mais tarde, em São Miguel. Relacionado com a luta entre liberais e miguelistas, travada no norte da ilha, ficou conhecida pelo nome de Batalha da Ladeira da Velha. Os seus antecedentes reportam-se aos primeiros meses do ano de 1830. Nessa altura, o governo dos Açores encontrava-se dividido: na ilha Terceira exercia o cargo de Capitão-General, o Conde de Vila-Flor; e nas restantes ilhas, com jurisdição efectiva sobre todas elas, estava o Vice-Almirante Henrique Sousa Prego. O primeiro, com residência em Angra, agindo em nome dos constitucionais, o segundo figurando como representante directo do poder absoluto de D. Miguel. Coube ao Conde de Vila-Flor o comando de uma expedição para submeter as restantes ilhas do Arquipélago. Após ter submetido as ilhas do grupo central, preparou uma expedição para dominar a ilha de São Miguel. Assim, a 1 de Agosto de 1831, os navios do Conde de Vila-Flor aproximam-se da costa micaelense e desembarcam nos Fenais da Ajuda. Registaram-se, posteriormente, vários confrontos com as tropas miguelistas: “Foi um verdadeiro desastre para as tropas do Capitão-General Sousa Prego, pois se umas fugiam espavoridas outras se entregavam sem qualquer resistência.”<sup>183</sup>.

---

<sup>181</sup> Fernanda Enes refere: “Consolidado que estava pela adesão de toda a ilha, e ratificado no plano religioso e social, continuou o processo de implantação do liberalismo” (*Idem*, p.370).

<sup>182</sup> *Idem*, p. 373.

<sup>183</sup> Cf., *A batalha da Ladeira Velha*, palestra proferida a 3 de Agosto de 1951, F.C.C., S.D.U.A., p.4.

Depois destes acontecimentos, Sousa Prego desloca-se para Ponta Delgada, com o objectivo de embarcar para o estrangeiro. No entanto, a população informada do sucedido manifestava-se a favor dos vencedores:

“Sousa Prego considera-se em perigo pelo que se vê na dura necessidade de subir aos telhados para, pelos telhados, entrar na casa contigua do Cônsul Inglês William Harding Read, onde vai encontrar já todo o seu estado maior e as principais autoridades da terra que igualmente se haviam refugiado ali.”<sup>184</sup>

No dia 3 de Agosto de 1831, após vários combates, o Conde de Vila-Flor saiu vencedor, “entrava triunfalmente em Ponta Delgada toda embandeirada e cheia de colgaduras. E assim se volvia sobre a história micalense uma das páginas mais empolgantes, tal a da Batalha da Ladeira da Velha (...)”.<sup>185</sup>

Carreiro da Costa considera este acontecimento como um dos mais importantes da história micalense, apesar de as tropas de S. Miguel terem perdido a batalha contra as da Terceira, o descontentamento em relação às acções do Capitão-General Sousa Prego provocavam maior pesar.

Em relação à *Campanha das Ilhas* levada a cabo no ano de 1831 no arquipélago, sob o comando do general conde de Vila-Flor<sup>186</sup>, Maria Fernanda Enes destaca, igualmente, o entusiasmo da população de Ponta Delgada após a vitória na batalha da

---

<sup>184</sup> *Idem*, p.5.

<sup>185</sup> *Idem*, p.5.

<sup>186</sup> Fernanda Enes menciona que, devido à falta de meios para invadirem S. Miguel, as tropas liberais levaram a cabo a conquista das ilhas do grupo central, sem grande oposição. Salaria, ainda o facto de a recuperação da ilha de S. Miguel para a causa de D. Maria ser determinante para a manutenção da mesma causa e da sua expansão, face à riqueza da ilha, que garantia o sustento das tropas liberais e ao seu peso demográfico, que seria essencial para o reforço do contingente militar liberal.

Ladeira Velha, pois, desde o começo da revolta de 22 de Junho de 1928, manifestara tendência para o apoio à causa liberal<sup>187</sup>. Assim,

“ao chegar ao seu conhecimento a invasão das tropas expedicionárias à ilha, ainda antes de ter conhecimento do resultado das operações militares, em manifestação espontânea e unânime decidiu fazer a aclamação de D. Maria II e da Carta Constitucional.”<sup>188</sup>

Em conclusão, Maria Fernanda Enes salienta-nos que o “ideário liberal” encontrou nos Açores várias condições para a aprovação nas três principais ilhas do arquipélago:

“Em São Miguel, a burguesia e a pequena nobreza terratenente constituíram-se em terreno propício ao seu desenvolvimento. Este grupo social lutou pela implantação política do liberalismo, contribuindo com os seus bens e fazendas para que fosse alcançado tal objectivo tanto nas ilhas como no continente”.<sup>189</sup>

Face à opressão em que viviam, devido a acção do governo da capitania, os micalenses viam-se obrigados a cooperar e mudar o rumo dos acontecimentos:

“Libertada pelas forças de Vila-Flôr em Agosto de 1831 (...), a população em geral manteve ao longo de todo o processo uma passividade quase total, quebrada apenas, pelos habitantes de Ponta Delgada no momento da libertação miguelista. A opressão económica, a vigilância e

---

<sup>187</sup> A este respeito, Maria Fernanda Enes, refere que, embora os terceirenses tenham declarado, em 28 de Outubro de 1928, de acordo com a Carta Constitucional, que as nove ilhas açorianas formavam uma só província, estes não tinham capacidade para intervir em São Miguel: “Os micalenses haviam desobedecido às ordens de Angra, demonstrando assim que apesar de estarem solidários com a reaclamação da Carta em cuja obediência também se encontravam, não aceitavam a junta interina, na qualidade de governo central”( *Idem*, p. 813) . No entanto, realça que esta oposição às ordens de Angra não significava a recusa à causa de D. Pedro, mas principalmente a vontade de independência em relação a Angra.

<sup>188</sup> ENES, Maria Fernanda Dinis Teixeira, *ob. cit.*, p. 995.

<sup>189</sup> *Idem*, p. 1037.

suspeita contínuas, em que foi mantida pelas autoridades da capitania geral, muito teriam contribuído para explosão de alegria sucedida à vitória liberal da batalha da Ladeira velha”<sup>190</sup>.

Devido ao facto de a maioria da população se ter mantido indiferente no decurso dos acontecimentos, a autora considera que não se sentiu a “tensão revolucionária” do liberalismo no arquipélago, ideia igualmente partilhada por Carreiro da Costa:

“Analisando talvez melhor a história já urdida acerca dessa época, chega-se ao ponto de crer que o liberalismo insular não passou de obra de uma dúzia ou pouco mais, além de que esse mesmo liberalismo parece, com efeito, ter servido, em muitos casos, de pretexto para a obtenção de certas reivindicações ou para a libertação de determinadas prepotências e influências”<sup>191</sup>.

Igualmente integrado nas lutas entre liberais e miguelistas, Carreiro da Costa, descreve-nos a rebelião ocorrida na cidade de Ponta Delgada, nos dias 23 e 24 de Abril do ano de 1835:

“Tomada de pânico, vivendo horas de terrível ansiedade, a cidade era testemunha de uma pequena mas impressionante revolução que ficaria conhecida na história local pela pitoresca designação de *Revolta dos Calcetas*”<sup>192</sup>.

---

<sup>190</sup> Idem, p.1036; Em relação à ilha Terceira, a situação foi bem diferente – “foi onde a população mais resistiu à implantação das ideias liberais. O poder da igreja, sobretudo a actividade contra-revolucionária de Stockler e de grande parte da aristocracia, dos franciscanos e clero paroquial arrastaram consigo a população. No entanto, foi também a que mais decisivo contributo deu à vitória final da causa da liberdade na monarquia portuguesa.” (*Idem*, p.1037). Enquanto o Faial “foi a ilha onde o ideário liberal na sua vertente política alcançou adesão mais generalizada.” (*Idem*, p.1036).

<sup>191</sup> Cf., *Uma Revolução sem sangue*, palestra proferida a 7 de Março de 1958, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>192</sup> Cf., *A Revolta dos Calcetas*, palestra proferida a 24 de Abril de 1953, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

Essa revolta teve o seu início e o seu fim no Castelo de São Braz, onde na altura se encontravam presos diversos adeptos da causa absolutista. Refere que, segundo a tradição, o principal autor da revolta foi Pedro Dutra de Melo, soldado miguelista, amnistiado que se encontrava ao serviço na fortaleza, contando com a colaboração de Sebastião Francisco Forjaca, ali prisioneiro, outros miguelistas e dos calceteiros grilhetas. Coube a Dutra abrir as portas das prisões, para depois os revoltosos matarem o guarda e assaltarem o depósito de munições para tomarem o forte. Foi extraordinária a azáfama da tropa e da população civil a preparar-se para o combate, que durou até de madrugada, até as patrulhas que vigiavam o calhau repararem em três vultos a fugir, eram eles Dutra, Forjaca e Cercal, outro cabecilha, que com tiros certos caíram mortos. Após intenso tiroteio, assim que os calcetas viram que os chefes os tinham abandonado, soltaram os reféns e entregaram as armas. Posteriormente, os presos revoltosos foram dominados e mortos. Conclui Carreiro da Costa:

“Assim morriam 15 pobres homens e desafortunados calcetas, a maioria deles inofensivos camponeses de S. Miguel, que em tão má hora se viram envolvidos numa revolta cujos cabecilhas tão cobardemente os atraíram. Assim terminaram em terras micalenses as lutas entre os constitucionalistas e os miguelistas.”<sup>193</sup>

A este respeito, Susana Serpa Silva tece, com base nos processos penais de 1830-1841, da Comarca de Ponta Delgada, algumas considerações em nada são contraditórias com a exposição de Carreiro da Costa.<sup>194</sup> Susana Serpa Silva salienta, entretanto, que, embora tenha havido a adesão popular à “causa constitucional”, ainda havia um número considerável de miguelistas na ilha de S. Miguel, e dentre esses

---

<sup>193</sup> *Idem*, p.4.

<sup>194</sup> SILVA, Susana Serpa, *Criminalidade na Comarca de Ponta Delgada – Uma abordagem com base nos processos penais 1830-1841*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2003, p.121.

destaca alguns membros da elite sócio-económica e do clero, mas também imensos indivíduos do povo que se agitavam, motivados por opiniões próprias ou por incitamento de outros mais influentes, portadores de uma mentalidade conservadora e tradicionalista.

Carreiro da Costa destaca um episódio ocorrido em São Miguel, que nasceu do descontentamento já anteriormente referido, consequência da divisão administrativa do país, estabelecida pelas reformas de Mousinho da Silveira, no ano de 1832. Após a publicação destas reformas a 16 de Maio de 1832, é nomeado para Perfeito da Província, Francisco Saraiva da Costa Refoios, para Sub-Perfeito de São Miguel, Luís Ribeiro de Sousa Saraiva e para Provedor do concelho de Ponta Delgada, José Caetano Dias de Medeiros e Canto. Os micalenses sentiram-se injustiçados face aos serviços que prestaram à causa liberal e

“daí um chamado movimento regionalista em S. Miguel, do qual participaram miguelistas e constitucionalistas, cujo fim principal consistia em fazer crer a injustiça de que a ilha de S. Miguel havia sido alvo. Mais se agravou esse descontentamento, quando o Perfeito de Angra, daí a pouco tempo, cioso certamente das suas prerrogativas, começou a querer centralizar determinados serviços e a expedir ordens contrárias aos interesses dos micalenses”<sup>195</sup>.

O incidente descrito por Carreiro da Costa teve origem em três ordens emitidas pelo Perfeito Refoios, que levaram à intervenção do Sub-Perfeito de São Miguel, gerando o conflito entre ambos, só resolvido com a revogação das mesmas. Este incidente não foi o único. Carreiro da Costa refere que foram vários os incidentes ocorridos entre o Perfeito de Angra e o Sub-Perfeito de Ponta Delgada. Por essa razão

---

<sup>195</sup> Cf., *Um incidente histórico*, palestra proferida a 22 de Abril de 1955, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

foi enviada uma representação das câmaras municipais micaelenses à presença de S. Majestade Imperial,

“até que no dia 25 de Julho de 1833 chegava a Ponta Delgada (...) o tão desejado decreto segundo o qual o Arquipélago dos Açores passaria a ser constituído por duas províncias: uma oriental formada pelas ilhas de S. Miguel e Santa Maria, com capital em Ponta Delgada; outra ocidental composta pelas restantes ilhas e com capital em Angra. É de calcular a satisfação com que o decreto em causa foi recebido em S. Miguel. Estavam assim terminadas as lutas havidas entre micaelenses e terceirenses – ciosos, como se sentiam, uns e outros, das suas prerrogativas”<sup>196</sup>.

Além destes acontecimentos, o autor sublinha o papel de personalidades que neste período desempenharam acções de grande relevo em prol dos Açores, como António Bernardo da Costa Cabral, reconhecido pelas suas qualidades de político. Foi eleito deputado às cortes pelo círculo de Ponta Delgada e, salienta Carreiro da Costa:

“O mais curioso, porém, para o ponto de vista insular, é o programa do mesmo deputado – programa pelo qual a dá a conhecer aos seus eleitores, os vários problemas locais que constituirão as suas principais preocupações: o primeiro ponto consistia na independência da Província Oriental dos Açores dos Governos Militar e Eclesiástico de Angra; o segundo tratava da construção do molhe de Ponta Delgada; o terceiro referia-se à instalação de colégios de educação para meninos e meninas da mesma cidade; o quarto reportava-se à «remissão das décimas atrasadas na conformidade das representações da Municipalidade de Ponta Delgada sobre um tal objecto»; o quinto tinha por objecto a fundação de uma biblioteca pública nesta mesma cidade; o sexto propunha-se cuidar da redução de custas judiciais; e o sétimo da cultura livre do tabaco no arquipélago”<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> Cf., *Outro incidente histórico*, palestra proferida a 29 de Abril de 1955, F.C.C., S.D.U.A., p.4.

<sup>197</sup> Cf., *Três documentos – três histórias*, palestra proferida a 9 Março, F.C.C., S.D.U.A., p.4.

Conforme podemos verificar nas palestras atrás referidas, Carreiro da Costa sugere que o liberalismo insular foi levado a cabo por um conjunto restrito de pessoas, tendo servido como meio, e em muitos casos de pretexto, para a obtenção de certas prerrogativas<sup>198</sup>. No fundo o que o investigador micalense pretende salientar é que o liberalismo enquanto ideologia não interessara ao povo. A adesão verificara-se somente por questões de ordem pragmática, ou seja, a libertação da dependência da Capitania-Geral. Ora, como vimos, esta interpretação não difere, em termos substanciais, das que investigadores actuais têm defendido.

Como aderente e defensor da ideologia estadonovista, Carreiro da Costa seria ideologicamente antiliberal. Mesmo assim, não utiliza um discurso condenatório do liberalismo, mas explica, como se referiu, a adesão dos açorianos às novas instituições em resultado de questões de ordem prática, ou seja, à actuação dos capitães-generais e à reivindicação dos micalenses para se separarem da dependência do governo com sede em Angra do Heroísmo. E se pretendesse enveredar pelo discurso propagandístico antiliberal não lhe faltariam, certamente, elementos. O fuzilamento, sem julgamento prévio, dos revoltosos pelos guardas cívicos, no rescaldo da “revolta dos calcetas”, seria, sem dúvida, um deles.

Carreiro da Costa, neste conjunto de palestras pretende deixar expressa a perspectiva de que, desde o descobrimento e povoamento dos Açores, os açorianos participaram activamente na construção da História de Portugal, pois foram diversos os factos ocorridos nas ilhas, sobretudo nas do grupo oriental e central, com destaque para

---

<sup>198</sup> Esta temática é profundamente abordada por Carlos Guilherme Riley, na sua tese de doutoramento onde nos destaca, entre outros aspectos, principalmente a acção dos vários protagonistas deste período da história insular e nacional: RILEY, Carlos Guilherme, *Os antigos modernos – O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006.

as de S. Miguel e Terceira. Ora, na perspectiva do investigador micaelense, tal ficava a dever-se ao facto de os principais registos dizerem respeito àquelas ilhas, que, além de possuírem portos marítimos e de construírem os principais núcleos populacionais, eram igualmente sede do poder.

As palestras radiofónicas que ao longo deste capítulo analisámos retratam os principais acontecimentos históricos ocorridos no arquipélago dos Açores. No seu *Esboço Histórico dos Açores*, enuncia-nos os mesmos feitos em terras açorianas e levados a cabo pelos naturais do arquipélago: *D. Afonso V a D. Sebastião; Período Filipino; Restauração nos Açores; D. Afonso VI na Terceira; o Liberalismo* – procurando assinalar alguns factos da História Açoriana que se integram na História de Portugal<sup>199</sup>.

Podemos, igualmente aventar a hipótese de que Carreiro da Costa se serviu dos registos escritos das palestras para preparar as lições que leccionou no Instituto Universitário dos Açores, e que mais tarde serviram de base para o *Esboço Histórico dos Açores*, pois, embora de maneira mais sucinta, em alguns casos, e menos adjectivada, os textos do *Esboço Histórico dos Açores* são, em relação a algumas palestras, muito semelhantes. Além disso, destacamos o facto de a interpretação de diversos acontecimentos e contextos abordados por Carreiro da Costa não ser muito diferente da de outros investigadores que abordam os mesmos assuntos, e por vezes o citam nos seus estudos, como Avelino Meneses, Carlos Cordeiro, Susana Serpa Silva, Carlos Riley e outros, que viram nesses estudos, quer nas palestras proferidas no Emissor Regional, quer no *Esboço Histórico dos Açores*, importantes referências para o

---

<sup>199</sup> Para um tratamento mais desenvolvido acerca destes assuntos ver: Idem, *Esboço Histórico dos Açores*, Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1978, pp. 129-156.

estudo da História dos Açores, devido ao facto de Carreiro da Costa se encontrar bem informado acerca dos assuntos que abordou<sup>200</sup>.

#### **1.4 - Identidade e Insularidade Açorianas**

No capítulo anterior foram apresentados os assuntos relacionados com a descoberta, povoamento e desenvolvimento do arquipélago açoriano bem como a sua importância em diversas conjunturas da história nacional, que Carreiro da Costa retratou ao longo das palestras proferidas. Agora, procuraremos verificar como analisa Carreiro da Costa a problemática da insularidade: se a perspectiva como elemento regressivo ou como promotor da cultura nas ilhas. Como a vida açoriana não se limitava ao envolvimento dos açorianos nos diversos acontecimentos políticos, Carreiro da Costa salienta, relativamente ao aspecto cultural, que os Açores possuem, como noutros domínios, ao longo dos cinco séculos de história, importantes referências nos domínios da cultura intelectual e artística.

##### **1.4.1 - A Cultura Açoriana**

A este respeito, Francisco Carreiro da Costa afirma que os açorianos herdaram um tipo de cultura perfeitamente definido – a cultura portuguesa<sup>201</sup>. Ora, de acordo com

---

<sup>200</sup> A través de uma análise comparativa às fontes utilizadas (no *Esboço Histórico dos Açores*), constatamos, muitas vezes, as mesmas referências bibliográficas nos trabalhos de investigadores actuais.

<sup>201</sup> Realça a perspectiva de Luís Ribeiro, citando-o: “[a cultura portuguesa] só se modificou, aqui, por obra da própria e natural evolução”. “Mas foi a cultura portuguesa [adiantava Carreiro da Costa] que se impôs, porque foi ela que em todos os tempos dominou e absorveu quantos elementos estrangeiros aqui se fixaram” Cf., *Cultura açoriana nos séculos XV e XVI*, palestra proferida a 7 de Fevereiro de 1969, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

Assunto que desenvolve, igualmente, no *Esboço Histórico dos Açores* – “Além disso haverá que acentuar que, embora muitos memorialistas nacionais e estrangeiros, que visitaram os Açores, acusem os

o autor das palestras, devido à fragmentação do território insular os açorianos tiveram sempre dificuldades relacionadas com os aspectos administrativos e políticos, sociais, económicos e religiosos, além dos deficientes sistemas de comunicações, que constituíram impedimentos ao progresso cultural das ilhas açorianas. Mas por outro lado, na opinião do autor, “é precisamente nessa fragmentação, nessas preocupações e nessas dificuldades que vamos encontrar o principal estímulo para todas as manifestações culturais que aqui germinaram e frutificaram e que aqui irradiaram”<sup>202</sup>.

Seguidamente, elucida-nos acerca do “sucesso” da cultura açoriana: “A história daquilo a que podemos chamar de manifestações culturais em terras dos Açores, apresenta-se intimamente ligada à história da instrução”<sup>203</sup>.

Embora chame a atenção para a dificuldade em saber qual o grau de cultura de que dispunham os primeiros indivíduos que se estabeleceram nos Açores:

---

açorianos de certas limitações, eles são os primeiros a reconhecer os mesmos açorianos como dotados de uma grande sensibilidade, sobretudo para aquelas artes “que requerem mais imitação do que espírito inventivo” - o que já não é ausência total de qualidades.” - p. 288.

<sup>202</sup> Cf., *Cultura açoriana nos séculos XV e XVI*, palestra proferida a 7 de Fevereiro de 1969, ...p.2.

<sup>203</sup> *Idem*, p.2.

Conforme podemos constatar nas seguintes palestras: *O Colégio dos Jesuítas em Ponta Delgada*, proferida a 14 de Outubro de 1949; *Franciscanos em S. Miguel*, proferida a 30 de Março de 1951; *Uma instituição micalense*, proferida a 2 de Março de 1956; *A primeira Biblioteca Pública dos Açores*, proferida a 18 de Março de 1960; *No centenário da primeira Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo*, proferida a 30 de Setembro de 1960; *Arquivo dos Açores*, proferida a 23 de Junho de 1968; *Cultura açoriana nos séculos XV e XVI*, proferida a 7 de Fevereiro de 1969; *Cultura açoriana no século XVII*, proferida a 14 de Fevereiro de 1969; *Cultura açoriana no século XVIII*, proferida a 21 de Fevereiro de 1969; *Cultura açoriana no século XIX*, proferida a 28 de Fevereiro de 1969; *Ainda a cultura açoriana no século XIX*, proferida a 7 de Março de 1969; *O Colégio dos Jesuítas de Angra*, proferida a 6 de Março de 1970; *A instrução em quatro séculos de história açoriana*, proferida a 1 de Outubro de 1971; *A instrução nos Açores, no século XIX*, proferida a 8 de Outubro de 1971; *Para a história do ensino agrícola no distrito de Ponta Delgada*, proferida a 15 de Outubro de 1971.

“Quer-nos, no entanto, parecer que homens cultos propriamente ditos, seriam aqueles dos dirigentes das primeiras operações de povoamento das diferentes ilhas, fossem eles portugueses fossem flamengos. (...), pelo que poderá admitir-se que a cultura desses primeiros que para aqui vieram não deveria limitar-se a conhecimentos náuticos, agrícolas e económicos”<sup>204</sup>.

Além disso, porque eram em número reduzido e porque não podia descurar-se o aspecto religioso, destaca a acção dos franciscanos, que, no século XV, já apresentavam alguns conventos com escolas para o ensino das primeiras letras e do latim.

O desenvolvimento populacional, no decurso do século XVI, leva ao respectivo desenvolvimento cultural<sup>205</sup>. Destaca, desta altura, Gaspar Frutuoso, Manuel Pinheiro, Gregório de Almeida, Braz Soares, Pedro de Maeda, entre outros. Salienta ainda o aperfeiçoamento da arquitectura religiosa e civil, da pintura, da escultura e da azulejaria.

Em relação à cultura açoriana no século XVII, Carreiro da Costa afirma:

“Em nossa modesta opinião, o século XVII amplia, intensifica e consagra o movimento cultural operado nos Açores durante o século anterior, se bem que parte dele decorra afectado por acontecimentos políticos, por perturbações sociais e económicas e ainda alguns flagelos de

---

<sup>204</sup> *Idem*, p.2.

<sup>205</sup> No *Esboço Histórico dos Açores*, Carreiro da Costa salienta a criação da diocese açoriana em 1534, a nomeação, em 1553, de cinco mestres de gramática pagos pelo Estado para diversas localidades do Arquipélago, o estabelecimento dos jesuítas, com os seus colégios em Angra do Heroísmo e em Ponta Delgada, respectivamente em 1570 e 1591. E conclui: “Assim, quando o século XVI aqui se dá por findo, já os Açores apresentavam no seu activo uma série notável de manifestações culturais, contribuindo, através delas, com uma boa quota-parte para a história da cultura em Portugal”. (*Idem*, pp. 292-293).

Na palestra anteriormente citada salienta: “A história da Igreja, nos Açores, já então nos dá notícia de dois bispos aqui nascidos, um na Terceira outro em Santa Maria, e de diversos religiosos notáveis nos domínios da ciência, da geografia, da evangelização, da oratória, da história, da filosofia e da teologia, muitos com frequência e graus adquiridos em universidades nacionais e estrangeiras – o que pressupõe a aquisição nos Açores de uma preparação intelectual digna de menção.” (*Idem*, p.3).

natureza vulcânica e que bem poderiam conduzir a desinteresse e à estagnação”.<sup>206</sup>

Menciona, além do enriquecimento das ciências, o grande interesse pela cultura artística e pelo engrandecimento das respectivas povoações, com obras de grande valia ao nível da arquitectura civil e religiosa, bem como nos aspectos decorativos.<sup>207</sup>

Deste século, no que se refere à história eclesiástica, revela-nos importantes personalidades açorianas: os terceirenses, D. Frei Cristovão da Silveira, Frei Miguel de Santa Rosa, padres Paulo Ferreira e António Cordeiro, os padres faialenses Francisco Furtado e Inácio da Costa, o florentino Frei Diogo das Chagas<sup>208</sup>, e os padres micaelenses, Manuel Pinheiro, António de Araújo, Manuel Correia de Sousa, António Fernandes Franco, Frei Manuel das Chagas, Bartolomeu do Quental e Frei Agostinho Montalverne, entre outros.

O século XVIII, segundo Carreiro da Costa reforça e confirma o movimento cultural operado nos Açores no século anterior:

“Pelo que toca à instrução e à cultura, os Açores comportam-se neste século consoante a mesma linha de conduta das duas centúrias anteriores,

---

<sup>206</sup> Cf., *Cultura açoriana no século XVII*, palestra proferida a 14 de Fevereiro de 1969, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>207</sup> Refere, no *Esboço Histórico dos Açores*, que “a presença de casas franciscanas, inacianas e gracianas, nas ilhas dos Açores, haveria de constituir, assim, um poderoso agente de cultura, literária, filosófica e artística, de que muitos milhares de açorianos aproveitariam até ao começo do século XIX, porquanto se sabe que a instrução ministrada nessas mesmas casas se destinava tanto a ricos como a pobres” ( p. 293); e porque os colégios dos jesuítas terminaram as suas actividades apenas em 1760, o seu trabalho levou a um considerável aumento das manifestações culturais durante o século XVIII.

<sup>208</sup> Carreiro da Costa considera Frei Diogo das Chagas um dos maiores valores intelectuais do século XVII, quer pelas obras que produziu, quer pela acção que desenvolveu no movimento da Restauração nos Açores.

embora, em 1760, com a expulsão dos jesuítas, as coisas de certo modo se alterassem”<sup>209</sup>.

Apesar dos acontecimentos políticos, das perturbações sociais e económicas, neste século a instrução e a cultura nos Açores comportaram-se da mesma forma do que nos séculos anteriores, daí o efeito das reformas pombalinas não se ter feito sentir, em relação ao ensino, da mesma forma que no continente.

Nos Açores, segundo Carreiro da Costa, o trabalho dos jesuítas estava limitado a Angra do Heroísmo, a Ponta Delgada e à Horta, onde os respectivos colégios se comportavam como autênticas universidades<sup>210</sup>. Quando as suas portas se encerraram definitivamente, continuaram a servir a causa da cultura e do ensino as instituições dos franciscanos e dos graciosos, sobretudo as dos primeiros, os quais possuíam escolas por quase todas as ilhas. As escolas criadas para suprir a falta dos jesuítas, nos Açores, serviram apenas para colmatar a situação porque, se, por um lado, não havia professores bastantes e capazes, por outro, os franciscanos e os graciosos tiveram de redobrar e dispersar os seus trabalhos de leccionação. Assim, os últimos trinta ou quarenta anos do século XVIII foram, com efeito, nos Açores, de certa perturbação nos domínios do ensino e da cultura. Mas o processo cultural continuava a desenvolver-se nos Açores a um ritmo satisfatório e, como prova disso, refere que as escolas conventuais do Arquipélago continuaram a preparar e a remeter consideráveis contingentes de jovens açorianos para as universidades do Continente.

---

<sup>209</sup> Cf., *Cultura açoriana no século XVIII*, palestra proferida a 21 de Fevereiro de 1969, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>210</sup> Ver, ainda, a este respeito as seguintes palestras: *O Colégio dos Jesuítas de Angra*, proferida a 6 de Março de 1970; *O Colégio dos Jesuítas em Ponta Delgada*, proferida a 14 de Outubro de 1949, F.C.C., S.D.U.A.

Carreiro da Costa constata que nos Açores, durante o século XVIII, se registou uma série considerável de realizações de ordem cultural que dignificou a capacidade de realização dos açorianos. Entre outros, destaca-nos teólogos, juristas, historiadores e genealogistas. Foi neste período que se começou a revelar o interesse pelos Açores nos domínios das ciências naturais, com a passagem pelo arquipélago de vários investigadores como Thomas Adanson, Francisco Mason, George Forters e James Cook<sup>211</sup>.

No que concerne ao século XIX, segundo Carreiro da Costa, ainda que tenha havido, a nível cultural, um abrandamento que se reflectia nos diversos sectores da vida social e económica, a situação agravou-se com a extinção das ordens religiosas. Esse facto desencadeou um extraordinário movimento de reflexão sobre os problemas do ensino e da cultura. Foi, de acordo com o autor “um período de extraordinário interesse quanto à revelação de valores, à concretização de velhas aspirações e à aquisição dos melhores instrumentos de trabalho”.<sup>212</sup>

Refere que foram várias as iniciativas públicas e privadas para fazer face às dificuldades que marcaram o fim do século anterior, como a criação da Academia Militar na cidade de Angra do Heroísmo (1811) e os Liceus de Angra do Heroísmo (1851), de Ponta Delgada (1852), e da Horta (1853). Como iniciativas não oficiais, refere as seguintes: Sociedade dos Alunos de Direito Público, em Ponta Delgada, no ano

---

<sup>211</sup> Além disso, Carreiro da Costa afirma: “Nunca, como neste século XVIII, se regista nos Açores um tão grande interesse pela cultura artística e pelo enriquecimento das respectivas povoações com obras de grande valia”. Embora saliente que a arquitectura civil e religiosa seguia as linhas gerais do século anterior, a talha dourada, a pintura, a azulejaria, e outras artes como a tecelagem, o ferro forjado e a olaria adquiriram, neste período, uma forte expressão, tanto em quantidade, como em qualidade; *Idem*, p.3.

<sup>212</sup> Cf., *Cultura Açoriana no século XIX*, palestra proferida a 21 de Fevereiro de 1969, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

de 1836; o Colégio de Nossa Senhora da Guia, em Angra do Heroísmo (1843); a Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense, em Ponta Delgada<sup>213</sup> (1843); a Biblioteca Pública, em Ponta Delgada (1846); o Gabinete de Leitura, em Angra do Heroísmo<sup>214</sup> (1847)<sup>215</sup>.

Carreiro da Costa aponta ainda outras manifestações culturais que surgiram nos primeiros anos do século XIX<sup>216</sup>: começando pela Imprensa, salienta que o jornalismo se iniciou na ilha Terceira e logo se propagou rapidamente por todas as ilhas; à excepção da do Corvo, todas passaram a ter os seus jornais. O teatro foi outra manifestação cultural que beneficiou de importantes empreendimentos, sobretudo nas ilhas sedes de capitais de distrito, não só o teatro declamado, mas igualmente o musicado, pois já em 1852 se representava ópera lírica em São Miguel com elementos, na sua grande maioria, naturais da ilha. Em relação ao gosto pela música, nos Açores, que já anteriormente se fazia sentir, mesmo nos meios rurais, foi um poderoso agente de educação e de cultura<sup>217</sup>. Quanto à arte, refere o surgimento nas principais ilhas de “movimentos de interesse”<sup>218</sup> nos campos da pintura e da escultura, graças à

---

<sup>213</sup> Ver ainda a este respeito: *Para a história do ensino agrícola no distrito de Ponta Delgada*, palestra proferida a 15 de Outubro de 1971, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>214</sup> Ver, ainda, a este respeito as seguintes palestras: *A primeira Biblioteca Pública dos Açores*, proferida a 18 de Março de 1960; *No centenário da primeira Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo*, proferida a 30 de Setembro de 1960, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>215</sup> Ver a este respeito: *Cultura Açoriana no século XIX*, palestra proferida a 28 de Fevereiro de 1969, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>216</sup> Relativamente ao aspecto cultural, Carreiro da Costa, no *Esboço Histórico dos Açores* (pp. 288 – 319), aborda, da mesma forma e, no essencial, com o mesmo conteúdo, os vários assuntos que profere nas palestras.

<sup>217</sup> São exemplo disso, as muitas dezenas de agrupamentos musicais, especialmente filarmónicas, que se foram fundando e aperfeiçoando, por todas as vilas e freguesias do Arquipélago e que consagram inteiramente essa vocação artística do povo açoriano.

<sup>218</sup> Carreiro da Costa refere-se aos trabalhos realizados por estas individualidades, nestes domínios.

permanência de artistas do Continente e do Estrangeiro<sup>219</sup>. Destaca, igualmente, outra manifestação de ordem cultural, que se operou nos últimos anos do século XIX, a fundação de Museus nos Açores, que, inicialmente, compreendiam alguns ramos da História Natural, foram ampliados, nas décadas seguintes, com secções de arte, de epigrafia e de etnografia. Em relação à geologia e à antropologia, afirma que foram ainda objecto de importantes estudos por parte de cientistas nacionais e estrangeiros, que com alguma frequência trabalharam nos Açores, mas também de investigadores locais, por consequência de contactos exteriores ou por iniciativa própria<sup>220</sup>.

Relativamente aos sectores das letras, da história, da filosofia e da pedagogia apresenta uma extensa lista de vultos açorianos que em muito contribuíram nesses domínios<sup>221</sup>. Destacando, de modo especial, José do Canto, além de promotor da introdução de novas culturas e tecnologias agrícolas nos Açores, distinguiu-se como bibliófilo, coleccionando uma biblioteca pessoal que se encontra integrada na Biblioteca

---

<sup>219</sup> Como Brandt, Charles Cartim, Vicente Malio, Jules Chaume, Georgio Marini, Cândido José Xavier, Lambertini, e o aparecimento de outros nascidos e educados nos Açores, como Pedro Nolasco Nogueira, João Albino Peixoto, José Machado de Medeiros, Marciano Henriques da Silva, Herculano Maria Gomes Machado, entre outros.

<sup>220</sup> Salienta os trabalhos de Eugénio Pacheco, Francisco Arruda Furtado, José do Canto, Carlos Machado, Bruno Tavares Carreiro, Francisco Afonso Chaves, que levaram a cabo importantes investigações científicas. Ver, a este respeito: *Ainda a cultura açoriana no século XIX*, palestra proferida a 7 de Março de 1969, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores.

<sup>221</sup> Em relação à história, à filosofia, e à pedagogia, distingue: os historiadores Ferreira Drumond, Silveira Macedo, José de Torres, João Teixeira Soares, Ernesto do Canto, José Joaquim Pinheiro, Acúrcio Garcia Ramos, Alberto Teles de Utra Machado, José Arriaga Brum da Silveira; poetas como José Augusto Cabral de Melo, Antero de Quental, Teófilo Braga, Coelho Amarante, Moniz de Bettencourt, Costa Rezende, Nunes da Ponte e Roberto Mesquita; pedagogos, filósofos e investigadores da historiografia literária, como o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, o Padre João José de Amaral, José do Canto, Francisco Machado de Faria e Maia, José Augusto Nogueira Sampaio, António Moniz Barreto Corte -Real e Eugénio Vaz Pacheco do Canto e Castro; oradores e polemistas como Sena Freitas; polígrafos e novelistas como António Lacerda Bulcão, Ernesto Rebelo, Vicente Machado de Faria e Maia, Guilherme Read Cabral, Augusto Loureiro, António Campos Jr.

Pública de Ponta Delgada; e Ernesto do Canto, historiador, bibliófilo e político açoriano que se distinguiu pela organização e publicação do *Arquivo dos Açores e Biblioteca Açoriana*.

Susana Serpa Silva sublinha que os factores de desenvolvimento no século XIX foram a prosperidade do comércio da laranja, as relações e contactos daí decorrentes com a realidade europeia, em especial a inglesa, bem como a difusão dos ideais liberais triunfantes após a implantação do novo regime. Todos estes factores teriam originado a opulência e cosmopolitismo das famílias terratenentes e um maior dinamismo económico e social<sup>222</sup>.

Em relação ao século XX, Carreiro da Costa menciona a continuidade das manifestações culturais do século anterior<sup>223</sup>, como: contínuos ciclos de conferências; exposições bibliográficas e iconográficas; visitas sucessivas de escritores, cientistas e artistas; actividades teatrais e musicais, restauros de edificações religiosas, civis e militares; organização e apetrechamento de bibliotecas, museus e arquivos; fundação de institutos culturais, edição de diversas revistas, bem como de inéditos da história insular; e a realização de diversas semanas de estudos<sup>224</sup>.

---

<sup>222</sup> Ver a este respeito: SILVA, Susana Serpa, “Aspectos da vida social e cultural micaelense, na segunda metade do século XIX”, in *Arquipélago*, História, 2ª série, vol. 4, nº 2, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2000, p. 299-358.

<sup>223</sup> Em relação a este século, Carreiro da Costa faz a sua análise aos últimos sessenta anos (sendo a palestra do ano de 1969). Distingue deste período, os seguintes vultos: Afonso Chaves e Marquês de Jácome Correia, Alfredo e Joaquim Bem saúde, Ernesto Ferreira e Mendonça dias, Francisco de Lacerda e Tomás de Borba, Rodrigo Rodrigues e Humberto de Bettencourt, Luís Ribeiro e Henrique Braz, Manuel Monteiro Velho Arruda e Teles Palhinha, José Bruno Carreiro e Luís Bernardo leite de Athaide, Ferreira de Serpa e Marcelino Lima.

<sup>224</sup> Carreiro da Costa salienta: “Para bem se avaliar do que têm sido essas manifestações nos últimos vinte e cinco anos, bastará tão-somente lembrar que os Açores dispõem, presentemente, além de vários outros instrumentos de cultura literária, científica e artística, de sete jornais diários, seis semanários, três

Em suma, Carreiro da Costa defende que, face ao complexo processo social e económico que caracteriza a história dos Açores, havia que compreender a apreciável evolução cultural das ilhas. Seria essencial examinar as causas da “vocação” dos açorianos para o estudo e concretização de actividades culturais, examinando-se as causas, as possíveis influências que terão ocasionado os rumos, as dificuldades com que os açorianos sempre se debateram para a realização dos seus trabalhos, bem como a percepção da sua “missão”, tendo em atenção a circunstância de se tratar de um arquipélago condicionado, por essa razão, a factores pouco propícios ao seu desenvolvimento<sup>225</sup>.

A este respeito, refere, ainda, que a insularidade, não foi um factor regressivo ou mesmo paralisante. No caso açoriano, defende que o isolamento, em relação à cultura, antes ter sido um agente de defesa e até de estímulo, na medida em que o isolamento poderá ser propício à meditação e ao estudo<sup>226</sup>.

#### **1.4.2 - Valores Açorianos**

Tecidas algumas considerações genéricas acerca da cultura açoriana, cabe agora focar a extensa lista de palestras proferidas sobre a presença de açorianos, não só no Continente e nas antigas colónias, mas também no estrangeiro. Assim, relativamente aos

---

emissores de radiodifusão, cinco Institutos e seis publicações periódicas para estudos relacionados com a história, a etnografia, a literatura, a economia e a história natural destas ilhas.” - Cf., *Ainda a cultura açoriana no século XIX*, palestra proferida a 7 de Março de 1969, F.C.C., S.D.U.A., p. 4.

<sup>225</sup> Relativamente ao aspecto cultural, Carreiro da Costa, no *Esboço Histórico dos Açores* (pp. 288 – 319) aborda, da mesma forma e, no essencial, com o mesmo conteúdo, os vários assuntos que profere nas palestras.

<sup>226</sup> Ver a este respeito: COSTA, Francisco Carreiro da, “Problemas açorianos no plano da insularidade”, in *Comunicação proferida no Iº Congresso da Acção Nacional Popular*, em Tomar, em Maio de 1973, F.C.C., S.D.U.A., pp.5-11, texto manuscrito.

valores individuais, por altura das datas evocativas do nascimento ou do falecimento de algumas personalidades, o autor profere várias palestras, onde nos apresenta a sua vida e a obra. Destaca-as, por, na sua avaliação, terem contribuído para o enriquecimento das letras, das artes, das ciências ou da política, como os micaelenses Bento de Góis e Roberto Ivens, Bartolomeu de Quental e Senna Freitas, Antero de Quental, Hintze Ribeiro e Teófilo Braga, os irmãos Alfredo e Joaquim Bensaúde, os terceirenses António Cordeiro, Tibúrcio António Craveiro e Azevedo Neves, o jorgense Francisco de Lacerda, os faialenses Ávila e Bolama e Manuel d'Arriaga, entre outros.

De acordo com Francisco Carreiro da Costa, “não são os Açores possessão ultramarina, mas sim o próprio Portugal que se continuou num rosário de ilha, em pleno Atlântico, a uma mesma latitude norte”<sup>227</sup>. Contribui para essa ideia, de acordo com o autor, o facto de que eram naturais do arquipélago muitos navegadores, guerreiros, exploradores e missionários, que saíram dele para servirem em nome de Portugal, contribuindo para uma maior expansão ultramarina, uma mais eficiente consolidação do seu poder, na procura do conhecimento das terras e dos povos distantes e duma mais proveitosa evangelização cristã.

Porque foram muitos os missionários açorianos, tendo por base a palestra acima citada, apresenta-se, em síntese, alguns missionários dos Açores, que Carreiro da Costa destaca pela acção que desempenharam ao serviço da religião: o terceirense Dr. Frei João Estácio<sup>228</sup>; o micaelense, nascido em Vila Franca do Campo, no ano de 1562, Luís

---

<sup>227</sup> Cf., *Alguns missionários dos Açores*, palestra proferida a 13 de Dezembro de 1946, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>228</sup> Tendo entrado em 1520, para a ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, foi discípulo, em Salamanca, de S. Tomás de Vila Nova. Missionando, anos depois, nas Índias Ocidentais, aí desempenhou uma acção notabilíssima, principalmente como Vigário Provincial da Província do México. Ver a este respeito: *Dois bispos açorianos*, palestra proferida a 5 de Abril de 1957, F.C.C., S.D.U.A..

Gonçalves (Bento de Góis)<sup>229</sup>; nascido em São Miguel, na cidade de Ponta Delgada, no último quartel do séc. XVI, o franciscano D. Afonso Benevides; no ano 1582, nasceu na cidade de Angra, João Batista<sup>230</sup>; o faialense Padre Francisco Furtado, nascido em 1582; dos princípios do século XVII, grande orador e literato, D. Frei Cristóvão da Silveira, nascido e criado em Angra do Heroísmo, depois de ter professado na ordem agustiniana e de ter exercido o cargo de Reitor do Colégio de Coimbra, foi nomeado e sagrado Arcebispo de Goa, tendo falecido durante a viagem, em Abril de 1673; o faialense Padre Inácio da Costa<sup>231</sup>; o jorgense D. Frei Bartolomeu Pilar<sup>232</sup>; nascido a 22

---

<sup>229</sup> Depois de ter embarcado para a Índia como soldado, aí abandonou o exército aos 26 anos e foi para Travancor onde a Companhia de Jesus se tinha instalado. Crismado de Bento de Góis, coadjutor da Companhia, exerceu importante actividade e a sempre oportuna intervenção em muitos negócios e missões, que o tornaram um dos elementos mais preciosos para as relações diplomáticas entre os portugueses e os próprios reis asiáticos. Em terras afastadas da China, o explorador e missionário micaelense, Bento de Góis, notabilizou-se pela grandeza e importância do empreendimento que levou a cabo nos primeiros anos do século XVII. Ver, ainda a este respeito, as seguintes palestras: *A respeito de Bento de Góis*, proferida a 12 de Abril de 1957; *No IV centenário do nascimento de Bento de Góis*, proferida a 3 de Agosto de 1962, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>230</sup> Em 1601, partiu para a Índia com o fim de missionar. Estudou Filosofia em Goa e Teologia em Macau, embarcou em 1609, para o Japão evangelizar Miaco e Fuximo. Carreiro da Costa explica que pregar a doutrina cristã em terras japonesas era o mesmo que atentar contra a religião do Estado, segundo a qual os imperadores se consideravam descendentes dos deuses. Por essa razão, todos os missionários eram, no ano de 1614, desterrados para a cidade de Nagazaqui. Mas alguns, desobedecendo às ordens de expulsão, não quiseram abandonar os seus convertidos. Entre os missionários que desobedeceram às ordens de desterro contava-se o Padre João Baptista Machado, que se escondeu nas ilhas de Gotto. Descoberto cerca de três anos depois, em Abril de 1617, imediatamente foi preso, de acordo com as ordens do Imperador Hogum. Foi levado para a cidade de Omura. A 27 de Maio seguinte, foi decapitado, numa colina dos arredores. Perseguido, preso e condenado à morte, o Beato João de Brito foi considerado exemplo mártir na evangelização, sendo visto pelos açorianos como patrono dos emigrantes. Ver a este respeito: *Um mártir terceirense*, palestra proferida a 29 de Maio de 1953, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores.

<sup>231</sup> Missionou durante muitos anos na China, aí traduziu para o latim uma obra colossal, intitulada *Sapientia Sinica*, os livros do célebre filósofo Confúcio.

de Julho de 1706, na Horta, António Taveira de Neiva Brum e Silveira<sup>233</sup>; D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, nascido a 5 de Novembro de 1814, na Vila das Velas, na ilha de S. Jorge<sup>234</sup>; o sacerdote micalense, Frei António de Presépio Moniz<sup>235</sup>; nascido a 4 de Fevereiro de 1852, na ilha do Pico, D. João Paulino de Azevedo e Castro<sup>236</sup>; o picoense D. José da Costa Nunes, nascido em 1880<sup>237</sup>; doutorados por Roma, D. Manuel de Medeiros Guerreiro e D. José Vieira Alvernaz<sup>238</sup>. Carreiro da Costa salienta que a propensão missionária dos açorianos foi uma das consequências mais ricas do seu espírito religioso:

“Porque nasceram nestas ilhas e são portugueses, eles merecem a nossa viva e enternecida gratidão, pelo muito que têm feito a favor do bom nome

---

<sup>232</sup> Nascido em 1667, foi carmelita do Convento da Horta e Mestre dos Congregados do Oratório em Pernambuco. Eleito em 1720 primeiro bispo do Pará, onde exerceu notável acção missionária, deixou escritos alguns sermões que são brilhantes obras de oratória.

<sup>233</sup> Uma vez Doutor em Direito Canónico pela Universidade de Coimbra, foi Juiz das ordens Militares e Arcebispo de Goa, durante muitos anos, exerceu por duas vezes o cargo de Governador do respectivo Estado.

<sup>234</sup> Foi para a Terceira e depois para o Brasil, ordenando-se na cidade da Baía. Eleito Bispo de Macau em 1873, manteve-se neste cargo durante dez anos falecendo em 1887 como Bispo de Portalegre, depois de ter sido de Bragança.

<sup>235</sup> Foi dos mais brilhantes oradores do seu tempo, a sua acção tem sido por vezes recordada no Continente, como uma das grandes figuras de missionários saídos dos Açores, permaneceu em África, nos fins do século XIX e princípios do XX.

<sup>236</sup> Bispo de Macau, durante 16 anos, foi um dos mais notáveis bispos portugueses, quer como missionário, quer como director espiritual duma das maiores dioceses do Ultramar, bem como escritor e historiador, que nos legou algumas pastorais sobre o *Amos da Pátria* e *O Estudo da Língua Nacional* e um ensaio cronológico acerca dos bispos de Macau.

<sup>237</sup> Sucedeu, D. João Paulino, no governo da diocese o conterrâneo da ilha do Pico que ele levava consigo, para Macau, em 1902, foi seu braço direito, como Vigário Geral e Governador da Diocese.

<sup>238</sup> Ambos antigos reitores do seminário de Angra do Heroísmo, o primeiro micalense e o segundo picoense, foram eleitos, nos anos 30 do século XX, para Meliapor e para Cochim, onde continuaram a obra dos seus antecessores, com o melhor da sua fé e do seu esforço.

de Portugal, da difusão da sua língua, da propagação da fé cristã – da Fé que sempre animou os Portugueses nos seus ousados empreendimentos”<sup>239</sup>.

Além da actividade missionária, os membros do clero açoriano foram importantes intelectuais. Entre eles, Carreiro da Costa salienta-nos Frei Agostinho de Mont’Alverne nascido a 11 de Fevereiro do ano de 1629, na Vila da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel<sup>240</sup>. Produziu um importante trabalho histórico onde aborda, não só a actividade religiosa dos açorianos de outrora, além do descobrimento e as diversas fases do povoamento das ilhas do Arquipélago. Constituído por dois volumes, tem o título de *Crónica da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores, da Ordem de S. Francisco*<sup>241</sup>.

Como já foi referido anteriormente, nos primeiros séculos do povoamento açoriano, a cultura intelectual teve como centro de propagação as diversas casas religiosas, sendo os seus principais agentes os sacerdotes e frades pertencentes às respectivas ordens religiosas. Dentre esses, Carreiro da Costa destaca o faialense Padre Francisco Furtado de Mendonça, que além da sua actividade como sacerdote e como

---

<sup>239</sup> Cf., *Alguns missionários dos Açores*, palestra proferida a 13 de Dezembro de 1946, F.C.C., S.D.U.A., p.6.

<sup>240</sup> Possuidor de uma sólida vocação religiosa, muito cedo iniciou os seus estudos, que iniciou sob a direcção dos frades menores de São Francisco naquela vila. Carreiro da Costa refere, ainda que, completada aí a sua educação religiosa, acabou por ingressar no referido Convento de Franciscanos e tomar as respectivas ordens. Graças à sua cultura e à austeridade do seu procedimento, depressa Frei Agostinho de Mont’Alverne se impôs dentro da respectiva comunidade, por isso durante algum tempo exerceu as funções de Comissário da Ordem Terceira da cidade de Ponta Delgada, depois regressou ao seu Convento da Ribeira Grande onde passou a ser o respectivo guardião. Nesse mesmo Convento faleceu no ano de 1762, com 97 anos.

<sup>241</sup> “Na verdade, o trabalho histórico que Frei Agostinho Mont’Alverne legou à prosperidade, é daqueles que não podem deixar de ser considerados por quantos quiserem aventurar-se a estudar não só a vida religiosa dos açorianos de outrora como também o descobrimento e as diversas fases do povoamento das várias ilhas deste Arquipélago”. - Cf. *Um historiador açoriano, inédito*, palestra proferida a 12 de Fevereiro de 1954, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

missionário, tanto na Índia como no Japão, realça o seu excepcional contributo para a história da filosofia em Portugal<sup>242</sup>.

Carreiro da Costa distingue, também, uma das mais interessantes fontes para o conhecimento da história dos costumes, em terras dos Açores, as – *Constituições Synodaes* do Bispado de Angra, feitas em 1559 pelo Bispo D. Frei Jorge de Santiago e aprovadas em Sínodo Episcopal, celebrado no mesmo ano, na Sé Catedral daquela cidade açoriana<sup>243</sup>.

Outra relevante personalidade foi o Padre Bartolomeu de Quental, nascido a 22 de Agosto de 1626, nos Fenais da Luz, na ilha de São Miguel<sup>244</sup>. Auxiliado por outros

---

<sup>242</sup> Nascido em 1582, na ilha do Faial, “não obstante o seu valor como missionário, ficaria por certo esquecido se não fora a obra que nos legou nos domínios da filosofia.” - Cf., *No centenário da morte de um grande faialense*, palestra proferida a 20 de Novembro de 1953, F.C.C., S.D.U.A., p. 3.

<sup>243</sup> De acordo com o autor, até à sua publicação não havia nos Açores legislação que regulasse a vida espiritual da Diocese. D. Frei Jorge de Santiago levou seis anos a elaborar o corpo de legislação eclesiástica que haveria de vigorar na sua Diocese durante alguns séculos. Ver a este respeito: *Um Bispo dos Açores, legislador eclesiástico*, palestra proferida a 11 de Janeiro de 1952, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores. Carreiro da Costa refere as seguintes obras consultadas: D. António Caetano de Sousa, “Catálogo dos Bispos”, in *Arquivo dos Açores*, vol.II, p. 134; Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, Lº VI; Padre António Cordeiro, *História Insulana*, ed. de 1866, vol. II; Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, vol. II; Cónego José A. Pereira, *A Diocese de Angra na História nos seus Prelados*, Angra, 1950; D. Jorge de Santiago, *Constituições Sydonais do Bispado de Angra*, Angra do Heroísmo, 1881. Salientamos o estudo mais recente de Isaiás da Rosa Pereira: *As Constituições Sinodais de Angra de 1559*, sep. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* nº41, 1983, pp. 809 – 824.

<sup>244</sup> Realizou os primeiros estudos em São Miguel, e no ano de 1643 partiu para o continente, para se matricular na Universidade de Évora, onde frequentou as aulas de Filosofia e Teologia. Em Junho de 1647, atingiu o grau de Mestre em Artes. Mais tarde passou para a Universidade de Coimbra, onde obteve óptimos resultados. No ano de 1653, foi ordenado presbítero na Igreja do Divino Espírito Santo de Lisboa e, logo depois, é nomeado Vigário da Igreja da Nossa Senhora da Estrela da Vila da Ribeira Grande, regressando pouco depois a Lisboa, a convite de D. João IV, que o nomeara pregador da Capela Real e seu confessor. Mostrou, sempre no decurso da sua vida, as melhores virtudes cristãs, traduzidas na sua

capelães reais, fundou a Congregação do Oratório, instituição idêntica à de Roma para exercícios de oração e de penitência, práticas espirituais, conferências e outras actividades religiosas<sup>245</sup>.

Em relação à historiografia insular, Carreiro da Costa expõe, na palestra *Os padres açorianos e a historiografia insular*,<sup>246</sup> uma extensa lista de sacerdotes que contribuíram muito para a historiografia açoriana. Começa por referir, em lugar de destaque, o micalense Gaspar Frutuoso<sup>247</sup>, autor da obra *Saudades da Terra*, considerada a mais completa notícia dos primeiros 150 anos de vida humana neste Arquipélago – “o principal ponto de partida de toda a história açoriana, à parte, está claro, da documentação existente nos Arquivos nacionais e insulares”<sup>248</sup>. Seguidamente, de acordo com a cronologia, do século XVII, refere algumas obras, igualmente indispensáveis, para o estudo da vida insular: em primeiro lugar, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, escrito pelo florense Frei Diogo das Chagas; em segundo

---

actividade apostólica. Ver a este respeito: *Um grande sacerdote micalense*, palestra proferida a 22 de Agosto de 1958, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores.

<sup>245</sup> Ver, ainda a este respeito: RODRIGUES, José Damião, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994; SANTOS, Eugénio dos, *O Oratório no Norte de Portugal, Contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Porto, 1982.

<sup>246</sup> Proferida a 19 de Agosto de 1960 – a propósito dos 116 anos do nascimento do Padre António José Lopes da Luz – “um dos mais operosos sacerdotes açorianos nos domínios da historiografia insular.” - Cf., *Os padres açorianos e a historiografia insular*, palestra proferida a 19 de Agosto de 1960, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>247</sup> Ver a este respeito: *Evocação de Frutuoso*, palestra proferida a 4 de Agosto de 1972, F.C.C., S.D.U.A.: “O estudo da vida e da obra do insigne micalense encontra-se de há muito feito por distintos investigadores seus conterrâneos, à frente dos quais destacamos os nomes de Rodrigo Rodrigues, Manuel Monteiro Velho Arruda, João de Simas, Humberto de Bettencourt e João Bernardo d’Oliveira Rodrigues.” (p. 1); Nesta, Carreiro da Costa, tece algumas considerações acerca da vida e obra de Frutuoso. É de tal modo vasta a bibliografia sobre Gaspar Frutuoso e as *Saudades da Terra*, que nos dispensamos de aqui a referir.

<sup>248</sup> *Idem*, p.1.

lugar, aparece o terceirense, Padre Manuel Luís Maldonado<sup>249</sup>, autor da famosa *Fénix Angrense* e das elucidativas *Notas Particulares de Angra*; em terceiro lugar, indica o nome do franciscano micalense Frei Agostinho de Mont'Alverne, que compôs a volumosa *Crónica da Província de S. João Evangelista*; por último, ainda do século XVII, embora tenha falecido em 1733, refere o nome do jorgense Padre José Soares de Sousa, autor de um *Catálogo dos Bispos de Angra* e de duas memórias históricas sobre a matriz das Velas e o convento de freiras da mesma vila; embora tenha nascido em 1641, considera-o um historiador do século XVIII, o jesuíta terceirense Padre António Cordeiro<sup>250</sup>, o qual, além de trabalhos filosóficos e jurídicos, nos deu a *História Insulana*, obra que continua, até aos princípios daquele século, a crónica de Fructuoso. Do século XVIII, refere os seguintes: o florense António José Camões que além de poeta satírico de grande mérito, foi o autor de uma *Narração dos Acontecimentos mais Notáveis das Flores e do Corvo*; o jorgense Padre Alberto Pereira Rey, que publicara uma *Breve Notícia das Festas do Imperador e Bôdo, etc* e o micalense Padre José Clemente, biógrafo da Madre Thereza d'Anunciada, instituidora da devoção do Senhor Santo Cristo dos Milagres em Ponta Delgada; nascido na segunda metade do Século XVIII, falecendo em 1847, o pedagogo terceirense Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, que além dos muitíssimos trabalhos de carácter didáctico, compôs a excelente

---

<sup>249</sup> Informa que, embora não se saiba a data do seu nascimento, foi baptizado no dia 13 de Setembro de 1644 o historiador terceirense, Padre Manuel Luís Maldonado, que desempenhou as funções de capelão militar do Castelo de S. João Baptista daquela cidade, no tempo em que ali esteve prisioneiro o Rei Afonso VI; Ver, ainda, a este respeito: *No 250º aniversário da morte de um historiador terceirense*, palestra proferida a 20 de Outubro de 1961, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>250</sup> Carreiro da Costa salienta que o Padre António Cordeiro nasceu na cidade de Angra no ano de 1641, numa altura em que precisamente na ilha Terceira se acendiam renhidas lutas no sentido de aclamar o monarca restaurador. Ver, ainda, a este respeito: *Um historiador açoriano, Padre Cordeiro*, palestra proferida a 4 de Fevereiro de 1955, F.C.C., S.D.U.A..

*Topografia da Ilha Terceira*. Em relação ao século XIX<sup>251</sup>, aponta: o faialense, Padre Diogo Soares Serrão, que deixaria inéditas uma *Memórias da Freguesia do Capelo* (do Faial); o Padre Jacinto Ignácio da Silveira, nascido na Ilha de S. Jorge, deixar-nos-ia também inédita numa *Relação do Vulcão de 1808*; o terceirense, Cónego Dr. José Maria Pacheco de Aguiar, elaboraria em vida, além de vários trabalhos históricos, filosóficos e científicos, uma *Pequena Biblioteca Açoriana ou Catálogo dos Escritores dos Açores*; o Padre Braz Pereira Cardoso, jorgense, deixaria inédita, à data da sua morte (1881), uma *Memória sobre a fundação da Ermida de Jesus – Maria – José, na Ribeira do Nabo*, da ilha de S. Jorge; o terceirense Padre Mariano Constantino Homem, falecido em 1881, além de biógrafo do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, foi autor de uma *Memória dos Sucessos*, relacionada com os abalos de terra de 1841, na ilha Terceira; o picoense, Padre Vitorino José Ribeiro, que foi um dos maiores políticos do seu tempo, produziu em 1862, *Breves linhas históricas sobre as quatro ilhas que compõem o Distrito da Horta*; o Monsenhor José Alves da Silva encontra-se ligado à historiografia terceirense, pelas copiosas anotações que fez para a segunda edição da *Topografia* do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade; o micalense Padre Manuel José Pires que foi um dos oradores e jornalistas do seu tempo produziu uma *História da Paróquia de S. Pedro de Vila Franca do Campo*; o Padre Joaquim Chaves Cabral, que nasceu e exerceu em Vila do Porto, dedicou-se ao estudo de várias tradições da sua ilha, publicando no vol. XIV do *Arquivo dos Açores* um trabalho de muito apreço acerca das *Festas do Espírito Santo em Santa Maria*; o micalense Padre Herculano Augusto de Medeiros, dedicou-se ao estudo da História eclesiástica nos Açores, mas também à etnografia micalense, em *Subsídios para a Monografia da Bretanha*; o picoense Padre Manuel de Simas Dias

---

<sup>251</sup> Carreiro da Costa, referindo que durante o “século XIX e durante a primeira metade da presente centúria, regista-se nos Açores uma autêntica floração de valores que, saídos do clero açoriano, nos haviam de oferecer notáveis estudos no campo da história insular” (*Idem*, p. 3).

Cardoso, com a obra inédita *A Igreja nos Açores*; os micalenses, Padres Manuel Furtado Fontes, João José Tavares Canário, Manuel António Botelho e António Furtado de Mendonça, foram outros quatro sacerdotes que igualmente se dedicaram à monografia histórica das terras onde parouaram – o primeiro acerca dos Mosteiros, o segundo sobre *A Vila da Lagoa e o seu Concelho*, o terceiro a respeito da antiga vila das Capelas e o último sobre a paróquia do Pico da Pedra; o jorgense, Padre Manuel Azevedo da Cunha, foi o grande genealogista, deixou inédita e incompleta uma História do Concelho da Calheta – *As Festas do Espírito Santo na ilha de São Jorge*<sup>252</sup>; o Padre Ernesto Ferreira, além de pedagogo e jornalista de muito mérito, foi um dos mais insígnis historiadores e etnógrafos micalenses, tendo-se revelado também um dos mais respeitados investigadores da história natural do nosso Arquipélago<sup>253</sup>.

Além destes, pertencente ao clero açoriano, Carreiro da Costa, destaca o Padre João José de Amaral.<sup>254</sup> Relacionando-se com as pessoas mais notáveis da sua época, está entre os da “grande geração” de São Miguel, fundando com eles a Sociedade Promotora de Agricultura Micalense, publicando seguidamente estudos de natureza

---

<sup>252</sup> Tendo sido a sua obra publicada com o título: *Notas históricas*, vol. I: *Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge)*, vol. II: *Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, (introd. e notas de Artur Teodoro de Matos), Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1981.

<sup>253</sup> Ver a este respeito: *Os padres açorianos e a historiografia insular*, palestra proferida a 19 de Agosto de 1960, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>254</sup> Nascido em Água de Pau, a 1 de Outubro de 1782, aos dezoito anos era já professor na cidade de Ponta Delgada. Pároco, da freguesia de São José de Ponta Delgada e Ouvidor Eclesiástico, em 1835 foi eleito membro da Comissão encarregada de elaborar o programa para a fundação da Biblioteca Pública.

“A presença de Castilho, em S. Miguel, vem já encontrar o Pe. João José de Amaral em idade avançada. Todavia, ela não deixa de ser benéfica ao espírito e à inteligência do douto sacerdote que, por essa época, escreve com maior frequência e sobre os assuntos mais variados, desde os históricos aos filosóficos, dos etnográficos aos económico-agrícolas.” - Cf., *O Senhor Padre – Mestre*, palestra proferida a 30 de Setembro de 1955, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

agrícola. Carreiro da Costa, considera-o um dos mais distintos valores micaelenses, nos vários sectores da vida local<sup>255</sup>.

A propósito de alguns da “grande geração”, noutra palestra, Carreiro da Costa afirma que foram vários os micaelenses que, no passado, se distinguiram. Entre eles, distingue o micaelense José do Canto<sup>256</sup>, nascido 20 de Dezembro de 1820, em Ponta Delgada<sup>257</sup>; o Morgado João d’Arruda Botelho e Câmara<sup>258</sup>, nascido a 17 de Maio de 1774, na cidade de Ponta Delgada<sup>259</sup>; Manuel António de Vasconcelos, a 5 de Janeiro de

---

<sup>255</sup> Ver, ainda a este respeito: *O Senhor Padre – Mestre*, palestra proferida a 30 de Setembro de 1955, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>256</sup> Para melhor aprofundamento da vida e obra deste ilustre micaelense: *José do Canto no Centenário da sua morte*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000.

<sup>257</sup> Em Londres e em Paris, onde viveu, adquiriu várias espécies que trouxe. Produziu diversos e interessantes trabalhos sobre economia e agricultura; lançou o primeiro jornal português da especialidade *O Agricultor Micaelense*; fundou várias e importantes granjas, onde fez diversas experiências sobre as culturas do ananás e do chá; introduziu em São Miguel mais de três mil espécies florestais e criou os seus magníficos jardins das Furnas e de Ponta Delgada, este último iniciado em Setembro de 1846 foi considerado nessa altura o primeiro jardim da Europa com valor botânico. Além deste, Carreiro da Costa apresenta-nos outros micaelenses, como o seu irmão Ernesto do Canto, que juntamente com José Jácome Correia, António Borges de Medeiros, José Maria Raposo de Amaral e António Botelho Sampaio Arruda, desenvolveriam um admirável jardim, na freguesia das Furnas. De acordo com o autor, a partir dessa altura (1850), a ilha de São Miguel foi sendo valorizada com os jardins e matas que se iam aos poucos plantando e desenvolvendo em várias locais. Ver, ainda, a este respeito: *Alguns da grande geração e os seus jardins*, palestra proferida a 20 de Agosto de 1954.

<sup>258</sup> Reconhece-o como “um dos mais probos e persistentes investigadores, nos capítulos da historiografia e geneologia micaelense.” - Cf., *Um grande investigador micaelense*, palestra proferida a 29 de Janeiro de 1960, F.C.C., S.D.U.A., p.1. Segundo o autor, cedo mostrou a preferência pelos estudos históricos, dedicou a sua vida à pesquisa e ao estudo dos principais arquivos históricos e cartórios micaelenses, onde quer que houvesse informações que o pudessem conduzir aos esquemas genealógicos.

<sup>259</sup> Dentre os vários trabalhos que nos deixou, destaca-nos um manuscrito intitulado *Notícias verdadeiras dos principais e mais notáveis factos históricos e genealogias da ilha de São Miguel*. Ver, ainda, a este respeito: *Um grande investigador micaelense*, palestra proferida a 29 de Janeiro de 1960, F.C.C., S.D.U.A..

1796, na freguesia micaelense da Bretanha<sup>260</sup>; o historiador Francisco Ferreira Drumond, nascido na vila de São Sebastião, na Ilha Terceira, a 21 de Setembro de 1796<sup>261</sup>; José Joaquim de Torres Borges, mais conhecido por José de Torres, nascido em Ponta Delgada a 17 de Junho de 1827<sup>262</sup>; o Doutor João Teixeira Soares de Sousa, nascido a 12 de Setembro de 1827, na ilha de São Jorge<sup>263</sup>; Francisco Maria Supico<sup>264</sup>,

---

<sup>260</sup> Considera-o o primeiro jornalista açoriano, tendo sido na primavera de 1832, testemunha privilegiada, como vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada, da chegada a Ponta Delgada de D. Pedro IV que vinha da Terceira com destino à cidade do Porto, com as tropas que recrutara nos Açores. Salienta que, como no resto do país, essa atmosfera agitava também a ilha de São Miguel, com lutas e revoltas que preencheram as páginas da história local – “De tudo isso, foi, Manuel António de Vasconcelos, testemunha e das melhores”. Assim, muito havia, que instruir e relatar, que discutir e que defender. Funda o *Açoriano Oriental*, a 18 de Abril de 1835. - Cf., *Um homem, uma época, um jornal*, palestra proferida a 17 de Abril de 1953, F.C.C., S.D.U.A., p.3.

<sup>261</sup> Autor dos *Anais da Ilha Terceira*. Carreiro da Costa considera-o um dos principais investigadores da história terceirense, servindo-se quase exclusivamente de material inédito recolhido nos vários arquivos e cartórios particulares e públicos – “documentação essa que ele em grande parte transcreveu no final de cada um dos quatro volumes dos seus *Anais da Ilha Terceira*, a alicerçar e a comprovar o texto da sua obra.” Cf., *No centenário de um historiador terceirense*, palestra proferida a 12 de Setembro de 1958, F.C.C., S.D.U.A., p. 3.

<sup>262</sup> Refere: “ Já em 1859, (...), José Torres, na sua ilha natal, se poderia considerar um consagrado nos domínios da literatura e da história, graças aos trabalhos que prodigamente distribuía pela imprensa micaelense, ao seu gosto pela investigação e a alguns estudos publicados em separado.” - Cf., *No 1º Centenário do falecimento de um escritor micaelense*, palestra proferida a 3 de Maio de 1974, F.C.C., S.D.U.A., p.1. Carreiro da Costa conclui que, não esquecendo a sua vocação de investigador, foi um grande auxiliar do Dr. Ernesto do Canto, na pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de documentos inéditos acerca dos Açores e, ainda, um dos mais persistentes colecionadores de espécies bibliográficas açorianas. Autor da colecção conhecida por “*Variedades Açorianas*”. Ver, ainda, a este respeito: *No 1º Centenário do falecimento de um escritor micaelense*, palestra proferida a 3 de Maio de 1974, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>263</sup> “Completados os seus estudos superiores, regressaria depois à sua ilha natal, para aí viver praticamente o resto de toda a sua vida, entregue aos seus estudos históricos, à leitura de antigos documentos, em cuja interpretação se revelaria uma grande autoridade.” - Cf., *Um investigador da ilha de São Jorge*, palestra proferida a 7 de Julho de 1956, F.C.C., S.D.U.A., p. 1. Aquando da sua morte, encontrava-se a sua obra praticamente inédita, sendo composta, sobretudo, por quatro grandes ramos: a história dos descobrimentos portugueses; a crítica literária; a historiografia insular e folclore açoriano,

natural da vila da Lousã, onde nasceu a 1 de Novembro de 1830, e viveu na ilha de S. Miguel cerca de sessenta anos<sup>265</sup>; a propósito do aniversário da colecção *Arquivo dos Açores*, o “grande benemérito das letras e da historiografia açoriana”, Ernesto do Canto<sup>266</sup>, nascido em Ponta Delgada, a 12 de Dezembro de 1831<sup>267</sup>; Teófilo Braga,

---

cujos títulos são: *Memória sobre a descoberta da Austrália*, *Memória sobre os Capitães donatários dos Açores*, *Camões nas ilhas dos Açores*.

<sup>264</sup> De acordo com Carreiro da Costa: “De trato afável junto dos mais novos, Supico viu à sua volta, no decurso da sua longa vida, muitos dos vultos literários mais proeminentes de S. Miguel como Guilherme Read Cabral, Teófilo Ferreira, Antero Teófilo Braga, o próprio António Feliciano Castilho, quando aqui esteve, José Bensaúde, José Jácome Correia e tantos outros.” - Cf., *No cinquentenário da morte de um grande investigador micaelense*, palestra proferida a 28 de Abril de 1961, F.C.C., S.D.U.A., p. 1.

<sup>265</sup> Veio para Ponta Delgada exercer a profissão de farmacêutico do hospital da Santa Casa da Misericórdia, com cerca de vinte anos de idade, foi aqui que mostrou a sua vocação literária e especial interesse pela história de São Miguel. Dedicou-se também aos problemas políticos e administrativos locais, chegando a fazer parte da Junta Geral do Distrito. A sua vertente de investigador está inteiramente comprovada na rubrica “Escavações”, onde se passavam em revista acontecimentos e personalidades da vida antiga micaelense. Esta rubrica só seria coligida e publicada, com a mesma designação, em 4 volumes, em 1995, sendo de importância fundamental para a investigação histórica de S. Miguel e dos Açores do séc. XIX, (Francisco Maria Supico, *Escavações*, ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995). Deixou toda a sua prodigiosa obra dispersa pelos jornais, revistas e outras publicações, como a *Revista dos Açores*, *Correio Micaelense*, que chegou a ser dirigida por Supico, a *Gazeta da Relação*, de que chegou a ser proprietário, mas no qual mais trabalhou foi *A Persuasão*, que surgiu em 1862 e da qual foi proprietário.

<sup>266</sup> Carreiro da Costa refere: “cujos trabalhos bibliográficos continuam não só a ser apreciadíssimos e, como tal, preciosos elementos de consulta para todos quanto quiserem familiarizar-se com os problemas históricos dos Açores, (...)” - Cf., *Arquivo dos Açores*, palestra proferida a 23 de Junho de 1968, F.C.C., S.D.U.A.. Carreiro da Costa salienta a extraordinária diversidade de documentos e estudos reunidos no *Arquivo dos Açores*, referindo que, ainda em vida de Ernesto do Canto, foram publicados doze volumes, entre 1878 e 1892; após a sua morte, seriam publicados os volumes XIII (1920) e XIV (1927), ambos contendo sobretudo documentação referente a São Miguel, e o volume XV (1959), dedicado a Santa Maria. Pela sua comprovada importância, a Universidade dos Açores, na sequência do centenário da publicação do *Arquivo dos Açores*, efectuou uma edição fac-similada da obra, (*Arquivo dos Açores*, 15 volumes, reprodução fac-similada da edição original, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1980-1984).

<sup>267</sup> O autor da palestra, destaca-nos, também, a sua extraordinária biblioteca, que inclui um conjunto alargado de obras referentes aos Açores, entre as quais várias raridades, tendo sido legada à Biblioteca

nascido a 24 de Fevereiro de 1843, em Ponta Delgada<sup>268</sup>; Doutor Filomeno da Câmara Melo Cabral, nascido na vila da Lagoa em São Miguel, a 18 de Julho de 1844<sup>269</sup>; Francisco Arruda Furtado, nascido em Ponta Delgada, no dia 17 de Setembro de 1854<sup>270</sup>; Alfredo Bensaúde, nascido no ano de 1856<sup>271</sup>; António Ferreira de Serpa<sup>272</sup>,

---

Pública e Arquivo de Ponta Delgada. Ver, ainda, a este respeito: *Arquivo dos Açores*, palestra proferida a 23 de Junho de 1968, F.C.C., S.D.U.A.

<sup>268</sup> Foi ao mesmo tempo poeta e contista, romancista e crítico, historiador e filósofo, político e investigador dos mais variados ramos da ciência. Demonstrou o apreço que tinha pelos Açores e pelas tradições nacionais, quando em 1869, após a publicação da *História da Poesia Popular Portuguesa* (1867), do *Cancioneiro Popular* (1867) e do *Romanceiro Geral* (1867), publicou os *Contos Populares do Arquipélago Açoriano*. Pouco tempo depois, publica a *Harpa* (1876) um valioso artigo sobre superstições populares relativas às ilhas açorianas e nos dois primeiros números da *Revista Lusitana* inseria *Ampliações do Romanceiro das Ilhas dos Açores*. Mais tarde, em 1883, produzia, no primeiro volume dos *Contos Tradicionais do Povo Português* Ver, ainda, a este respeito: *Teófilo Braga e os contos populares*, palestra proferida a 25 de Fevereiro de 1955, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>269</sup> Professor universitário e médico hidrologista, encarregado de diversas missões científicas, daria novas orientação aos estudos relacionados com o proveito das águas minero-medicinais do Vale das Furnas. Considera-o um dos mais eminentes professores da Universidade de Coimbra e também um dos mais reputados cientistas portugueses do seu tempo. Após o seu brilhante doutoramento “Princípios gerais de medição termal, com uma notícia sobre as águas minerais do Vale da Furnas”, veio para São Miguel, exercer clínica no Vale das Furnas onde prosseguiu os seus estudos sobre as águas termais – “A estadia do Dr. Filomeno da Câmara Melo Cabral na estância balnear das Furnas ficaria assinalada não apenas pelos melhoramentos ali introduzidos mas ainda e sobretudo pelos três notáveis relatórios que sobre os anos 1870, 1871 e 1872, seriam incluídos na obra do referido Prof. Fouqué – *Les eaux thermales de l’île de S. Miguel – Açores*, editada em Lisboa (Ed. Lallement Fréves), no ano de 1873”. - nesse mesmo ano, foi nomeado professor da Universidade de Coimbra. Ver, ainda, a este respeito: *Um médico hidrologista micaelense*, palestra proferida a 24 de Julho de 1964, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>270</sup> Refere-nos que cedo começou a trabalhar, revelando grande interesse por tudo quanto se relacionasse com as ciências naturais, levou a cabo importantes investigações de interesse científico, sobretudo no campo da zoologia e da antropologia, provocou a admiração de diversos cientistas portugueses. Produziu vários trabalhos, motivado pelas doutrinas evolucionistas de que Darwin foi o grande criador e impulsionador, tendo-se correspondido com este naturalista, motivado pelas suas teorias. Reconhecendo em Arruda Furtado qualidades e méritos dignos de serem apadrinhados, Dr. Carlos Machado chamou-o para auxiliar na organização do Museu de História Natural, em Ponta Delgada. Conhece José do Canto, que sabendo do interesse de Arruda Furtado, o convida para seu guarda-livros. No entanto, pouco tempo fica ao serviço, decide partir para Lisboa, onde ocupou o lugar de Conservador

nascido a 13 de Junho de 1865, na cidade da Horta; Armando Côrtes-Rodrigues<sup>273</sup>, nascido no ano de 1891, em Vila Franca do Campo.

---

da Escola Politécnica e adido da Secção de Zoologia do Museu de Lisboa. Ao fim de três anos, cansado e doente decide regressar a São Miguel para recuperar. No entanto, pouco depois de aqui chegar morre, tinha ele apenas 33 anos, deixando uma obra notável. Ver, ainda, a este respeito: *No centenário dum grande cientista micaelense*, palestra proferida a 17 de Setembro de 1954, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>271</sup> Refere: “micaelense, que, à causa das ciências geológicas e da pedagogia e da pedagogia, desempenhou papel de relevo em Portugal”. Segundo o autor da palestra, além das actividades ao nível oficial, o Prof. Alfredo Bensaúde, “servido pela sua sensibilidade, pela sua cultura e também pelo seu grande amor à terra onde nasceu, soube dedicar parte do seu tempo àquilo que igualmente tanto lhe faltava à sua alma – a sua devoção pela arte e a sua ternura pelas tradições da sua ilha”. Essa característica artística revelou-a nos vários ramos da arte (na música, arquitectura e etnografia); Cf., *O Professor Alfredo Bensaúde – artista e etnógrafo*, palestra proferida a 16 de Março de 1956, F.C.C., S.D.U.A., p.1. Motivado pela admiração pelas tradições açorianas teve a ideia de fundar em Ponta Delgada um museu de etnografia, tendo sido, em 1930, convidado pela Junta Geral do Distrito a fazê-lo. Para levar a cabo essa tarefa, durante sete anos, recolheu as primeiras peças, para a Secção de Etnografia do Museu de Santo André.

<sup>272</sup> Em relação aos seus trabalhos, Carreiro da Costa destaca os seguintes: *Influência do Canal do Panamá no movimento dos portos portugueses* (1910); *A Ilha do Faial, porto franco e porto militar* e *A importância estratégica da Ilha do Faial* (ambos de 1903); *Revolta dos Flamengos* e *Martinho de Boémia* (1904); *A Ilha do Pico e a tuberculose* (1905); *Dois açorianos no Governo Interino proclamado em 15 de Setembro de 1820* (1917); parte do Livro VI das *Saudades da Terra*, referente à ilha Terceira (1918); *Dois inéditos acerca das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo* de Gaspar Frutuoso e Frei Diogo das Chagas (1919); *A ascendência Açoriana de Camilo Castelo Branco* (1925); *O descobrimento dos Açores* (1925); *Açores e Madeira* (1929); *A prioridade dos descobrimentos atlânticos pertence aos portugueses dos tempos semi bárbaros da 1ª Dinastia* comunicação apresentada no I Congresso Açoriano (1938). São eles em grande número, versando a maior parte dos mesmos, acontecimentos e figuras dos Açores e relacionados com os Açores, designadamente com as Ilhas do Faial e do Pico, deixando, porém, de lhe merecer especial atenção alguns problemas referentes a diversos países da América Central.” - Cf., *No centenário de António Ferreira Serpa*, palestra proferida a 11 de Junho de 1965, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>273</sup> “Poeta e dramaturgo, etnógrafo e folclorista, memorialista e professor, se a sua vida constituiu um contínuo choque de emoções, a sua obra foi grande em qualquer dos aspectos por que a quisermos encarar”. Cf., *Em memória de Armando Côrtes-Rodrigues*, palestra proferida a 12 de Novembro de 1971, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, p. 1. Salienta-nos que, apesar de se ter desenvolvido mais como poeta e memorialista do passado açoriano, sobretudo do micaelense, os seus trabalhos nos campos da etnografia e do folclore são de grande interesse. Desde cedo, em Vila Franca do Campo, onde passou os primeiros anos da sua vida enquanto jovem, mostrou o seu

A extensa lista de homens das letras das artes, das ciências, da religião, da diplomacia e da política que Carreiro da Costa, ao longo das suas palestras, vai “apresentando” ao público procura, por um lado, demonstrar que o isolamento do arquipélago não constituiu entrave ao estudo, à criatividade e ao empenhamento em defesa de causas justas. Por outro lado, destaca sempre as qualidades morais e patrióticas dessas personalidades e o seu trabalho em prol do bem comum, ainda que em campos de actividade significativamente diferentes.

### **1.4.3 - Alguns que visitaram os Açores**

Carreiro da Costa debruça-se também sobre a visita aos Açores de personalidades que, em diversos campos de intervenção, se notabilizaram. Assim, destaca, em várias palestras, as visitas levadas a cabo por chefes de estado e personalidades ligadas à cultura e à ciência. Em destaque surge a chegada inesperada, no dia 22 de Fevereiro de 1832, de D. Pedro IV, a Ponta Delgada<sup>274</sup>. No início do século XIX, a ilha de São Miguel começou a ser visitada por viajantes estrangeiros, como os ingleses Thomaz Ashe e Henry e Joseph Bullar, os americanos Wilks e Webster, o

---

interesse pelas tradições populares. Mais tarde deslocou-se para Lisboa, para na Faculdade de Letras (1910-1915), onde se licenciou em Filologia Românica. Nessa altura, participou no movimento literário do Orpheu. De regresso começou o *Cancioneiro Popular Açoriano*. Inicia, também, por esta altura, os seus trabalhos nos campos da etnografia, folclore e obras poéticas, entre outras: *As festas do Espírito Santo na Ilha de S. Miguel* (1823), *Em louvor da Humildade – Poemas da Terra e dos Pobres* (1924), *O Milhafre*, *Quando o mar galgou a terra*, *Auto do Espírito Santo*, *Poesia Popular Açoriana* (1933), *Cantar às Almas* (1942), *O Pão das Almas*, *Oração de Anjo Custódio*, *O Adagiário Popular Açoreano*.

<sup>274</sup> “Não se pode calcular o alvoroço que tomou os habitantes de Ponta Delgada, assim que viram que D. Pedro IV vinha inesperadamente a S. Miguel e não à ilha Terceira como estava anunciado.” - Cf., *Uma visita imperial*, palestra proferida a 23 de Fevereiro de 1951, F.C.C., S.D.U.A., p. 1. Desde o seu desembarque até à sua partida, D. Pedro IV foi alvo de diversas manifestações de apoio, permanecendo em Ponta Delgada até ao dia 2 de Março, quando embarcou rumo à ilha Terceira.

alemão Hartung, o francês Fouqué, e outros que produziram diversas obras de interesse literário e histórico como também notícias de carácter científico<sup>275</sup>. Narra, igualmente, os pormenores da visita de Garrett a São Miguel, em Maio de 1832<sup>276</sup> e em relação à ilha do Faial descreve as frequentes visitas levadas a cabo por príncipes estrangeiros ou, por exemplo, a chegada à cidade da Horta, do escritor Júlio de Castilho, Visconde de Castilho, ocorrida a 24 de Novembro de 1877<sup>277</sup>. Relata ainda outras visitas como as que o poeta Raimundo António de Bulhão Pato realizou ao arquipélago dos Açores<sup>278</sup>.

---

<sup>275</sup> De acordo com o autor, o século XIX, corresponde a extraordinários tempos de impulso económico, cultural e científico, pois nesse século, nasceram em São Miguel, muitas personalidades que contribuíram para o seu desenvolvimento, apelidada de - a “grande geração micaelense”. Ver: *Ponta Delgada e alguns acontecimentos do princípio do século XIX*, proferida a 31 de Agosto de 1951, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>276</sup> Refere que este se encontrava em Inglaterra, quando embarcou para aos Açores, a 29 de Fevereiro de 1832 com destino a Angra. Além da ilha Terceira, terra de seus ascendentes paternos, Almeida Garrett, também visitou a ilha de São Miguel. Esteve na cidade de Ponta Delgada onde ficou apenas dois meses. Teve lugar após a transferência do Governo de Regência para a ilha de São Miguel, com o Ministro Mouzinho da Silveira, que solicitou a sua presença, por ter sentido a sua falta, visto ser um seu precioso auxiliar. Ficou em Ponta Delgada até 27 de Junho. Ver: *Garrett em São Miguel*, proferida a 3 de Dezembro de 1954, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>277</sup> Tinha sido nomeado governador civil do distrito, pelo governo do Duque de Ávila, para substituir o Conselheiro António José Vieira de Santa Rita, que há já 20 anos desempenhava aquele cargo. Ver: *Visconde de Castilho na Ilha do Faial*, proferida a 28 de Novembro de 1952, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>278</sup> A primeira a São Miguel, no dia 26 de Novembro de 1866; voltou aos Açores em Fevereiro de 1868, cerca de um ano depois, dirigindo-se a Angra do Heroísmo; em Julho do ano seguinte de 1869, tornou de novo Bulhão Pato aos Açores, encaminhando-se, desta vez à Horta, poucos dias depois à Terceira, onde ficou por algum tempo, mas pouco depois passando a caminho de S. Miguel, trazia-o de novo a esta ilha; passados 16 anos, Bulhão Pato volta a S. Miguel, chegando a Ponta Delgada, nos finais de Setembro de 1886, onde permaneceu até 3 de Dezembro do mesmo ano; a última visita de Bulhão Pato a São Miguel, passados dezassete anos, decorreu em Fevereiro de 1901. Em todas estas visitas, foi alvo de festas, homenagens e os cumprimentos ocorreram em massa, conforme se percebe pelas notícias dos jornais da época. Carreiro da Costa salienta que, de todas essas viagens os jornais e as crónicas do tempo, registaram pormenores curiosos. Todavia, apenas da segunda visita Bulhão Pato deixaria um pormenorizado apontamento, nas cartas que escreveu de Vila Franca do Campo, onde se encontrava hóspede do seu grande amigo Sebastião do Couto, cartas essas editadas nesse mesmo ano de 1868, em Ponta Delgada (“Voz da Liberdade”). As primeiras quatro dessas cartas são dirigidas pelo poeta a Ricardo Guimarães e

Em relação às visitas de chefes de Estado portugueses, começa por evocar a figura de D. António, Prior do Crato, que, no desejo de assumir a direcção dos destinos de Portugal, viera até à Terceira e a S. Miguel para daqui ganhar forças com que fazer frente ao seu opositor, no Verão de 1582; a trágica estadia na Terceira, de 1669 a 1674 de D. Afonso VI<sup>279</sup>, cativo no Castelo de Angra; depois, refere a estadia nos Açores de D. Pedro IV, então Regente do reino em nome de sua filha; seguidamente, aborda a festiva passagem pela Ilha do Faial, durante doze dias, em Novembro de 1858, do Infante D. Luís; a necessariamente “discreta” passagem pela Terceira e São Miguel, em 1926, do Marechal Gomes da Costa, meses após o movimento militar de Braga, ocorrido em 28 de Maio desse mesmo ano; em 1901, as visitas, do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia; e, por último, em 1941, a visita de Estado do Marechal Carmona<sup>280</sup>.

De entre os muitos visitantes que estiveram outrora nos Açores, com muita ou pouca demora, realça o escritor francês François René de Chateaubriand<sup>281</sup> e Artur

---

dão-nos a conhecer os mais curiosos aspectos da vida insular dessa época. Na primeira descreve a viagem de Lisboa para São Miguel; a segunda fala da falta de hotéis; a terceira carta descreve Vila Franca de modo sumário; a última retrata os festejos de Entrudo; Ver, ainda, a este respeito as palestras: *As cartas dos Açores de Bulhão Pato*, proferida a 15 de Março de 1957; *Bulhão Pato nos Açores*, proferida a 30 de Novembro de 1951, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>279</sup> Ver, ainda, a este respeito: *Um Rei, prisioneiro em Angra*, palestra proferida a 21 de Junho de 1957; *D. Afonso VI no seu cativeiro de Angra*, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>280</sup> Ver: *Os Açores e os Chefes do Estado que os visitaram*, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>281</sup> O qual deixaria depois algumas memórias escritas a propósito das duas visitas que efectuou: a primeira passagem decorreu no dia 6 de Maio de 1791, data em que, seguindo da França a caminho da América, fugido à Revolução Francesa, desembarcou na Ilha Graciosa e aí se demorou até ao dia seguinte; a segunda, aconteceu nos começos de Setembro do ano seguinte quando vinha de regresso da América do Norte para a Europa e desembarcaria na Horta, onde ficou encantado com a hospitalidade dos faialenses. Carreiro da Costa indica, em relação a estas duas passagens, o facto de Chateaubriand as referir nas suas obras – *Mémoires d’Outre-Tombe*, em relação à primeira e em *Voyage en Amérique*, em relação à segunda viagem. Ver: *Chateaubriand nos Açores*, proferida a 11 de Maio de 1957, F.C.C., S.D.U.A..

Morelet e Henri Drouet, dois naturalistas franceses que estiveram em S. Miguel em 1857<sup>282</sup>.

Se alguns acontecimentos houve nos Açores de carácter político que determinaram a vinda até este Arquipélago de vários e destacados vultos ingleses, a verdade é que a maioria dos que aqui se fixaram veio por razões de ordem comercial, pois não devemos esquecer a importância que, em épocas transactas, assumiram nos Açores o comércio dos vinhos – sobretudo os do Pico, de São Jorge e do Faial - e o comércio da laranja. Alguns teriam vindo para estas ilhas, também, por motivos religiosos e científicos. Segundo o autor, as primeiras notícias que se conhecem acerca da existência de ingleses nos Açores estão relatadas nas *Saudades da Terra*, de Frutuoso<sup>283</sup>: no final do século XVI, durante o domínio filipino, as invasões dos Condes de Cumberland<sup>284</sup> e de Essex, em 1589 e 1596 respectivamente; por esta altura, os Drumonds e os Fishers, por via da Madeira, terão sido dos primeiros ingleses a estabelecerem-se na ilha Terceira<sup>285</sup>; seguidamente, o inglês, naturalizado americano, Thomas Hickling fixou-se em São Miguel por volta de 1789, e aqui deixou larga

---

<sup>282</sup> Os quais, vinham aos Açores proceder a estudos relacionados com a fauna e a flora açoriana. Depois da missão, publicariam diversos estudos acerca destas ilhas, trabalhos que seriam pelos anos adiante fonte de informação para novas investigações de carácter científico “Segundo o depoimento de Henri Drouet contido no início do seu *Catalogue de la Flore des îles Açores*, publicado em Paris, em 1866, podemos reconstituir o dia-a-dia da permanência dos dois cientistas nestas ilhas, num período de cerca de cinco meses.” - Cf., *Uma missão científica, há cem anos, em S. Miguel*, palestra proferida a 26 Abril de 1957, F.C.C., S.D.U.A., p.1. Seguidamente, no dia 30 de Maio de 1857, George Hartung, Henri Drouet e Artur Morelet, partiram de São Miguel para Santa Maria, com o fim de procederem às investigações das suas especialidades (*Três cientistas em Santa Maria*, proferida a 3 de Maio de 1957, F.C.C., S.D.U.A.).

<sup>283</sup> Quando este cronista aludindo aos Ferreiras que vieram da Madeira para São Miguel, no tempo do Capitão Rui Gonçalves da Câmara, fala de João Gonçalves Ferreira, parente da Rainha da Escócia.

<sup>284</sup> Ver, ainda, a este respeito, a palestra proferida a 7 de Setembro de 1951, *O Conde de Cumberland na Ilha do Faial*, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>285</sup> Na segunda metade do século XVII, há também notícia da fixação de ingleses nalgumas ilhas. Esta frequência é maior a partir dos fins do século XVIII e princípios do XIX.

descendência; no século XIX, em São Miguel, estabelece-se como cônsul inglês, William Harding Read que desempenhou funções muito importantes no tempo das lutas liberais, deixou construídas em Ponta Delgada e arredores algumas belas residências; anos antes, o Doutor John Nesbitt, médico inglês que viveu algum tempo em São Miguel, praticando ao mesmo tempo medicina e o comércio; ainda para São Miguel veio parar e constituir família, o inglês William Sanduard Riley. Para a ilha Terceira foram muitos ingleses como o Doutor Sowper, o capitão Show, Hevsson, George Dart, Watton, entre outros. Mas, onde aparece maior número de ingleses é na ilha do Faial, devido ao comércio de vinhos e fornecimento de navios<sup>286</sup>. Nesse início do século XIX, a afluência de ingleses era muita devido ao comércio que se fazia com Inglaterra<sup>287</sup>.

Sob o ponto de vista literário e científico, são também em apreciável número os ingleses que se interessaram pelos Açores<sup>288</sup>, no século XVIII: em 1722, é lida na Sociedade Real de Londres uma impressionante carta de Thomas Forster na qual refere a misteriosa ilha que em 1720 surgiu a sueste da Terceira; no ano de 1775, encontrava-se de visita à ilha do Faial, o navegador inglês James Cook, por ocasião de uma das suas grandes viagens à volta do Mundo, que escreveria curiosas informações acerca da vida e costumes dos faialenses dessa altura<sup>289</sup>; em 1776, o inglês Francis Masson, funcionário do Jardim Botânico de Kew, visitou demoradamente o arquipélago

---

<sup>286</sup> Ingleses que depois se cruzarem com gente do Faial, como os Bras, os Curry, os Don, os Houghton, os Morisson, os Land, os Street, os Sterman e os Whyton.

<sup>287</sup> Ver: *Ingleses nos Açores*, palestra proferida a 22 de Fevereiro de 1957, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>288</sup> Carreiro da Costa começa por referir que o primeiro registo acerca do arquipélago surge numa notícia de carácter científico contida na *Relação das Viagens de Mestre Thomas Turner*, datada de 1625. Outra referência da mesma altura foi um folheto anónimo surgido em Inglaterra acerca da erupção submarina de Julho de 1638.

<sup>289</sup> Na sua companhia encontrava-se o alemão Jorge Forster que recolheu algumas sementes e plantas para o estudo que compôs sobre a flora de alguns arquipélagos atlânticos.

dos Açores, recolhendo preciosas informações acerca da flora açoriana e em especial da micaelense; no ano de 1791, foi publicada a obra *As Águas Minerais da Ilha de S. Miguel*, cujo autor, Doutor Guilherme Gourlay, médico inglês que vivia na Madeira veio às Furnas, para ali proceder a experiências para os seus estudos; em 1811, ocorreu ao largo da ilha de São Miguel, uma grande erupção vulcânica que ficou famosa pelo aparecimento de uma ilha a que foi posto o nome de *Sabrina*. Este acontecimento ficou conhecido pelo registo elaborado pelo Capitão Tillard, comandante da fragata *Sabrina*; em 1812, foi editada uma obra inglesa do mineralogista John Mawe, em que se aborda o arquipélago dos Açores; em 1813, foi publicada em Londres, uma obra imaginativa, cujo autor Thomas Aske, de nome *História dos Açores ou Ilhas Ocidentais*; o inglês Thomas Blunt, em 1825, encontrava-se na ilha de São Miguel a proceder a diversas observações termométricas, as quais seriam publicadas mais tarde pelo botânico Sir James Clark; em 1832, acompanhando o Imperador D. Pedro IV na sua visita aos Açores, visitavam algumas ilhas, vários oficiais britânicos<sup>290</sup>; no ano de 1836, o navio britânico *Beagle*, chegou à ilha Terceira, trazendo a bordo Charles Darwin de regresso de uma longa viagem científica<sup>291</sup>; em Dezembro de 1838, os irmãos ingleses Joseph e Henry Bullar, desembarcaram em São Miguel, onde permaneceram durante oito meses, visitaram todas as ilhas à excepção da Terceira, Graciosa e São Jorge, recolheram e registaram importantes informações sobre as ilhas; por essa altura, esteve em São Miguel, o engenheiro John Scott Tucker a recolher elementos para o projecto do porto

---

<sup>290</sup> Alguns escreveriam, pouco depois, interessantes livros sobre este arquipélago, entre eles, Lloyd Hodges com *Narrative of Expedition to Portugal in 1832*; e o capitão Boid que, em 1835, produziu *Description of the Azores or Western Island*. Ver: *Mais ingleses nos Açores*, proferida a 1 de Março de 1957, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>291</sup> Onde permaneceu durante seis dias, tendo referido essa visita em algumas das suas obras como *Diário de um Naturalista*; *Observações Geológicas sobre as Ilhas Vulcânicas*; e nas *Origem das Espécies*.

de Ponta Delgada, a pedido do engenheiro John Rennie; anos mais tarde, o Capitão Alexander Vidal, oficial da marinha de guerra inglesa, levou a cabo o levantamento hidrográfico das ilhas dos Açores, trabalho esse que foi publicado mais tarde em 1849 – estava com ele o botânico H. C. Watson que, de 1843 a 1847, publicaria em Inglaterra os resultados das suas investigações<sup>292</sup>; o naturalista inglês, Professor E. Forbes, no de 1851, apresentou na Associação Britânica para o “Progresso das Ciências” uma comunicação acerca da fauna malacológica dos Açores e de Santa Helena; anos mais tarde, o Professor R. McAndrew realizou em Liverpool e Cheltenham curiosas exposições sobre os moluscos do Atlântico Norte, com importantes menções para os mares dos Açores; ainda nos meados do século XIX, encontrava-se na ilha de São Miguel, a desempenhar o cargo de cônsul britânico nos Açores, Mr. Thomas Carew Hunt, que se interessou bastante pelos estudos relacionados com a geologia, sismografia, botânica e meteorologia dos Açores, publicou diversos trabalhos na *Revista dos Açores* e *O Agricultor Micaelense*; no ano de 1863, foi publicado num jornal da especialidade um artigo sobre a vegetação açoriana cujo autor foi o inglês A. Reith que, anos antes, estivera em São Miguel como jardineiro de José do Canto; em 1866 e 1870, o zoólogo Frederik du Cane Dodman publica em Londres diversos trabalhos acerca das observações feitas no arquipélago dos Açores, na Primavera de 1856; o britânico Sir J. D. Hooker e o zoólogo George R. Crotch, em 1866 e 1867, concluem preciosas

---

<sup>292</sup> Carreiro da Costa refere que, para além do levantamento hidrográfico e de defesa das ilhas, as expedições do Capitão Vidal permitiram a realização de alguns estudos de história natural. Entre os estudos realizados, contam-se os trabalhos de herborização e pesquisa botânica de Hewett Cottrell Watson, levados a cabo durante a campanha que teve lugar de Maio a Setembro de 1842. Tais trabalhos originaram a publicação de várias listas das plantas existentes nos Açores, posteriormente consolidadas no capítulo sobre botânica intitulado *Botany of the Azores*, escrito por Watson, e inserto na obra *Natural History of the Azores or Western Islands* editada em 1870.

memórias acerca da flora e da fauna insulares<sup>293</sup>; Rupert Swidelles e Alexander Hill Grey que descreveram, em 1877 e 1879, respectivamente, as suas impressões acerca das viagens aos arquipélagos da Madeira e dos Açores; em 1880 o Professor T. E. Thorpe esteve nos Açores, a fazer medições magnéticas e a escritora Marianna Gibbons passou em viagem pelo arquipélago; Frederik Walker, Lady Brassey, Herman Canfield, William R. Kettle e muitos outros ingleses visitaram os Açores no final do século XIX, registando mais tarde o resultado das observações<sup>294</sup>.

Num conjunto de palestras, Carreiro da Costa narra as visitas do Professor Leite de Vasconcelos<sup>295</sup> às ilhas do arquipélago açoriano, na Primavera de 1924. De acordo com Carreiro da Costa, só depois dessas expedições, ele conseguiu dominar perfeitamente o caso açoriano quer sob o ponto de vista bibliográfico quer sob os aspectos de recolha e de informação directas, graças aos conhecimentos e às amizades que passou a ter sobretudo na Terceira e em São Miguel<sup>296</sup>. Descreve os pormenores da

---

<sup>293</sup> De acordo com Carreiro da Costa, são diversos os estudos acerca da história natural dos Açores, realizados por cientistas britânicos, durante a segunda metade do século XIX.

<sup>294</sup> Ver: *Ainda alguns ingleses nos Açores*, proferida a 8 de Março de 1957, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>295</sup> Carreiro da Costa conta-nos o facto de o Professor Leite de Vasconcelos, além de professor universitário, desde cedo percorreu as terras portuguesas em investigações e em congressos pela maior parte dos países europeus. “Apesar de formado em medicina, cedo Leite de Vasconcelos se sentiu seduzido pelos estudos em que viria a ser um dos maiores mestres, ascendendo a elevado número as descobertas que fez nos domínios daquelas Ciências – descobertas que em Portugal imprimiram novos rumos à cultura nacional”. Cf., *O Prof. Leite de Vasconcelos e os Açores*, palestra proferida a 4 de Julho de 1958, F.C.C., S.D.U.A., p.1. Ver, ainda, as seguintes palestras: *O Prof. Leite de Vasconcelos e o seu “Mês de Sonho”*, proferida a 11 de Julho de 1958; *De como Leite de Vasconcelos viu os Açores*, proferida a 18 de Julho de 1958; *Ainda o Prof. Leite de Vasconcelos e os Açores*, proferida a 27 de Julho de 1958, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>296</sup> Carreiro da Costa destaca que são várias as referências de Leite de Vasconcelos aos Açores: em 1887, no 1º Tomo da *Revista Lusitana*, insere alguns trabalhos acerca do arquipélago dos Açores; na sua tese de doutoramento, em 1901, *Esquisse d’une dialectologie portugaise*; diversos trabalhos que levou a cabo para a fundação do Museu Etnológico Português, que publicou em 1915. Carreiro da Costa informa, ainda, que é no volume intitulado *Mês de sonho – conspecto de etnografia açórica*, que vem o diário

visita levada a cabo por notáveis individualidades portuguesas. De acordo com o autor, chegaram à cidade de Ponta Delgada, no dia 27 de Maio de 1924, numa visita que ficou conhecida por “visita dos intelectuais”. A digressão abrangeu todas as ilhas do arquipélago. Faziam parte deste grupo de intelectuais, diversas personalidades, como o Prof. José Leite de Vasconcelos, anteriormente referido, o Dr. Luís de Magalhães, o Prof. D. Luís de Castro, o Dr. Joaquim Manso, o Prof. D. Manuel de Bragança, o Escultor Teixeira Lopes, o Dr. Trindade Coelho, o escritor Antero de Figueiredo e ainda o Prof. Dr. Armindo Monteiro. Permaneceram 17 dias, ocupados a visitar os pontos turísticos, as indústrias, o museu, estabelecimentos de ensino, a par da participação em récitas, banquetes, recepções e diversas conferências. Carreiro da Costa caracteriza:

“Foi com efeito uma jornada apoteótica não apenas pela forma como todos os açorianos acolheram os seus ilustres visitantes mas também pelo modo como tudo resultou certo, adequado, e pela maneira como os Açores foram revelados e compreendidos.”<sup>297</sup>

Conclui, referindo que, os Açores foram durante muitas semanas notícia nos principais jornais portugueses porque, além dos sentimentos afectivos e de hospitalidade que os açorianos demonstraram, foi reconhecida a importância dos Açores nos vários domínios: em história e tradições, em valores morais, intelectuais e artísticos, em agricultura, pecuária e indústria, entre outros.<sup>298</sup>

---

dessa viagem. Além do diário de viagem, proferiu uma conferência, em Maio de 1925, na Academia das Ciências de Lisboa. Ver, ainda, a este respeito: *De como Leite de Vasconcelos viu os Açores*, palestra proferida a 18 de Julho de 1958, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>297</sup> Cf., *Uma embaixada de intelectuais*, palestra proferida a 24 de Maio de 1974, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

<sup>298</sup> Além disso, os diversos trabalhos realizados: as conferências, as lições que proferiram, assim como os livros, as crónicas e os artigos que se publicaram constituíram afirmação da autêntica revelação açoriana. Registou-se em São Miguel, o que se observou igualmente em todas as ilhas do arquipélago,

Carlos Cordeiro refere, relativamente aos objectivos: “parece claro que se situavam, fundamentalmente, ao nível da justificação e legitimação das reivindicações autonomistas”<sup>299</sup>, pois, a “propaganda dos Açores” no continente não apontava, em primeiro lugar, para a promoção turística do arquipélago, embora se tivesse feito referência às suas paisagens, mas antes para a “obtenção de apoio ao processo reivindicativo autonomista de intelectuais com credibilidade nacional”. Seria, pois, este o “principal objectivo que presidiu ao convite.” Feito pelo director do *Correio dos Açores*, José Bruno Carreiro, a este conjunto de personalidades<sup>300</sup>. Em conclusão, a “missão intelectual” atingira esses mesmos objectivos:

“Os visitantes, na sua maioria, cumpriram as promessas de divulgação nacional das belezas dos Açores, do labor incansável das suas gentes, do «adiantamento» cultural e «material» das diversas ilhas, do patriotismo e da paz social que imperava, do «esquecimento» a que o poder central votava as ilhas, da capacidade administrativa das suas elites.”<sup>301</sup>

Por fim, Carreiro da Costa salienta que os Açores constituem,

“um somatório apreciável de actividades culturais, digno de ser elaborado e estudado, não só para bem conhecermos a decidida vocação dos açorianos para o estudo e a sua capacidade de realização, mas também para compreendermos as causas que terão concorrido para essa mesma vocação, as possíveis influências que terão ocasionado os seus rumos, as dificuldades com que sempre se debateram para bom termo dos seus trabalhos e, ainda e

---

apesar das curtas permanências. Todas foram visitadas, nelas o professor Leite de Vasconcelos colheu preciosas notas etnográficas e folclóricas.

<sup>299</sup> CORDEIRO, Carlos, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, ..., p.447.

<sup>300</sup> *Idem*, p. 447.

<sup>301</sup> *Idem*, p.454. Além disso refere que serviu para motivar os açorianos residentes em Lisboa para a defesa dos interesses do arquipélago e divulgação da realidade insular.

sobretudo, a consciência da sua missão, como componentes de uma comunidade que tem prestado largos serviços à causa da cultura”.<sup>302</sup>

Podemos verificar, de acordo com o autor, que as limitações causadas pela insularidade em relação à cultura são relativas, pois as diversas manifestações mostram-nos que não serviu como entrave, mas como estímulo para essas revelações. Além disso, a história das manifestações culturais no arquipélago dos Açores apresenta-se intimamente ligada à história da instrução nestas ilhas, a cargo sobretudo dos franciscanos, dos jesuítas e dos frades agostinhos, que constituíram um eficaz agente de cultura literária, filosófica e artística, de que muitos açorianos aproveitaram até ao começo do século XIX.

De acordo com Carreiro da Costa é, no decurso do século XIX que vamos encontrar nos Açores as páginas mais interessantes de toda a história da cultura insular. Como podemos verificar, as reformas pombalinas trouxeram algumas perturbações, que se reflectiam em diversos sectores da vida social e económica. Para colmatar essa situação desencadeou-se um movimento de “exaltação” sobre os problemas do ensino e sobretudo da cultura. Desta forma, no decurso da primeira metade do século XIX, foram diversas as iniciativas particulares traduzidas na fundação de instituições de índole cultural.

Neste período ressalta-se, igualmente, a vinda de diversas personalidades, como António Feliciano de Castilho, que, com as iniciativas que liderou, contribuiu para o enriquecimento da história cultural de São Miguel e de que beneficiaram algumas gerações que marcaram a vida micaelense.

---

<sup>302</sup> Cf., *Ainda a cultura açoriana no século XIX*, palestra proferida a 7 de Março de 1969, F.C.C., S.D.U.A..

Apesar dos inúmeros condicionalismos que estorvaram o desenvolvimento insular, Francisco Carreiro da Costa, ao longo das várias palestras, mostra-nos a série de personalidades e realizações de âmbito cultural e científico desde o século XV, até meados do século XX. Sem se esquecer de transmitir uma panorâmica geral, destaca de especial modo algumas personalidades açorianas como José do Canto, Ernesto do Canto, Francisco Maria Supico, António Ferreira de Serpa, Armando Côrtes-Rodrigues, ou outros que visitaram o arquipélago como Júlio de Castilho, Almeida Garret e Leite de Vasconcelos, entre outros.

As manifestações culturais foram igualmente tratadas no seu *Esboço Histórico dos Açores: Século XV – primeiros sinais de cultura; Século XVI; Século XVII; Século XVIII; Século XIX; Castilho em S. Miguel; A imprensa; Literatos açorianos; Panorâmica actual*<sup>303</sup> – onde, seguindo no essencial o referido nas palestras, Carreiro da Costa mostra uma síntese menos pormenorizada dos factos ocorridos.

Acerca do interesse científico pelos Açores, por parte de estrangeiros e nacionais, Carreiro da Costa destaca, igualmente, no *Esboço Histórico dos Açores*:

“São em grande número os cientistas, sobretudo geólogos e naturalistas, que se têm debruçado sobre estas ilhas no intuito de as estudarem por modo a concluírem acerca da posição das mesmas no contexto atlântico e, assim, no complexo da sua formação e evolução, da sua flora e sua fauna, não esquecendo o que respeita à oceanografia”<sup>304</sup>.

Além disso, realça o considerável número de obras produzidas por estes sobre os diversos temas.

---

<sup>303</sup> Cf., COSTA, Francisco Carreiro da, *Esboço Histórico dos Açores*, ..., pp.287 a 327.

<sup>304</sup> *Idem*, p. 323.

#### 1.4.4 - Insularidade e Catástrofes Naturais

De acordo com Carreiro da Costa, apesar do proveitoso aproveitamento económico das ilhas açorianas, todas, de uma maneira geral, sentiram, ao longo dos tempos, a escassez de transportes marítimos, quer nas ligações entre as ilhas, quer com o território nacional e o estrangeiro.

Apesar disso, destaca:

“ embora alguns geógrafos – como E. Aubert de La Rue – pareçam não se aperceber da ideia de isolamento, sempre que se trate de determinadas ilhas, como as dos Açores, só por elas se situarem nas rotas marítimas e aéreas e se tornarem, por essa razão, encruzilhadas importantes, manda a verdade que se diga que as consequências do isolamento pesam no espírito daqueles que vivem nas mesmas ilhas”<sup>305</sup>.

De facto, o relevo acidentado dificultava o acesso às encostas e enseadas; os fenómenos vulcânicos, que se manifestavam com frequência em abalos de terra e em violentas erupções e o clima instável constituíam factores que condicionavam a vida das populações insulares.<sup>306</sup>

---

<sup>305</sup> COSTA, F:C., “Problemas açorianos no plano da insularidade”, in *Comunicação proferida no I Congresso da Acção Nacional Popular*, em Tomar, Maio de 1973, texto manuscrito, p.5.

<sup>306</sup> Retrata-nos, nas seguintes palestras, diversos acontecimentos ocorridos: *Histórias de piratas nos Açores*, proferida a 6 de Setembro de 1945; *O terramoto do 1º de Novembro de 1755 nos Açores*, proferida a 1 de Novembro de 1946; *Um vulcão no Faial há 279 anos*, 6 de Abril de 1951; *A erupção do Pico de João Ramos*, proferida a 23 de Novembro de 1951; *Abalos de terra em S. Miguel*, proferida a 4 de Julho de 1952; *Uma Tragédia há 140 anos*, proferida a 10 de Abril de 1953; *Um flagelo de há 400 anos*, proferida a 9 de Julho de 1954; *As primeiras devastações*, proferida a 29 de Julho de 1955; *Um Mandato de Deus*, proferida a 8 de Julho de 1955; *As primeiras devastações*, proferida a 29 de Julho de 1955; *Graves doenças de outros tempos*, proferida a 7 de Outubro de 1955; *O terramoto da Praia da Vitória*, proferida a 14 de Junho de 1957; *Histórias de piratas em Santa Maria*, proferida a 6 de Setembro de 1957; *Algumas erupções submarinas nos Açores*, proferida a 4 de Outubro de 1957; *O vulcão da*

Francisco Carreiro da Costa, através da descrição pormenorizada desses acontecimentos, narra, em diversas palestras, os factos ocorridos, utilizando diversas fontes. Em relação ao terramoto de Vila Franca do Campo (1522), utiliza as *Saudades da Terra*, de Gaspar Fructuoso<sup>307</sup>; para o terramoto de São Jorge (1757), refere que são várias e interessantes as notícias que nos deixaram os seus contemporâneos, como Gaspar Gonçalves Boto, escrivão da Câmara Municipal das Velas<sup>308</sup>, ou o terceirense Frei Vicente Salgado, na “*Colecção de Memórias Literárias para a História de Portugal*” (1770). Podemos, igualmente, verificar como fontes as posturas municipais, outros documentos oficiais, ou obras de autores açorianos, portugueses, ou estrangeiros<sup>309</sup>.

De acordo com o referido nas palestras proferidas, conclui-se que, desde o início do povoamento as manifestações vulcânicas foram frequentes e avassaladoras, segundo o autor “a primeira dessas grandes calamidades, no referido período, foi sem dúvida a

---

*Urzelina*, proferida a 18 de Outubro de 1957; *A erupção dos Biscoitos*, proferida a 25 de Outubro de 1957; *Para a História Trágico-marítima dos Açores*, proferida a 12 de Março de 1969; *O vulcão de 1672 na ilha do Faial*, proferida a 11 de Agosto de 1972.

<sup>307</sup> Que colheu da tradição oral os elementos necessários para a elaboração da sua obra: “Assim, quando todos pareciam distraídos do terramoto de Vila Franca do Campo, por via do jogo de canas realizado na vila da Lagoa por iniciativa do Capitão Rui Gonçalves da Câmara, o pesadelo da peste foi anunciado na região nordestense por meio da visão de um moço – lenda que Fructuoso registou e que não deixa de ter a sua poesia”. - Cf., *Um flagelo de há 400 anos*, palestra proferida a 9 de Julho de 1954, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>308</sup> Ver, ainda, a este respeito: *Um Mandato de Deus*, palestra proferida a 8 de Julho de 1955, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>309</sup> No *Esboço Histórico dos Açores*, o autor indica os estudos existentes para o conhecimento do vulcanismo açoriano, onde podemos, no final do capítulo, consultar a extensa lista bibliográfica em que se apoiou para a sua fundamentação: “A lista dos fenómenos vulcânicos desenrolados nos Açores é grande e remonta ao século XV até aos nossos dias. Chamamos a atenção para um trabalho da autoria do Tem. Coronel Agostinho, publicado na *Açoreana*, em 1960, intitulado “Actividade Vulcânica nos Açores”. É um estudo notável recomendado, pois resume toda a fenomenologia vulcânica registada neste Arquipélago ao longo de cinco séculos de vida humana nos Açores”(p.21).

grande subversão de Vila Franca do Campo, precisamente no dia 22 de Outubro de 1522”.<sup>310</sup>

Além dessas calamidades, salienta outras devastações<sup>311</sup> provocadas, igualmente, pela natureza ou pelos homens<sup>312</sup>, as várias epidemias que assolavam as populações<sup>313</sup>, os ataques de corsários às povoações indefesas e isoladas<sup>314</sup> e por último, a falta de condições dos portos insulares<sup>315</sup>.

#### 1.4.5 - Comunicações

Em relação à situação geográfica dos Açores e à sua importância estratégica, Carreiro da Costa, refere um estudo do micalense Almirante Alfredo Botelho de Sousa publicado em 1946, em que cita a seguinte passagem:

---

<sup>310</sup> Cf., *Um flagelo de há 400 anos*, palestra proferida a 9 de Julho de 1954, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, p. 1.

<sup>311</sup> Ver, ainda, a este respeito: *As primeiras devastações*, palestra proferida a 29 de Julho de 1955, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>312</sup> “Apesar disso, as devastações, sem a conveniente contrapartida em plantações, prosseguem por toda a parte. (...). Procurava-se, desse modo, compensar devastações que nos arvoredos de S. Miguel se operavam não apenas pelos desvarios dos homens mas igualmente pelos altos desígnios de Deus.” - Cf., *As primeiras devastações*, palestra proferida a 29 de Julho de 1955, F.C.C., S.D.U.A., p. 4.

<sup>313</sup> “ De alguns casos epidémicos se tem conhecimento, na ilha de S. Miguel, no decurso do século XVIII. De todos eles nos falam diversos documentos que, ao mesmo tempo nos contam dos prejuízos verificados, também nos falam das medidas que os municípios promulgaram com vistas ao seu combate” - Cf., *Graves doenças de outros tempos*, palestra proferida a 7 de Outubro de 1955, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>314</sup> Ver, ainda, a este respeito: *Histórias de piratas nos Açores*, palestra proferida a 6 de Setembro de 1945, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>315</sup> “A história trágico-marítima, em redor dos Açores, começou logo na época dos primeiros trabalhos do povoamento, registando as crónicas e os documentos mais antigos não só o encalhe e a perda de muitas caravelas, naus e galeões, que por aqui navegavam, mas também de muitas embarcações que desapareceram para sempre, sobretudo nas chamadas explorações para Ocidente em busca da Ilha Nova” – Cf., *Para a História Trágico-marítima dos Açores*, palestra proferida a 12 de Março de 1969, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

“Os Açores constituem a posição mais avançada da Europa sobre o Atlântico, gozando por isso de uma situação que os tem tornado cobiçados como bases avançadas para operações além-mar, tanto num como noutro lado do Atlântico.”<sup>316</sup>

Para que os Açores e os seus habitantes pudessem beneficiar dessa situação privilegiada, e uma vez que estavam privados de um contacto mais directo com o mundo, sujeitos aos condicionalismos geográficos que os prejudicavam (não só devido à falta de comunicações mais frequentes, menos difíceis e onerosas, mas também devido à impossibilidade das trocas de produtos serem realizadas a níveis de custo e de encargos compatíveis com o seu modo de viver), havia que equipar e melhorar os principais portos açorianos, bem como construir outros<sup>317</sup>.

---

<sup>316</sup> Cf., *Os Açores vistos por açorianos*, palestra proferida a 19 de Julho de 1974, F.C.C., S.D.U.A., p.1.

<sup>317</sup> Carreiro da Costa profere as seguintes palestras, relacionadas com este tema: *O antigo porto de S. Brás de Ponta Delgada*, proferida a 8 de Fevereiro de 1946; *A doca de Ponta Delgada e os seus antecedentes*, proferida a 10 de Agosto de 1951; *Os trabalhos na doca de Ponta Delgada*, proferida a 17 de Agosto de 1951; *A doca da cidade da Horta*, proferida a 24 de Agosto de 1951; *O cruzeiro das Furnas, em 1630*, proferida a 5 de Setembro de 1952; *Um turista e os navios de carreira, há 386 anos*, 12 de Junho de 1953; *Transporte de passageiros em São Miguel*, proferida a 16 de Outubro de 1953; *A ilha de Santa Maria e a sua marinha mercante*, proferida a 5 de Outubro de 1956; *O trânsito das ruas noutros tempos*, proferida a 9 de Novembro de 1956; *Uma viagem às Furnas há 89 anos*, proferida a 22 de Março de 1957; *O centenário dos vapores de carreira*, proferida a 12 de Julho de 1957; *Os Açores nas primeiras viagens aéreas transatlânticas*, proferida a 31 de Outubro de 1958; *Antiguidade dos barcos das ilhas*, proferida a 17 de Abril 1959; *Antigos faróis, em São Miguel*, proferida a 20 de Novembro de 1959; *A doca de Ponta Delgada vai fazer 100 anos*, proferida a 5 de Agosto de 1959; *O 1º relatório sobre o porto de Ponta Delgada*, proferida a 31 de Março de 1961; *Antigos estaleiros navais nos Açores*, proferida a 5 de Outubro de 1962; *O caminho-de-ferro em São Miguel*, proferida a 15 de Março de 1963; *Transportes de outros tempos*, proferida a 22 de Março de 1963; *Do antigo Porto dos Carneiros*, proferida a 5 de Abril de 1963; *Antecedentes da doca da Horta*, proferida a 19 de Junho de 1963; *Ponta Delgada há 50 anos (base naval)*, proferida a 19 de Janeiro de 1968; *Os Açores e a aviação*, proferida a 22 de Agosto de 1969; *Um meio de transporte de outros tempos*, proferida a 3 de Setembro de 1971 - F.C.C., S.D.U.A.. Em relação às comunicações, podemos igualmente consultar o *Esboço Histórico dos Açores*, que, embora menos descritivo, aborda este sector da vida económica do arquipélago: *Os principais portos marítimos dos Açores. Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta; Os transportes terrestres. Tracção animal.*

A propósito dos portos açorianos, Carreiro da Costa, no *Esboço Histórico dos Açores*, destaca, igualmente, os mesmos conteúdos, sobretudo no que se refere aos principais portos. Em relação ao de Ponta Delgada, conta-nos que se sucederam:

“vários acontecimentos pelo que só em Outubro de 1862 as obras foram efectivamente iniciadas. Estas decorreram em bom ritmo, mas três invernos consecutivos destruíram grande parte da construção. (...) Apenas em 1940 o Governo resolveria levar ao fim a Doca de Ponta Delgada e, ainda assim, as obras não ficariam por aí.”<sup>318</sup>

Relativamente à ilha Terceira:

“apenas diremos que nunca a mesma logrou dispor de um porto artificial em condições de segurança idênticas ao de Ponta Delgada. (...) Modernamente o Porto das Pipas, na encosta do Castelo de S. Sebastião, foi consideravelmente melhorado e ampliado mas apenas aproveita a navios certa tonelagem. (...) O porto da Praia da Vitória construído em função da proximidade da Base Aérea das Lages é dos nossos dias. É operável em determinadas condições e parece que tem levantado problemas quanto aos movimentos das areias da grande praia.”<sup>319</sup>

No que respeita à Horta, “sabe-se que a construção de um porto de abrigo na Horta constituiu, pelo menos desde o século XVII, uma das grandes aspirações locais. (...) A 20 de Março de 1870 principiaram os trabalhos.”<sup>320</sup>

Desta forma, Carreiro da Costa evoca o essencial acerca dos portos, instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento dos Açores<sup>321</sup>.

---

*Automóveis. O caminho-de-ferro em S. Miguel; Carreiras marítimas com os Açores; Ligações aéreas. Aeroportos.*

<sup>318</sup> COSTA, Francisco Carreiro da, *Esboço Histórico dos Açores*, ..., p.230-231.

<sup>319</sup> *Idem*, p. 231.

<sup>320</sup> *Idem*, p.233.

Igualmente, acerca dos transportes marítimos<sup>322</sup>, Carreiro da Costa conta-nos que, em relação aos navios de carreira, já em 1567 o viajante italiano Pompeo Arditì empregava essa designação em relação às embarcações que, em viagens mais ou menos regulares, navegavam entre Lisboa, Madeira e Açores. No entanto, em relação a estas paragens não havia nenhuma obrigatoriedade de transportes contratados pelo governo, existiam apenas navios que em trânsito aqui aportavam, embarcando passageiros e carga para os respectivos destinos. De acordo com o autor, os primeiros navios a vapor que apareceram nos Açores surgem no segundo quartel do século XIX. Tendo ocorrido a

---

<sup>321</sup> Este tema é tratado pormenorizadamente nas seguintes palestras: *O antigo porto de S. Brás de Ponta Delgada*, proferida a 8 de Fevereiro de 1946; *A doca de Ponta Delgada e os seus antecedentes*, proferida a 10 de Agosto de 1951; *Os trabalhos na doca de Ponta Delgada*, proferida a 17 de Agosto de 1951; *A doca da cidade da Horta*, proferida a 24 de Agosto de 1951; *A doca de Ponta Delgada vai fazer 100 anos*, proferida a 5 de Agosto de 1959; *O 1º relatório sobre o porto de Ponta Delgada*, proferida a 31 de Março de 1961; *Do antigo Porto dos Carneiros*, proferida a 5 de Abril de 1963; *Antecedentes da doca da Horta*, proferida a 19 de Junho de 1963 – F.C.C., S.D.U.A..

Em relação ao aproveitamento económico das ilhas açorianas, Fátima Sequeira Dias refere: “Observando o comportamento da economia durante o «ciclo da laranja», o ciclo melhor conhecido por nós, verifica-se que uma parte dos rendimentos provindos da sua exportação foi investida na construção da doca de Ponta Delgada (por exigência da legislação promulgada), enquanto a parte restante foi investida nas próprias quintas, na construção de palácios, na plantação de jardins botânicos, na aquisição de muitos artigos de luxo, na realização de inúmeras viagens ao estrangeiro, na decisão de prolongar as estadas de lazer fora da ilha (...)” - *Os Açores na História de Portugal - séculos XIX-XX*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, , p.13. Conclui, salientando o facto de, apesar dos gastos com o luxo e lazer, houve a preocupação de investir, igualmente no meio produtivo.

<sup>322</sup> Ver: *No 1º Centenário dos Vapores de Carreira*, palestra proferida a 12 de Julho de 1957, F.C.C., S.D.U.A..

viagem inaugural entre a Europa e a América do Norte em 1819<sup>323</sup>, apesar de constituir um progresso notável, as viagens eram, ainda, muito demoradas.<sup>324</sup>

Relativamente aos transportes terrestres, Carreiro da Costa trata-os detalhadamente em várias palestras<sup>325</sup>. Assim, ao longo dos séculos XVI e XVII, salienta o aparecimento de uma rede de caminhos melhorada, mas ainda rudimentar, embora no século XVII, tenham surgido com maior frequência os carros de bois e outros veículos trazidos do Continente ou feitos nas ilhas. Nos séculos XVIII e XIX,

---

<sup>323</sup> “Ainda no meado do século passado as viagens irregulares que se faziam entre S. Miguel e Nova York duravam 30 a 50 dias e as que se realizavam entre Ponta Delgada e Lisboa, directamente levavam 7, 12 e mais dias. E não se cuide que os navios então utilizados eram muito grandes.” - Cf., *No 1º Centenário dos Vapores de Carreira*, palestra proferida a 12 de Julho de 1957, F.C.C., S.D.U.A., p. 1.

<sup>324</sup> Refere que, apesar das tentativas para a criação de uma carreira regular para servir os Açores, só em 1855, o Governo conseguiu subsidiar uma companhia de navegação, a Companhia Açoriana de Navegação. Depois disso, novas companhias e novos contratos surgiram para a exploração das carreiras. Carreiro da Costa salienta que, apesar do interesse dos comerciantes e industriais pelas carreiras a vapor, a Companhia União Mercantil era desleixada nos serviços que prestava, por isso, era atacada pela imprensa, pelos passageiros e pelos negociantes. Por essa razão, o Governo suspende os subsídios à Companhia União Mercantil que vende as acções e cede a carreira à Companhia Lusitânia. A 1 de Janeiro de 1875 essa exploração passou a ser feita pela Empresa Insulana de Navegação. Ver, ainda, a este respeito: *No 1º Centenário dos vapores de carreira*, palestra proferida a 12 de Julho de 1957, F.C.C., S.D.U.A.; assunto que aborda igualmente no *Esboço Histórico dos Açores* – p.236 a 237.

<sup>325</sup> Ver a este respeito, as seguintes palestras: *O cruzeiro das Furnas*, em 1630, proferida a 5 de Setembro de 1952; *Transporte de passageiros em São Miguel*, proferida a 16 de Outubro de 1953; *O trânsito das ruas noutros tempos*, proferida a 9 de Novembro de 1956; *Uma viagem às Furnas há 89 anos*, proferida a 22 de Março de 1957; *O caminho-de-ferro em São Miguel*, proferida a 15 de Março de 1963; *Transportes de outros tempos*, proferida a 22 de Março de 1963; *Um meio de transporte de outros tempos*, proferida a 3 de Setembro de 1971 – F.C.C., S.D.U.A.. Salienta-nos: “Para bem o compreendermos, necessário se torna recuar no tempo e fazermos uma ideia, embora aproximada, do que seriam os caminhos micalenses ainda há pouco mais de meio século, para concluirmos que outros transportes não poderiam existir além do burro, do velho carro de bois e dos antigos carroções construídos pelos morgados e demais cavalheiros abastados” Cf., *Transportes de passageiros em São Miguel*, palestra proferida a 16 de Outubro de 1953, F.C.C., S.D.U.A., p. 1.

nota o uso dos mesmos transportes, a par do aumento do número de coches, seges e cadeirinhas. Além disso, refere:

“recorrer, no entanto, a qualquer destes meios, era praticar um acto de heroísmo porque o leito dos caminhos dentro das localidades, e entre estas, apresentavam-se em estado lastimável agravado pelas enxurradas, pela livre digressão dos animais e também pelos enormes pregos que guarneciam as rodas dos carros de bois”<sup>326</sup>.

A partir da segunda metade do século XIX, destaca o surgimento sistema de transportes de passageiros, as “diligências” entre Ponta Delgada e as principais localidades de S. Miguel. Entretanto, no início do século XX, veio para S. Miguel o primeiro carro, e passados 30 a 35 anos o número de automóveis era já considerável. Acrescenta, ainda, as duas tentativas de fundação do caminho-de-ferro em São Miguel: a primeira, que data de 1897, projectava a ligação entre Ponta Delgada, Ribeira Grande e Povoação. Terá sido posta de parte devido ao incremento do uso do automóvel. A segunda por autorização da Junta Geral em 1913, surge no ano de 1920, com o apelo a todos os micaelenses para que financiassem o empreendimento, através da compra de acções. Contudo, devido a factores económicos, a ideia teve que ser abandonada.

Em relação à navegação aérea, Carreiro da Costa informa que, em meados de Janeiro de 1918, os primeiros aviões que sobrevoaram os Açores foram os *hidros* da base naval norte-americana estabelecida em Ponta Delgada<sup>327</sup>. Mas é a partir de 1928, que as entidades oficiais portuguesas começaram a interessar-se mais pelo

---

<sup>326</sup> COSTA, Francisco Carreiro da, *Esboço Histórico dos Açores*, ..., p.234.

<sup>327</sup> Ver, ainda, a este respeito: *Ponta Delgada, há 50 anos (Base Naval)*, palestra proferida a 19 de Janeiro de 1968, F.C.C., S.D.U.A.. A este respeito, Carreiro da Costa menciona: “De muito longe vem essa importância dos Açores como ponto de ligação nos quadros da navegação marítima e aérea.” - Cf., *Os Açores e as primeiras viagens aéreas transatlânticas*, palestra proferida a 31 de Outubro de 1958, F.C.C., S.D.U.A., p.1 – de acordo com o autor, contribui para essa importância a localização geográfica.

desenvolvimento nos Açores, em relação à navegação aérea, através da construção de campos de aviação nas Lages, e de outro na Achada, ambos na ilha Terceira:

“Graças à sua privilegiada situação geográfica, os Açores continuam a estar na ordem do dia, no que se refere à navegação aérea, na zona norte do Atlântico. Para tanto, contribuem os seus dois grandes campos de aviação internacionais de Santa Maria e das Lages – o primeiro como aeroporto comercial, o segundo como aeródromo militar, ambos dotados de extensas pistas e apetrechados de forma a satisfazerem as mais diversas exigências da moderna aeronáutica.”<sup>328</sup>

Relativamente às telecomunicações<sup>329</sup>, descreve-nos as circunstâncias do desenvolvimento das telecomunicações nos Açores, desde os primeiros processos de sinalização, nos primeiros tempos do povoamento, até às ligações telegráficas por altura da instalação dos cabos submarinos (1893)<sup>330</sup>, posteriormente as estações de rádio, instaladas pela Rádio Marconi (1937)<sup>331</sup>, até às ligações telefónicas (1954)<sup>332</sup>. Além

---

<sup>328</sup> *Idem*, p. 1. Em 5 de Outubro de 1030 é inaugurado o Campo de Aviação da Achada, sendo mais tarde posto de parte. Por esta altura, menciona a assinatura de um contrato entre o Governo Português e a Sociedade Portuguesa de Aviação, para a inauguração de carreira aéreas entre Lisboa e os Açores, o que despertou aos açorianos grandes esperanças. Ver, ainda, a este respeito: *Os Açores e a aviação civil*, palestra proferida a 22 de Agosto de 1969, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>329</sup> Carreiro da Costa profere as seguintes palestras: *Inauguração do cabo submarino*, proferida a 29 de Agosto de 1952; *As telecomunicações nos Açores*, proferida a 7 de Abril de 1967; *Quando Marconi esteve na ilha do Faial*, proferida a 14 de Julho de 1972 - F.C.C., S.D.U.A..

<sup>330</sup> Ver, ainda, a este respeito: *Inauguração do cabo submarino*, palestra proferida a 29 de Agosto de 1952, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>331</sup> Ver, ainda, a este respeito: *Quando Marconi esteve na ilha do Faial*, proferida a 14 de Julho de 1972, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>332</sup> “O arquipélago açoriano (...), até 1937, não dispunha de qualquer comunicação telefónica nem com o exterior nem entre ilhas, seguindo até 1954 o estabelecimento de ligações entre algumas delas. Em 1954, iniciar-se-ia a remodelação total das instalações com a montagem dos chamados feixes hertzianos que hoje ligam praticamente todas as ilhas com maior eficiência.” - Cf., *As telecomunicações nos Açores*, proferida a 7 de Abril de 1967, F.C.C., S.D.U.A., p. 4.

destes, Carreiro da Costa destaca outro importante sector das telecomunicações, no que diz respeito aos aspectos culturais e artísticos, os Emissores de Radiotelefonia instalados nas ilhas de São Miguel (1941), Santa Maria (1947) e Terceira (1947).

Em conclusão, segundo o autor, o desenvolvimento das telecomunicações, nos Açores, trouxe grandes vantagens para as várias actividades tecnológicas, científicas, económicas e sociais<sup>333</sup>. Destaca os acontecimentos marcantes da história das comunicações, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, onde avultam diversas iniciativas como a construção do porto artificial de Ponta Delgada, a inauguração do cabo submarino e inauguração do cabo telegráfico. Salienta o protagonismo de notáveis cidadãos, que foi evidente e imprescindível para estes empreendimentos, bem como o recurso a técnicos estrangeiros e os grandes gastos dessas realizações. As consequências destas inovações eram, por demais evidentes, pois contribuíram para diminuir a distância e o isolamento face ao mundo.

#### **1.4.6 - Emigração Açoriana**

Face aos condicionalismos da insularidade, muitos açorianos tiveram de embarcar com destino a outros países, em busca de melhores condições de vida<sup>334</sup>. Carreiro da Costa definia cinco ciclos de emigração: o primeiro para as terras da África e da Índia; o segundo para o Brasil; o terceiro para os Estados Unidos da América do

---

<sup>333</sup> Podemos, igualmente, encontrar este tema no *Esboço Histórico dos Açores* – pp.239 a 240.

<sup>334</sup> A este respeito, Carreiro da Costa, proferiu as seguintes palestras: *Colonização açoriana de Santa Catarina no Brasil*, proferida a 1 de Outubro de 1948; *Presença dos Açores no Brasil*, proferida a 11 de Março de 1949; *Presença do Brasil nos Açores*, proferida a 18 de Março de 1949; *Correntes de emigração açoriana*, proferida a 2 de Novembro de 1951; *Presença açoriana na Madeira*, proferida a 16 de Novembro de 1962 – F.C.C., S.D.U.A.

Norte e a Bermuda; o quarto para Curaçau, S. Domingos e Venezuela; o quinto, acabaria por tomar diversos rumos, sendo, no entanto, os mais praticados para os do Canadá e dos E.U. da América do Norte.

Explica-nos, igualmente, os motivos dessas correntes, começando por referir que a primeira dirigida para as terras de África e da Índia, ao longo do século XVI, foi motivada pelo desejo dos nobres que, além de serem armados cavaleiros, obtinham apreciáveis meios de fortuna pelos serviços prestados; enquanto a segunda, para o Brasil, por meados do século XVII, foi, não com o desejo de enobrecimento e de acumulação de riqueza, mas causada pelos cataclismos vulcânicos que se sucediam nos Açores.<sup>335</sup>

Em conclusão, Carreiro da Costa refere que, “tanto a emigração clandestina como a que se fazia pelas vias legais determinariam um desenvolvimento, económico muito apreciável nos Açores, pelas remessas de divisa que nos chegaram”<sup>336</sup>.

Salienta, ainda, o facto de no decurso da segunda metade do século XIX, a emigração clandestina se fazer em larga escala, sendo um negócio rentável para os “engajadores” que a promoviam, teve um grande incremento, apesar das condições degradantes do transporte<sup>337</sup>.

---

<sup>335</sup> Por conseguinte, essa emigração provocou um grande desfalque na população das várias ilhas. Por essa razão surge diversa legislação para evitar esse surto. Ver, ainda, a este respeito as palestras: *Presença dos Açores no Brasil*, proferida a 11 de Março de 1949; *Colonização açoriana de Santa Catarina, no Brasil*, proferida a 1 de Outubro de 1948 - F.C.C., S.D.U.A..

<sup>336</sup> Cf., *Correntes da emigração açoriana*, palestra proferida a 2 de Novembro de 1951, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

<sup>337</sup> A este respeito consultar: SILVA, Susana Serpa, “Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central em Meados do Século XIX”, in *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*, Actas do III Colóquio, realizado em Maio de 2002 nas ilhas do Faial e das Flores, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 275 a 294.

Em relação à emigração para o Brasil, evidenciamos um trabalho de Carlos Riley<sup>338</sup>, onde caracteriza a emigração açoriana para esse destino como “um fenómeno especificamente oitocentista e, como tal, diferenciado de outras migrações anteriores que pertencem à fase colonial da história brasileira”.<sup>339</sup> O referido autor considera, quanto à sua origem e motivação o facto de os homens ligados a actividade marítimas ocorrem em menor número e formam, em regra, a primeira onda migratória, enquanto os camponeses, geralmente relacionados a uma etapa posterior e mais estabilizada, proporcionam contingentes bastante superiores, incluindo nalguns casos parte do agregado familiar. Além disso, consoante a actividade desempenhada, estabelece correlações geográficas entre a sua “ilha-pátria” e o destino das partidas. Nesta perspectiva, os mareantes são, sobretudo, naturais das ilhas dos grupos central e ocidental (com particular destaque para as Flores, Corvo, Faial e Pico) e quase seguem as rotas baleeiras norte-americanas (tanto na Nova Inglaterra como na Califórnia); enquanto os camponeses, na sua grande maioria, são procedentes das ilhas de Terceira e São Miguel, onde a posse das terras é um importante factor de pressão social, e dirigem-se muito frequentemente para as plantações de café e açúcar no Brasil e no Hawai.

Em conclusão, de acordo com Carreiro da Costa, se determinados problemas, como o da emigração, poderiam ser encarados como uma fatalidade geográfica, com todos os riscos de perda de valores humanos e morais, outros, como os sociais e os económicos marcadamente regionais, deveriam merecer um tratamento cuidadoso, do poder regional, ou nacional:

---

<sup>338</sup> RILEY, Carlos A *emigração açoriana para o Brasil, braçais e intelectuais*, sep. *Arquipélago*, História, 2ª série, nº7, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2003.

<sup>339</sup> *Idem*, p. 146.

“se a emigração é própria das terras de limitadas extensões, como são as ilhas, os problemas ditos económicos em territórios pequenos e descontínuos, como são os Açores, terão de ser resolvidos, por um lado, segundo as vocações, as potencialidades e a experiência de cada um desses mesmos territórios, e, por outro, com o auxílio, e muito de preferência com ele, daqueles que fazem parte da mesma nação, como medida de defesa de um bem que a todos se sobreleva, o de ser e se permanecer português”<sup>340</sup>.

Pois de acordo com o autor:

“É que os Açores, não obstante as suas limitações, representam uma obra portentosa de portugueses e de que os portugueses, sejam eles açorianos ou não, de modo algum se poderão alhear”.<sup>341</sup>

#### **1.4.7 - Turismo**

A este respeito, Carreiro da Costa<sup>342</sup> especifica que apesar de o turismo, na região, ainda se encontrar na sua fase de estudo e de planeamento, pois tudo ou quase tudo, ainda se apresentava por fazer quanto ao apetrechamento. Salienta o interesse antigo pelas ilhas açorianas, remontando-o ao século XV, o coincide, portanto, com a revelação geográfica das várias ilhas e o seu povoamento.<sup>343</sup>

---

<sup>340</sup> COSTA, F.C., “Problemas açorianos no plano da insularidade”, in *I Congresso da Acção Nacional Popular*, em Tomar, em Maio de 1973, p.7.

<sup>341</sup> *Idem*, p.7.

<sup>342</sup> Em relação ao turismo, destacamos as seguintes palestras: *Uma digressão em terras de S. Miguel*, proferida a 1 de Junho de 1956; *Antigos roteiros turísticos dos Açores*, proferida a 6 de Março de 1970; *Roteiros turísticos açorianos*, do século XVIII, proferida a 13 de Março de 1970; *Livros de viagens sobre os Açores na primeira metade do século XIX*, proferida a 20 de Março de 1970; *Livros de viagens sobre os Açores na segunda metade do século XIX*, proferida a 27 de Março de 1970; *Os dez mandamentos do visitante da Ilha de S. Miguel*, proferida a 17 de Agosto de 1973 – F.C.C., S.D.U.A..

<sup>343</sup> Ver: *Antigos roteiros turísticos dos Açores*, palestra proferida a 6 de Março de 1970 F.C.C., S.D.U.A., p.1.

Os vários aspectos da paisagem e muitas das suas singularidades das ilhas do arquipélago, terão despertado a curiosidade de alguns cronistas e viajantes nacionais e estrangeiros, que produziram descrições pormenorizadas, constituindo autênticos guias turísticos, e posteriormente várias foram obras escritas acerca dos Açores sobre as suas características naturais, humanas e culturais, desde o seu povoamento até ao século XX<sup>344</sup>.

Além disso, ocasionado pelo reconhecimento e o entusiasmo dos açorianos acerca das possibilidades turísticas das ilhas, refere-nos o facto do aparecimento, em Maio de 1899, na cidade de Ponta Delgada, da Sociedade Propagadora de Notícias

---

<sup>344</sup> Do século XV, *De Inventione Insularum de Açores*, de Diogo Gomes de Sintra, e *Globo de Nuremberg*, de Martinho da Boémia; No século XVI, *Descrição das Ilhas do Atlântico*, de Valentim Fernandes, o relato de Pompeo Ardit, *História da Navegação*, de Jean Hugues de Linschoot e *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso; No século XVII, *His Pilgrims*, de Samuel Pershas, *Relação do lastimoso e horrendo cinzeiro*, do padre António Fernandes Franco e *Espelho Cristalino*, de Frei Diogo das Chagas; Em relação ao século XVIII, Carreiro da Costa na palestra, *Roteiros turísticos açorianos, do século XVIII*, proferida a 13 de Março de 1970, destaca: *História Insulana*, do padre António Cordeiro; *Crónicas da Província de S. João Evangelista*, de Frei Agostinho de Mont'Alverne; *Margarita Animata*, de Francisco Afonso de Chaves e Melo; *Histoire Naturelle du Sénégal*, de Michel Adanson; *Voyage dans l'hémisphere austral et autour du monde*, de James Cook, entre outros; Na primeira metade do século XIX, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, de J. Mawe, *History of Azores*, de Thomas Ashe; *Observações sobre a ilha de S. Miguel*, de Luís da Silva Mousinho de Albuquerque; os trabalhos do Coronel Lloyd Hodge e do Capitão G. Boid, Charles Darwin, Conde Vargas de Bedemar; *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, dos irmãos ingleses Joseph e Henry Bullar; *Uma viagem ao Vale das Furnas, na Ilha de S. Miguel, em Junho de 1840* de Bernardino José Senna Freitas; *Viagens do Interior da Ilha de S. Miguel*, de José Torres; Da segunda metade do século XIX, destaca-nos as seguintes obras: *Lettres Açoréenes, Sur Terre et Sur Mer*, de Henri Drouet; *Histoire Naturelle des Açores*, de Artur Morelet; *Os Açores nas suas manifestações e natureza geognóstica*, de George Hartung; *Revelações da minha vida*, de Luz Soriano; *Cartas dos Açores*, de Bulhão Pato; *Album Micaelense*, de Joaquim Cândido Abranches; *História Natural dos Açores*, de Frederick du Cane Godman; *Voyages Geologiques aux Açores*, de Ferdinand Fouqué; *Uma viagem de verão à Ilha de S. Miguel*, de Rupert Swindells; *As Ilhas do Atlântico como estâncias de saúde e de prazer*, de S. G. W. Benjamim; *Viagem da fragata austríaca "Helgoland" ao redor de África*, de Leopold von Jedina; *Dias felizes – Uma viagem, no Verão, aos Açores e a Lisboa*, de Marianna Gibbons; *Um verão nos Açores com um relance de Madeira*, de C. Alice Baker; *Por entre os Açores*, de J. M. Junkin; *Os Açores ou Ilhas Ocidentais*, de Walter Frederick Walker.

Micaelenses, fundada com o patrocínio do Príncipe Alberto do Mónaco e que tinha como objectivo fazer propaganda das belezas de São Miguel<sup>345</sup>.

#### 1.4.8 - Administração<sup>346</sup>

Sobre o governo das ilhas, Carreiro da Costa, na comemoração do septuagésimo quinto aniversário<sup>347</sup> da promulgação do decreto que estabelecia para os distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo o regime de descentralização administrativa, profere a palestra – *O Estatuto e os seus antecedentes*, a 5 de Junho de 1970 – onde nos refere as várias etapas do processo político-administrativo dos Açores.

---

<sup>345</sup> Conforme comprovariam as suas actividades, sobretudo a edição de folhetos e postais ilustrados, sendo a primeira publicação dessa Sociedade – *O que se disse acerca de Nós* – escrita em quatro línguas (francês, inglês, alemão e flamengo), impressa na Alemanha, em 1899, continha as impressões de vários viajantes acerca de S. Miguel.

<sup>346</sup> Luís Silva Ribeiro debruça-se sobre as questões administrativas, procurando definir os conceitos de centralização, descentralização e desconcentração: “num regime centralizado, os problemas dos Açores são decididos em Lisboa pelos órgãos nacionais; com a desconcentração, os mesmos problemas são resolvidos nos Açores, mas por pessoas nomeadas por Lisboa; com a descentralização, as decisões são tomadas nos Açores por pessoas eleitas pelos açorianos, sem dependência de ordens ou autorizações de Lisboa, dentro dos limites definidos na lei; com a autonomia política, o processo é idêntico, mas os poderes dos órgãos são mais amplos.” - Cf., RIBEIRO, Luís da Silva, “As etapas do processo político-administrativo”, in *Obras, Escritos Político – Administrativos*, vol. IV, Estudo Introdutório e organização de Carlos Enes, Centenário Reibeiriano, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1996, p.55-56. Nesta perspectiva a desconcentração é um processo administrativo que visa maior eficácia e rendibilidade, enquanto a “descentralização” é o processo através do qual a lei transfere poderes pertencentes aos órgãos de poder central, para as juntas gerais. Mas, segundo o mesmo autor, a “autonomia” teve ao longo dos tempos vários significados: no século XIX, correspondia a um processo reivindicativo levado a cabo pelas colónias que visava a independência, essa ambiguidade criou algumas desconfianças do Poder Central e da opinião pública continental em relação às reivindicações dos açorianos.

<sup>347</sup> O referido decreto foi promulgado a 2 de Março de 1895.

Começa por mencionar, que após a fase de povoamento, a condição de ilhas exigia equipar as mesmas de um sistema de administração ajustado e capaz, que não contrariasse as leis gerais do País. Verificou-se, então, uma descentralização acentuada na divisão do arquipélago em capitânias de que os reis e os infantes foram fazendo concessão a cavaleiros e fidalgos de suas casas.<sup>348</sup> Assim, os Açores acabaram por integrar-se na metrópole, com idêntico sistema político, jurídico e administrativo, embora com observância de instituições e de esquemas adaptadas aos condicionalismos insulares.<sup>349</sup>

Posteriormente, antes de 1580, a organização administrativa das ilhas foi modificada profundamente, e um capitão-mor passou a desempenhar o cargo de corregedor para todo o Arquipélago.<sup>350</sup>

Acerca do quadro administrativo insular<sup>351</sup>, Avelino Menezes refere que nos séculos XVII e XVIII, a atitude centralista do Estado não se reflecte com evidência nos Açores, em contraste como procedimento da coroa no século XVI, atestado no empenho do alargamento da jurisdição do poder real. Ora de acordo com o autor: “O primitivo

---

<sup>348</sup> Era, na opinião de Carreiro da Costa, uma necessidade imposta pelas circunstâncias, a que não ficavam estranhas as dificuldades de comunicações, o aumento progressivo da população insular e o desenvolvimento económico de várias ilhas. Os direitos e deveres dos capitães-dos-donatários regulavam-se por Cartas-Régias de doações, nas quais fixavam a garantia de posse das terras, da sua jurisdição e a obrigação do pagamento de certos dízimos.

<sup>349</sup> Como realça: “Daqui, o princípio autonómico do governo das ilhas, função de distância a que os Açores ficavam do poder real e da Ordem de Cristo, de que algumas ilhas eram pertença.”; - Cf., *O Estatuto e os seus antecedentes*, palestra proferida a 5 de Junho de 1970, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

<sup>350</sup> Esta forma de administração insular, na ideia do autor, “(...)trouxe uma certa unidade, formando, assim, uma espécie de província em que os poderes dos donatários aparecem cerceados” - *Idem*, p.2. Ver, ainda, a este respeito: *Os antigos corregedores das Ilhas*, palestra proferida a 14 de Outubro de 1955, F.C.C., S.D.U.A..

<sup>351</sup> Ver: MENESES, Avelino de Freitas, *Estudos de História dos Açores: II As ilhas na problemática do século XVIII*, Coleção História, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, pp. 301 - 313.

propósito de intervenção decorre da valorização económica e estratégica das ilhas na conjuntura euro-ultramarina do século XVI, da reconhecida burocratização da conquista filipina de 1583.”<sup>352</sup>

Em relação à indiferença da coroa no período seguinte, como causas salienta as perturbações da segunda metade do século XVII, que ameaçaram a prosperidade económica e a influência geopolítica dos Açores: a nível interno a crise do pastel; a nível euro-ultramarino o declínio dos impérios ibéricos, face à concorrência de ingleses, franceses e holandeses no Oriente e na América.

A 2 de Agosto de 1776, é promulgado o decreto que cria, nos Açores, uma capitania –geral com sede na cidade de Angra, medida que se ficaria a dever ao espírito centralizador do Marquês de Pombal<sup>353</sup>. Contribuíra para a promulgação do referido diploma, o efectivo abandono em que os vários capitães-dos-donatários haviam deixado as respectivas capitanias.<sup>354</sup>. Esta forma de administração insular, agitada por uma série

---

<sup>352</sup> *Idem*, p.301.

<sup>353</sup> Ver, ainda, a este respeito: *Capitania Geral dos Açores*, palestra proferida a 29 de Julho de 1966, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores. Deste modo, extinguem-se as antigas capitanias e procede-se à instalação de um governo-geral, com sede em Angra, desta forma elevada à capital do arquipélago.

<sup>354</sup> Carreiro da Costa realça o abandono dos capitães-dos-donatários, que deixando de residir nas ilhas, desinteressaram-se dos seus problemas, preocupando-se apenas em recolher as dizimas e outros impostos.

Avelino Meneses considera-a principal reforma político-administrativa do arquipélago ocorrida até esta altura, pois as reformas pombalinas permitiram colmatar as deficiências do regime das capitanias e consequente desordem que existia na administração regional; além disso, enquadram-se na organização metropolitana e colonial, segundo os princípios de centralização e racionalidade que caracterizava o ideário do despotismo esclarecido.

de problemas, iria perdurar apenas 65 anos, tendo havido durante esse período dez capitães-generais<sup>355</sup>

Com a estadia de D. Pedro IV, nos Açores, em 1832, e as reformas de Mousinho da Silveira, o arquipélago passaria a ter uma organização administrativa diferente: “todas as ilhas passaram a constituir uma única prefeitura, com sede em Angra, e com duas sub-prefeituras – uma em Ponta Delgada e outra na Horta.”<sup>356</sup> Por desagradar sobretudo aos micalenses, este sistema durou apenas até Maio de 1833. A organização administrativa do arquipélago passava, a 28 de Junho de 1833, a ter duas províncias, uma oriental, com sede em São Miguel, incluía S. Miguel e S. Maria, e outra ocidental, com sede em Angra, abrangendo as restantes ilhas<sup>357</sup>.

Com o constitucionalismo, deu-se a concentração de poder, de acordo com Carreiro da Costa:

“Ficou, é certo, o povo açoriano muito aliviado”, mas porque “passou a dar mais para o governo Central do que a receber”, não ganhando, por isso, em benefícios materiais, nasceu, nos finais do século passado, a campanha da Autonomia Administrativa, de que resultou a criação das Junta Gerais Autónomas de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo”<sup>358</sup>.

---

<sup>355</sup> D. Antão de Almada (1766-1774); Dinis Gregório de Mello Castro e Mendonça (1776-1793); Lourenço de Almada, (Conde de Almada) (1798-1803); José António César de Mello, (Conde de S. Lourenço) (1803-1806); Miguel António de Mello, (Conde de Murça) (1806-1810); Aires Pinto de Sousa (1810-1816), Francisco António de Araújo (1817-1819); Francisco de Borja Garção Stockler (1819-1821); Manuel Vieira Tovar de Albuquerque (1824-1828); Henrique Sousa Prego (1828-18319). Este último repellido da Terceira por miguelistas e fugido de S. Miguel após o combate da Ladeira da Velha.

<sup>356</sup> Cf. *Capitania Geral dos Açores*, palestra proferida a 29 de Julho de 1966, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

<sup>357</sup> A divisão administrativa do arquipélago em três províncias ou distritos foi promulgada a 28 de Março de 1836. Por decreto de 3 de Outubro foram criados os Conselhos de Distrito, posteriormente, o decreto de 27 de Outubro de 1842 converte-os em Juntas Gerais.

<sup>358</sup> Cf., *O Estatuto e os seus antecedentes*, palestra proferida a 5 de Junho de 1970, F.C.C., S.D.U.A., p.2.

Ora de acordo com o autor da palestra, o decreto de 2 de Março de 1895: “constitui para o tempo a conquista – a base fundamental da descentralização; foi a implantação de um regime”.<sup>359</sup>

Embora tenham sido importantes os benefícios resultantes deste facto, principalmente ao nível das obras públicas e fomento, e apesar de se haver determinado que nenhuma lei posterior poderia revogar aquele decreto, a não ser que a ele se referisse directamente com a legislação geral, o sistema modificou-se profundamente numa perda de grandes regalias, acompanhada da criação de novos encargos. Desta forma integravam-se as Juntas Gerais Autónomas nos sistemas dos corpos administrativos do país, mas nessa incorporação excluía o seu carácter autonómico. A este respeito, Carreiro da Costa conclui: “Regalia, para os açorianos, ainda muito incompleta, era uma concessão feita a título experimental, pois se abria uma excepção ao sistema que informava o código administrativo, promulgado por essa mesma época.”<sup>360</sup>

Sobre este diploma José Guilherme Reis Leite, além dos benefícios apresentados por Carreiro da Costa, refere:

”Mas a medalha tinha um reverso e ele era, que para além do proposto pela comissão, o governo carregava os tons da tutela do estado, nomeando o presidente da junta, dando destaque exagerado ao governador civil, intervindo demasiado na aprovação superior de deliberações da junta, não

---

<sup>359</sup> A este respeito Carreiro da Costa refere o artº18º do decreto de 2 de Março: “A Junta Geral tem a seu cargo administrar os bens e interesses peculiares do distrito e promover e realizar todos os seus melhoramentos morais e materiais que por disposição da lei não estejam especialmente incumbidos a outros organismos.” - *Idem*, p.3.

<sup>360</sup> *Idem*, p. 3.

autorizando a execução imediata de obras (...) e, por último, transferindo relativamente poucos serviços para o âmbito da administração distrital.”<sup>361</sup>

Posteriormente, a lei de 12 de Julho de 1901, de acordo com Carreiro da Costa, não altera o sistema autonómico estabelecido.

Com a proclamação da República, a lei de 7 de Agosto de 1913 viria limitar muito a autonomia administrativa, mantendo apenas em vigor o que respeitava às suas receitas e à obrigatoriedade de determinadas despesas, expresso no Decreto de 2 de Março de 1895.<sup>362</sup>

Acerca deste decreto Reis Leite lembra que, além das alterações para melhorar o funcionamento do decreto anteriormente referido, foram introduzidas outras alterações como o número de procuradores, bem como a sua distribuição, foi engrandecido o poder do governador civil, que tinha competência governamental para sancionar as deliberações distritais, foi, igualmente, reduzido o número de membros da comissão distrital.<sup>363</sup>

Podemos concluir, antes de mais, que o conceito de autonomia é fruto do debate político ocorrido em finais do século XIX. Nessa época foram motivos de ordem geográfica, económica, social e cultural a alicerçar e justificar a instauração de um

---

<sup>361</sup> LEITE, José Guilherme Reis, *Política e administração nos Açores de 1890 a 1910- o 1º Movimento autonomista*, Jornal de Cultura, 1995, p. 310.

<sup>362</sup> Como refere, Carreiro da Costa com este diploma restabeleceu Juntas Gerais para todo o País, desta forma generalizou-se a organização das Juntas Gerais dos distritos insulares – “Entrou-se, assim, no domínio das leis gerais - o que trouxe aos açorianos, cujos distritos ficavam longe do poder central, grandes embaraços, pois o legislador, falando de “corpos administrativos” não fazia a conveniente distinção entre Juntas Gerais e Juntas de Paróquia”. *Idem*, p.3.

<sup>363</sup> Para maior aprofundamento ver: LEITE, José Guilherme Reis, *Política e administração nos Açores de 1890 a 1910 – o 1º Movimento autonomista*, Jornal de Cultura, 1995, pp. 227 a 359

regime de autonomia administrativa, de forma a dar resposta às limitações e injustiças das formas centralizadas de administração e governo. Carreiro da Costa não salienta estas razões que estiveram na base das movimentações sociais e políticas que ocorreram em diversas ilhas e conduziram à apresentação na Câmara dos Deputados, em 31 de Março de 1892, dum Projecto de Lei, apresentado pelo Deputado Aristides Moreira da Mota<sup>364</sup>, em que pela primeira vez se consagra um Regime Autonómico para os Açores, não tendo sido discutido por dissolução do parlamento<sup>365</sup>. Sucederam-se outros projectos elaborados pelas Comissões Autonómicas Distritais<sup>366</sup>. Mas, refere a promulgação, em 2 de Março de 1895, durante o governo presidido por Hintze

---

<sup>364</sup> Aristides Moreira da Mota, [N. Ponta Delgada 12.7.1855 – m. 1.5.1942]. Concluído o curso de Direito em 1880, na Faculdade de Coimbra, praticou a advocacia (1884 a 1927), professor do liceu local. Regressado a S. Miguel (1880), colaborou na imprensa republicana. Integrou as listas “governamentais” à Câmara Municipal de Ponta Delgada, onde exerceu o cargo de presidente (1884 a 1887) e, como candidato independente, apoiado por ambos os partidos, foi eleito (1887), mas não pôde assumir as funções por serem incompatíveis com as de professor. Em 1888, filiou-se no Partido Regenerador, foi eleito deputado (1890-1892). Em Março de 1892, apresentou, na Câmara dos Deputados, um projecto de lei sobre a autonomia dos Açores. Regressado a S. Miguel, integrou a Comissão Autonómica do Distrito de Ponta Delgada (1893), e foi redactor principal do jornal *A Autonomia dos Açores*. Após a publicação do decreto descentralizador de 2 de Março de 1895, foi eleito procurador à Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, assumindo as funções de vice-presidente (1896-1898) e de presidente (1902-1904). Em 1905, aderiu ao Partido Regenerador-Liberal, de João Franco. Eleito deputado de 1906-1907 e escolhido para líder do seu grupo parlamentar. Nomeado governador civil de Angra do Heroísmo (Novembro de 1907 a Fevereiro de 1908). O regicídio e a demissão do Governo de João Franco afastaram-no da vida política activa. O seu regresso à actividade política verificou-se em finais de 1917, ao integrar a comissão directora do Partido Regionalista. Em 1922, foi apoiante da conjugação de esforços entre açorianos e madeirenses visando o aprofundamento das prerrogativas autonómicas dos distritos insulares. CORDEIRO, Carlos, *Liberalismo e descentralização: a intervenção de Aristides Moreira da Mota*, sep. *Atlântida*, Ciências Sociais, 1, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 1987, p. 25-54; ALBUQUERQUE, Mont'Alverne de Sequeira e Caetano, *Aristides Moreira da Mota*, “Fundamentos da Autonomia” in *Açorianidade e Autonomia – Páginas Escolhidas*, Signo, Presidência do Governo Regional dos Açores, Ponta Delgada, 1989, pp. 159 - 175.

<sup>365</sup> Ver, ainda, a este respeito: LEITE, José G. Reis, *Política e administração nos Açores de 1890 a 1910- o 1º Movimento autonomista*, *Jornal de Cultura*, 1995, pp. 227 a 260

<sup>366</sup> *Idem*, pp. 260 a 298.

Ribeiro<sup>367</sup>, do Decreto que consagra, pela primeira vez, o regime autonómico para os Açores<sup>368</sup>. Durante a república não há grandes alterações ao sistema vigente e o movimento autonomista terá mesmo conhecido um período de menor entusiasmo<sup>369</sup>.

Mais tarde, já nos anos 20 do século XX, reacendeu-se o entusiasmo dos antigos autonomistas e de novas gerações, à volta dos problemas açorianos e da sua governação. É desta época o Projecto de Lei elaborado por Francisco Faria e Maia<sup>370</sup>, que nunca foi debatido no parlamento.

---

<sup>367</sup> Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro [Ponta Delgada (1849) — Lisboa (1907)]. Distinto parlamentar e par do Reino, Procurador-Geral da Coroa, ministro das obras públicas, das finanças e dos negócios estrangeiros e líder incontestado do Partido Regenerador, por três vezes assumiu o cargo de Presidente do Conselho. A ele se devem importantes reformas, tais como as autonomias insulares (1895). Conselheiro de Estado efectivo em 1891, recebeu múltiplas condecorações, entre as quais a grã-cruz da Torre e Espada. Foi sócio efectivo da Academia Real das Ciências – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (coord.), *Hintze Ribeiro, 1849-1907: um açoriano no caso de um regime*, I centenário da morte de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), (des. Rui Melo), Presidência do Governo dos Açores, Direcção Regional da Cultura Ponta Delgada, 2007.

<sup>368</sup> Ver, ainda a este respeito: José Bruno Carreiro, “*A autonomia das ilhas adjacentes*”, 2ª edição, *Jornal de Cultura*, Coleção Autonomia, Ponta Delgada, 1994.

<sup>369</sup> A propósito do 1º Centenário da Autonomia dos Açores, 1895-1995, João Bosco Mota Amaral, afirma que o decreto de 2 de Março de 1895 culminou um período de intensa agitação social e política nos Açores. As dificuldades económicas, resultantes de medidas adoptadas pelo poder central, com desatenção pelos interesses açorianos, serviram de motivação às reclamações autonomistas, que através dos representantes levaram às Cortes as reivindicações autonómicas. Ver: AMARAL, João Bosco Mota, “Actualidade de um Centenário”, in *Livro Comemorativo do 1º Centenário da Autonomia dos Açores, 1895-1995*, Coleção Autonomia, *Jornal de Cultura*, Ponta Delgada, 1995.

<sup>370</sup> Ver a este respeito: MAIA, Francisco d’Atayde Machado Faria e, “Em prol da descentralização”, in *Açorianidade e Autonomia – Páginas Escolhidas*, Signo, Presidência do Governo Regional dos Açores, Ponta Delgada, 1989, pp. 179 a 182.

Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia, [N. Ponta Delgada, 22.9.1876 – m. 29.4.1959]. Como político, foi um autonomista entusiasmado e o seu projecto de lei para a Autonomia Administrativa dos Distritos Açorianos propunha uma autonomia “económica, administrativa integral”. Participou activamente no Congresso Açoriano de 1938. Foi um escritor incansável e jornalista, mas da sua obra destaca-se a historiografia, pelas sínteses notáveis que deixou sobre a história de S. Miguel em três livros, os *Capitães dos Donatários* (1439-1766), os *Capitães Gerais* (1766-1832) e *Novas Páginas de História*

De acordo com Carreiro da Costa, a legislação do tempo da I guerra e pós-guerra veio causar, ainda, maiores dificuldades, pois embora as receitas tenham aumentado dez vezes, os encargos multiplicaram-se quarenta. Refere que, por essa razão, em 1928, logo após o começo do Estado Novo, foi apresentada superiormente a necessidade de diferença.<sup>371</sup> Seguidamente, a 16 de Fevereiro de 1928, foi assinado em Conselho de Ministros, o decreto nº15.035, que teve por base o projecto apresentado pela Junta Geral de Ponta Delgada - “Ainda não era a concessão da autonomia integral, mas tal facto representava um passo em frente”<sup>372</sup>.

Este segundo movimento autonomista conseguiu ver consagrados no Decreto nº15.035, de 16 de Fevereiro de 1928, algumas das questões por que haviam lutado,

---

*Micaelense* (1832-1895) - Enciclopédia Açoriana, “Maia, Francisco de Ataíde Machado de Faria e”, Centro de Conhecimento dos Açores, Direcção Regional de Cultura, Governo regional, <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=8053>.

<sup>371</sup> Foi elaborada uma petição, pela Junta Geral de Ponta Delgada, que assentava nas seguintes bases: Estatuto próprio ou privativo das Juntas Gerais, embora subordinado à organização administrativa nacional; Composição seleccionada pela orientação do interesse colectivo distrital e independente das dispersivas influências das localidades; Ampliação das funções já existentes e concessão de novas funções necessárias para o desenvolvimento económico, moral e social das ilhas; Aumento de receitas (tiradas dos impostos já criados pelo Estado) para: melhoramentos indispensáveis à viação ordinária e soluções do problema de viação acelerada; desenvolvimento do turismo; organização metódica dos serviços de assistência já a seu cargo (alienados e menores desvalidos); fomento intensivo da economia agro-pecuária; ensino profissional (escola normal e técnica) e agrícola (popular e elementar de prática agrícola); devolução ao Estado dos Serviços próprios dele (Polícia de Segurança Pública e Sanidade Marítima); cultura geral da população (biblioteca, arquivo distrital e Museu), Cf., *O Estatuto e os seus antecedentes*, palestra proferida a 5 de Junho de 1970, F.C.C., S.D.U.A., pp. 3 e 4.

<sup>372</sup> *Idem*, p.4. Entre outros aspectos, este diploma previa que as Juntas Gerais arrecadassem os impostos sobre a aplicação de capitais, além das receitas que já cobravam. Além disso, as Juntas Gerais passavam a ser eleitas directamente pelo distrito.

Carreiro da Costa refere-nos a seguir, em relação à constituição das Juntas Gerais, o Decreto nº. 15805, publicado em 31 de Julho de 1928, que trouxe uma nova modalidade: passavam a ser formadas por 15 membros, seis dos quais natos e funcionários, chefes dos serviços distritais, a cargo da própria Junta. Contudo, salienta que esta composição nunca se verificou e que foi precursora da actual que prevê três membros natos.

nomeadamente as que se referiam à atribuição de recursos financeiros aos Distritos Autónomos<sup>373</sup>.

O Decreto nº15 805, publicado em 31 de Julho de 1928, veio substituir o de Fevereiro, trazendo, relativamente à constituição das Juntas Gerais, uma nova modalidade, passando a ser composta por quinze membros, seis dos quais naturais e funcionários dos serviços distritais a cargo da própria Junta.

Por último, Carreiro da Costa refere o Decreto – lei nº. 30.214, que aprovou, em 1939, o *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes* e a *Lei Orgânica dos Serviços das respectivas Juntas Gerais*. Segundo o autor da palestra, esta Lei veio finalmente satisfazer ambas as partes – o Governo Central e a população açoriana. Considera-o um diploma ponderado que, embora cedendo às Juntas Gerais a necessária autonomia administrativa, alerta para os perigos de um sistema amplamente descentralizador. Desta forma, continuava a atribuir às Juntas a descentralização de serviços que, no Continente, dependem do Governo, contudo, adoptaria uma forma menos autónoma e mais dirigida.

Em conclusão, Carreiro da Costa afirma:

“A descentralização administrativa defendida e criada, «no tempo em que se andava à cata de esteios para a liberdade» (Pires de Lima), tinha necessariamente de ser inconveniente já pelo seu carácter fragmentário e, portanto, pelo perigo de pulverização de critérios de actividade administrativa, já, como acentuaria, então o Prof. Marcelo Caetano «pela

---

<sup>373</sup> Carreiro da Costa refere: “Pelo mesmo diploma, ficavam pertencendo às Juntas Gerais, os impostos sobre a aplicação de capitais, além das receitas que já vinham cobrando. As Juntas Gerais passavam a ser eleitas directamente pelo distrito.” *Idem*, p. 4. Ver a este respeito: CORDEIRO, Carlos, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1998, pp. 360 a 438.

fuga das elites locais para os grandes centros» e, por conseguinte, pela carência, em certa altura, de valores e de pessoal técnico”<sup>374</sup>.

Nesta perspectiva, o referido estatuto em nada contraria o pensamento autonómico que vinha desde 1895 que, apesar de ser marcadamente descentralizador, entendia ser absolutamente necessária a intervenção fiscalizadora do Estado.<sup>375</sup>

A este respeito, José Pacheco de Almeida refere que desde 2 de Março de 1895, a autonomia administrativa estava consagrada. Mas, o arquipélago encontrava-se dividido em Distritos prometidos Autónomos, aos quais correspondiam áreas de influência das Juntas Gerais de Distrito (órgão que tinham funções e competência em áreas económicas e de fomento). Na opinião do autor:

“Na prática os Açores estavam votados ao ostracismo e abandono, o desenvolvimento era vazio de significado, e a emigração constituía a única saída para quantos procuravam uma realização que não se conseguia na nossa Região”<sup>376</sup>.

Contudo, esta legislação inseria-se no controlo e disciplina do regime em vigor, durante o qual todos os vestígios que insinuassem mudança eram razão de suspeita e os seus mentores encarados adversários do regime<sup>377</sup>.

---

<sup>374</sup> *Idem*, p.5.

<sup>375</sup> Ver, ainda, a este respeito: *O Estatuto e os seus antecedentes*, palestra proferida a 5 de Junho de 1970, F.C.C.,S.D.U.A..

<sup>376</sup> ALMEIDA, José Pacheco de, “A Autonomia: o Presente e o Futuro”, in *Livro Comemorativo do 1º Centenário da Autonomia dos Açores 1895-1995*, Jornal de Cultura, Coleção Autonomia, 12, Ponta Delgada, 1995, pp. 99.

<sup>377</sup> Ver a este respeito: ENES, Carlos, “O 25 de Abril e a autonomia dos Açores” in, *Açorianidade e Autonomia – Páginas Escolhidas*, Signo, Presidência do Governo Regional dos Açores, Ponta Delgada, 1989, pp. 185 a 197.

Vê-se, ao longo da argumentação de Carreiro da Costa, que defende a todo o custo o poder vigente, mesmo as limitações à autonomia<sup>378</sup>. Conquanto, preocupado com as várias questões relacionadas com o governo do arquipélago, Francisco Carreiro da Costa, propõe, na comunicação anteriormente referida<sup>379</sup>, algumas medidas, de forma a atenuar as dificuldades que se faziam sentir no arquipélago:

- Em relação ao Estatuto em vigor propõe que,

“se cuide da manutenção de um sistema administrativo à base da descentralização e da qual o actual Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, não obstante a necessidade de um ou outro ajustamento, continua a ser o mais perfeito diploma promulgado sobre a matéria, nos últimos sessenta anos”<sup>380</sup>.

- Ao nível do planeamento, Carreiro da Costa, por concordar com o sistema em vigor, bem como o funcionamento das Juntas Gerais e os seus Serviços, propõe que não deve ser alterado, desde que continuem a satisfazer os propósitos para que foram criados. Mas, por constatar a necessidade de alguns ajustes, aponta várias propostas para os vários sectores da actividade insular;

- Municípios – Face à diminuição das receitas, sugere a sua revisão, de forma a poderem continuar a desempenhar com sucesso as suas múltiplas atribuições, evitando assim os embaraços, que contribuem para o desinteresse, cada vez maior dos munícipes;

---

<sup>378</sup> Ver a este respeito: CAMACHO, Augusto Branco, “Considerações sobre o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes”, in, *Açorianidade e Autonomia – Páginas Escolhidas*, Signo, Presidência do Governo Regional dos Açores, Ponta Delgada, 1989, pp. 129-143.

<sup>379</sup> COSTA, Francisco, “Problemas açorianos no plano da insularidade”, in *Comunicação proferida no I Congresso da Acção Nacional Popular*, em Tomar, em Maio de 1973, F.F.C.C, S.D.U.A., texto manuscrito, pp. 17-39.

<sup>380</sup> *Idem*, p.17.

- Serviços Públicos (Funcionalismo) – Fala na necessidade de conceder aos serviços públicos sedeados nos Açores, as mesmas condições que os do Continente, para que cumpram a sua função;

- Agricultura – Sugere um aproveitamento polivalente dos solos nas várias ilhas de acordo com as suas características (cerealicultura, horticultura, e fruticultura) com objectivo do aprovisionamento insular, para fazer “face do poder cada vez maior de compra tanto por parte dos açorianos propriamente ditos como por parte de quantos, de visita, percorrem as mesmas ilhas.”<sup>381</sup>;

- Silvicultura – Face à sua rarefacção, em virtude do alargamento das pastagens, a sua exploração não deve ser esquecida, para que, “não seja factor de desequilíbrio da paisagem e de alteração de condições climatéricas, independentemente do seu reconhecido valor económico.”<sup>382</sup>;

- Pecuária – Reflecte a preocupação no desenvolvimento e intensificação da produção leite-carne, não esquecendo as medidas de melhoramento e sanidade dos animais,

“por forma a recorrer-se o menos possível aos fundos nacionais, a evitarem-se intervenções alheias, e, ainda, a reduzirem-se os inegáveis prejuízos que uma exploração desequilibrada possa determinar no contexto da economia regional.”<sup>383</sup>;

- Indústrias – Refere a necessidade de uma acção concertada de fomento com o objectivo de maior aproveitamento dos recursos naturais existentes em algumas ilhas, da produção agro-pecuária e da pesca, proporcionando à mão-de-obra existente no arquipélago a possibilidade de emprego, evitando assim a necessidade de emigrar em massa;

---

<sup>381</sup> *Idem*, p.22.

<sup>382</sup> *Idem*, p.23.

<sup>383</sup> *Idem*, p. 24.

- Turismo – Propõe o apetrechamento necessário, de forma a consciencializar o público sobre as potencialidades das várias ilhas, no que diz respeito à paisagem, clima, tratamentos hidro-termais, desportos marítimos e tradições,

“por forma que o apetrechamento, em tal sector, não sofra delongas, aliciando-se, para tanto, e de preferência, capitais regionais e nacionais como processo, também, de se evitar o mais possível a descaracterização do meio.”<sup>384</sup>;

- Obras Públicas – Realça a necessidade de abertura e melhoramentos de estradas, face ao crescente aumento de tráfego rodoviário, e de caminhos de penetração, em virtude da sua indispensabilidade para o serviço agrícola e pecuário;

- Portos e Aeroportos – Realça a necessidade de uma verdadeira política basilar de desenvolvimento dos portos e aeroportos, para fazer face à insularidade, “pelos contactos de ordem social e económica que permitem ter com o Mundo exterior.”<sup>385</sup>;

- Aeroporto de Ponta Delgada – Salaria o facto da necessidade da ampliação do aeroporto de Ponta Delgada na Ilha de São Miguel, “sob pena de se não dar o devido apreço e de se não fazer a devida justiça às reais possibilidades”<sup>386</sup>, em virtude da sua importância ao nível do arquipélago, pois é a mais populosa e a que tem maiores recursos;

- Comunicações – Solicita que “sejam os Açores, com justiça, encarados como parte integrante da Metrópole”<sup>387</sup>. Por essa razão, reflecte a necessidade da regularidade de transportes para o arquipélago, além da aplicação de tarifas mais justas,

“aplicáveis ao trânsito de pessoas e de mercadorias, tanto por via marítima como por via aérea, não constituam motivos de desniveis

---

<sup>384</sup> *Idem*, p.25.

<sup>385</sup> *Idem*, p.28.

<sup>386</sup> *Idem*, p. 30.

<sup>387</sup> *Idem*, p. 30.

perturbadores da economia açoriana, já pelo que respeita à produção já pelo que toca ao consumo.”<sup>388</sup>,

- Assistência – Face à complexidade do sector da saúde pública, há necessidade de tomar medidas, para que sejam asseguradas, em todas as ilhas, a assistência hospitalar nas várias especialidades (hospitalar, psiquiátrica, maternal, e outras), face à descontinuidade territorial das mesmas e a carência em meios de transportes entre algumas;
- Emigração – Sendo um fenómeno social, é premente deixar assegurada a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento do arquipélago;
- Assistência ao Emigrante – É indispensável garantir a assistência moral e cultural, para que se mantenham os laços à terra natal e ao seu País de origem;
- Educação e Ensino – Reflecte a necessidade de dotar o arquipélago de indispensáveis instrumentos de ensino, como o pré-universitário, face ao número de estudantes açorianos que se deslocam para o Continente e à falta de professores para os cursos que não se professam nos Açores, adequando as facilidades concedidas ao nível social aos estudantes das colónias aos açorianos, diminuindo o esforço que as Juntas Gerais têm feito na atribuição de bolsas de estudo para os estudantes que procuram a valorização profissional;
- Cultura – Salienta a necessidade de não serem esquecidas, além das reservas naturais (ao nível da geologia, geofísica, oceanografia, hidrologia, flora e fauna), os valores literários e artísticos existentes, para que eles sejam objecto de estudo para as gerações vindouras.

Face ao exposto, Carreiro da Costa enumera os seguintes anseios:

---

<sup>388</sup> *Idem*, p. 30.

“De confiança em que, pelo Poder Central, seja compreendido o esforço açoriano em face da insularidade a que os Açores e os seus povos se encontram sujeitos e que sejam igualmente compreendidos os sentimentos de verdadeiro portuguesismo que uns e outros têm manifestado ao longo de cinco séculos e, ainda agora, dando inteiro apoio à política da actual Situação”,<sup>389</sup>

Além disso solicita que, o Poder Central continue a reconhecer aos açorianos a capacidade de se administrarem de acordo com o sistema de descentralização, sem prejuízo dos regulamentos vigentes; de os açorianos se mostrem firmes e unidos nas suas convicções e nas suas acções; na manutenção dos auxílios prestados pelo Poder Central às autarquias e populações, para que as ilhas açorianas possam acompanhar o ritmo do desenvolvimento social e económico de outras regiões portuguesas.<sup>390</sup>

---

<sup>389</sup> *Idem*, p.37.

<sup>390</sup> Nesta comunicação, Carreiro da Costa reflecte acerca da realidade açoriana, acentuando a necessidade do apoio do poder central para a resolução dos seus problemas resultantes da insularidade, como podemos constatar na seguinte transcrição: “Para tanto – insiste-se – haverá que compreender as realidades açorianas, realidades diferenciadas de muitas das do Continente e que se caracterizam por carências resultantes da insularidade – carências que, sob todos os aspectos e sem olhar à rendibilidade das soluções, urge resolver no mais curto prazo, sem qualquer regateamento da participação efectiva de todos os portugueses”<sup>390</sup>. Em conclusão, na opinião do autor, apesar de todas as manifestações de progresso, a insularidade continua a impor limitações na maioria dos açorianos. Para uma análise mais aprofundada ver a Comunicação apresentada pela Comissão de Distrito da A. N. P. de Ponta Delgada – “Problemas açorianos no plano da insularidade”, no *I Congresso da Acção Nacional Popular*, em Tomar, em Maio de 1973, documento manuscrito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O incremento das actividades regionalistas a partir do início do século XX levou a um engrandecimento da consciência e do “bem-querer” das províncias. Em todo este movimento regionalista destaca-se o interesse pelas questões culturais, enquanto elementos fundamentais de definição da identidade açoriana, através da intensificação de estudos e divulgação dos mesmos por parte de intelectuais açorianos que procuravam a afirmação da “identidade açoriana”, contrapondo as ideias regionalistas e autonomistas com as críticas às tendências centralistas.

Enquadram-se neste contexto as propostas em torno da realização do Congresso Açoriano, durante os anos 10 e 20 do século XX, um projecto impulsionado pela necessidade de reflexão e análise sobre o ambiente de crise económica e social que assolava a sociedade açoriana. Um dos mais interessados, foi Francisco Carreiro da Costa, ainda estudante em Lisboa, onde era secretário da direcção do Grémio dos Açores, da qual era presidente o Professor Armando Narciso. São o exemplo dessa luta – busca do auto-conhecimento da sociedade insular – para a construção da unidade e solidariedade açorianas, que teve por base o recurso à História e a valorização da tradição; as preocupações pela preservação do património etnográfico e artístico; a exaltação dos valores patrióticos integrava esse discurso regionalista.

O presente estudo procurou, em primeiro lugar, fazer uma síntese à ideologia regionalista e sua difusão nos Açores, nos séculos XIX e XX; em segundo lugar, dar a conhecer a importância do *I Congresso Açoriano*. Por último, destacar a importância da intervenção de Francisco Carreiro da Costa para o conhecimento, difusão e valorização da história e cultura açorianas, relacionando a sua investigação histórica e etnológica

com a afirmação da ideologia regionalista, tendo por base as palestras proferidas no Emissor Regional.

Investigador escrupuloso desenvolveu durante a sua vida um longo e exaustivo trabalho nos campos da História e Etnografias Açorianas, batendo-se sempre, como testemunharam contemporâneos seus, pelos valores mais verdadeiros dos Açores. O valioso trabalho de compilação e divulgação do património histórico e etnográfico dos Açores, empreendido pelo Dr. Francisco Carreiro da Costa, bem como a sua valiosa colaboração na constituição de vários organismos culturais do arquipélago, constitui uma importante obra, especialmente nos domínios da História Geral, História Económica, Etnografia e Folclore dos Açores. Exemplo disso são o *Esboço Histórico dos Açores* (1989), *Etnologia dos Açores* (ed. Rui Martins, 1989), as mil quinhentas e vinte e oito palestras proferidas no Emissor Regional de Ponta Delgada, ao longo de 29 anos, de Abril de 1945 a Maio de 1974, intituladas de *Tradições, Costumes e Turismo nos Açores*, além de outros trabalhos que publicou em revistas e jornais. No seu conjunto, reflectem o interesse de Francisco Carreiro da Costa em relação a vários temas, sobretudo os que dizem respeito à história e etnologia açoriana.

Crónicas que Carreiro da Costa redigiu para serem proferidas e muitas a seguir publicadas em jornais de Ponta Delgada. Se, por um lado, remetem para a transmissão imediata de divulgação, a rádio, por outro lado, a sua posterior publicação na imprensa suscitará sempre a questão de saber até que ponto a versão definitiva, impressa, corresponde fielmente à sua versão oral, em dimensão e em aperfeiçoamento verbal, estilístico, ou traduz um posterior trabalho de aperfeiçoamento e expansão e de adequação ao novo suporte de divulgação (nas duas existentes, uma delas foi proferida por um locutor). A consulta dos registos gravados (apenas dois existentes), leva-nos a

crer, assim de imediato, que estes textos atestam por si só um outro tempo da rádio, mais pausado e demorado (em média 16 minutos cada). Hoje em dia, seria questionável que alguns textos conseguissem ser acolhidos em qualquer espaço da rádio, em virtude da sua extensão, da sua matéria e também em virtude do seu carácter fortemente pessoal.

Em relação à sua edição, as palestras partem de um motivo ou pretexto factual e desenvolvem-se propondo a reflexão acerca dos vários assuntos, através do comentário, da evocação e do chamamento de outros factos (sejam eles sociais, económicos, culturais, históricos ou mesmo políticos). Do ponto de vista da sua génese, podemos dizer, de modo abrangente, que estas crónicas vão surgindo ao ritmo do calendário, que o é em vários sentidos: em primeiro lugar, o do tempo no seu sentido universal e cívico, o decurso do tempo com as actividades humanas a ele associadas; depois também o calendário religioso, com as festividades e celebrações que marcam o ano. Arquitectadas deste modo, os textos constituem-se de forma pessoal, em que o autor vai projectando o seu olhar sobre o mundo envolvente e ao mesmo tempo, de forma mais directa ou mais indirecta, se vai expondo perante o ouvinte, revelando o seu perfil ideológico, as suas afinidades e mundividências, situando-se, a maior parte, dos textos no domínio da pura narrativa, como os relativos à história, a maior parte dá a conhecer a tradição popular.

Num conjunto tão vasto, procuramos analisar as palestras relacionadas com a História do arquipélago, enquadradas de acordo com os vários temas: a descoberta, povoamento e características principais, a cultura açoriana, os vultos açorianos, personalidades que visitaram os Açores, consequências da insularidade, a emigração açoriana, o turismo, as comunicações e a administração.

Com essa decomposição percebemos, de acordo com Francisco Carreiro da Costa, os vários períodos da História dos Açores, desde as referências antigas acerca das ilhas até ao seu aproveitamento económico, destacando o esforço dispendido para esse aproveitamento<sup>391</sup>, os revezes sofridos pelos factores naturais, os efeitos das arbitrariedades de alguns capitães-dos-donatários e os efeitos do isolamento e da insularidade que, apesar das demonstrações de progresso, constituíram obstáculos para os anseios dos açorianos, sujeitos aos condicionalismos geográficos, os furtam não só de comunicações mais frequentes e menos difíceis e onerosas, como também do comércio de produtos a níveis de custo e de encargos compatíveis com o seu modo de vida. De forma a fazer face a essas contrariedades, refere o caso da emigração açoriana, impulsionada por factores morais, sociais e os estritamente económicos.

Realça, igualmente, a respeito da realidade açoriana, a presença de vários açorianos, não só no continente português, mas também nas colónias portuguesas e no estrangeiro, que se destacaram nos vários domínios, nas letras como nas artes, nas ciências como na religião na diplomacia como na política.

De acordo com as palestras proferidas por Carreiro da Costa, a insularidade não foi um elemento regressivo, mas promotor da defesa da cultura das ilhas, pois, como a prestação açoriana não se limitava ao envolvimento dos açorianos nos diversos acontecimentos políticos, salienta, relativamente ao aspecto cultural, que os Açores possuem, como noutros domínios, ao longo dos cinco séculos de história, importantes referências nos domínios da cultura, intelectual e artística.

---

<sup>391</sup> Salienta-nos, por diversas vezes, o providencialismo divino do achado, bem como a acção e heroísmo dos portugueses na sua ocupação. Assim, no século XV, o arquipélago açoriano se encontrar deserto, por essa razão, considera não ter sido colonizado, mas sim povoado. Desta forma distingue, o esforço que os portugueses tiveram de despende para o seu efectivo povoamento e aproveitamento. Além, da origem dos povoadores que participaram nessa façanha e as razões que os motivaram.

Revela, igualmente, efectiva inquietação relativamente à administração. Face aos cargos que ocupou na administração local e regional, Carreiro da Costa manifesta, por diversas vezes, preocupações nessas matérias.

Além destes aspectos, realça, em várias circunstâncias, a profunda ligação dos Açores em relação ao Continente, afirmando, por diversas vezes:

“Porque os portugueses dos Açores devem orgulhar-se de ser açorianos. É um orgulho que tem raízes fundas no Portugal de agora e de sempre porque os Açores, não obstante se situarem no meio do Atlântico, são raízes, ramos, flor e fruto de Portugal.”<sup>392</sup>

Por serem as ilhas açorianas, de acordo com o autor, construção de Portugal – na sua revelação geográfica, na proeza do seu povoamento, no trabalho imenso do desbravamento e do aproveitamento das suas terras e na exploração dos seus mares – nunca se perdera o espírito nacional, apesar do afastamento geográfico, que poderia ter actuado claramente no modo de ser físico e moral dos açorianos.

É igualmente de salientar o facto de todos estes assuntos serem abordados no *Esboço Histórico dos Açores*, obra que teve por base as lições proferidas pelo autor, no Instituto Universitário dos Açores, na disciplina de Sociedade e Cultura Açorianas. Apesar de Carreiro da Costa abordar os mesmos assuntos em ambos os trabalhos, salienta-se o facto de terem objectivos diferentes, em virtude das intenções comunicativas distintas; assim sendo, estes estudos complementam-se na forma e no conteúdo. Além disso, salienta-se o facto de Carreiro da Costa se encontrar bem informado acerca dos assuntos que abordou, pois, na interpretação de diversos

---

<sup>392</sup> Cf., *Orgulho de ser açoriano*, palestra proferida a 25 de Agosto de 1967, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, p. 1.

acontecimentos e apresentação de argumentos relativos à história açoriana, não é discrepante da de outros investigadores que abordam os mesmos assuntos, e por vezes o citam nos seus estudos, constituindo importantes referências para o estudo da História dos Açores.

Em conclusão, ao longo da leitura das palestras proferidas, reconhecemos na análise de Francisco Carreiro da Costa aos acontecimentos, conjunturas e personalidades, três aspectos fundamentais: o indiscutível portuguesismo dos açorianos e a sua reconhecida capacidade de trabalho e de realização; a necessidade de os Açores se comportarem, para a realização dos seus anseios, não como nove ilhas separadas, mas como um Arquipélago idêntico e indivisível entre si; a imprescindível necessidade de apoio do Poder Central, com objectivo de colmatar as falhas resultantes das insuficiências do meio.

Apesar dos inúmeros condicionalismos que obstaram e tardaram o desenvolvimento insular, Carreiro da Costa procura encontrar respostas que atenuassem as dificuldades que se faziam sentir no arquipélago, tecendo considerações e apresentando propostas.

Em relação ao Estatuto em vigor na altura, propõe a sua manutenção. Na sua perspectiva, tratava-se de um sistema administrativo à base da descentralização, pelo que o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, não obstante a necessidade de um ou outro ajustamento, continuava a ser o diploma mais perfeito. Ao nível do planeamento, concorda com o sistema em vigor, bem como com o funcionamento das Juntas Gerais e os seus Serviços, pelo que nada devia ser alterado. Mas, por constatar a necessidade de alguns ajustes, aponta várias propostas, para os vários sectores da actividade insular. Destacamos os seguintes, pela sua actualidade:

- em relação à agricultura, sugere um aproveitamento polivalente dos solos nas várias ilhas, de acordo com as suas características (cerealicultura, horticultura, e fruticultura) com objectivo de garantir o provimento insular, para fazer face às suas necessidades;

- a silvicultura, devido ao alargamento das pastagens, a sua exploração não devia ser esquecida, não só por constituir um factor de desequilíbrio da paisagem e de alteração de condições climatéricas, mas, também, devido ao seu reconhecido valor económico;

- relativamente à pecuária, sugere o desenvolvimento e intensificação da produção leite-carne, além das medidas de melhoramento e sanidade dos animais, para evitar a dependência em relação aos apoios do poder central;

- no que concerne às indústrias, refere a necessidade de uma acção concertada de fomento com o objectivo de maior aproveitamento dos recursos naturais existentes em algumas ilhas, da produção agro-pecuária e da pesca, proporcionando à mão-de-obra existente no arquipélago a possibilidade de emprego, evitando assim a necessidade da emigração em massa;

- no Turismo propõe o apetrechamento necessário, de forma a consciencializar o público sobre as potencialidades das várias ilhas, no que diz respeito à paisagem, clima, tratamentos hidro-termais, desportos marítimos e tradições, para que o apetrechamento, em tal sector, não sofresse atrasos, aliciando-se, para tanto, e de preferência, capitais regionais e nacionais para a evolução do sector, embora saliente o cuidado para não se verificar descaracterização do meio;

- nas obras públicas realça a necessidade de abertura e melhoramentos de estradas, face ao crescente aumento de tráfego rodoviário, e de caminhos de penetração, em virtude da sua indispensabilidade para o serviço agrícola e pecuário;

- em relação aos portos e aeroportos realça a necessidade para uma verdadeira política basilar de desenvolvimento dos portos e aeroportos, para fazer face à insularidade.

Vê-se ao longo da argumentação de Carreiro da Costa, nesse ano de 1973, que defende a todo o custo o poder vigente e daí que, por diversas vezes, distinga a confiança no Poder Central, devido à necessidade de ver compreendido o esforço açoriano face à insularidade a que os Açores e os seus povos se encontravam sujeitos. Em suma e na sua perspectiva, o sentimento português conservou-se sempre da mesma forma. Daí que defina os Açores e os açorianos da seguinte forma:

“ Terras onde se processou, ao longo de cinco séculos, um trabalho assaz difícil, mas que, em todo o caso foi levado a bom termo pelos portugueses que nas mesmas ilhas se foram fixando; Terras que, apesar da sua privilegiada situação geográfica, jamais deixaram de ressentir-se do seu isolamento e da sua insularidade; Terras e povos que, não obstante as maiores contrariedades, jamais deixaram de continuar Portugal, de assegurar o seu bom nome, as suas tradições – a sua presença, em suma – e de concorrer, dentro das suas possibilidades para que o mesmo bom nome de Portugal fosse por igual evocado e conhecido em terras do Continente, do Ultramar e do estrangeiro; Povos que, souberam, assim, resistir a forças estranhas susceptíveis do porem em perigo o seu portuguesismo; Povos que deram, incontestavelmente, uma valiosa contribuição à cultura e à civilização através de muitos dos seus destacados vultos, os quais, uma vez evadidos do “cárteres floridos” das ilhas onde nasceram, se têm comportado como autênticas explosões de Génio e de Saber; Povos que, nos sectores da política e da administração, procederam sempre de harmonia com os regimes vigentes e tendo em vista o seu bem-estar e o seu indispensável desenvolvimento social e económico; Povos que, apesar do muito que fizeram, se têm reconhecido sempre aquém das suas possibilidades humanas e das possibilidades das suas ilhas, e para o que jamais deixaram de invocar

a melhor compreensão do Poder Central acerca das suas limitações e das suas virtualidades, em ordem ao desenvolvimento por que tanto aspiram.”<sup>393</sup>

---

<sup>393</sup> *Idem*, pp.13-15.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### *Fontes*

#### *Manuscritas*

COSTA, Francisco Carreiro da, *Dados Biográficos do Dr. Francisco Carreiro da Costa*, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1948.

“Problemas açorianos no plano da insularidade”, in *Comunicação proferida no Iº Congresso da Acção Nacional Popular*, em Tomar, em Maio de 1973, manuscrito, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

*Tradições, Costumes e Turismo nos Açores*, Palestras radiofónicas proferidas no Emissor Regional, Abril de 1945 a Maio de 1974, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

*Biografias*, Fundo Carreiro da Costa, Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, [s. d.].

#### *Impressas*

CARVALHO, Ruy Galvão de, “Francisco Carreiro da Costa – poeta”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 62, nº17972, 29 de Julho de 1981.

“Subsídios para a história da poesia açoriana”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano112, nº30631, 30 de Julho de 1981.

ENES, José, “Um açoriano que soube conhecer e servir os Açores”, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 112, nº30630, 29 de Julho de 1981

JÚNIOR, J. Silva, “Dez anos na presidência da Comissão Regional de Turismo das ilhas de S. Miguel e Santa Maria”, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 112, nº30630, 29 de Julho de 1981.

“ Finalmente juntos!”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 62, nº17972, 29 de Julho de 1981.

LUZ, Padre Dinis da, “ Outro açorianíssimo e doutor de açorianidade”, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 112, nº30632, 31 de Julho de 1981.

MACHADO, Frederico, “Uma vida devotada à cultura açoriana”, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 112, nº30630, 29 de Julho de 1981.

MARTINS, Rui de Sousa, “Carreiro da Costa uma lição de Antropologia”, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 112, nº30630, 29 de Julho de 1981.

PAVÃO, J. Almeida, “Saudosa homenagem”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 62, nº17972, 29 de Julho de 1981. “*Travo de saudade*”, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 112, nº30630, 29 de Julho de 1981.

RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira, “Relembrando o Dr. Carreiro da Costa”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 62, nº17972, 29 de Julho de 1981.

“Na morte do Dr. Carreiro da Costa”, in *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 112, nº30630, 29 de Julho de 1981.

VIEIRA, Luciano Mota, “Carreiro da Costa - um açoriano que efectivou o seu projecto de vida”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Ano 62, nº17972, 29 de Julho de 1981.

T.Q., “Dr. Carreiro da Costa - operoso obreiro das Letras”, in, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada Ano 62, nº17970, 26 de Julho de 1981.

### ***Bibliografia***

ALMEIDA, José Pacheco, “A Autonomia: o Presente e o Futuro”, in *Livro Comemorativo do 1º Centenário da Autonomia dos Açores 1895-1995*, Colecção Autonomia, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, pp. 99-108.

AMARAL, João Bosco Mota, “Actualidade de um Centenário”, in *Livro Comemorativo do 1º Centenário da Autonomia dos Açores, 1895-1995*, Colecção Autonomia, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, pp.19-23.

AMARAL, Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e, *Biografias e outros escritos*, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 1989.

ANDRADE, José, *A Face Humana da Toponímia de Ponta Delgada*, Edição da Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2001.

*Concelho de Ponta Delgada: 500 anos de História, cronologia de figuras e factos 1499-1999*, Ponta Delgada, 2003.

ANDRADE, Manuel Jacinto de, *Políticos açorianos – Nótulas biográficas*, vol. I – “Vultos dos Açores”, Jornal de Cultura, Colecção Autonomia, Ponta Delgada, 1996.

ARRUDA, Luís M.(introd., levantamento e estudo), *Correspondência científica de Francisco de Arruda Furtado*, (pref. José Guilherme Reis Leite), Instituto Cultural, Ponta Delgada, 2002.

AAVV, *Ernesto do Canto, retratos do homem e do tempo, Actas do colóquio*, Universidade dos Açores de 25 a 27 de Outubro de 2000, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/ Universidade dos Açores, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

AAVV, *José do Canto no centenário da sua morte*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000.

AAVV, *Livro Comemorativo do 1º Centenário da Autonomia dos Açores, 1895-1995*, Jornal de Cultura, Coleção Autonomia, Ponta Delgada, 1995.

AAVV, *Açorianidade e autonomia – Páginas escolhidas*, (nota introd. por Eduardo Ferraz da Rosa; recolha e selecção de textos Carlos Cordeiro, José Mendonça Brasil e Avila e Eduardo Ferraz da Rosa), Signo, Presidência do Governo Regional dos Açores, Ponta Delgada, 1989.

ÁVILA, Ermelindo, *Figuras & factos: notas históricas*, Câmara Municipal das Lajes do Pico, 1993.

BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL DE PONTA DELGADA (coord.), *Hintze Ribeiro, 1849-1907: um açoriano no caso de um regime*, I centenário da morte de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), (des. Rui Melo), Presidência do Governo dos Açores, Direcção Regional da Cultura Ponta Delgada, 2007.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, “Biografia e História”, in *Actas do XXIV Encontro da Associação de História Económica e Social*, Lisboa ICS, 2004, pp.1-10.

CAMACHO, Augusto Branco, “Considerações sobre o Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes”, in, *Açorianidade e Autonomia – Páginas Escolhidas*, Signo, Presidência do Governo Regional dos Açores, Ponta Delgada, 1989, pp. 129-143.

CARREIRO, José Bruno, *Hintze Ribeiro*, Instituto Cultural, Ponta Delgada, 1949.

*A autonomia administrativa dos distritos das ilhas adjacentes*, (1ª ed. 1989), 2ª edição, Jornal de Cultura, Colecção Autonomia, Ponta Delgada, 1994.

CHAGAS, Frei Diogo das, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, (dir. e pref. Artur Teodoro de Matos, colab. Avelino de Freitas de Meneses, Vítor Luís Gaspar Rodrigues), 2ª ed., Presidência do Governo Regional dos Açores, Direcção Regional da Cultura, Universidade dos Açores, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, Ponta Delgada, 2007.

CORDEIRO, António, *História Insulana das ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Occidental*, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Ed. fac-similada (ed.1846), Angra do Heroísmo, 1981.

CORDEIRO, Carlos Alberto da Costa, *Liberalismo e descentralização: a intervenção de Aristides Moreira da Mota*, sep. *Atlântida*, Ciências Sociais, 1, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 1987, p. 25-54.

“Liberalismo e descentralização”, in *Açorianidade e autonomia: páginas escolhidas*, Marinho Matos Brumarte, C.R.L., Ponta Delgada, 1989, pp. 99-115.

“Autonomia e identidade nacional. Os Açores na segunda metade do século XIX”, in *Revista de História das Ideias*, 14, Faculdade de Letras, Coimbra, 1992.

“Introdução”, in MOTA, Arístides Moreira da, *Autonomia Administrativa dos Açores. Campanha de Propaganda em 1893. Reprodução de artigos publicados na “Autonomia dos Açores”*, 2.<sup>a</sup> edição, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995 (1.<sup>a</sup> edição 1905).

“Para uma cronologia do 1º movimento autonomista”, in *1º Centenário da Autonomia dos Açores: (1895-1995) exposição biblio-iconográfica*, 1995, pp. 19-60.

*Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1998, (dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de História Contemporânea).

*Nos bastidores da Visita Régia: decadentismo e tensões autonomistas*, sep. de *Insulana*, vol. LVII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001.

“Identidade e Autonomia. O debate nos Açores”, in *Europa em Mutação: Cidadania. Identidades. Diversidade. Cultura.*, Actas do Curso Intensivo, 20 de Fevereiro a 2 de Março de 2003, Estudos sobre a Europa, nº4, Quarteto Editora, Coimbra, Setembro de 2003, p.77-93.

*Identidade e Autonomia: do discurso contestatário à afirmação identitária nos Açores*, sep. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 15, (dedicado a Pedro da Silveira), Núcleo Cultural da Horta, Horta, 2006, p. 237-253.

COSTA, Francisco Carreiro da, “Relatório Geral e Votos Finais”, *Livro do Primeiro Congresso Açoriano, Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938, 1ª Edição da Casa dos Açores (1940), 2ª Edição Jornal da Cultura, Coleção Autonomia, Ponta Delgada, 1995.*

*Os Açores: seu descobrimento no séc. XIV e reconhecimento no séc. XV: ensaio sobre a revisão do problema*, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1939-1940.

*Missionários açoreanos no Ultramar*, Of. Artes Gráficas, Ponta Delgada, 1943.

*A Vila da Lagoa e o seu Concelho: subsídios para a sua história*, (coord.), Padre João José Tavares, Impraçor, Ponta Delgada, 1944.

*A lição da Ribeira Grande*, Câmara Municipal da Ribeira Grande, 1949.

“Uma "ilha inglesa" nos Açores:... que o mar deu e o mar levou”, in *Açores-Madeira* nº 5, Mota de Vasconcelos, Funchal 1954, p. 28-29.

“São Miguel ilha formosa: um perfil da sua história e da sua paisagem”, in *Açores-Madeira* nº 6, Mota de Vasconcelos, Funchal, 1955, p. 18-28.

“A vida micaelense nos séculos XV e XVI”, in *Açória*, Fascículo de Cultura e Arte nº 2, Tipografia Insular, Ponta Delgada, 1959, p. 9-11.

“Os Açores e as Novas Viagens para o Ocidental”, in *Atlântida*, vol. 4, nº 3 (Maio-Junho), Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 1960, p. 204-212.

*Planificação do problema turístico dos Açores*, Comissão Regional de Turismo das Ilhas de São Miguel e de Santa Maria, Ponta Delgada, 1963.

*No 1º centenário da introdução do jornalismo e da imprensa em Vila Franca do Campo*, Of. Tip. do Diário dos Açores, Ponta Delgada, 1963.

*As potencialidades turísticas dos Açores*, Instituto Açoriano da Cultura, Ponta Delgada, 1964.

*Perfil histórico das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria*, Of. Tip. Diário dos Açores, Ponta Delgada, 1970.

*Para a história da emigração do Distrito de Ponta Delgada*, Tip. do Diário dos Açores, Ponta Delgada. 1972

*Memorial da Vila da Lagoa e do seu concelho*, Tipografia do Diário dos Açores, Ponta delgada, 1974.

*Centro de Estudos Açores: projecto do programa dos trabalhos a nível de investigação histórica e geográfica*, Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1977.

*Esboço Histórico dos Açores*, Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada, 1978.

“*Carta autobiográfica do Dr. Francisco*”, in *Insulana*, Ponta Delgada, 36-37, 1981-1982, pp.13, 14.

*Etnologia dos Açores*, (org., pref. e notas Rui de Sousa Martins), Câmara Municipal, Lagoa, 1989.

COSTA, Ricardo Manuel Madruga da, *Desempenho de postos militares e cargos da administração nos Açores em finais do regime de capitania-geral: alguns aspectos*, sep. Boletim do Núcleo Cultural da Horta, 15, (dedicado a Pedro da Silveira), Núcleo Cultural da Horta, 2006, p. 139-158.

CUNHA, Manuel de Azevedo da, *Notas históricas*, vol. I: *Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge)*, vol. II: *Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, (introd. e notas de Artur Teodoro de Matos), Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1981.

DIAS, Fátima Sequeira, *Ponta Delgada: 450 anos de cidade*, Edição da Câmara Municipal Ponta Delgada, 1996.

*Diário de navegação: SATA Air Açores*, Edição Comemorativa do 50º aniversário do 1º voo comercial, Ed. da Sata Air Açores, Ponta Delgada, 1997.

“A navegação do Arquipélago dos Açores durante o século XIX: elementos de inovação face às práticas marítimas tradicionais”, in: *História das Ilhas Atlânticas: arte, comércio, demografia, literatura*, vol. I, Centro de Estudos de História do Atlântico, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 1997, p. 271-286.

*Uma breve reflexão sobre a história dos Açores com particular incidência no exemplo micalense*, sep. *Arquipélago*, História, 2ª Série, III, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1999, p.457-484.

“Os estrangeiros nos Açores, no século XIX : que foi feito dos estrangeiros do "ciclo da laranja", na Ilha de S. Miguel?: factos e hipóteses”, in: *As Ilhas e o Brasil*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, 2000, p. 525-549.

*Os Açores na História de Portugal - séculos XIX-XX*, Livros Horizonte, Lisboa, 2008.

DRUMMOND, Francisco Ferreira. *Anais da Ilha Terceira*, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Ed. fac-similada ( ed. 1859), Angra do Heroísmo, 1981.

ENES, Carlos, *A economia açoriana entre as duas guerras mundiais*, Edições Salamandra, Garajau 20, Lisboa, 1994.

“*A construção da unidade e identidade regional*”, in Ribeiro, Luís Silva, *Obras*, vol. IV: Escritos Político-Administrativos, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1996.

“Vida e obra de Luís Ribeiro – Biografia”, in Ribeiro, Luís Silva, *Obras*, vol. IV – Escritos Político-Administrativos, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, pp. 15-31, 1996.

“Açores vistos por Marcelo Caetano, em 1938”, in *Boletim do Núcleo da Horta* nº 14:2005, p.93-121.

ENES, Maria Fernanda Diniz Teixeira, “A diáspora açoriana e o destino brasileiro: virar do setecentos”, in: *Revista de cultura açoriana*, nº3, Casa dos Açores, Lisboa, 1991, p. 201-210.

*O Liberalismo nos Açores – Religião e Política (1800-1832)*, vol. II, Universidade Nova de Lisboa, 1994.

FERREIRA, José Medeiros, “Prefácio”, 2ªed., in *Livro do I Congresso Açoriano*, Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938, *Jornal de Cultura* (1ª Edição da Casa dos Açores, 1940), 1995, p. IX.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, (rev. do texto e reformulação de índices Jerónimo Cabral), 6 vol., Instituto Cultural, Ponta Delgada, 2005.

GREGÓRIO, Rute Dias, *Terra e fortuna nos primórdios da Ilha Terceira (1450-1550)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2005.

*Meios e agentes de cultura na Terceira (1525-1556): livros, mestres e escolas: breves apontamentos*, sep. *Arquipélago. História*, 2ª série, 9-10, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006, p. 75-87.

GRÉMIO DOS AÇORES, *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*, Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938, 1ª Edição da Casa dos Açores (1940), 2ª Edição *Jornal da Cultura*, Coleção Autonomia, Ponta Delgada, 1995.

JOÃO, Maria Isabel, *Os Açores no Século XIX – Economia, Sociedade, e Movimentos Autonomistas*, Edições Cosmos, Coleção Portugal e o Mundo Português, Lisboa 1991.

“Discursos sobre memória e identidade, a propósito do V centenário do descobrimento dos Açores”, in *Boletim do Núcleo da Horta* n° 14:2005,p.123-143.

*Estado, nação e região, sep. Arquipélago, História, 2ª série, 5, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2001, p. 689-702.*

JÚNIOR, J. Silva, “Reflexões e recordações dum grande amigo e dum grande açoriano”, in *Insulana*, Ponta Delgada, 36-37, 1981-1982, pp.25 a 29.

LEITE, José Guilherme Reis, “*A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa (1892-1947)*”, (organização, prefácio e notas), Assembleia Regional dos Açores, Horta, 1987.

*O historiador António Ferreira de Serpa: a bibliografia possível, sep. Boletim do Núcleo Cultural da Horta, 9, Núcleo Cultural da Horta, [19--], p. 23-50.*

*Sobre a autonomia dos Açores*, Signo, Ponta Delgada, 1ªEdição, 1990.

*Política e administração nos Açores de 1890 a 1910 – o 1º Movimento autonomista*, Jornal de Cultura, Colecção Autonomia, 1995.

“O primeiro discurso autonómico dos Açores”, in *Livro Comemorativo do 1ºCentenário da Autonomia dos Açores 1895-1995*, Colecção Autonomia, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, pp. 89-94.

*Uma Autonomia do Futuro, sep. Actas do Colóquio do Fórum Açoriano: Pensar os Açores hoje*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1997, pp. 303 a 313.

*As ligações marítimas regulares entre Lisboa e Açores, no início da Regeneração*, Academia de Marinha, Lisboa, 1999.

*Terramotos, conflitos e fiscalidade, nos Açores do séc. XVII*, sep. *Anais de História de Além-mar*, 1, Lisboa, 2000, p. 193-204.

“A memória liberal na ilha Terceira”, in: *Arquipélago*, História, 2ª série, vol. V, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2001, p. 779-782.

MACHADO, José Joaquim Ferreira, *A Administração Municipal de Ponta Delgada nos Primórdios da Autonomia (1896-1910)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2004, (dissertação de Mestrado).

MAIA, Francisco d'Atayde Machado Faria e, “Em prol da descentralização”, in *Açorianidade e Autonomia – Páginas Escolhidas*, Signo, Presidência do Governo Regional dos Açores, Ponta Delgada, 1989, pp. 179-182.

MARTINS, Rui de Sousa, “Os costumes populares e a construção oitocentista de identidades no arquipélago dos Açores”, in: *Patrimonia: identidade, ciências sociais e fruição cultural* nº 5, Carnaxide, Novembro de 1999, p. 35-44.

MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590), I – A Resistência Terceirense e as implicações da Conquista Espanhola*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1987.

*Estudos de História dos Açores: I As ilhas no conhecimento do Mundo*, Jornal de Cultura, Coleção História, Ponta Delgada, 1994.

*Estudos de História dos Açores: II As ilhas na problemática do século XVIII*, Jornal de Cultura, Colecção História, Ponta Delgada, 1995.

“A administração dos Açores e as Raízes da Autonomia”, in *Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, organizado pela Universidade dos Açores e promovido pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, p. 55-101.

“As ilhas, os arquivos e a história: o caso dos Açores”, in: *Arquivos dos Açores: dossier*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada 2001, p. 723-732.

“Os açorianos na colonização setecentista do Brasil meridional: destinos, acomodação e resultados”, in *Studia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, nº 58/59, Lisboa 2001/2002, p. 43-59.

“O Arquivo dos Açores e a problemática da historiografia açoriana”, in *Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo*, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, Universidade dos Açores, Ponta Delgada 2003, p. 279-297.

“A periferia açoriana no século XVI: uma interpretação económica da crónica frutuosiense”, in *Actas do III colóquio, O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX: nos 550 anos do descobrimento das Flores e do Corvo*, Núcleo Cultural da Horta, Horta, 2004, p. 25-36.

MOTA, Aristides Moreira, *Autonomia administrativa dos Açores: campanha de propaganda de 1892* (reprodução de artigos publicados “Autonomia dos Açores”), 2.<sup>a</sup> edição, Jornal de Cultura, Colecção Autonomia, Ponta Delgada, 1994, (introdução de Carlos Cordeiro).

PEREIRA, Isaías da Rosa, *As constituições sinodais de Angra de 1559*, sep. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 41, Angra do Heroísmo, 1983, p. 809-824.

RIBEIRO, Luís da Silva, *Obras, Escritos Politico – Administrativos*, vol. IV, (estudo introdutório e organização de Carlos Enes), *Centenário Reibeiriano*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1996.

*Obras, História*, vol. II, (estudo introdutório e organização de Carlos Enes), *Centenário Reibeiriano*, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1996.

RILEY, Carlos Guilherme, *José do Canto: retrato de um cavalheiro na primavera da vida*, sep. *Arquipélago, História*, 2ª série, 5, Universidade dos Açores, Ponta Delgada 2001, p. 211-264.

*A emigração açoriana para o Brasil no século XIX – braçais e intelectuais*, sep. *Arquipélago, História*, 2ª série, nº7, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2003.

*Os antigos modernos – O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006, (Tese de Doutoramento, História -especialidade de História Contemporânea - 2007, Universidade dos Açores).

ROCHA Gilberta Pavão Nunes [et al.], *O arquipélago dos Açores como região de fronteira*, sep.: *Arquipélago, História*, 2ª série, 9-10 (2005-2006), Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006, p. 105-140.

ROCHA Gilberta Pavão Nunes, RODRIGUES, José Damião, “A emigração açoriana para o Brasil: ritmos e destinos”, in: *Deslocamentos e histórias*, (org. Maria Izilda S. de Matos, Fernando de Sousa, Alexandre Hecker, Edusc., São Paulo, Bauru, 2008, p. 245-258.

RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira, “Instituto Cultural de Ponta Delgada”, in *Boletim do Núcleo da Horta nº 14:2005*, p.23 -44.

RODRIGUES, José Damião, *Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.

*O poder municipal do Antigo Regime ao Liberalismo: da autonomia jurisdicional às Juntas Gerais*, sep. *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. I, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, p. 103-126.

“O século XVII”, in: *Ponta Delgada. Cinco séculos de Concelho, 1499-1999*, Colóquio comemorativo dos 500 anos do Concelho de Ponta Delgada Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2001, p. 189-194.

“A guerra nos Açores”, in: *Nova História Militar de Portugal*, (dir. Manuel Themudo Barata, Nuno Severiano Teixeira), Círculo de Leitores, Mem Martins, 2003, pp. 240-254.

"Para o sossego e tranquilidade publica das Ilhas: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores”, in: *Tempo. Ensino de História*. vol. XI, nº 21 (Jul/Dez 2006), Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, 2006, pp. 157-183.

“Elites locais e redes de poder em São Miguel no século XVI : o testemunho de Gaspar Frutuoso”, (org), [et al.], in: Poder local, cidadania e globalização, Ribeira Grande , 2008, p. 79-91.

SANTIAGO, D. Jorge de, *Constituições Synodaes do Bispado d'Angra aprovadas em Synodo Episcopal celebrado na Sé Catedral no ano de 1559*, Typ. do Correia da Terceira, Angra do Heroísmo, [s. n.], 1881, (publicadas pela redacção do "Catholico", segundo a edição de 1560).

SANTOS, Eugénio dos, *O Oratório no Norte de Portugal, Contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Porto, 1982.

SEQUEIRA, Mont´Alverne de, ALBUQUERQUE Caetano, *Aristides Moreira da Mota “Fundamentos da Autonomia”*, in *Açorianidade e Autonomia – Páginas Escolhidas*, Signo, Presidência do Governo Regional dos Açores, Ponta Delgada, 1989, pp. 159 a 175.

SILVA, Susana Serpa, “Aspectos da vida social e cultural micalense, na segunda metade do século XIX”, in *Arquipélago, História, 2ªsérie, nº 2, vol. 4*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2000, p. 299-358.

*Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada – Uma abordagem com base nos processos penais 1830-1841*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2003.

“Emigração clandestina nas ilhas do grupo central em meados do século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX: nos 550 anos*

*do descobrimento das Flores e do Corvo*, Actas do III colóquio, Núcleo Cultural da Horta, 2004, p. 275-293.

SOUSA, D. António Caetano de, “Catálogo dos Bispos”, in *Arquivo dos Açores*, vol. II, 1880, edição fac-similada.

SUPICO, Francisco Maria, *Escavações*, (dir. e coord. José Paím de Bruges da Silveira Estrela Rego), 4 volumes, Instituto Cultural, Ponta Delgada, 1995.

TEIXEIRA, Catarina Pacheco, *Aristides Moreira da Mota – Da luta pela autonomia à “morte” para a política (1855-1908)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006, (tese de mestrado apresentada à Universidade dos Açores).

### ***Instrumentos de Pesquisa***

Índice das Palestras proferidas por Francisco Carreiro da Costa no Emissor Regional de Ponta Delgada, existentes no Fundo Carreiro da Costa à guarda do Serviço de Documentação da Universidade dos Açores.

### ***Sites***

*Arquivo dos Açores* – <http://www.uac.pt/>

*Biblioteca Nacional de Portugal* – <http://catalogo.bnportugal.pt/>

*Enciclopédia Açoriana* – <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx>

Serviços de documentação da Universidade dos Açores – <http://www2.uac.pt/bibliopac>

[/bin/wxis.exe/bibliopac/](#)

*Boletim do Núcleo Cultural da Horta* – <http://www.triplov.com/boletimnch/index.html>

*Instituto Histórico da Ilha Terceira* - <http://www.ihit.pt/new/index.php>

## **ANEXOS**

**ÍNDICE DAS PALESTRAS<sup>394</sup>:**  
**“Tradições, Costumes e Turismo nos Açores”**

1945		
Abril		
1	26	<i>A lenda</i>
Maio		
2	3	<i>O descobrimento</i>
2	10	<i>O reconhecimento</i>
4	17	<i>A terra</i>
5	24	<i>O povo</i>
6	31	<i>As festas de Corpus Cristi</i>
Junho		
7	14	<i>As festas do Senhor Santo Espírito nos Açores</i>
8	21	<i>Noites de S. João</i>
9	29	<i>As carvalhadas de S. Pedro</i>
Julho		
10	5	<i>Bonecos de massa</i>
11	12	<i>Debulhas de trigo</i>
12	19	<i>As festas do Espírito Santo no Brasil</i>
13	26	<i>Epistolografia amorosa no Cancioneiro Popular Açoriano</i>
Agosto		
14	2	<i>Uma ermida micaelense</i>
15	9	<i>Agosto e Setembro na expressão popular açoriana</i>
16	16	<i>Santa Maria</i>
17	23	<i>O ouro e a prata na poesia popular açoriana</i>
18	30	<i>Culinária açoriana</i>
Setembro		
19	6	<i>Histórias de piratas nos mares dos Açores</i>
20	13	<i>No tempo dos milhos novos</i>
21	20	<i>Na quarentena das vindimas</i>
22	27	<i>O traje masculino nos Açores</i>

<sup>394</sup> Cf., COSTA, Francisco Carreiro da, *Índice das Palestras Proferidas no Emissor Regional de Ponta Delgada*, F.C.C., S.D.U.A., texto manuscrito, [s.d.].

Outubro		
23	4	<i>O traje feminino nos Açores</i>
24	11	<i>Caçadas antigas na ilha de S. Miguel</i>
25	18	<i>A casa açoriana</i>
26	25	<i>Um retrato da terra micalense</i>
Novembro		
27	1	<i>O culto dos mortos nos Açores</i>
28	8	<i>O Verão de S. Martinho</i>
29	15	<i>A porta da casa nalgumas cantigas populares açorianas</i>
30	22	<i>A janela da casa nalgumas cantigas populares açorianas</i>
31	30	<i>A História de um doce regional</i>
Dezembro		
32	7	<i>Nos temporais de Dezembro</i>
33	14	<i>Santa Luzia – advogada da vista</i>
34	21	<i>Natal de sempre</i>
35	28	<i>Do cantar das janeiras</i>
1946		
Janeiro		
36	4	<i>A fuga para o Egipto na tradição popular açoriana</i>
37	11	<i>Santo Amaro e Santo Atão</i>
38	18	<i>Ponta Delgada ao tempo da sua elevação a cidade</i>
39	25	<i>A respeito de sogras</i>
Fevereiro		
40	1	<i>Cantar às Estrelas</i>
41	8	<i>O antigo porto de S. Brás de Ponta Delgada</i>
42	15	<i>Algumas palavras a respeito de penteados</i>
43	22	<i>Doces de S. Miguel</i>
Março		
44	1	<i>Doces de Entrudo</i>
45	8	<i>No início da Quaresma</i>
46	15	<i>Ponta Delgada na geografia humana</i>
47	22	<i>Ponta Delgada e a sua formação topográfica</i>
48	29	<i>Ponta Delgada e os elementos que colaboraram no seu povoamento</i>

Abril		
49	5	<i>Ponta Delgada e as suas relações com a restante Ilha</i>
50	12	<i>Ponta Delgada e alguns dos seus aspectos mais característicos</i>
51	26	<i>Ponta Delgada – aldeia grande</i>
Maio		
52	3	<i>Ponta Delgada e a sua religiosidade</i>
53	10	<i>Ponta Delgada na sua expressão popular</i>
54	17	<i>Tríptico das Senhoras aparecidas</i>
55	24	<i>Das festas do Senhor Santo Cristo</i>
56	31	<i>O Santo dos pescadores da Lagoa</i>
Junho		
57	7	<i>A respeito dos cadarços</i>
58	14	<i>O culto antonino em S. Miguel</i>
59	21	<i>Algumas doenças na linguagem popular micaelense</i>
60	28	<i>Da viola e do seu cantador</i>
Julho		
61	5	<i>A lua na tradição popular micaelense (açoriana)</i>
62	12	<i>O sol na expressão popular micaelense</i>
63	19	<i>As estrelas na expressão popular micaelense</i>
64	26	<i>Alguns estados atmosféricos na expressão popular micaelense</i>
Agosto		
65	2	<i>Alguns nomes nas cantigas populares açorianas</i>
66	9	<i>Vendedores ambulantes de S. Miguel</i>
67	16	<i>Festas e romarias de S. Miguel</i>
68	23	<i>O coração na quadra popular açoriana</i>
69	30	<i>Das festas do senhor Bom Jesus da Pedra</i>
Setembro		
70	6	<i>Touradas à corda na Ilha Terceira</i>
71	13	<i>No tempo do vinho novo</i>
72	20	<i>Remédios caseiros</i>
73	27	<i>Mais alguns remédios caseiros</i>
Outubro		
74	4	<i>A moda das sangrias</i>
75	11	<i>A baixa da cidade no século passado</i>
76	18	<i>Linguagem anatómica popular</i>
77	25	<i>A missa de domingo</i>

Novembro		
78	1	<i>O terramoto do 1º de Novembro de 1755 nos Açores</i>
79	8	<i>Algumas palavras a respeito de alminhas e (...)</i>
80	15	<i>Estes rapazes de agora</i>
81	22	<i>Estas meninas de agora</i>
82	29	<i>Breves palavras acerca do emprego do miolo de figo</i>
Dezembro		
83	6	<i>Dois ingleses em S. Miguel</i>
84	13	<i>Alguns missionários dos Açores</i>
85	20	<i>Novenas ao Menino</i>
86	27	<i>A festa do Natal</i>
1947		
Janeiro		
87	3	<i>Do Natal dos Reis</i>
88	1	<i>Matança do porco</i>
89	17	<i>Previsão popular do tempo</i>
90	24	<i>Defeitos da mulher nalguns contos populares açorianos</i>
91	31	<i>Testamentos de animais</i>
Fevereiro		
92	7	<i>A pulga e o piolho na poesia popular açoriana</i>
93	14	<i>Entrudo dos bichos</i>
94	21	<i>Algumas tradições da Quaresma</i>
95	28	<i>Fevereiro na expressão popular açoriana</i>
Março		
96	7	<i>Os cinco sentidos</i>
97	14	<i>Serração da vinha</i>
98	21	<i>Romeiros da Quaresma</i>
99	28	<i>Algumas palavras a respeito das festas de Abril</i>
Abril		
100	5	<i>Aleluia</i>
101	11	<i>A respeito de horas novas e de horas velhas</i>
102	18	<i>Algumas paráfrases populares do Padre Nosso</i>
103	25	<i>Carrões antigos</i>

Maio		
104	2	<i>Maios e Maias</i>
105	9	<i>Pelas festas do Senhor</i>
106	16	<i>As Rosas e a beleza feminina nalgumas cantigas populares</i>
107	23	<i>Itinerário das festas do Espírito Santo</i>
108	30	<i>Reminiscências mouriscas nas ilhas açorianas</i>
Junho		
109	6	<i>A propósito do vigiar da praga</i>
110	13	<i>A saudade nalgumas cantigas populares</i>
111	20	<i>S. João e algumas tradições populares</i>
112	27	<i>O Culto de S. Pedro em S. Miguel</i>
Julho		
113	4	<i>Moinhos de pão</i>
114	11	<i>O trigo e o pão nalgumas tradições açorianas</i>
115	18	<i>O pão no romanceiro popular</i>
116	25	<i>O pão no adágio popular</i>
Agosto		
117	1	<i>O mar no carácter e na linguagem popular</i>
118	8	<i>O mar nas cantigas populares açorianas</i>
119	15	<i>A respeito de jamantas e outros bichos do mar</i>
120	22	<i>Sereias nos Açores</i>
121	29	<i>Há cem anos em S. Miguel (chegada de Castilho)</i>
Setembro		
122	5	<i>O mar nalguns romances populares</i>
123	12	<i>A boa e o vilão das comédias populares</i>
124	19	<i>Algumas cenas de comédias populares</i>
125	26	<i>A indústria cesteira em S. Miguel</i>
Outubro		
126	3	<i>Ao entrar de Outubro</i>
127	10	<i>A Lenda das Sete Cidades</i>
128	17	<i>Um cataclismo há 425 anos</i>
129	24	<i>A urzela</i>
130	31	<i>Alguns santos no devocionário popular</i>
Novembro		
131	7	<i>Morte por citação</i>
132	14	<i>Os lobisomens</i>
133	21	<i>Os encantados</i>
134	28	<i>O Convento da Conceição de Ponta Delgada</i>

Dezembro		
135	5	<i>Nossa Senhora da Conceição no folclore açoriano</i>
136	12	<i>A respeito da exposição de presépios antigos</i>
137	19	<i>Tarecos da Lagoa</i>
138	26	<i>O presépio através do folclore religioso</i>
1948		
Janeiro		
139	2	<i>A respeito de matanças de porco</i>
140	9	<i>Janeiro no adágio popular açoriano</i>
141	16	<i>O ciúme nalgumas cantigas populares açorianas</i>
142	23	<i>Cantigas geográficas açorianas</i>
143	30	<i>Candeias</i>
Fevereiro		
144	6	<i>Alcunhas étnicas açorianas</i>
145	13	<i>Folclore jurídico micalenses</i>
146	20	<i>Do ofício de sapateiro</i>
147	27	<i>Interjeições populares micalenses</i>
Março		
148	5	<i>O Mercado da Graça</i>
149	12	<i>Algumas palavras a respeito de rapé</i>
150	19	<i>O culto de S. José em terras micalenses</i>
151	26	<i>As cerimónias das Caboucas em Ponta Delgada há 130 anos</i>
Abril		
152	2	<i>Bailhos micalenses</i>
153	9	<i>O fado, tirano fado</i>
154	16	<i>Modos de dizer micalenses</i>
155	23	<i>Modos de dizer terceirenses</i>
156	30	<i>O Mosteiro da Esperança de Ponta Delgada</i>
Maio		
157	7	<i>Locuções populares faialenses</i>
158	14	<i>Os gueixos do Espírito Santo</i>
159	21	<i>As folias do Espírito Santo</i>
160	28	<i>A emigração açoriana para o sul do Brasil</i>
Junho		
161	4	<i>Os olhos nas cantigas populares açorianas</i>
162	11	<i>Estudos sobre linguagem popular do arquipélago dos Açores</i>
163	18	<i>Estudos sobre linguagem popular de S. Maria e S. Miguel</i>
164	25	<i>Estudos sobre linguagem popular dos Açores Centrais e Ocidentais</i>

Julho		
165	2	<i>O namoro principiou</i>
166	9	<i>O namoro continua</i>
167	16	<i>O pedido da noiva</i>
168	23	<i>O preparar do dote</i>
169	30	<i>Nas vésperas do casamento</i>
Agosto		
170	6	<i>No dia do casamento</i>
171	13	<i>Esta vida de casados</i>
172	20	<i>O menino vai nascer</i>
173	27	<i>O menino nasceu</i>
Setembro		
174	3	<i>O baptizado do menino</i>
175	10	<i>Quando os meninos vão para o Céu</i>
176	17	<i>Breve visita à ilha do Faial</i>
177	24	<i>Antigos regimes florestais nos Açores</i>
Outubro		
178	1	<i>Colonização Açoriana de Santa Catarina no Brasil</i>
179	8	<i>A respeito de fogo preso</i>
180	15	<i>A respeito de feiticeiras</i>
181	22	<i>O sentido da honra nalgumas cantigas populares açorianas</i>
182	29	<i>Antigos enterros na Ilha de S. Miguel</i>
Novembro		
183	5	<i>Algumas superstições relacionadas com a morte</i>
184	12	<i>O dar de pêsames</i>
185	19	<i>O guardar o luto</i>
186	26	<i>Remédios de botica</i>
Dezembro		
187	3	<i>Mulheres barbadas</i>
188	10	<i>A mãe e o seu menino</i>
189	17	<i>Brinquedos populares infantis</i>
190	24	<i>Natal feliz!</i>
191	31	<i>Ano que vai – ano que vem</i>

1949		
Janeiro		
192	7	<i>O Diabo na expressão popular açoriana</i>
193	14	<i>O tira do quebrante</i>
194	21	<i>O lenço dos namorados</i>
195	28	<i>Do tempo da laranja</i>
Fevereiro		
196	4	<i>Tinturaria popular</i>
197	11	<i>Os animais nalgumas superstições populares micalenses</i>
198	18	<i>A cultura das amoreiras nos Açores</i>
199	25	<i>O Entrudo nos Açores</i>
Março		
200	4	<i>Bailes nos Açores</i>
201	11	<i>Presença dos Açores no Brasil</i>
202	18	<i>Presença do Brasil nos Açores</i>
203	25	<i>A Ave-Maria no folclore religioso açoriano</i>
Abril		
204	1	<i>Ponta Delgada nos princípios do século XVII</i>
205	8	<i>Antigos pelourinhos em S. Miguel</i>
206	15	<i>Antigas procissões quaresmais</i>
207	22	<i>Antigas forcas em S. Miguel</i>
208	29	<i>A Cruz nalgumas tradições populares açorianas</i>
Maio		
209	6	<i>A procissão do Senhor São Miguel</i>
210	13	<i>Uma exposição de costumes micalenses</i>
211	20	<i>O Campo de São Francisco</i>
212	27	<i>Entreabertas e bruxas</i>
Junho		
213	3	<i>Antigos bailhos do espírito Santo</i>
214	10	<i>Antigas alfaias agrícolas micalenses</i>
215	17	<i>Algumas superstições populares açorianas</i>
216	24	<i>Sortes de São João</i>
Julho		
217	4	<i>São Pedro em três contos populares açorianos</i>
218	8	<i>Os sonhos na imaginação popular</i>
219	15	<i>O limão no cancioneiro popular açoriano</i>
220	22	<i>A laranja no cancioneiro popular açoriano</i>
221	29	<i>O alecrim na expressão popular açoriana</i>

Agosto		
222	5	<i>A aquilhada</i>
223	12	<i>O Culto da Assunção da Virgem nos Açores</i>
224	19	<i>Três instrumentos agrários</i>
225	26	<i>Algumas formas de tratamento</i>
Setembro		
226	2	<i>A salsa nalgumas cantigas populares</i>
227	9	<i>O lume nalgumas tradições populares açorianas</i>
228	16	<i>O anel das sete pedras</i>
229	23	<i>Uma viagem ao Nordeste há 101 anos</i>
230	30	<i>As salgas do Nordeste</i>
Outubro		
231	7	<i>O campo das rezes</i>
232	14	<i>O Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada</i>
233	21	<i>A respeito de galos e de galinhas</i>
234	28	<i>Os santos nalgumas doenças e superstições populares</i>
Novembro		
235	11	<i>Do ofício de serrador</i>
236	18	<i>Antigos artefactos faialenses</i>
237	25	<i>Catecismo amoroso</i>
Dezembro		
238	2	<i>Do ofício de padaria</i>
239	9	<i>O cozer o pão</i>
240	16	<i>Prognóstico do Natal</i>
241	23	<i>Presépios Antigos</i>
242	30	<i>O Natal e o Ano Novo dos Açores em terras do Brasil</i>
1950		
Janeiro		
243	6	<i>O carro de bois de S. Miguel</i>
244	13	<i>As “grades de doces”</i>
245	20	<i>O culto de S. Sebastião nas cidades açorianas</i>
246	27	<i>Os barros em S. Miguel</i>
Fevereiro		
247	3	<i>Pretos nos Açores</i>
248	10	<i>Os pretos no folclore açoriano</i>
249	17	<i>A tradicionalidade das danças de cadarços</i>
250	24	<i>Matança de animais domésticos</i>

Março		
251	3	<i>O trato antigo do linho em S. Miguel</i>
252	10	<i>Um motim na Calheta de S. Jorge</i>
253	17	<i>As velhas no folclore açoriano</i>
254	24	<i>O vinho do Pico</i>
255	31	<i>Ponta Delgada na primeira metade do século XVIII</i>
Abril		
256	7	<i>A Paixão de Cristo no dicionário popular açoriano</i>
257	14	<i>As festas do Espírito Santo em Santa Maria</i>
258	21	<i>As festas do Espírito Santo na Ilha de São Miguel</i>
259	28	<i>As festas do Espírito Santo na Ilha Terceira</i>
Maio		
260	5	<i>As festas do Espírito Santo na Ilha da Graciosa</i>
261	12	<i>As festas do Espírito Santo na Ilha de S. Jorge</i>
262	19	<i>As festas do Espírito Santo na Ilha do Pico</i>
263	26	<i>As festas do Espírito Santo na Ilha do Faial</i>
Junho		
264	2	<i>As festas do Espírito Santo na Ilha das Flores</i>
265	9	<i>As festas do Espírito Santo na Ilha do Corvo</i>
266	16	<i>Uma antiga instituição rural em S. Miguel</i>
267	23	<i>A cultura da cana sacarina nos Açores</i>
268	30	<i>A Ilha Terceira – Compêndio de História</i>
Julho		
269	7	<i>A Ilha Terceira e algumas antigas referências a seu respeito</i>
270	14	<i>A Ilha Terceira na obra de Frutuoso</i>
271	21	<i>A jovem cidade da Horta</i>
272	28	<i>A Batalha Naval de Vila Franca do campo e os seus antecedentes</i>
Agosto		
273	4	<i>A Batalha naval de Vila Franca do Campo</i>
274	11	<i>O nome de Mariquinhas nas cantigas populares açorianas</i>
275	18	<i>As batatas dos Açores</i>
276	25	<i>No centenário de uma ermida</i>

Setembro		
277	1	<i>A pesca desportiva nos Açores</i>
278	8	<i>Antigas estatísticas marienses</i>
279	15	<i>Antiguidade da olaria em S. Miguel</i>
280	22	<i>No tempo santo das vindimas</i>
281	29	<i>A respeito de serões de aldeia</i>
Outubro		
282	6	<i>A beleza da mulher nas cantigas populares</i>
283	13	<i>Medicina popular</i>
284	20	<i>O caso da Bela – Menina e da Bicha – Fera</i>
285	27	<i>Júlio Verne e os Açores</i>
Novembro		
286	3	<i>O chá nos Açores</i>
287	10	<i>A respeito de castanhas e de castanheiros</i>
288	17	<i>Dos antigos alfaiates açorianos</i>
289	24	<i>Das antigas vereações municipais</i>
Dezembro		
290	1	<i>O primeiro de Dezembro de 1640 e a Ilha de S. Miguel</i>
291	8	<i>A Ilha Terceira e a Restauração de 1640</i>
292	15	<i>Uma faialense heroína de 1640</i>
293	22	<i>O Menino Jesus e o Povo</i>
294	29	<i>Balanço das actividades históricas e etnográficas</i>
1951		
Janeiro		
295	5	<i>Noite de Reis</i>
296	12	<i>Santa Maria e os seus arvoredos</i>
297	19	<i>A Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada</i>
298	26	<i>As cabaças nos Açores</i>
Fevereiro		
299	2	<i>O antigo Convento de São João de Ponta Delgada</i>
300	9	<i>Uma lagoa subterrânea na Ilha Graciosa</i>
301	16	<i>Um antigo concelho de S. Miguel</i>
302	23	<i>Uma visita imperial</i>

Março		
303	2	<i>O primeiro donatário dos Açores</i>
304	9	<i>No tempo das vacas gordas</i>
305	16	<i>A propósito da Sapona</i>
306	23	<i>Antigas procissões da Semana Santa</i>
307	30	<i>Franciscanos em S. Miguel</i>
Abril		
308	6	<i>Um vulcão no Faial há 279 anos</i>
309	13	<i>Os Açores nas primeiras explorações para ocidente</i>
310	27	<i>Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande</i>
Maio		
311	4	<i>As festas do S. Santo Cristo há 50 anos</i>
312	11	<i>As festas do Espírito Santo, vistas por alguns estrangeiros, no século XIX</i>
313	18	<i>Uma batalha no Campo de São Francisco</i>
314	25	<i>Flores de Maio</i>
Junho		
315	1	<i>A Murta</i>
316	8	<i>A Arruda</i>
317	15	<i>Os Açores e a Atlântida</i>
318	22	<i>Nas vésperas de S. João</i>
319	29	<i>A Igreja de S. Pedro de Ponta Delgada</i>
Julho		
320	6	<i>A propósito de palha</i>
321	13	<i>Das antigas covas de trigo</i>
322	20	<i>A batalha da Salga</i>
323	27	<i>Sant'Ana das Furnas</i>
Agosto		
324	3	<i>A Batalha da Ladeira da Velha</i>
325	10	<i>A doca de Ponta Delgada e os seus antecedentes</i>
326	17	<i>Os trabalhos na doca de Ponta Delgada</i>
327	24	<i>A doca da cidade da Horta</i>
328	31	<i>Ponta Delgada e alguns acontecimentos do principio do século XIX</i>

Setembro		
329	7	<i>O conde de Cumberland na Ilha do Faial</i>
330	14	<i>O vinho da Graciosa</i>
331	21	<i>As vindimas nalgumas cantigas populares</i>
332	28	<i>Da antiga tanoaria nos Açores</i>
Outubro		
333	5	<i>A respeito de pão de milho</i>
334	12	<i>Antigos caminhos dos Açores</i>
335	19	<i>A antiga Escola Médico - Cirúrgica de Ponta Delgada</i>
336	26	<i>Ornitologia Açoriana</i>
Novembro		
337	2	<i>Correntes de emigração açoriana</i>
338	9	<i>O número oito na tradição açoriana</i>
339	16	<i>Algumas palavras a respeito do espirro</i>
340	23	<i>A erupção do Pico de João ramos</i>
341	30	<i>Bulhão Pato nos Açores</i>
Dezembro		
342	7	<i>A Imaculada Conceição nas tradições e no folclore</i>
343	14	<i>O Ilhéu de Vila Franca do Campo</i>
344	21	<i>O ciclo das tradições açorianas do Natal</i>
345	28	<i>Balanço das actividades...</i>
1952		
Janeiro		
346	4	<i>Nas vésperas dos Santos Reis</i>
347	11	<i>Um Bispo dos Açores, historiador eclesiástico</i>
348	18	<i>Antigas Constituições Sinodais do Bispado de Angra</i>
349	25	<i>A respeito de malvas arbóreas</i>
Fevereiro		
350	1	<i>Um sermão de Garret na Ilha Graciosa</i>
351	8	<i>As primeiras plantações de ananás em S. Miguel</i>
352	15	<i>O ensino secundário em S. Miguel até há cem anos</i>
353	22	<i>O Liceu de Ponta Delgada e o seu centenário</i>
354	29	<i>A aventura de Guilherme Vandaraga</i>
Março		
355	7	<i>Um príncipe, amigo e admirador dos Açores</i>
356	14	<i>O interior de S. Miguel nos fins do século XVI</i>
357	21	<i>Antigas tradições quaresmais açorianas</i>
358	28	<i>Dos antigos oleiros açorianos</i>

Abril		
359	4	<i>A respeito de “amos”</i>
360	11	<i>O Padre Serrão e as endoenças de há cem anos</i>
361	18	<i>As pombinhas dos telhados</i>
362	25	<i>O Senhor aos Enfermos</i>
Maio		
363	2	<i>Agulhas e alfaiates</i>
364	9	<i>O lugar das Socas em S. Miguel</i>
365	16	<i>O culto do S. Cristo nalgumas ilhas açorianas</i>
366	23	<i>Os Maios em S. Miguel</i>
367	30	<i>Usos e abusos nas festas do Espírito Santo</i>
Junho		
368	6	<i>Pães e massas do Espírito Santo</i>
369	13	<i>A ilha Sabrina</i>
370	20	<i>O café em S. Miguel</i>
371	27	<i>Antigas notícias sobre o trigo açoriano</i>
Julho		
372	4	<i>Abalos de terra em S. Miguel</i>
373	11	<i>Caça ao cachalote</i>
374	18	<i>Das antigas curtimentas</i>
375	25	<i>O Prior do Crato, na Terceira</i>
Agosto		
376	1	<i>Água Retorta e a sua igreja paroquial</i>
377	8	<i>Alguns aspectos da psicologia açoriana</i>
378	15	<i>A Assunção de Nossa Senhora na arte religiosa açoriana</i>
379	22	<i>Angra – cidade</i>
380	29	<i>A inauguração do cano submarino</i>
Setembro		
381	5	<i>O cruzeiro das Furnas, em 1630</i>
382	12	<i>Antiguidade do vinho na Ilha Terceira</i>
383	19	<i>Antigas observações sobre a Ilha de S. Miguel</i>
384	26	<i>Serões de milho</i>
Outubro		
385	3	<i>A Festa da Tosquia</i>
386	10	<i>A respeito de cangas de bois</i>
387	17	<i>Um grande orador nos Açores (Padre António Vieira)</i>
388	24	<i>Romance de mágoas e perdas</i>
389	31	<i>A cidade da Horta – sala de visitas de príncipe</i>

Novembro		
390	7	<i>O Seminário de Angra – e o seu próximo centenário</i>
391	14	<i>Uma procissão em Ponta Delgada há 191 anos</i>
392	21	<i>A respeito de inhames</i>
393	28	<i>O Visconde de Castilho na Ilha do faial</i>
Dezembro		
394	5	<i>Um tesouro nos mares do Corvo</i>
395	12	<i>Os antigos banhos das Furnas ...</i>
396	19	<i>Nas vésperas do Natal</i>
397	26	<i>A Missa do Galo</i>
1953		
Janeiro		
398	2	<i>Balanço das actividades em 1952</i>
399	9	<i>S. Miguel e as lendas das suas pedras</i>
400	16	<i>Uma reunião em Ponta Delgada, há 110 anos</i>
401	23	<i>A Ilha do Corvo entra na História</i>
402	30	<i>A aventura de Martinho da Boémia</i>
Fevereiro		
403	6	<i>Os corvinos e o primeiro bispo dos Açores</i>
404	13	<i>Antigas danças de mascarados na ilha do Faial</i>
405	20	<i>Cristóvão Colombo nos Açores</i>
406	27	<i>Uma Escola de Ensino Técnico em Ponta Delgada</i>
Março		
407	6	<i>Antiguidade das limas do Entrudo</i>
408	13	<i>A iluminação em S. Miguel</i>
409	20	<i>A respeito de “nêspers”</i>
410	27	<i>Endoenças de “algum tempo”</i>
Abril		
411	3	<i>Sábado de Aleluia – Domingo da ressurreição</i>
412	10	<i>Uma tragédia há 140 anos</i>
413	17	<i>Um homem, uma época, um jornal</i>
414	24	<i>A revolta dos Calcetas</i>
Maio		
415	1	<i>Gente algarvia nos Açores</i>
416	8	<i>Os micaelenses e o senhor Santo Cristo</i>
417	15	<i>Quinta-feira da Ascensão</i>
418	22	<i>Antiguidade das festas do Espírito Santo em S. Miguel</i>
419	29	<i>Um mártir terceirense</i>

Junho		
420	5	<i>Antigas procissões de Corpus Cristi</i>
421	12	<i>Um turista e os “navios de carreira”, há 386</i>
422	19	<i>O deitar da peneira</i>
423	26	<i>Visita Régia à Ilha do Faial</i>
Julho		
424	3	<i>A Vila da Povoação</i>
425	10	<i>Um médico contrabandista</i>
426	17	<i>A Vila do Nordeste</i>
427	24	<i>O Tanque das Furnas e a sua história</i>
428	31	<i>Ribeira Grande, vila – cidade</i>
Agosto		
429	7	<i>Um explorador micaelense</i>
430	14	<i>O 15 de Agosto nos Açores</i>
431	21	<i>A Ilha Terceira e as suas lendas no século XVII</i>
432	28	<i>Nas vésperas do Senhor da Pedra</i>
Setembro		
433	4	<i>A Igreja de S. Francisco da Horta</i>
434	11	<i>O lugar do faial da terra</i>
435	18	<i>Antigas epidemias e a sua extinção</i>
436	25	<i>Um combate naval na baía da Horta</i>
Outubro		
437	2	<i>Um oficial americano nos Açores</i>
438	9	<i>Alimentação popular em S. Miguel</i>
439	16	<i>Transporte de passageiros em S. Miguel</i>
440	23	<i>Um lugar de lendas em terras de S. Maria</i>
441	30	<i>Decadência de uma antiga cultura açoriana</i>
Novembro		
442	6	<i>Em vésperas de S. Martinho</i>
443	13	<i>A respeito de uma exposição de trabalhos regionais</i>
444	20	<i>No centenário da morte de uma grande faialense</i>
445	27	<i>A respeito de ar</i>
Dezembro		
446	4	<i>A vida de soldado nas cantigas populares açorianas</i>
447	11	<i>Extinção e restauração de um concelho micaelense</i>
448	18	<i>O culto de Santa Luzia em terras açorianas</i>
449	25	<i>Invocações do Natal de Cristo nalguns templos micaelenses</i>

1954		
Janeiro		
450	1	<i>História de uma viagem do Menino Jesus</i>
451	8	<i>A indústria da resina em S. Miguel</i>
452	15	<i>Um Santinho popular (Santo Amaro)</i>
453	22	<i>A espadana (algumas palavras a respeito de ...)</i>
454	29	<i>Antigas formas de pagamento</i>
Fevereiro		
455	5	<i>A Senhora do Cabo, Lagoa</i>
456	12	<i>Um historiador, inédito</i>
457	19	<i>Casas da moeda na cidade de Angra</i>
458	26	<i>Carnaval de outros tempos</i>
Março		
459	5	<i>A Ilha das Flores nalgumas antigas descrições</i>
460	12	<i>Alguns príncipes estrangeiros na ilha do Faial</i>
461	19	<i>Um aspecto da linguagem popular</i>
462	26	<i>Procissões de Passos na Ilha de S. Miguel</i>
Abril		
463	2	<i>A respeito de cães</i>
464	9	<i>A respeito de gatos</i>
465	16	<i>Aleluia e primavera</i>
466	23	<i>Folclore entomológico</i>
467	30	<i>O Eremita das Furnas</i>
Maio		
468	7	<i>Mais alguns animais nas superstições populares açorianas</i>
469	14	<i>Algumas histórias da Ilha das Flores</i>
470	21	<i>Era uma vez uma viagem</i>
471	28	<i>Casas Palhaçadas</i>
Junho		
472	4	<i>Igrejas do Espírito Santo nalgumas ilhas açorianas</i>
473	11	<i>A viagem tormentosa da Princesa Laila Aninos</i>
474	18	<i>Algumas procissões do Corpo de Deus</i>
475	25	<i>Cravos de S. João</i>

Julho		
476	2	<i>A respeito do povoamento do arquipélago açoriano</i>
477	9	<i>Um flagelo de há 400 anos</i>
478	16	<i>A respeito de moinhos e de moleiros</i>
479	23	<i>A respeito de moleiros</i>
480	30	<i>O sortilégio das Furnas</i>
Agosto		
481	6	<i>Uma história para cada ilha</i>
482	13	<i>Lendas de viagens aparecidas</i>
483	20	<i>Alguns da grande geração e os seus jardins</i>
484	27	<i>A agricultura na ilha Graciosa há cem anos</i>
Setembro		
485	3	<i>A presença das árvores em 5 séculos de vida açoriana</i>
486	10	<i>O Conde de Essex na antiga vila da Horta</i>
487	17	<i>No centenário de um grande cientista micalense</i>
488	24	<i>A ermida do Socorro na Candelária micalense</i>
Outubro		
489	1	<i>Pequenas histórias da história açoriana</i>
490	8	<i>A beterraba sacarina em S. Miguel</i>
491	15	<i>Os Açores nos sermões do Padre António Vieira</i>
492	22	<i>As antigas madeiras da Ilha do Pico</i>
493	29	<i>Alguns topónimos açorianos</i>
Novembro		
494	5	<i>Dos antigos barcos do Pico</i>
495	12	<i>Antigos usos funerários</i>
496	19	<i>Migalhas da história insular</i>
497	26	<i>Das medidas, nos Açores, durante o século XVI</i>
Dezembro		
498	3	<i>Almeida Garrett em S. Miguel</i>
499	10	<i>O culto de Santa Bárbara em terras micalenses</i>
500	17	<i>O Natal está quase a chegar</i>
501	24	<i>Pequenos quadros da quadra do Natal</i>
502	31	<i>Balanço das actividades</i>

1955		
Janeiro		
503	7	<i>A Horta na Crónica de Frutuoso</i>
504	14	<i>A Sé de Angra</i>
505	21	<i>O Corvo</i>
506	28	<i>Um peregrino terceirense</i>
Fevereiro		
507	4	<i>Um historiador açoriano (padre Cordeiro)</i>
508	11	<i>Curiosidades do sub solo mariense</i>
509	18	<i>Os antigos divertimentos nos Açores</i>
510	25	<i>Teófilo Braga e os contos populares açorianos</i>
Março		
511	4	<i>A respeito de unhas</i>
512	11	<i>Algumas plantas nas superstições populares</i>
513	18	<i>Em pleno período quaresmal</i>
514	25	<i>A respeito de “favas do mar”</i>
Abril		
515	1	<i>Algumas palavras sobre a cultura do pinheiro em Santa Maria</i>
516	8	<i>A 1ª Coroação do Espírito Santo, realizada em Ponta Delgada</i>
517	15	<i>Antiguidades das corridas de touros nos Açores</i>
518	22	<i>Um incidente histórico</i>
519	29	<i>Outro incidente histórico</i>
Maio		
520	6	<i>No centenário de uma bandeira</i>
521	13	<i>As rosas do senhor Santo Cristo</i>
522	20	<i>O ciclo etnográfico de Maio</i>
523	27	<i>Perfil das festas do Espírito Santo</i>
Junho		
524	3	<i>As primeiras notícias a respeito do Vale das Furnas</i>
525	10	<i>O tricentenário de Camões em 1880</i>
526	17	<i>Da antiga Alfândega da Ilha de S. Miguel</i>
527	24	<i>Dia de S. João</i>

Julho		
528	1	<i>Roupa de frades</i>
529	8	<i>Um mandado de Deus</i>
530	15	<i>Um viajante sueco nos Açores</i>
531	22	<i>Volta à Ilha de S. Miguel</i>
532	29	<i>As primeiras devastações</i>
Agosto		
533	5	<i>Mosteiros de freiras micaelenses</i>
534	12	<i>Conventos de freiras na Ilha Terceira</i>
535	19	<i>Conventos de freiras na Ilha do Faial</i>
536	26	<i>Três romarias micaelenses</i>
Setembro		
537	2	<i>Dos antigos tanoeiros da Ilha do Faial</i>
538	9	<i>Antigos topónimos açorianos</i>
539	16	<i>Antigo comércio de carnes na cidade de Angra</i>
540	23	<i>A Ilha de S. Miguel e a origem do seu nome</i>
541	30	<i>O Senhor Padre Mestre</i>
Outubro		
542	7	<i>Graves doenças de outros tempos</i>
543	14	<i>Os antigos corregedores das ilhas</i>
544	21	<i>A antiga vila de S. Sebastião da Ilha terceira</i>
545	28	<i>O antigo cargo de dizemeiro</i>
Novembro		
546	4	<i>Alguns corregedores na Ilha de S. Jorge</i>
547	11	<i>As figueiras nos Açores</i>
548	18	<i>A ilha Graciosa e os seus antigos arvoredos</i>
549	25	<i>A respeito do jogo de pião</i>
Dezembro		
550	2	<i>A água de alguns topónimos açorianos</i>
551	9	<i>As pedras na toponímia açoriana</i>
552	16	<i>A estátua da Ilha do Corvo</i>
553	23	<i>O presépio e a sua evolução</i>
554	30	<i>Balanço das actividades em 1955</i>

1956		
Janeiro		
555	6	<i>Os doze dias</i>
556	13	<i>A vegetação das Flores e do Corvo</i>
557	20	<i>Mais alguns topónimos açorianos</i>
558	27	<i>O senhor Juiz de paz da Ilha do Corvo</i>
Fevereiro		
559	3	<i>Uma lenda de Vila Franca do Campo</i>
560	10	<i>Um grande missionário micaelense</i>
561	17	<i>Procissões de Terceiros</i>
562	24	<i>A Igreja e os antigos bailhos</i>
Março		
563	2	<i>No cinquentenário duma instituição micaelense</i>
564	9	<i>Três documentos – três histórias</i>
565	16	<i>O Prof. Alfredo Bensaude artista e etnógrafo</i>
566	23	<i>Um deputado liberal</i>
567	30	<i>As cerimónias da Semana Santa ...</i>
Abril		
568	6	<i>Antigas enchentes na Ilha de S. Jorge</i>
569	13	<i>Quando as searas estão a espigar</i>
570	20	<i>Os mandamentos e os sacramentos na tradição popular</i>
571	27	<i>A aclamação de D. João IV, em S. Maria</i>
Maio		
572	4	<i>Um pedido de madre Tereza da Anunciada</i>
573	11	<i>A louça de barro nalgumas cantigas populares açorianas</i>
574	18	<i>Alguns aspectos das festas do Espírito Santo</i>
575	25	<i>A respeito de lobos-marinhos</i>
Junho		
576	1	<i>Uma digressão em terras de S. Miguel</i>
577	8	<i>Por terras da Bretanha de S. Miguel</i>
578	15	<i>Folclore de Junho</i>
579	22	<i>Antigas recepções em terras açorianas</i>
580	29	<i>Algumas palavras a respeito das carvalhadas</i>
Julho		
581	6	<i>Um investigador da Ilha de S. Jorge</i>
582	13	<i>Antigos combustíveis nos Açores</i>
583	20	<i>Lendas micaelenses</i>
584	27	<i>O Faial e algumas das suas virtudes</i>

Agosto		
585	3	<i>A Urzelina de S. Jorge</i>
586	10	<i>Por terras do Pico</i>
587	17	<i>Sortilégio de Angra</i>
588	24	<i>Um antigo relatório</i>
589	31	<i>No V centenário da Igreja Matriz da Praia da Vitória</i>
Setembro		
590	7	<i>O dote de uma freira</i>
591	14	<i>O culto de Santa Cruz em terras açorianas</i>
592	27	<i>O livro de S. Cipriano</i>
593	28	<i>No centenário de uma igreja</i>
Outubro		
594	5	<i>A Ilha de Santa Maria e a sua marinha mercante</i>
595	12	<i>A Ilha de S. Miguel e alguns dos seus bichos</i>
596	19	<i>O descobrimento dos Açores e a tese gonçalista</i>
597	26	<i>O descobrimento dos Açores no século XIV</i>
Novembro		
598	2	<i>O descobrimento dos Açores e algumas teses ecléticas</i>
599	9	<i>O trânsito das ruas noutros tempos</i>
600	16	<i>Animais pelas ruas</i>
601	23	<i>De quando e como a diocese de Angra foi criada</i>
602	30	<i>Um açoriano ao serviço da Restauração</i>
Dezembro		
603	7	<i>A Igreja da Conceição da Horta</i>
604	14	<i>Cidades e campos dos Açores</i>
605	21	<i>Os primeiros presépios</i>
606	28	<i>Balanço das actividades em 1956</i>
1957		
Janeiro		
607	4	<i>Costumes mourisco nos Açores</i>
608	11	<i>No 1º centenário do Clube Micaelense</i>
609	18	<i>No centenário do Coronel Francisco Chaves</i>
610	25	<i>No 1º centenário da Imprensa do faial</i>
Fevereiro		
611	1	<i>A Festa da Candelária nos Açores</i>
612	8	<i>Os açorianos na caça à baleia</i>
613	15	<i>As três vilas picoenses</i>
614	22	<i>Ingleses nos Açores</i>

Março		
615	1	<i>Mais ingleses nos Açores</i>
616	8	<i>Ainda alguns ingleses</i>
617	15	<i>As cartas dos Açores de Bulhão Pato</i>
618	22	<i>Uma viagem às Furnas há 89 anos</i>
619	29	<i>Uma trova acerca da Encarnação da Virgem</i>
Abril		
620	5	<i>Dois bispos açorianos</i>
621	12	<i>A respeito de Bento de Góis</i>
622	19	<i>A Semana Santa nalgumas orações populares açorianas</i>
623	26	<i>Uma missão científica há cem anos, em S. Miguel</i>
Maio		
624	3	<i>Três cientistas em S. Maria</i>
625	11	<i>Chateaubriand nos Açores</i>
626	18	<i>Faial das Faias</i>
627	25	<i>Do livro do Senhor Santo Cristo</i>
Junho		
628	1	<i>A agricultura micalense nos séculos XV e XVI</i>
629	7	<i>A agricultura micalense nos últimos três séculos</i>
630	14	<i>O terramoto da Praia da Vitória</i>
631	21	<i>Um Rei prisioneiro em Angra</i>
632	29	<i>D. Afonso VI no seu cativo de Angra</i>
Julho		
633	5	<i>A antiga Vila da Horta</i>
634	12	<i>O centenário dos vapores de carreira</i>
635	19	<i>Os Açores e os chefes de estado que os têm visitado</i>
636	26	<i>Trabalho Açoriano</i>
Agosto		
637	2	<i>A compra da Ilha de S. Miguel</i>
638	9	<i>A respeito de um jardim</i>
639	16	<i>Uma terceirense ilustre</i>
640	23	<i>Da gente da Ilha do Corvo</i>
641	30	<i>Os açorianos nos Estados de Santa Maria</i>

Setembro		
642	6	<i>Histórias de piratas na Ilha de S. Maria</i>
643	13	<i>O Primeiro templo micaelense</i>
644	20	<i>Antigas pragmáticas</i>
645	27	<i>Ainda as velhas pragmáticas</i>
Outubro		
646	4	<i>Algumas erupções submarinas nos Açores</i>
647	11	<i>O descobrimento da Ilha Nova</i>
648	18	<i>O vulcão da Urzelina</i>
649	25	<i>A erupção dos Biscoitos</i>
Novembro		
650	1	<i>O culto das Almas</i>
651	8	<i>A ermida de N<sup>a</sup> Senhora do Pópulo</i>
652	15	<i>Algumas curiosidades da toponímia açoriana</i>
653	22	<i>Um diploma de há 133 anos</i>
654	29	<i>A respeito de antigas Bandeiras</i>
Dezembro		
655	7	<i>Ponta Delgada e as suas tradições comerciais</i>
656	18	<i>Dos antigos sinos municipais</i>
657	21	<i>A lição do presépio</i>
658	28	<i>Balanço das actividades em 1957</i>
1958		
Janeiro		
659	3	<i>Um convento em almoeda</i>
660	10	<i>Os rendeiros do ver</i>
661	17	<i>A respeito de uma jangada</i>
662	24	<i>A caminho do ocidente</i>
663	31	<i>Da fertilidade e das coisas da Ilha Terceira</i>
Fevereiro		
664	7	<i>Folhinhas e almanaques dos Açores</i>
665	14	<i>Os antepassados das danças do Entrudo</i>
666	21	<i>Ainda as danças do Entrudo</i>
667	28	<i>Teófilo Braga e as tradições populares açorianas</i>
Março		
668	7	<i>Uma revolução sem sangue</i>
669	14	<i>As peripécias de Pedro Francisco</i>
670	21	<i>Ainda as peripécias de Pedro Francisco</i>
671	28	<i>Algumas aves nas superstições populares açorianas</i>

Abril		
672	4	<i>Em vésperas do tempo pascal</i>
673	11	<i>Uma casa da moeda em Angra</i>
674	18	<i>O peditório do Conde Manuel da Silva</i>
675	25	<i>Os malucos</i>
Maio		
676	2	<i>A rainha D. Leonor e as misericórdias dos Açores</i>
677	9	<i>A primeira procissão do senhor</i>
678	16	<i>Peregrinação mariana em S. Miguel</i>
679	23	<i>Ainda a peregrinação mariana em S. Miguel</i>
680	30	<i>O capote-e-capelo</i>
Junho		
681	6	<i>Da vila da Calheta de S. Jorge</i>
682	13	<i>Uma curiosidade açorianas</i>
683	20	<i>Nas vésperas do Precursor</i>
684	27	<i>A respeito das lâmpadas de S. Pedro</i>
Julho		
685	4	<i>O Prof. Leite de Vasconcelos e os Açores</i>
686	11	<i>O Prof. Leite de Vasconcelos e o seu mês de sonho</i>
687	18	<i>De como Leite de Vasconcelos viu os Açores</i>
688	25	<i>Ainda o Prof. Leite de Vasconcelos e os Açores</i>
Agosto		
689	1	<i>Um manuscrito do século XVII</i>
690	8	<i>Ainda um manuscrito do século XVII</i>
691	15	<i>A virgem Assumpta nos Açores</i>
692	22	<i>Um grande sacerdote micaelense</i>
693	29	<i>Rosto de Cão ou Rasto de Cão</i>
Setembro		
694	5	<i>A Graciosa e a sua vegetação</i>
695	12	<i>No centenário de um historiador terceirense</i>
696	19	<i>A Ilha do Faial e o seu vulcão</i>
697	26	<i>Roteiro da Horta nos meados do século XVII</i>
Outubro		
698	3	<i>Fórmulas populares de juramento</i>
699	10	<i>Outros tempos outros ofícios</i>
700	17	<i>Alguns papas e o arquipélago açoriano</i>
701	24	<i>A cana do açúcar nos Açores Centrais e Ocidentais</i>
702	31	<i>Os Açores nas primeiras viagens aéreas transatlânticas</i>

Novembro		
703	7	<i>As ilhas encantadas</i>
704	14	<i>Ainda as ilhas encantadas</i>
705	21	<i>Era uma vez uma menina chamada Tereza</i>
706	28	<i>Os Santos no adágio popular</i>
Dezembro		
707	5	<i>O sino –samião na tradição popular açoriana</i>
708	12	<i>Regresso ao presépio</i>
709	19	<i>O antigo abastecimento de água</i>
710	20	<i>Os sanchos do Natal na Ilha do Faial</i>
1959		
Janeiro		
711	2	<i>Balanço das actividades em 1958</i>
712	9	<i>Alguns centenários em 1959</i>
713	16	<i>As primeiras abelhas em S. Miguel</i>
714	23	<i>Tentação de carne</i>
715	30	<i>Do antigo abastecimento de carne nas ilhas açorianas</i>
Fevereiro		
716	6	<i>Lembranças do Carnaval</i>
717	13	<i>Do antigo silêncio acerca das ilhas açorianas</i>
718	20	<i>A viola de arame e os bailhos açorianos</i>
719	27	<i>E o silêncio começou a quebrar-se</i>
Março		
720	6	<i>Madalena do Pico</i>
721	13	<i>Os Açores nalguns portulanos</i>
722	20	<i>As primeiras pontes da Ribeira Grande</i>
723	27	<i>A paixão e a morte de Cristo nalgumas esculturas religiosas</i>
Abril		
724	3	<i>Ponta Delgada, antes de cidade</i>
725	10	<i>As casas da Câmara, da Lagoa</i>
726	17	<i>Antiguidades dos barcos das Ilhas</i>
727	24	<i>No centenário do Sínodo Episcopal de Angra</i>
Maio		
728	1	<i>As faias do Senhor Santo Cristo</i>
729	8	<i>As araucárias na paisagem açoriana</i>
730	15	<i>Intenção das Festas do Divino Espírito Santo</i>
731	22	<i>Geografia dos moinhos de vento em terras açorianas</i>
732	29	<i>A respeito de antigas procissões de S. Jorge</i>

Junho		
733	5	<i>Por terras de Vale de Cabaços</i>
734	12	<i>No centenário da introdução do sistema métrico nos Açores</i>
735	19	<i>Vai começar o Verão</i>
736	26	<i>As cartas de alforria da Ilha do Corvo</i>
Julho		
737	3	<i>Um passeio à Lagoa do Fogo</i>
738	10	<i>No tempo do trigo novo</i>
739	17	<i>Panorâmica açoriana</i>
740	24	<i>O primeiro retrato da Ilha Terceira</i>
741	31	<i>Algumas palavras acerca de baloiços e arredanças</i>
Agosto		
742	7	<i>A respeito de eirós</i>
743	14	<i>Os problemas da Bretanha</i>
744	21	<i>Ainda o problema da Bretanha</i>
745	28	<i>As Furnas e os artistas plásticos</i>
Setembro		
746	4	<i>Uma virtuosa matrona micaelense</i>
747	11	<i>A cura das verrugas</i>
748	18	<i>O lugar de Santo Cristo e a sua igreja</i>
749	25	<i>A praia da Graciosa</i>
Outubro		
750	2	<i>O direito na sabedoria popular</i>
751	9	<i>Mar das ilhas</i>
752	16	<i>Milho novo</i>
753	23	<i>A ilha de S. Jorge e as nadeiras</i>
754	30	<i>Do sal e do sabão</i>
Novembro		
755	6	<i>Posturas moralizadoras doutros tempos</i>
756	13	<i>Um caso de contrabando</i>
757	20	<i>Antigos faróis, em S. Miguel</i>
758	27	<i>No 1º centenário da Amor da Pátria.</i>
Dezembro		
759	4	<i>Valores Faialenses</i>
760	11	<i>Do antigo ofício de boticário</i>
761	18	<i>Uma virtuosa micaelense – Luísa dos Anjos</i>
762	25	<i>Ao jantar do dia de festa.</i>

1960		
Janeiro		
763	1	<i>Balanço das actividades em 1959</i>
764	8	<i>Alguns centenários em 1060</i>
765	15	<i>A Igreja de S. Jorge da Vila das Velas</i>
766	22	<i>Uma antiga campanha micaelense para exploração da Laja</i>
767	29	<i>Um grande investigador micaelense</i>
Fevereiro		
768	5	<i>Açores – terras de jardins</i>
769	12	<i>Alguns bichinhos nas superstições populares</i>
770	19	<i>As águas do Faial</i>
771	26	<i>A respeito do Entrudo</i>
Março		
772	4	<i>O Infante D. Henrique e os Açores</i>
773	11	<i>Açores – celeiro do Reino</i>
774	18	<i>A primeira biblioteca pública dos Açores</i>
775	25	<i>Do Alto da Memória</i>
Abril		
776	1	<i>Alguns aspectos da cidade de Angra do Heroísmo</i>
777	8	<i>Descendo o Monte Brasil</i>
778	15	<i>Tradições quaresmais nos Açores</i>
779	22	<i>Antigas procissões do Senhor Frade</i>
780	29	<i>Um passeio `a Serreta</i>
Maio		
781	6	<i>A procissão do Trabalho em Vila Franca do Campo</i>
782	13	<i>Algumas palavras acerca de amoreiras nos Açores</i>
783	20	<i>Algumas achegas para a iconografia do Senhor Santo Cristo</i>
784	27	<i>Ponta Delgada, nos primeiros tempos de vila</i>
Junho		
785	3	<i>As festas mais açorianas dos Açores</i>
786	10	<i>Para a bibliografia das Festas do Divino</i>
787	17	<i>Trigo na eira – pão na assadeira</i>
788	24	<i>Fogueiras de S. João</i>

Julho		
789	1	<i>Do povoamento das ilhas</i>
790	8	<i>Dos antigos partidos médicos</i>
791	15	<i>Os Açores e o Infante</i>
792	22	<i>As antigas canalizações de água</i>
793	29	<i>Da antiga higiene das águas</i>
Agosto		
794	5	<i>A doca de Ponta Delgada vai fazer 100 anos</i>
795	12	<i>As Furnas e alguns viajantes memorialistas</i>
796	19	<i>Os padres e a historiografia açoriana</i>
797	26	<i>Por veredas e atalhos do Vale das Furnas</i>
Setembro		
798	2	<i>As ilhas dos Açores, mães dos metais do mundo</i>
799	9	<i>Um novo roteiro turístico da Ilha de São Miguel</i>
800	16	<i>Antigos milagres na Ilha de Santa Maria</i>
801	23	<i>Vinhas da Madeira nos Açores</i>
802	30	<i>No 1º centenário da 1ª Biblioteca pública de Angra do Heroísmo</i>
Outubro		
803	7	<i>Inhames, inhames e inhameiros</i>
804	14	<i>Os dedos das mãos</i>
805	21	<i>Chá ou café?</i>
806	28	<i>Dois terríveis prognósticos</i>
Novembro		
807	4	<i>Por terras de Santa Maria</i>
808	11	<i>Para uma antologia da terra mariense</i>
809	18	<i>O Convento de Nossa Senhora da Vitória de Vila do Porto</i>
Dezembro		
811	2	<i>A Praia de São Lourenço e o Ilhéu do Romeiro</i>
812	9	<i>Da velha olaria mariense</i>
813	16	<i>Antiga toponímia mariense</i>
814	23	<i>Natal de Jesus na Poesia popular açoriana</i>
815	30	<i>Balanço das actividades em 1960</i>

1961		
Janeiro		
816	6	<i>Alguns centenários em 1961</i>
817	13	<i>Das Janeiras e dos Reis</i>
818	20	<i>Dois Santinhos populares no mês de Janeiro</i>
819	27	<i>Lembranças de S. Miguel</i>
Fevereiro		
820	3	<i>Ermidas de Ponta Delgada</i>
821	10	<i>Monstros marinhos nos mares açorianos</i>
822	17	<i>Algumas palavras a respeito de vassouras</i>
523	24	<i>No centenário de um genealogista açoriano</i>
Março		
824	3	<i>Três manjares açorianos de origem mourisca</i>
825	10	<i>Algumas palavras a respeito de couves</i>
826	17	<i>Habilitações troglodíticas nos Açores</i>
827	24	<i>A respeito de barbas e de bigodes</i>
828	31	<i>O 1º relatório sobre o porto de Ponta Delgada</i>
Abril		
829	7	<i>A respeito de Irró</i>
830	14	<i>A emigração nalgumas cantigas açorianas</i>
831	21	<i>Pecuária açoriana</i>
832	28	<i>No cinquentenário da morte de um grande investigador micaelense</i>
Maio		
833	5	<i>Nas vésperas do Senhor Santo Cristo</i>
834	12	<i>As fajãs açorianas</i>
835	19	<i>A respeito das festas do Espírito Santo</i>
836	26	<i>Primavera em São Miguel</i>
Junho		
837	2	<i>Das procissões do Corpo de Deus</i>
838	9	<i>Um pintor romântico de S. Miguel</i>
839	16	<i>Das antigas medidas de capacidade</i>
840	23	<i>Das noites de S. João</i>
841	30	<i>A respeito de Carvalhadas</i>

Julho		
842	7	<i>No tempo da cebola nova</i>
843	14	<i>A imprensa micalense no século XIX</i>
844	21	<i>Lembranças do velho teatro micalense</i>
845	28	<i>Jardins, águas e banhos do Vale das Furnas</i>
Agosto		
846	4	<i>Indústria Furnense</i>
847	11	<i>Algumas palavras a respeito da Fajã do Mosteiro</i>
848	18	<i>Seis lendas das Sete Cidades</i>
849	25	<i>O lenço, o chaile e a saia</i>
Setembro		
850	1	<i>Um passeio em redor da Ilha de S. Miguel</i>
851	8	<i>Por mares e terras da Ilha de S. Jorge</i>
852	15	<i>As Furnas e a poesia</i>
853	22	<i>Dos velhos caminhos</i>
854	30	<i>No 1º centenário do início da doca de Ponta Delgada</i>
Outubro		
855	6	<i>O culto da Virgem do Rosário na Ilha de São Miguel</i>
856	13	<i>Um tradição que se perdeu</i>
857	20	<i>No 250º aniversário da morte de um historiador terceirense</i>
858	27	<i>Do velho cais da Alfandega de Ponta Delgada</i>
Novembro		
859	3	<i>Uma Academia Militar na Ilha Terceira</i>
860	10	<i>Algumas palavras a respeito dos dízimos</i>
861	17	<i>Dos antigos fornos de cal</i>
862	24	<i>Era uma vez um príncipe, nascido na Ilha do Faial</i>
Dezembro		
863	1	<i>Artesanato açoriano</i>
864	8	<i>A Virgem e os Açores</i>
865	15	<i>Um pouco de músicas antigas</i>
866	29	<i>Natal açoriano</i>
1962		
Janeiro		
867	5	<i>Balanço das actividades em 1961</i>
868	12	<i>Centenários em 1962</i>
869	19	<i>Mitologia açoriana</i>
870	26	<i>Um faialense, arcebispo de Goa</i>

Fevereiro		
871	2	<i>Dos antigos poiais</i>
872	9	<i>A respeito de casas juncadas</i>
873	16	<i>Dos poiais das cozinhas</i>
874	23	<i>Água vai!</i>
Março		
875	2	<i>Contagem popular do tempo</i>
876	9	<i>A respeito de um aniversário</i>
877	16	<i>A publicidade há 60 anos</i>
878	23	<i>Algumas palavras a respeito de talhões</i>
879	30	<i>Dos púcaros de barro</i>
Abril		
880	6	<i>Da lepra nos Açores</i>
881	13	<i>A respeito de pimentas</i>
882	20	<i>Velhas lembranças de antigas cerimónias do Senhor Santo</i>
883	27	<i>Da procissão das Furnas</i>
Maio		
884	4	<i>Tríptico etnográfico de Maio</i>
885	11	<i>Dos ovos e das amêndoas da Páscoa</i>
886	18	<i>Viagem num barco de Papel</i>
887	25	<i>As festas do Senhor Santo Cristo e A. Feliciano de Castilho</i>
Junho		
888	1	<i>Dos Paços municipais de S. Miguel</i>
889	8	<i>As festas do Espírito Santo no Caranguejo de Rabo de Peixe</i>
890	15	<i>Acerca de J. Cândido Abranches</i>
891	22	<i>O culto de Nossa Senhora de Guadalupe nos Açores</i>
892	29	<i>As carvalhadas no culto de S. Pedro Apóstolo</i>
Julho		
893	6	<i>Portugal multiplicado</i>
894	13	<i>Panorama do folclore das Ilhas de São Miguel e de Santa Maria</i>
895	20	<i>Um amigo de Darwin nos Açores</i>
896	27	<i>O culto de Sant'Ana na Ilha de São Miguel</i>

Agosto		
897	3	<i>No IV centenário de Bento de Góis</i>
898	10	<i>Um antigo processo de segurança</i>
899	17	<i>O homem das “roqueiras”</i>
900	24	<i>O homem animal de carga</i>
901	31	<i>Algumas plantas nas crenças populares</i>
Setembro		
902	7	<i>No 1ºcentenário do nascimento da história lagoense</i>
903	14	<i>Um memorialista terceirense</i>
904	21	<i>Antigas indústrias no Vale das Furnas</i>
905	28	<i>Uma grande erupção da Ilha do Pico há 400 anos</i>
Outubro		
906	5	<i>Antigos estaleiros navais nos Açores</i>
907	12	<i>A respeito de uma dança infantil</i>
908	19	<i>A presença dos Açores nos Concelhos Ecuménicos</i>
909	26	<i>Das antigas casa de taipa</i>
Novembro		
910	2	<i>Dos cemitérios da cidade</i>
911	9	<i>No 1ºcentenário do seminário de Angra</i>
912	16	<i>Presença açoriana na madeira</i>
913	23	<i>Das obras da Igreja matriz de Ponta Delgada</i>
914	30	<i>No tricentenário de recolhimento de S. Bárbara</i>
Dezembro		
915	7	<i>O culto de Nossa Senhora da Conceição nos Açores</i>
916	14	<i>Pelo Santo Tomé – o porco pelo pé</i>
917	21	<i>O Natal e o artesanato açoriano</i>
918	28	<i>Balanço de actividades em 1962</i>
1963		
Janeiro		
919	4	<i>Alguns centenários em 1963</i>
920	11	<i>As azenhas na paisagem açoriana</i>
921	18	<i>A miragem do oiro nos Açores</i>
922	25	<i>Um holandês na Ilha Terceira nos fins do século XVI</i>
Fevereiro		
923	1	<i>As estrelas do céu açoriano</i>
924	8	<i>Das antigas casas de palha</i>
925	15	<i>A respeito do rasto</i>
926	22	<i>Algumas curiosidades da toponímia açoriana</i>

Março		
927	1	<i>Do antigo ofício de ferreiro</i>
928	8	<i>Identidade toponímica</i>
929	15	<i>O caminho-de-ferro em São Miguel</i>
930	22	<i>Transportes doutros tempos</i>
931	29	<i>Do ensino prático agrícola em São Miguel</i>
Abril		
932	5	<i>Do antigo Porto dos Carneiros</i>
933	12	<i>Um aspecto da religiosidade insular</i>
934	19	<i>Peregrinação por Angra do heroísmo</i>
935	26	<i>Algumas palavras a respeito de defumadouros</i>
Maio		
936	3	<i>A respeito do arco da Velha</i>
937	10	<i>Acerca de ferraduras</i>
938	17	<i>Acerca de uma exposição de Registo do Senhor Santo Cristo</i>
939	24	<i>O Tribunal da Relação dos Açores</i>
940	31	<i>O tambor do Divino Espírito Santo</i>
Junho		
941	7	<i>Algumas palavras a respeito de aranhas</i>
942	14	<i>Câmara Nova de Ponta Delgada</i>
943	21	<i>Banhos de São João</i>
944	28	<i>A respeito das chaves de São Pedro</i>
Julho		
945	5	<i>A cama-de-estado</i>
946	12	<i>Congressos de Etnografia e de Folclore</i>
947	19	<i>Navegações para Ocidente</i>
948	26	<i>A respeito de búzios de calhau</i>
Agosto		
949	2	<i>Cangas de bois</i>
950	9	<i>A respeito de carvão</i>
951	16	<i>A erupção do Pico Queimado</i>
952	23	<i>Duas plantas – duas pragas</i>
953	30	<i>Das velhas fontes</i>

Setembro		
954	6	<i>Das velhas e novas pontes</i>
955	13	<i>Algumas palavras a respeito de canas</i>
956	20	<i>Acerca do espelho</i>
957	27	<i>Das primeiras quintas de São Miguel</i>
Outubro		
958	4	<i>A História da princesa Mangalona</i>
959	11	<i>A História da Imperatriz Porcina</i>
960	18	<i>A História de João de Calais</i>
961	25	<i>A respeito de figas</i>
Novembro		
962	1	<i>A respeito de almas penadas</i>
963	8	<i>A História da Donzela Teodora</i>
964	15	<i>A respeito de antes</i>
965	22	<i>A respeito de língua</i>
966	29	<i>A respeito de cabelos</i>
Dezembro		
967	6	<i>Quantas vezes as mães cantam</i>
968	13	<i>Em Louvor da sertã</i>
969	20	<i>Natal à vista!</i>
970	27	<i>Balanço das actividades em 1963</i>
1964		
Janeiro		
971	3	<i>Alguns centenários em 1964</i>
972	10	<i>O boi e a vaca nas superstições populares</i>
973	17	<i>A cana sacarina nos Açores Centrais</i>
974	24	<i>As sopas e os caldos na alimentação popular açoriana</i>
975	31	<i>Os peixes na alimentação popular açoriana</i>
Fevereiro		
976	7	<i>As carnes na alimentação popular açoriana</i>
977	14	<i>Ainda acerca da alimentação popular</i>
978	21	<i>Os ventos na expressão popular açoriana</i>
979	28	<i>A presença da pedra nas ilhas açorianas</i>
Março		
980	6	<i>A pedra nas tradições populares açorianas</i>
981	13	<i>A respeito de gente velha</i>
982	20	<i>Duas tradições faialenses</i>
983	27	<i>Um aspecto da religiosidade do povo açoriano</i>

Abril		
984	3	<i>Uma exposição de alfaias de festas do Espírito Santo na Horta</i>
985	10	<i>A imprensa do distrito da Horta</i>
986	17	<i>Artesanato regional do distrito da Horta</i>
987	24	<i>A origem dos sismos nos domínios do folclore e da moral</i>
Maio		
988	1	<i>O culto do Senhor Santo Cristo através do folclore</i>
989	8	<i>O centenário do tabaco</i>
990	15	<i>As festas do Espírito Santo em S. Miguel</i>
991	22	<i>Uma confraria de ananaseiros</i>
992	29	<i>A curiosa história do dragoeiro</i>
Junho		
993	5	<i>O poder mágico da saliva</i>
994	12	<i>Cantar ao desafio</i>
995	19	<i>Antecedentes da doca da Horta</i>
996	26	<i>Para o estudo das carvalhadas de S. Pedro</i>
Julho		
997	3	<i>Ainda as cantigas ao desafio</i>
998	10	<i>Alguns peixes no adágio popular</i>
999	17	<i>A lição do Nordeste</i>
1000	24	<i>Um médico hidrologista micalense</i>
1001	31	<i>Fórmulas infantis de escolha</i>
Agosto		
1002	7	<i>Pelos caminhos das tradições açorianas</i>
1003	14	<i>Santa Maria de Agosto em terras micalenses</i>
1004	21	<i>Das delícias dos banhos das Furnas</i>
1005	28	<i>A respeito de fontes de sacristias</i>
Setembro		
1006	4	<i>De cavaleiros e cavalos</i>
1007	11	<i>Santos especialistas</i>
1008	18	<i>A respeito de cheiros</i>
1009	25	<i>Adagiário no cancioneiro popular</i>
Outubro		
1010	2	<i>Ópera em S. Miguel há 112 anos</i>
1011	9	<i>Outubro florido</i>
1012	16	<i>Ilhéus dos Açores Orientais</i>
1013	23	<i>Ilhéus dos Açores Centrais</i>
1014	30	<i>Ilhéus dos Açores Ocidentais</i>

Novembro		
1015	6	<i>O ananás na geografia e no folclore micaelense</i>
1016	13	<i>Da ermida de Nossa Senhora da Paz</i>
1017	20	<i>São Cosme e São Damião na Ilha de S. Rig e de Santa Maria</i>
1018	27	<i>Capacharia popular</i>
Dezembro		
1019	4	<i>Um aspecto da toponímia açoriana</i>
1020	11	<i>Folclore oftalmológico</i>
1021	18	<i>O Natal e as suas vésperas</i>
1022	25	<i>Ao jantar do dia de Festa</i>
1965		
Janeiro		
1023	1	<i>Balanço das actividades em 1964</i>
1024	8	<i>Alguns centenários em 1965</i>
1025	15	<i>O sentido de grandeza na toponímia açoriana</i>
1026	22	<i>Antigas indústrias açorianas através da toponímia</i>
1027	29	<i>O Culto da Purificação da Virgem nos Açores</i>
Fevereiro		
1028	5	<i>Os Açores e Meteorologia</i>
1029	12	<i>A respeito de peneiras</i>
1030	19	<i>A respeito de tesouras</i>
1031	26	<i>Tempos de Entrudo</i>
Março		
1032	5	<i>Crendices açorianas e norte – americanas</i>
1033	12	<i>Antigas marcas de prosperidade</i>
1034	19	<i>Higiene alimentar nos adágios populares</i>
1035	26	<i>Alguns alimentos no adagiário popular</i>
Abril		
1036	2	<i>Os óculos de algumas casas antigas</i>
1037	9	<i>O Culto de Nossa Senhora das Dores nas ilhas açorianas</i>
1038	16	<i>A Quaresma noutros tempos</i>
1039	23	<i>Calçado popular açoriano</i>
1040	30	<i>Dos barretes e das carapuças</i>
Maio		
1041	7	<i>S. Miguel nos Açores</i>
1042	14	<i>Aspectos folclóricos no culto de S. Cristo</i>
1043	21	<i>Balanço das Festas</i>
1044	28	<i>A respeito do guarda-sol</i>

Junho		
1045	4	<i>Raízes das festas do Divino Espírito Santo</i>
1046	11	<i>No centenário de António Ferreira de Serpa</i>
1047	18	<i>Velhos conflitos</i>
1048	25	<i>Raízes das Carvalhadas</i>
Julho		
1049	2	<i>Nomes de terras e pessoas no adágio popular</i>
1050	9	<i>Os animais na toponímia açoriana</i>
1051	16	<i>Aspectos religiosos na toponímia açoriana</i>
1052	23	<i>Os animais na linguagem popular</i>
1053	30	<i>A respeito de algares</i>
Agosto		
1054	6	<i>O transporte de égua</i>
1055	13	<i>Agosto e as suas romarias</i>
1056	20	<i>A respeito de um velho tecido (chamalote)</i>
1057	27	<i>Comer em comum</i>
Setembro		
1058	3	<i>Nos velhos mercados dos Açores</i>
1059	10	<i>Dos primeiros tempos nos Açores Orientais</i>
1060	17	<i>De bancos e arquibancos</i>
1061	24	<i>O telhado nalgumas superstições</i>
Outubro		
1062	1	<i>Um pouco de tabaco</i>
1063	15	<i>A respeito de mariscos</i>
1064	22	<i>Adágio de carácter pedagógico</i>
1065	29	<i>Dos nossos cemitérios</i>
Novembro		
1066	5	<i>Direito e esquerdo</i>
1067	12	<i>A mulher no adágio popular</i>
1068	19	<i>Um pouco de aguardente</i>
1069	26	<i>Em louvor do feijão</i>
Dezembro		
1070	3	<i>A mulher no adagiário popular</i>
1071	10	<i>O homem no adagiário popular</i>
1072	17	<i>A poesia das novenas</i>
1073	24	<i>O presépio como parada folclórica</i>
1074	31	<i>Balanço das actividades em 1965</i>

1966		
Janeiro		
1075	7	<i>Alguns centenários em 1966</i>
1076	14	<i>Hospitalidade de Frades</i>
1077	21	<i>Da amizade e dos amigos</i>
1078	28	<i>Do 1ºcentenário do nascimento de M.J. Tavares Tomar</i>
Fevereiro		
1079	4	<i>Bater à porta</i>
1080	11	<i>A respeito de compadres e de comadres</i>
1081	18	<i>Gastronomia do Entrudo</i>
1082	25	<i>A idade no adagiário popular</i>
Março		
1083	4	<i>Há 300 anos, na cidade de Angra</i>
1084	11	<i>O casamento nos adágios populares</i>
1085	18	<i>O casamento nas cantigas populares</i>
1086	25	<i>Os ovos nas tradições populares</i>
Abril		
1087	1	<i>Ainda a respeito de ovos</i>
1088	8	<i>ABC religioso</i>
1089	15	<i>No V centenário do Povoamento do Faial</i>
1090	22	<i>ABC dos Amores</i>
1091	29	<i>A respeito de pancadaria</i>
Maio		
1092	6	<i>Acerca de Santa Quitéria</i>
1093	13	<i>As casas do senhor</i>
1094	20	<i>A respeito de barbas</i>
1095	27	<i>Um elemento cultural comum (Espírito Santo)</i>
Junho		
1096	3	<i>Dos antigos arrastos</i>
1097	10	<i>Das horas do dia</i>
1098	17	<i>A respeito de cabelos</i>
1099	24	<i>Pelo São João</i>
Julho		
1100	1	<i>As sete voltas (S. Pedro)</i>
1101	8	<i>A respeito de gaiolas</i>
1102	15	<i>Galinha assada e frango no espeto</i>
1103	22	<i>Arroz doce com canela</i>
1104	29	<i>Capitania Geral dos Açores</i>

Agosto		
1105	5	<i>A água na paisagem açoriana</i>
1106	12	<i>As igrejas na paisagem açoriana</i>
1107	19	<i>A Nau Catrineta</i>
1108	26	<i>Porta e janela</i>
Setembro		
1109	2	<i>Os Açores e as suas regiões vinhateiras</i>
1110	9	<i>Vindimas na Fajã do Calhau</i>
1111	16	<i>Guloseimas de arraiais</i>
1112	23	<i>O primeiro Capitão-General</i>
1113	30	<i>As cores nas cantigas populares</i>
Outubro		
1114	7	<i>A porta da rua</i>
1115	14	<i>A respeito de pernas</i>
1116	21	<i>O elemento estrangeiro na toponímia açoriana</i>
1117	28	<i>Na hora da morte</i>
Novembro		
1118	4	<i>A respeito de cabras</i>
1119	11	<i>Vinho a mais</i>
1120	18	<i>Alminha de Francisco Raposo</i>
1121	25	<i>Das casas dos Arrifes</i>
Dezembro		
1122	2	<i>Da guarda do milho</i>
1123	9	<i>Doenças de outros tempos</i>
1124	16	<i>Um espectáculo memorável</i>
1125	23	<i>O boi e a mula do presépio</i>
1126	30	<i>Balanço das actividades</i>
1967		
Janeiro		
1127	6	<i>Alguns centenários em 1967</i>
1128	13	<i>São nove as ilhas dos Açores</i>
1129	20	<i>A respeito de chuva</i>
1130	27	<i>A chuva na linguagem popular açoriana</i>
Fevereiro		
1131	3	<i>Onomatopeias populares</i>
1132	10	<i>Da Ordem terceira de São Francisco</i>
1133	17	<i>Os cães nas tradições populares açorianas</i>
1134	24	<i>Hipocorísticos e diminutivos</i>

Março		
1135	3	<i>Das velhas fortalezas</i>
1136	10	<i>Da morrinha e dos morrinhosos</i>
1137	17	<i>A morte nalgumas cantigas populares</i>
1138	24	<i>A cruz na toponímia açoriana</i>
1139	31	<i>Corpo Santo</i>
Abril		
1140	7	<i>As telecomunicações nos Açores</i>
1141	14	<i>A cozinha rural</i>
1142	21	<i>Os numerais na toponímia açoriana</i>
1143	28	<i>Da antiga arquitectura de Ponta Delgada</i>
Maio		
1144	5	<i>Dos coretos de música</i>
1145	12	<i>A Virgem de Fátima nas ilhas açorianas</i>
1146	19	<i>Bonecas de Praça</i>
1147	26	<i>As cores na toponímia açoriana</i>
Junho		
1148	2	<i>Geografia das três cidades açorianas</i>
1149	9	<i>Esfregações e emplastros</i>
1150	16	<i>Enquanto é tempo</i>
1151	23	<i>Pedro – Paulo foi a Roma</i>
1152	30	<i>O Sortilégio da Ribeira Grande</i>
Julho		
1153	7	<i>Uma exposição de arte sacra</i>
1154	14	<i>No tempo do milho verde</i>
1155	21	<i>A respeito de uma exposição de flores</i>
1156	28	<i>Centenário de um romance (Beatriz)</i>
Agosto		
1157	4	<i>Estudos sobre olaria açoriana</i>
1158	11	<i>Do culto de Nossa senhora da Boa Morte</i>
1159	18	<i>Ao luar de Agosto</i>
1160	25	<i>Orgulho de ser açoriano</i>

Setembro		
1161	1	<i>Folclore do mar açoriano</i>
1162	8	<i>O culto de Nossa Senhora das Mercês nos Açores</i>
1163	15	<i>Os números nas cantigas populares</i>
1164	22	<i>Ao veio do tempo</i>
1165	29	<i>A emigração no Cancioneiro Popular</i>
Outubro		
1166	6	<i>Influências de retorno</i>
1167	13	<i>O Brasil nalgumas cantigas populares açorianas</i>
1168	20	<i>A respeito de São Macaio</i>
1169	27	<i>Figos de Banana</i>
Novembro		
1170	3	<i>A mulher e a galinha</i>
1171	10	<i>O talhão, o alguidar e a terrina</i>
1172	17	<i>Antigos trajos masculinos de São Miguel</i>
1173	24	<i>Antigos trajos femininos de São Miguel</i>
Dezembro		
1174	1	<i>Do chiar dos carros de bois</i>
1175	8	<i>O culto de Nossa Senhora da Conceição em São Miguel</i>
1176	15	<i>Açores – terras de Santa Maria</i>
1177	22	<i>Presépios açorianos</i>
1178	29	<i>Balanço das actividades em 1967</i>
1968		
Janeiro		
1179	5	<i>Romance dos Reis</i>
1180	12	<i>Alguns centenários e quinquentenários em 1968</i>
1181	19	<i>Ponta Delgada há 50 anos (Base Naval)</i>
1182	26	<i>A respeito de cómodas</i>
Fevereiro		
1183	2	<i>De covas, covões e coveiros</i>
1184	9	<i>A respeito de Gergelim</i>
1185	16	<i>Para um inventário do vasilhame vinário</i>
1186	23	<i>Três receitas de doces</i>

Março		
1187	1	<i>Em louvor do chicharro</i>
1188	8	<i>Os santos na toponímia</i>
1189	15	<i>Um crime há 85 anos</i>
1190	22	<i>O caso do Jacinto Pedro</i>
1191	29	<i>Senhor no chão</i>
Abril		
1192	5	<i>Chinelo no pé</i>
1193	12	<i>A semana Santa noutros tempos</i>
1194	19	<i>Um Bispo Faialense</i>
1195	26	<i>Toponímia Nordestense</i>
Maio		
1196	3	<i>Arte popular açoriana</i>
1197	10	<i>A respeito de sacos e de saquinhos</i>
1198	17	<i>As grandes horas das festas do senhor</i>
1199	24	<i>Aspectos antigos e actuais de Ponta Delgada</i>
1200	31	<i>A bandeira do Divino Espírito Santo</i>
Junho		
1201	7	<i>Arquivo dos Açores</i>
1202	14	<i>A respeito de assobios</i>
1103	21	<i>A respeito de “embaixadas”</i>
1104	28	<i>O culto de São Pedro Apostolo nalgumas ilhas</i>
Julho		
1205	5	<i>De chaves e de chavinhas</i>
1206	12	<i>Uma parada de carácter etnográfica</i>
1207	19	<i>Algumas palavras a respeito de chaminés</i>
1208	26	<i>Sant’Ana, nalgumas ilhas açorianas</i>
Agosto		
1209	2	<i>Uma exposição sobre a antiga vila rural micalense</i>
1210	9	<i>Da antiga distribuição do leite</i>
1211	16	<i>Santa Maria e as suas relíquias</i>
1212	23	<i>Aranhas e aranhaços</i>
1213	30	<i>Crianças ao colo</i>
Setembro		
1214	6	<i>O culto de Nossa Senhora da Luz</i>
1215	13	<i>Velhas e simples alfaias</i>
1216	20	<i>Os atalhos e os caminhos na toponímia açoriana</i>
1217	27	<i>Mãozinha de sal</i>

Outubro		
1218	4	<i>O laboratório hidrotermal das Furnas</i>
1219	11	<i>A Caldeira de Pero Botelho</i>
1220	18	<i>Cabeças cobertas e cabeças descobertas</i>
1221	25	<i>Flores de Outono</i>
Novembro		
1222	1	<i>Na véspera do dia de Almas</i>
1223	8	<i>Algumas superstições relacionadas com a mesa</i>
1224	15	<i>Gafos e gafarias</i>
1225	22	<i>Toponímia corvina</i>
1226	29	<i>Um livro sobre a ilha do Corvo</i>
Dezembro		
1227	6	<i>No centenário do nascimento de O. Goulart</i>
1228	13	<i>Cheirinhos de casa</i>
1229	20	<i>Roupinhas para o Menino Jesus</i>
1230	27	<i>Balanço das actividades</i>
1969		
Janeiro		
1231	3	<i>Alguns centenários em 1969</i>
1232	10	<i>Voz do Povo, voz de Deus</i>
1233	17	<i>A respeito de vedações</i>
1234	24	<i>A casa da paremiologia açoriana</i>
1235	31	<i>Varandas de rabo e janelas de guilhotina</i>
Fevereiro		
1236	7	<i>Cultura Açoriana nos séculos XV e XVI</i>
1237	14	<i>Cultura Açoriana nos séculos XVII</i>
1238	21	<i>Cultura Açoriana nos séculos XVIII</i>
1239	28	<i>Cultura Açoriana no século XIX</i>
Março		
1240	7	<i>Ainda a cultura no século XIX</i>
1241	14	<i>A respeito de um centenário</i>
1242	21	<i>Para a história trágico-marítima dos Açores</i>
1243	28	<i>Paços do concelho da Vila da Povoação</i>
Abril		
1244	4	<i>Quaresma e Páscoa em terras açorianas</i>
1245	11	<i>Júlio de Castilho nos Açores</i>
1246	18	<i>Ainda Júlio de Castilho nos Açores</i>
1247	25	<i>Livros Portugueses do século XVI nos Açores</i>

Maio		
1248	2	<i>Cantos populares do Arquipélago dos Açores</i>
1249	9	<i>A Imagem do Senhor Santo Cristo e o seu culto</i>
1250	16	<i>Mateus Leal</i>
1251	23	<i>Os Açores e as festas de Espírito Santo</i>
1252	30	<i>No V centenário do povo do Faial</i>
Junho		
1253	6	<i>Solteira fora mil anos</i>
1254	13	<i>A respeito de Lombas</i>
1255	20	<i>As profissões no adagiário popular açoriano</i>
1256	27	<i>Acerca de um ditado tópico</i>
Julho		
1257	4	<i>Um livro sobre a ilha Graciosa</i>
1258	11	<i>Culinária a Saúde</i>
1259	18	<i>O trânsito noutros tempos nas cidades açorianas</i>
1260	25	<i>A respeito de “canadas”</i>
Agosto		
1261	1	<i>Agosto nos Açores</i>
1262	8	<i>“Pedras de Santa Maria”</i>
1263	15	<i>Bibliografia mariense</i>
1264	22	<i>Os Açores e a aviação</i>
1265	29	<i>Traços comuns das festas do espírito santo</i>
Setembro		
1266	5	<i>Um relatório de há 107 anos</i>
1267	12	<i>A respeito de abóboras e morangos</i>
1268	19	<i>Raminho de manjeriço</i>
1269	26	<i>As solaias</i>
Outubro		
1270	3	<i>Um livro de há cem anos</i>
1271	10	<i>A respeito de cadeiras</i>
1272	17	<i>Toponímia de origem estrangeiro nos Açores</i>
1273	24	<i>Pão por Deus dos jornais</i>
1274	31	<i>O castelo de Santa Cruz, da Horta</i>
Novembro		
1275	7	<i>O vinho no adagiário popular açoriano</i>
1276	14	<i>Uma gruta imaginária em terras de São Miguel</i>
1277	21	<i>Pinturas a fresco em casas do século XIX</i>
1278	28	<i>Decoração interior da casa rural açoriana</i>

<i>Dezembro</i>		
1279	5	<i>Duas ilhas gémeas</i>
1280	12	<i>Bodas de casamento</i>
1281	19	<i>Tema de Natal no Museu de Ponta Delgada</i>
1282	26	<i>Balanço das actividades em 1969</i>
1970		
Janeiro		
1283	2	<i>Alguns centenários em 1970</i>
1284	9	<i>A respeito de quintais</i>
1285	16	<i>Muros, grades leões</i>
1286	23	<i>A respeito de lenços de cabeça</i>
1287	30	<i>Os primeiros 60 periódicos micalenses</i>
Fevereiro		
1288	6	<i>O Colégio dos Jesuítas de Angra</i>
1289	13	<i>As primeiras araucárias nos Açores</i>
1290	20	<i>De paliteiros e palitos</i>
1291	27	<i>Do antigo comércio da laranja nos Açores</i>
Março		
1292	6	<i>Antigos roteiros turísticos dos Açores</i>
1293	13	<i>Roteiros turísticos açorianos do século XVIII</i>
1294	20	<i>Livros de viagens sobre os Açores na 1ª metade do século XIX</i>
1295	27	<i>Livros de viagens sobre os Açores na 2ª metade do século XIX</i>
Abril		
1296	3	<i>A festa de Irró</i>
1297	10	<i>Das torres de Ponta Delgada</i>
1298	17	<i>Dos antigos Torrões</i>
1299	24	<i>Os Açores e as suas festas de Primavera</i>
Maio		
1300	1	<i>A propósito das festas do Senhor Santo Cristo</i>
1301	8	<i>Das folias e dos foliões do Divino Espírito Santo</i>
1302	15	<i>A Revelação do Vale das Furnas</i>
1303	22	<i>Pelo Nordeste micalense</i>
1304	29	<i>Antigas medidas no Arquipélago açoriano</i>
Junho		
1305	5	<i>Antecedentes do Estatuto</i>
1306	12	<i>No tempo da praga</i>
1307	19	<i>A vegetação na toponímia açoriana</i>
1308	26	<i>A noite nas cantigas populares açorianas</i>

Julho		
1309	3	<i>Os dias da semana nas cantigas populares açorianas</i>
1310	10	<i>Dos primeiros trigos</i>
1311	17	<i>No centenário da Igreja da Fajã de Cima</i>
1312	24	<i>Sant'Ana de Ponta Delgada</i>
1313	31	<i>As primeiras letras</i>
Agosto		
1314	7	<i>Antigos casos de assombramento</i>
1315	14	<i>Procissões e Romarias</i>
1316	21	<i>Nossa Senhora e a Medicina nos Açores</i>
1317	28	<i>Dois lendas</i>
Setembro		
1318	4	<i>Etnogenia açoriana</i>
1319	11	<i>Um corregedor original</i>
1320	18	<i>A Senhora da Guia na Ilha do Faial</i>
1321	25	<i>Tempo de vindimas</i>
Outubro		
1322	2	<i>Um suposto tribunal na Ilha do Corvo</i>
1323	9	<i>Pancada d'Água</i>
1324	16	<i>De Vale de Cabaços à Caloura</i>
1325	23	<i>Favas do Mar e Caixas de rapé</i>
1326	30	<i>Alminhas e cruzeiros</i>
Novembro		
1327	6	<i>Almas em perigo</i>
1328	13	<i>A Sé de Angra e a sua primeira pedra</i>
1329	20	<i>Salada de frutas</i>
1330	27	<i>As frutas nos adágios e nas advinhas</i>
Dezembro		
1331	4	<i>Terrina de canja</i>
1332	11	<i>No 1º cinquentenário da Mutualista Açoriana</i>
1333	18	<i>Prelúdios de Natal</i>
1334	25	<i>O Arcano da Ribeira Grande</i>

1971		
Janeiro		
1335	1	<i>Balanço das actividades ...1970</i>
1336	8	<i>Alguns centenários em 1971</i>
1337	15	<i>A respeito das antigas cisternas</i>
1338	22	<i>Um tipo arcaico de construção</i>
1339	29	<i>Trastes de saleta</i>
Fevereiro		
1340	5	<i>Álbuns de retratos</i>
1341	12	<i>Em louvor da açorda</i>
1342	19	<i>A respeito do testamento do Entrudo</i>
1343	26	<i>A respeito de nomes, sobrenomes, apelidos e alcunhas</i>
Março		
1344	5	<i>Dendrolatria popular açoriana</i>
1345	12	<i>Contemporaneidade do carro de bois</i>
1346	19	<i>Março Mariano</i>
1347	26	<i>No centenário de um contista picoense</i>
Abril		
1348	2	<i>A presença de Deus no adagiário popular</i>
1349	9	<i>Nas vésperas do tempo passado</i>
1350	16	<i>Procissões do Senhor aos enfermos</i>
1351	23	<i>Vestimentas de outros tempos</i>
1352	30	<i>Ainda as vestimentas de outros tempos</i>
Maio		
1353	7	<i>Marotos e marotinhos</i>
1354	14	<i>O campo das festas do Senhor</i>
1355	21	<i>Os Santos no adagiário popular açoriano</i>
1356	28	<i>No tempo do Senhor Espírito Santo</i>
Junho		
1357	4	<i>Velha tapeçaria</i>
1358	11	<i>Comparações populares</i>
1359	18	<i>Verde pinho</i>
1360	25	<i>Entre São João e São Pedro</i>

Julho		
1361	2	<i>Os Filhos no tratamento popular</i>
1362	9	<i>Trigo novo</i>
1363	16	<i>A alimentação na linguagem popular</i>
1364	23	<i>Das antigas covas de trigo</i>
1365	30	<i>Regalos de verão</i>
Agosto		
1366	6	<i>A terceira paróquia de Ponta Delgada</i>
1367	13	<i>Os Açores e a Virgem Assumpta</i>
1368	20	<i>Cal e barro de Santa Maria</i>
1369	27	<i>A respeito de malvas</i>
Setembro		
1370	3	<i>Um meio de transporte de outros tempos</i>
1371	10	<i>Remédios da Lagoa</i>
1372	17	<i>A baixa de Ponta Delgada no século XIX</i>
1373	24	<i>As desgraças da graça</i>
Outubro		
1374	1	<i>A instrução em quatro séculos de História Açoriana</i>
1375	8	<i>A instrução nos Açores no século XIX</i>
1376	15	<i>Para a história do ensino Agrícola no distrito de Ponta Delgada</i>
1377	22	<i>Do pastel açoriano</i>
1378	29	<i>A morte no adagiário popular açoriano</i>
Novembro		
1379	5	<i>O vinho no adagiário popular açoriano</i>
1380	12	<i>Em memória de Cortes - Rodrigues</i>
1381	19	<i>Naujá o pau da barca</i>
1382	26	<i>A luta pela água</i>
Dezembro		
1383	3	<i>Um grande animador do movimento restaurador nos Açores</i>
1384	10	<i>Do espelho cristalino</i>
1385	17	<i>Ainda o Espelho cristalino</i>
1386	24	<i>Horas de bondade</i>
1387	31	<i>Balanço de 1971</i>

1972		
Janeiro		
1388	7	<i>Alguns centenários e quinquentenários em 1972</i>
1389	14	<i>A respeito de antigos mercados</i>
1390	21	<i>Cenas de antigos mercados</i>
1391	28	<i>Para a história das Ilhas das Flores</i>
Fevereiro		
1392	4	<i>A água no folclore</i>
1393	11	<i>Matança de porco</i>
1394	18	<i>“A Bela Menina”</i>
1395	25	<i>Em ano bissexto</i>
Março		
1396	3	<i>Adágios em cantigas</i>
1397	10	<i>O culto de Nossa Senhora de Monserrate nos Açores</i>
1398	17	<i>Madeiras da Ilha do Pico</i>
1399	24	<i>Ainda madeiras da Ilha do Pico</i>
1400	31	<i>Tempo de Quaresma e tempo de Páscoa</i>
Abril		
1401	7	<i>As Casas da Câmara da Lagoa</i>
1402	14	<i>Velhas expressões no cancioneiro popular açoriano</i>
1403	21	<i>O vestuário nas cantigas populares açorianas</i>
1404	28	<i>Pão, amor e cantigas</i>
Maio		
1405	5	<i>As festas do Senhor Santo Cristo e a visita Régia</i>
1406	12	<i>As águas Termais da Ilha de São Miguel há cem anos</i>
1407	19	<i>Nas vésperas do Espírito Santo</i>
1408	26	<i>Da antiga cultura do linho em São Miguel</i>
Junho		
1409	2	<i>O parentesco no adagiário popular açoriano</i>
1410	9	<i>Sebastianistas nos Açores</i>
1411	16	<i>Combates e naufrágios nos mares dos Açores</i>
1412	23	<i>Um século de cerâmica lagoense</i>
1413	30	<i>Dois ermidas dos Fenais da Luz</i>
Julho		
1414	7	<i>As enguias e o seu mistério</i>
1415	14	<i>Quando Marconi esteve na Ilha do Faial</i>
1416	21	<i>Quando D. Pedro IV esteve nos Açores</i>
1417	28	<i>Versos religiosos</i>

Agosto		
1418	4	<i>Evocação de Fructoso</i>
1419	11	<i>O vulcão de 1672 na ilha do Faial</i>
1420	18	<i>Viola da terra</i>
1421	25	<i>Uma mãozinha de sal</i>
Setembro		
1422	1	<i>Fontes de amores</i>
1423	8	<i>A respeito da cor azul</i>
1424	15	<i>A respeito de olhos pretos</i>
1425	22	<i>As primeiras indústrias micaelenses</i>
1426	29	<i>A respeito de telhas</i>
Outubro		
1427	6	<i>Galeões afundados junto ao Corvo</i>
1428	13	<i>Fiado – hoje não, amanhã – sim!</i>
1429	20	<i>Em Vila Franca do Campo há 450 anos</i>
1430	27	<i>Algumas palavras a respeito da “falsa”</i>
Novembro		
1431	3	<i>A respeito de cemitérios</i>
1432	10	<i>A respeito de dinheiro</i>
1433	17	<i>O dinheiro no adagiário popular açoriano</i>
1434	24	<i>A respeito de nuvens e de nevoeiros</i>
Dezembro		
1435	1	<i>Do Convento de São Boaventura da Ilha das Flores</i>
1436	8	<i>Adivinhas – chuvas</i>
1437	15	<i>A respeito de cabeleiras</i>
1438	22	<i>Presença de natal</i>
1439	29	<i>Balanço</i>
1973		
Janeiro		
1440	5	<i>Alguns centenários e quinquentenários em 1973</i>
1441	12	<i>A terra – o primeiro dos quatro elementos</i>
1442	19	<i>A água – o segundo dos quatro elementos</i>
1443	26	<i>O ar – terceiro dos quatro elementos</i>
Fevereiro		
1444	2	<i>O fogo – o quarto dos quatro elementos</i>
1445	9	<i>As profissões nalgumas cantigas populares</i>
1446	16	<i>A respeito de caldos e molhos</i>
1447	23	<i>A respeito de pão</i>

Março		
1448	2	<i>De velhos e velhas</i>
1449	9	<i>Ainda a respeito de pão</i>
1450	16	<i>A respeito de olhos verdes</i>
1451	23	<i>O culto de São Bento nos Açores</i>
1452	30	<i>No centenário da morte de Marciano M. da Silva</i>
Abril		
1453	6	<i>Trampolins e muletas</i>
1454	13	<i>O elemento vegetal na paisagem açoriana</i>
1455	20	<i>Próprio do tempo</i>
1456	27	<i>Um pouco de açúcar</i>
Maio		
1457	4	<i>Mais um pouco de açúcar</i>
1458	11	<i>Do açúcar aos doces</i>
1459	18	<i>O culto de Santa Rita nalgumas ilhas</i>
1460	25	<i>Do culto secular do Senhor Santo Cristo dos Milagres</i>
Junho		
1461	1	<i>A donzela que foi à guerra</i>
1462	8	<i>Alvoradas do divino</i>
1463	15	<i>O terceiro capitão de São Miguel</i>
1464	22	<i>Alberto I, Príncipe do Mónaco, nas ilhas açorianas</i>
1465	29	<i>Santos de Junho</i>
Julho		
1466	6	<i>Comidas fortes</i>
1467	13	<i>Artífices no século XVI</i>
1468	20	<i>Pranto pelos velhos teares</i>
1469	27	<i>Um aspecto da pronúncia micaelense</i>
Agosto		
1470	3	<i>Ponta Delgada e as suas árvores</i>
1471	10	<i>Por terras de Santa Maria</i>
1472	17	<i>Os 10 mandamentos do viajante na ilha de São Miguel</i>
1473	24	<i>Um passeio na Ilha Terceira</i>
1474	31	<i>A Graciosa e as suas virtualidades</i>
Setembro		
1475	7	<i>Por montes e fajãs da Ilha de São Jorge</i>
1476	14	<i>Em redor da Ilha do Pico</i>
1477	21	<i>Uma volta à Ilha do Faial</i>
1478	28	<i>Das belezas da Ilha das Flores</i>

Outubro		
1479	5	<i>A Ilha do Corvo e o seu Lago dos Sonhos</i>
1480	12	<i>Em louvor da galinha</i>
1481	19	<i>Árvores, arbustos e ervas</i>
1482	25	<i>Antiguidade do Cancioneiro e Romanceiro Populares dos Açores</i>
Novembro		
1483	2	<i>Sitoplástica Popular Açoriana</i>
1484	9	<i>Os Santos no Rifoneiro Popular Açoriano</i>
1485	15	<i>Dos carros de bois dos Açores</i>
1486	23	<i>Para uma indústria das lendas açorianas</i>
1487	30	<i>Em vésperas de Santa Bárbara</i>
Dezembro		
1488	7	<i>Açorianos que escreveram sobre a Madeira</i>
1489	14	<i>“o Ladrão do meio”</i>
1490	21	<i>Tempo ditoso</i>
1491	28	<i>Balanço 1973</i>
1974		
Janeiro		
1492	4	<i>Alguns centenários em 1974</i>
1493	11	<i>A respeito de tratamentos</i>
1494	18	<i>Lutos, missas e esmolas</i>
1495	25	<i>Os Açores e a sua riqueza hidro – termal</i>
Fevereiro		
1496	1	<i>Um arcaico meio de transporte</i>
1497	8	<i>Lareira e forno</i>
1498	15	<i>Um pouco de ar</i>
1499	22	<i>Arroz doce à sobremesa</i>
Março		
1500	1	<i>Cabelos masculinos e femininos</i>
1501	8	<i>Bigodes e barbas</i>
1502	15	<i>Açores portugueses</i>
1503	22	<i>Os encantados</i>
1504	29	<i>Os sonhos e as suas interpretações</i>

Abril		
1505	5	<i>Ponta Delgada e o seu perfil</i>
1506	12	<i>Três domingos</i>
1507	19	<i>Um incidente histórico na Ilha de São Miguel</i>
1508	26	<i>As duas capitánias da Ilha Terceira</i>
1509		Não consta
Maio		
1510	3	<i>No 1º centenário do falecimento de um escritor micalense</i>
1511	10	<i>Um morgado micalense</i>
1512	17	<i>A respeito das festas do Senhor Santo Cristo</i>
1513	24	<i>Uma embaixada de intelectuais</i>
1514	31	<i>Carácter e expansão das festas do Divino Espírito Santo</i>
Junho		
1515	7	<i>O terceiro capitão-do-donatário da Ilha de São Miguel</i>
1516	14	<i>Um inquérito há 117 anos (não proferida)</i>
1517	21	<i>Banhos de cheiro (não proferida)</i>
1518	28	<i>Na véspera de São Pedro (não proferida)</i>
Julho		
1519	4	<i>Do Romancelheiro Popular Açoriano</i>
1520	11	<i>A respeito de uma carta de Antero</i>
1521	18	<i>Os Açores vistos por açorianos</i>
1522	25	<i>Ainda os Açores vistos por açorianos</i>
Agosto		
1523	1	<i>O mar parientologia popular</i>
1524	8	<i>As 87 invocações da Virgem nos Açores</i>
1525	14	<i>Antigos visitantes no Rosário da Lagoa</i>
1526	23	<i>Estados de tempo – estados de alma</i>
1527	29	<i>Há 300 anos em Angra (Afonso VI)</i>
Setembro		
1528	5	<i>Velhas e novas posturas</i>
1529	13	<i>Pedido de Bênção</i>
1530	19	<i>No 1º centenário da Imprensa do Pico</i>
1531	26	<i>Da graça popular</i>

Outubro		
1532	3	<i>Um livro sobre velhas paróquias</i>
1533	10	<i>O gesto é tudo</i>
1534	17	<i>Um velho amuleto</i>
1535	24	<i>James Cook na ilha do Faial</i>
1536	31	<i>Uma Comissão de serviço de há 150 anos</i>
Novembro		
1537	7	<i>Santos e Santas nos Açores</i>
1538	14	<i>Ainda os Santos e as Santas nos Açores</i>
1539	21	<i>Nos mares dos Açores há 200 anos</i>
1540	28	<i>Toque de recolher</i>
Dezembro		
1541	5	<i>Sinos de correr</i>
1542	12	<i>Dias Santos</i>
1543	19	<i>A Igreja do Corvo</i>
1544	24	<i>O povo nos presépios</i>
1545	31	<i>Dos velhos almanaques</i>
1975		
Janeiro		
1546	9	<i>Centenários em 1975</i>
1547	16	<i>Amigos e compadres</i>
1548	23	<i>Teatro popular açoriano</i>
1549	30	<i>Um aspecto da psicologia do povo açoriano</i>
Fevereiro		
1550	6	<i>Carnaval dos nossos dias</i>
1551	13	<i>Estorninhos</i>
1552	20	<i>Lembrança do Padre Serrão</i>
1553	27	<i>Velerismos</i>
Março		
1554	6	<i>Curiosidades culinárias</i>
1555	13	<i>Darwin nos Açores</i>
1556	20	<i>Sena Freitas</i>
1557	27	<i>Velhas procissões quaresmais</i>
Abril		
1558	3	<i>O culto do Corpo Santo</i>
1559	10	<i>Historiografia Açoriana</i>
1560	17	<i>Almas penadas</i>
1561	30	<i>Maios às janelas</i>

Maio		
1562	8	<i>Cheiros, cheirinhos e cheiretes</i>
1563	10	<i>Crendices comuns açorianas e norte americanas</i>
1564	15	<i>“Licenças do Divino”</i>
1565	22	<i>Barquinhos de papel</i>
1566	28	<i>Procissões de Corpus Cristi</i>
Junho		
1567	5	<i>Ais e suspiros</i>
1568	12	<i>Resguardos de cabeça</i>
1569	18	<i>Impressões de viagem – dos Açores a Los Angeles</i>
1570	20	<i>Idem – a Universidade de Califórnia em Los Angeles</i>
1571	24	<i>Idem – o Simpósio sobre tradições orais</i>
1572	27	<i>Idem – Aulas em Los Angeles, 2 dias em San Diego</i>
1573	28	<i>Idem – De Los Angeles a San Leandro ...</i>
Julho		
1574	1	<i>Idem – Na cidade de San Francisco e Universidade de Harvvard</i>
1575	2	<i>Idem – Dois hotéis em San Francisco e Universidade de Bercley</i>
1576	3	<i>Idem – A polícia, o Mayor e a Biblioteca de San Leandro</i>
1577	7	<i>Idem – Ainda em San Leandro. A.U.P.E.L; San Francisco á noite</i>
1578	9	<i>Idem – A China Town; San José; U. de S. Clara; S. José à noite</i>
1579	11	<i>Idem – o Museu de OaKland e a I. de N. S. do Bom Conselho</i>
1580	12	<i>Idem – Simpósios e Saudades</i>
1581	15	<i>Idem – Uma coroação do Espírito Santo e Festival Folclórico</i>
1582	18	<i>Idem – San Francisco a Boston por via aérea</i>
1583	19	<i>Idem – Em três cidades da Nova Inglaterra</i>
1584	22	<i>Idem – O Festival da Primavera em Fall – River</i>
1585	23	<i>Idem – Culinária da Saudade, funeral em Fall-River</i>
1586	25	<i>Idem – Em redor das Pedras de Dighton e de Plymont</i>
1587	29	<i>Idem – New Bedford e o seu Museu Baleeiro. Regresso aos Açores</i>
1588	31	<i>Idem – Considerações finais de uma missão cultural</i>

Agosto		
1589	16	<i>Boticários e mezinhas</i>
1590	22	<i>Observações de há 150 anos</i>
1591	27	<i>Remédios de botica</i>
Setembro		
1592	6	<i>Bichinhos do Mar</i>
1593	13	<i>Diabos e diabinhos</i>
1594	17	<i>A Ilha de São Miguel – mãe dos [...]</i>
1595	24	<i>Antigos médicos municipais</i>
Outubro		
1596	1	<i>Uma jornada em São Miguel</i>